

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

- Mestrado em História Medieval e do Renascimento -

Os Portugueses e as Cruzadas (Séculos XII-XIV)



Pedro Nuno Medeiros de Henriques

Porto
2011

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Os Portugueses e as Cruzadas (Séculos XII-XIV)



Pedro Nuno Medeiros de Henriques

Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Porto
2011

A imagem presente na capa foi retirada de:
<http://maisencanto.blogspot.com/2008/12/cruzada-na-pennsula-ibrica.html>, (16-06-2011).

Sumário

Agradecimentos	4
Introdução	
Questões Metodológicas	5
O Tema	10
 Capítulo I – O Fenómeno Cruzadístico como expressão da Sociedade Medieval	15
 1. O impacto da religião na vida social medieval	16
2. A Cruzada – um elemento reformador ao serviço da Santa Sé	20
3. A aceitação da violência por parte da Igreja	25
 Capítulo II – Os Cruzados em Portugal	29
 1. A conquista de Lisboa e Almada (1147)	29
2. A captura de Alvor e Silves (1189)	46
3. A tomada de Alcácer do Sal (1217)	60
 Capítulo III – A participação portuguesa no Oriente, principal foco do conflito	73
 1. A actuação portuguesa no Oriente Latino (1095-1291)	74
2. A intervenção portuguesa no Mediterrâneo Oriental (1291-1400)	106
 Conclusão	122
Fontes e Bibliografia	
Fontes impressas	125
Bibliografia citada	127
Endereços electrónicos utilizados	131
Anexos (documentos, galeria de imagens e mapas)	134

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível graças a determinadas pessoas que prestaram um contributo indispensável para que a mesma chegasse a bom porto.

Em primeiro lugar, sinto-me eternamente grato à Prof. Dra. Paula Pinto Costa que demonstrou uma total disponibilidade, assegurando uma orientação, a todos os níveis, perfeita. Também devo agradecer ao Prof. Dr. Mário Barroca que, embora não tendo a honra de privar com ele, facultou-me um ou outro livro de extrema importância para a minha investigação.

Numa vertente mais sentimental, dedico esta investigação a todos os meus familiares (avós, pais e irmã), realçando sobretudo o papel da minha avó materna, Gracinda, que sempre me incentivou, acreditando nas minhas capacidades.

Introdução

Questões Metodológicas

O tema seleccionado para esta dissertação visa o estudo da participação portuguesa no âmbito das Cruzadas no Oriente entre os séculos XII e XIV, não deixando de equacionar a colaboração que os cruzados deram em território português.

A nossa determinação em realizar semelhante abordagem deve-se ao interesse especial que nutrimos por este fenómeno que deixou uma influência marcante na história política e militar da Idade Média.

A investigação em curso compreende limitações temporais e espaciais que merecem ser discriminadas.

A baliza cronológica estende-se desde 1095, ano do lançamento da Primeira Cruzada, até 1400, de forma a evitar a entrada no século XV que assinalaria a presença volumosa de portugueses em outros espaços habitados maioritariamente por *infiéis*, como eram os casos de Marrocos e Índia. Durante este longo período, que alberga praticamente três séculos de vivências, testemunharemos o impacto das iniciativas cruzadísticas na Reconquista Portuguesa, bem como a participação de aventureiros lusitanos no Levante.

Relativamente aos espaços geográficos privilegiados nesta abordagem, destacamos o reino de Portugal, espaço não-alheio ao fenómeno da Cruzada, mas também os diversos territórios localizados a Oriente que acolheram indivíduos do ocidente peninsular: os estados latinos do Levante (Jerusalém, Antioquia, Tripoli e Edessa), o Império Bizantino, as ilhas do Mediterrâneo Oriental (Rodes e Chipre), o Egipto, a Síria, o Império Mongol e os domínios turcos.

Estruturalmente, a nossa dissertação é constituída por: uma introdução temática, onde recordaremos o lançamento da Primeira Cruzada a partir do célebre concílio de Clermont, três capítulos que incorporam a secção de desenvolvimento do tema. No primeiro, analisaremos o contexto e os antecedentes deste movimento militar cristão; no segundo, teremos em conta, o contributo dos cruzados em três campanhas inseridas na reconquista portuguesa; no derradeiro, observaremos a actuação de portugueses que

contribuíram para a causa do Ultramar. Por fim, elaboramos ainda uma conclusão, na qual iremos ressaltar as principais ideias retiradas deste estudo. Por motivos óbvios, disponibilizamos também a listagem das fontes, da bibliografia e dos endereços electrónicos utilizados e ainda os anexos que serão preenchidos com mapas, passagens de textos cronísticos e imagens.

No que diz respeito à investigação efectuada por outros autores sobre esta temática, podemos afirmar que perduram estudos de extrema importância, embora separados e, cujo objecto de análise radica apenas em algumas vertentes da nossa investigação.

Num primeiro lote de referências bibliográficas, encontramos obras que abordam, de forma pormenorizada ou sucinta, os sucessos das tropas luso-cruzadas diante dos sarracenos do Gharb al-Ândalus.

Neste campo, deparamo-nos com livros que visam a captura de Lisboa, em 1147. De imediato, começamos por destacar a obra *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos Mouros*¹ da autoria de Pedro Gomes Barbosa. Trata-se de um estudo completo, actualizado e totalmente direccionado para as incidências que rodearam o cerco daquela praça. Assim sendo, o referido historiador não ignora o contexto referente à chegada dos cruzados, a caracterização da frota e exército cristão, o armamento utilizado (de carácter defensivo ou ofensivo) e as estratégias militares concebidas no decurso do assédio. A sua credibilidade sai ainda mais reforçada, pois possui um pleno conhecimento sobre as informações contidas nas diversas fontes cristãs que descrevem a campanha diante de Lisboa. Por seu turno, José Mattoso, na biografia de *D. Afonso Henriques*², dedica cerca de 12 ou 13 páginas à tomada de Lisboa. Estamos perante uma análise sucinta mas bem elaborada. A obra deste erudito adquire protagonismo por solidificar a teoria de que a chegada das forças estrangeiras não foi fruto do acaso, mas sim de prévias negociações que envolveram a figura célebre de São Bernardo de Claraval. A acção sábia e determinante do primeiro rei português durante a mencionada campanha é também devidamente assinalada. Decerto, existirão outros estudos sobre a conquista de Lisboa mas estas duas abordagens, mais recentes, mereceram da nossa parte, uma consideração especial, a par das

1 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

2 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 167-179.

fontes sobre este conflito como veremos de seguida.

Infelizmente, a propósito dos sucessos verificados em Silves (1189) e em Alcácer do Sal (1217), a bibliografia existente, com rigor científico, é muito mais reduzida até ao ponto de ser praticamente nula. Mesmo assim, conseguimos aceder às biografias de *D. Sancho I*³, de Maria João Violante Branco, e de *D. Afonso II*⁴, de Hermínia Vilar. Ambos os contributos são determinantes, pois procedem à contextualização da campanha, à exposição das suas incidências e à discriminação das ocorrências vislumbradas no pós-conquista.

Em relação à actuação de portugueses no Oriente, temos quatro artigos, redigidos por especialistas estrangeiros, que se encontram em *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do V Encontro sobre Ordens Militares⁵. Estes pequenos estudos cobrem períodos cronológicos distintos e normalmente limitados, considerando apenas os indivíduos que, conectados com determinadas ordens militares, estiveram na Ásia Menor. Em concreto, num plano superior, observamos o «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque*⁶ de Pierre-Vincent Claverie e *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415*⁷ de Anthony Luttrell. O primeiro aborda, de forma concisa, a participação de templários portugueses no Oriente. Para além disso, Pierre-Vincent Claverie baseia-se em fontes levantinas que raramente assinalam a origem exacta dos guerreiros ibéricos presentes na Terra Santa⁸. O artigo de Anthony Luttrell assinala a existência de alguns hospitalários portugueses no Mediterrâneo Oriental, aquando das cruzadas tardias. Este investigador privilegia muito as contextualizações em detrimento da visibilidade dos participantes lusitanos. Todavia, fornece dados de maior importância relativos às contribuições monetárias (*responsiones*) enviadas para o Oriente, de forma

3 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 118-141.

4 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, p. 125-149.

5 *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* - Actas do V encontro sobre Ordens Militares. Coord. Isabel Cristina F. Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/GESOS, 2009.

6 CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 399-412.

7 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 463-477.

8 CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 399-412.

a promover a defesa dos interesses cristãos naquele espaço longínquo⁹. Num segundo plano, encontramos os artigos de Carlos de Ayala Martínez - *La presencia de las Órdenes Militares castellano-leonesas en Oriente: valoración historiográfica*¹⁰ - e de Philippe Josserand - *Et succurere Terre sancte pro posse: les Templiers castillans et la défense de l'Orient latin au tournant des XIII et XIV siècles*¹¹. O historiador espanhol dedica uma atenção especial à figura de Paio Peres Correia, enquanto que o segundo chega a demonstrar algumas dúvidas quanto às raízes de alguns templários que poderão remontar a Castela, a Portugal ou a outro reino hispânico. A consulta destes pequenos estudos torna-se indispensável, pois os seus autores usufruíram da pesquisa em bibliotecas e arquivos estrangeiros.

Para além da bibliografia mencionada, recorreremos ainda a fontes que nos possibilitem a obtenção de mais informações. Na temática em questão, proliferam os relatos cronísticos¹² que conhecem níveis variados de pormenorização. A característica mais comum destes textos é, sem dúvida, a parcialidade demonstrada. Dentro deste contexto, os testemunhos cristãos louvam sempre as acções dos defensores da Cruz, procedendo ainda a uma descrição mais detalhada das incidências que envolveram as suas tropas. Por sua vez, os cronistas do Islão têm uma posição semelhante, embora favorecendo o desempenho dos seguidores de Maomé. Apesar desta contrariedade, estas fontes revelam-se essenciais, pois fornecem a visão de homens que testemunharam tais acontecimentos ou elaboraram o seu próprio relato nos séculos posteriores, embora não tenham presenciado as ocorrências

9 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 463-477.

10 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *La presencia de las Órdenes Militares castellano-leonesas en Oriente: valoración historiográfica* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 49-72.

11 JOSSEAND, Philippe - *Et succurere Terre sancte pro posse: les Templiers castillans et la défense de l'Orient latin au tournant des XIII et XIV siècles* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 413-434.

12 As crónicas que ocuparam um lugar de destaque na nossa investigação foram as seguintes: BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974; *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998; DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium, A. D. 1189* in Proceedings of the American Philosophical Society. Vol. 81. Filadélfia: [The American Philosophical Society held at Philadelphia ou Lancaster Press], 1939; GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Trad. de Viviana Pâques. 2º ed. Arles: Sindbad, 1996; NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. Lisboa: Vega, 2001; OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. 2º ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936.

referidas. Ao longo da dissertação, faremos sempre menção aos textos medievais utilizados e, sempre que possível, efectuaremos a sua devida caracterização, tendo em conta a pertinência de cada testemunho.

As inscrições epigráficas, publicadas na dissertação de doutoramento de Mário Barroca - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*¹³, fornecem também dados cruciais que não podem ser ignorados. Mesmo assim, alertamos para a possibilidade destas conterem factos improváveis destinados a engrandecer determinadas personalidades.

Exposto isto, procederemos à recolha de todas estas informações que se encontram dispersas em documentos, inscrições, livros e artigos, procurando simultaneamente estabelecer as relações necessárias entre os diversos elementos.

A realização desta dissertação respeita ainda determinadas opções metodológicas. Assim sendo, optamos por privilegiar os contextos que, por um lado, propiciaram a chegada dos contingentes cruzados a Portugal, enquanto que, por outro, atraíram ou desencorajaram a presença portuguesa no Oriente. A elaboração do cenário, no qual ocorrem os acontecimentos, é uma tarefa imprescindível que não ousamos olvidar.

Os dicionários são também ferramentas essenciais, pois viabilizam a compreensão de inúmeros textos. Com o intuito de garantir uma análise rigorosa das fontes medievais portuguesas, recorreremos ao *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*¹⁴ de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo.

Na parte correspondente às campanhas realizadas em Portugal, decidimos definir meticulosamente as máquinas de guerra utilizadas, clarificando assim as funções das mais diversas estruturas documentadas na guerra de cerco, cuja predominância foi visível na Idade Média¹⁵. Para além do armamento usufruído, também os estratagemas militares serão tidos em conta.

No que se refere à participação portuguesa nas Cruzadas a Oriente, alertamos para as suas diversas modalidades levadas a efeito. Obviamente que não

13 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 4 vols. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

14 VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. ed. crítica de Mário Fiúza. 2 vols. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1966. (Este dicionário expõe apenas vocábulos que, embora em desuso na actualidade, predominaram nas escrituras mais remotas).

15 MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra: Salamandra, 2010, p. 203.

centraremos a nossa investigação apenas nos indivíduos que estiveram a combater ou desempenhar funções no Ultramar. De facto, é curioso assinalar que qualquer pessoa podia efectuar a sua contribuição sem ter a necessidade de rumar à Terra Santa. Neste campo de actuação, entram, como exemplos, as doações e as recolhas de fundos que a partir de Portugal eram canalizadas para a causa do Levante. Por isso, não podemos ignorar esta questão de índole financeira, mesmo que a nossa atenção recaia especialmente nos elementos que vivenciaram as ocorrências do Oriente.

Nesta investigação, procuraremos reunir indivíduos de naturalidade portuguesa, cuja actuação foi relevante. Contudo, a ausência de informação em tempos tão recuados é um obstáculo que dificulta a missão de qualquer medievalista. Assim sendo, decidimos incluir determinados indivíduos que, embora as fontes não esclareçam as suas raízes geográficas, podem ser portugueses. Por outro lado, incorporamos, nesta abordagem, homens de nascimento estrangeiro que estabeleceram uma ligação marcante com o reino português, onde se evidenciaram. Estas duas situações correspondem a uma minoria que será devidamente assinalada no decurso do nosso estudo.

As biografias dos participantes portugueses encontram-se inseridas em nota de rodapé, evitando uma extensão exagerada da nossa dissertação, e obedecem a algumas normas. Em primeiro lugar, os factos privilegiados dizem respeito às vivências que foram anteriores e posteriores à contribuição de cada um deles no fenómeno cruzadístico. A sua acção em prol da causa do Oriente pode ser já observada em texto corrente, na medida que constitui o domínio central. Estas notas biográficas são ainda acompanhadas pelas fontes e bibliografia que nos facultaram a junção dos mais diversos dados relativos a cada participante.

O Tema

Se tivermos em consideração o contexto histórico em que foi proclamada a Primeira Cruzada, melhor compreenderemos a actuação portuguesa no âmbito deste fenómeno de cariz religioso-político.

O Concílio de Clermont, cujas sessões foram realizadas entre 18 e 28 de Novembro de 1095, assinalou o surgimento dum novo fenómeno - a Cruzada. Segundo a tradição, nessas reuniões estiveram presentes cerca de 300

clérigos, para além do próprio pontífice - Urbano II. Reafirmou-se aí o combate contra a investidura laica, a simonia e o casamento clerical. Entretanto, o Papa convocou uma sessão pública, marcada para 27 de Novembro, com o intuito de fazer um anúncio importante. De imediato, as multidões clericais e laicas procuraram comparecer diante do Sumo Pontífice de forma a ouvir a declaração que este prometera realizar.

De acordo com Steven Runciman, o trono papal tinha sido colocado sobre *uma plataforma em campo aberto do lado de fora da porta oriental da cidade*¹⁶; e foi aí que, quando os inúmeros fiéis se reuniram, Urbano se ergueu e se lhes dirigiu. Este começou o seu discurso com um apelo aos ouvintes - era necessário auxiliar a Cristandade Oriental que atravessava um período muito conturbado¹⁷. Com efeito, a entrada dos Turcos Sejúlidas no Próximo Oriente, por meados do século XI, quebrou o equilíbrio até então existente naquela região. Os seus grandes êxitos militares são inegáveis. Suplantaram os califas abássidas, impuseram uma estrondosa derrota ao exército bizantino na batalha de Manzikert (1071) e conquistaram ainda Jerusalém e a Síria aos fatímidas do Egito¹⁸.

Aleixo I Comneno era, desde 1081, o imperador bizantino. Tratava-se duma das figuras mais prestigiosas do Oriente. No entanto, tem consciência dos perigos que o seu Império enfrenta¹⁹. Para além dos problemas suscitados pelo avanço turco²⁰, também o próprio exército bizantino encontra-se dilacerado desde há anos por crises internas. Todavia, Aleixo tem ainda um trunfo que pode aplicar quando quiser - o recurso a mercenários estrangeiros. A escassez de soldados experimentados nas hostes imperiais era, de facto, uma realidade e, por isso, qualquer contingente constituído por auxiliares estrangeiros seria bem recebido em Constantinopla²¹.

16 RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. Trad. de Maria Margarida Morgado. 2ªed. Vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p.92.

17 RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. Vol. I, p.92.

18 HERRERA, Mercedes e outros - *Grande História Universal*. Trad. João Reis Ribeiro. Vol. XI - A Idade Média (II). Alfragide: EDICLUBE, [2006], p. 60.

19 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Trad. de G. Cascais Franco. 15ª ed. Lisboa: DIFEL, 2008, p.18-19, 24-25. (Observe-se também: GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*. Madrid: Cátedra, 1995, p. 57-58).

20 Segundo Riley-Smith, o avanço turco originou não só a queda da maioria das províncias orientais do Império Bizantino como as distâncias em relação à capital, Constantinopla, foram encurtadas. (ver: RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*. Londres: Times Books, 1991, p.21). Maalouf assinala mesmo que Niceia (agora nas mãos dos turcos) ficava a menos de 3 dias de distância em relação a Constantinopla. (ver: MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p.18).

21 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p.18-19.

Dentro deste contexto, os bizantinos pedirão auxílio militar ao Ocidente, enviando assim uma embaixada ao Papa Urbano II²². No mês de Março de 1095, realiza-se com este objectivo, o célebre concílio de Piacenza²³.

Regressando de novo ao discurso proferido por Urbano II em Clermont, observamos de imediato que o Pontífice se mostra então solidário com os seus irmãos do Oriente. Com o intuito de convencer as massas a seguirem a mesma linha de ideias, argumentava que os turcos maltratavam os habitantes, desrespeitavam os santuários cristãos e ameaçavam a estabilidade de qualquer território onde a fé de Cristo predominasse. Também a sacralidade especial de Jerusalém, bem como os ataques de que eram alvo os peregrinos que se deslocavam sem segurança à Terra Santa foram outros propósitos utilizados para persuadir os *fiéis* a pegar em armas contra os inimigos da Cristandade.

Depois de ter pintado um cenário terrivelmente sombrio, fez o seu grande apelo - a Cristandade Ocidental tinha que marchar sobre o Oriente para o salvar. Urbano possuía, sem dúvida, o dom de grande orador e não seria de estranhar que os ouvintes tivessem aderido desde logo ao chamamento papal. Reza a tradição que, por várias ocasiões, o discurso do Pontífice foi interrompido com gritos de "*Deus le volt*" ("*É a vontade de Deus*")²⁴. E após ter finalizado o seu acto discursivo, muitos bispos tomaram imediatamente a cruz, seguidos posteriormente por um número considerável de príncipes laicos²⁵.

De facto, a mensagem de Urbano II, também difundida pelos legados papais²⁶, atrairá homens e mulheres com proveniências geográficas diversas. Escoceses, Dinamarqueses, Castelhanos, Franceses, Bolonheses, Flamengos, Alemães, Genoveses e Ingleses irão, por exemplo, participar nesta guerra sagrada de forma a recuperar os lugares santos, ocupados pelos *infiéis*²⁷. Avaliar a participação dos portugueses no movimento cruzado, bem como os contornos de que se revestiu a sua acção no Oriente constituem as questões

22 RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*, p.21.

23 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p.52-53.

24 RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. Vol. I, p.92-95.

25 NICHOLAS, David - *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa:312-1500*. Trad. de Ana Margarida Gomes Soares. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999, p. 293.

26 HERRERA, Mercedes e outros - *Grande História Universal*. Vol. XI - A Idade Média (II), p. 60.

27 RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. Vol. I, p.92-95. (Veja-se também: MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 60).

para as quais esperamos encontrar, ao longo da nossa investigação, as respostas mais adequadas, embora a documentação seja muito parcimoniosa. Uma outra linha fundamental do nosso estudo está relacionada com a apresentação da definição do conceito de Cruzada. Segundo James Powell, este fenómeno toca em variadíssimos aspectos da história, desde a guerra à política e à economia, passando pela diversidade religiosa e cultural. Sabemos que desde o século XI até ao XVII, a ideia de Cruzada esteve bem presente na história do pensamento europeu. Na era moderna, o termo *Cruzada* já carregava uma considerável bagagem histórica, tornando assim difícil qualquer tarefa de definição²⁸. Inclusivamente, o termo continua a revestir-se de enorme utilidade, sendo usado com frequência mesmo actualmente.

Assim sendo, recorreremos ao especialista Jonathan Riley-Smith, de forma a encontrarmos as principais características identificadoras deste fenómeno. De acordo com aquele historiador, as Cruzadas foram guerras santas que se dirigiam contra os inimigos externos ou internos da Cristandade com o intuito de recuperar os tão desejados lugares sagrados. Os inimigos a abater seriam muçulmanos, eslavos pagãos, cristãos ortodoxos (gregos e russos), hereges (cátaros, bogomilos e hussitas) e adversários políticos do Papado.

Naqueles tempos, as pessoas acreditavam que as Cruzadas eram autorizadas pelo próprio Jesus Cristo, visto que tinham sido lançadas pelo seu porta-voz terreno, ou seja, o Papa²⁹.

Estes conflitos sagrados foram então travados no Próximo Oriente, na Península Ibérica, no Norte de África, na região Báltica, na Europa de Leste e na Europa Ocidental. De entre todas estas Cruzadas, devemos salientar que as que visavam libertar ou defender Jerusalém seriam tidas em especial consideração. Por seu turno, o al-Andalus foi encarado, por diversos papas, como o *contraponto ocidental da Palestina*, sendo assim a Hispânia vista como

28 POWEL, James M. - *The crusades: an introduction* in *The Crusades: an encyclopedia*. Ed. Alan Murray. Vol. I. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2006, p. xliii.

29 RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*, p. 23. Num outro trabalho seu, intitulado *What were the crusades?*, Riley-Smith salienta que os elementos mais activos da Guerra Santa associavam constantemente Deus com o curso de alguns acontecimentos políticos no mundo. As acções bélicas podiam ser encaradas como um procedimento positivo em conformidade com os desejos divinos. Como exemplo, temos o Papa Inocêncio III que via a Cruzada como uma empresa que estaria em concordância com a vontade de Cristo. Este *Pontifex* considerava que aqueles que auxiliassem os muçulmanos, estavam a desrespeitar os interesses do povo cristão e do próprio Messias. (RILEY-SMITH, Jonathan - *What were the crusades?* 2ªed. Londres: The MACMILLAN Press LTD, 1992, p. 8, 24).

um *segundo Ultramar*³⁰. Apesar de não se encontrarem aí os lugares santos (o que justifica um simbolismo menor deste palco de guerra em comparação com o do Levante), a verdade é que nunca deixou de merecer uma atenção séria e vigilante por parte de variados pontífices³¹.

A atribuição de indulgências por parte da Santa Sé aos participantes é um outro marco identificador deste movimento cuja importância não pode ser ignorada. Aliás, o sinal de que muitas vezes estava a ser pregada uma Cruzada estava relacionado com a concessão de indulgências que seriam iguais àsquelas que eram garantidas aos cruzados que se destinassem a Jerusalém³².

Também será no âmbito do fenómeno cruzadístico que nascerão as ordens militares, únicas pela combinação de funções até então opostas: a espiritualidade monástica e as actividades guerreiras. Estes institutos que prestam obediência à Sé de Pedro³³, não serão de modo algum ignorados na nossa abordagem. Com este minucioso estudo, pretendemos, por um lado, demonstrar que o território português, tal como outros espaços do Leste Europeu e da Ásia Menor, não foi alheio ao fenómenos das cruzadas³⁴, enquanto que, por outro lado, desejamos contrariar a noção duma participação praticamente nula e insignificante por parte de portugueses no principal foco do Conflito - o Oriente.

30 FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 48, 135; RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*, p. 23, 32; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 62; VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 131.

31 FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II*, p. 48, 135; RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*, p. 23, 32; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 62; VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4, p. 131. Esta questão encontra-se directamente relacionada com as diversas perspectivas existentes sobre o movimento cruzado. Dentro deste contexto, Jonathan Riley-Smith aponta para a existência de historiadores pluralistas que possuem uma visão mais larga do fenómeno, e como tal, não têm só em conta os movimentos que se dirigem à Terra Santa. A esta perspectiva, opõem-se os tradicionalistas que optam por uma abordagem mais restrita, encarando apenas como cruzadas, as movimentações destinadas ao Oriente. (RILEY-SMITH, Jonathan - *The Crusading Movement and Historians in The Oxford History of the Crusades*. Dir. Jonathan Riley-Smith. Oxford: Oxford University, 2002, p. 9-14).

32 RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*, p.23.

33 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p.16.

34 Como observaremos, Portugal também atraiu a participação dum número nada subestimável de cruzados de diversas nacionalidades. No entanto, cremos que a Ásia Menor e o Leste Europeu tenham favorecido uma presença mais frequente por parte dos guerreiros de Cristo.

Capítulo I - O Fenómeno Cruzadístico como expressão da Sociedade Medieval

Antes de abordarmos a participação portuguesa nas Cruzadas, tentaremos compreender a ocorrência deste movimento, recorrendo à sistematização de diversos factores que poderão ter justificado a sua existência.

Em primeiro lugar, insistimos que o fenómeno cruzadístico tem sido encarado como uma expressão da civilização medieval³⁵ e que as vivências e os comportamentos do homem medieval eram, em muito, resultado da influência profunda da religião cristã no quotidiano.

De seguida, não podemos olvidar o papel da Reforma da Igreja (apelidada restritivamente de Gregoriana³⁶) que teria diversos objectivos a concretizar, entre os quais, a supremacia do romano pontífice sobre toda e qualquer autoridade terrena³⁷. O papado desejava afirmar a sua primazia no âmbito espiritual e também em múltiplas esferas do temporal. A decidida acção apostólica conduziria a uma aceitação da guerra santa como um meio para alcançar tais finalidades, eliminando assim aqueles que não aceitassem os desígnios da Sé de Pedro. A Cruzada, como veremos mais pormenorizadamente, foi mais um elemento reformador ao serviço da Santa Sé³⁸.

Por fim, decidimos incluir no nosso estudo, os mecanismos utilizados pela Igreja para a justificação, legitimação e apoio dos movimentos cruzadísticos, que começariam por surgir com Urbano II nos finais do século XI, prolongando-se até ao tardio século XVIII³⁹.

35 COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia - *Leça do Balio no tempo dos cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Edições INAPA, 2001, p. 13.

36 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 20-36. Este historiador espanhol assinala que o término Reforma Gregoriana, frequentemente utilizado pela historiografia actual, não é o mais correcto para designar o movimento em questão, pois embora reconhecendo o impulso prestado por Gregório VII (ou Hildebrando), recorda que este processo transformador tem raízes mais antigas e conhece ainda um prolongamento até ao século XII (neste último caso, não podemos ignorar o papel dos pontífices posteriores a Gregório VII que contribuíram para o amadurecimento de uma nova eclesiologia). Por isso, consideramos mais adequadas as terminologias de Reforma eclesiástica ou de Reforma da Igreja Romana.

37 MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII. Porto: Universidade do Porto, 1990, p.12-24. Veja-se também: FONSECA, Luís Adão da - *La Cristiandad Medieval*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1984, p. 338.

38 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p.15-16.

39 RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*, p.21.

1. O impacto da religião na vida social medieval

Uma grande parte dos *europæus* que viveu na Idade Média era cristã. Nos tempos que precederam o século XIV, seria difícil depararmo-nos com casos de cepticismo generalizado em relação à doutrina cristã, embora sejam conhecidas heresias⁴⁰. O ensino no Ocidente era tutelado maioritariamente pela Igreja Cristã. Nas escolas medievais, as Sagradas Escrituras, a par dos clássicos latinos da Antiguidade, seriam alvo de aprendizagem. As pessoas letradas, embora constituindo excepção numa população maioritariamente analfabeta, adquiriam assim alguns princípios básicos da sua religião⁴¹.

Outro fenómeno marcante do período em análise foi sem dúvida a peregrinação religiosa, que constituía já uma tradição antiga. A vida espiritual do crente atingia o seu auge quando visitava os santuários sagrados cristãos na Palestina. Sabemos que no século XI, as peregrinações rumo a Jerusalém tinham aumentado significativamente. Estas mesmas peregrinações não costumavam ser armadas, embora tivessem ocorrido episódios raríssimos onde grupos de peregrinos chegavam a derrotar exércitos muçulmanos. Como já pudemos observar, a insegurança era um ingrediente presente nestas viagens duradouras, mas mesmo assim não parece ter sido impeditiva para que muitos cristãos, motivados pela sua fé, continuassem a visitar os lugares santos. As Cruzadas irão ser lançadas também com o intuito de resolução destes problemas que acompanhavam as peregrinações⁴².

A religião estava então presente em muitos dos campos da vida medieval. Inclusive na Filosofia que possuía uma orientação teológica e religiosa.

As ideias de Santo Agostinho (354-430) e Boécio (480-524/5) marcaram fortemente o pensamento medieval. O primeiro defendia, entre muitas outras

40 NICHOLAS, David - *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa:312-1500*, p. 14, 414-415. Devemos ainda ressaltar que existia alguma hostilidade para com os homens, considerados pecaminosos, que controlavam a Igreja. De facto, a luxúria, a intromissão em questões políticas, a má conduta sexual, a embriaguez e o absentismo eram uma realidade visível no clero medieval.

41 NICHOLAS, David - *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa:312-1500*, p. 13-14.

42 NICHOLAS, David - *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa:312-1500*, p. 290-292.

proposições, a teoria da "iluminação divina da mente humana"⁴³, enquanto que o segundo, no seu terceiro tratado, intitulado *Hebdomadários*, dos *Opuscula Sacra*, afirmava que Deus era a fonte de toda a bondade, sendo esta transmitida às suas criaturas⁴⁴.

Restringindo agora ao espaço geográfico definido como campo de trabalho desta dissertação, registaremos com mais detalhe a profunda religiosidade que também existia em Portugal, sobretudo por via da peregrinação e da cruzada. As peregrinações tiveram um claro impacto na vida do Portugal em formação. O homem medieval procurava satisfazer, por um lado, as suas devoções de cristão, cumprindo promessas e remindo pecados enquanto que, por outro lado, teria a oportunidade de alargar os horizontes limitados em que normalmente vivia, encontrando assim a aventura na viagem e conhecendo novas terras e populações⁴⁵.

Humberto Baquero Moreno ao debruçar-se sobre os romeiros que se deslocavam pelas vias portuguesas até Santiago de Compostela, assinala a ocorrência de assaltos e de outros infortúnios (como, por exemplo, os peregrinos poderiam ser enganados por falsos clérigos que a troco de pseudo-penitências, lhes extorquiam o dinheiro) que desgraçavam os crentes. No entanto, estes nunca desistiriam dos seus intentos, procurando fervorosamente a salvação das suas almas junto ao túmulo do apóstolo São Tiago⁴⁶. Apesar de beneficiarem do apoio assistencial dos hospitalários⁴⁷, muitos redigiam os seus testamentos, antes de iniciarem a sua peregrinação com destino a Santiago, pois temiam enfrentar perigos fatais durante a sua viagem⁴⁸.

Para além da adoração que se destinava àquele importante centro de peregrinação, tínhamos também no Portugal Medieval igrejas, capelas, ermidas e santuários de imagens milagreiras que eram alvo de devoção fervorosa. Eram inúmeros, os indivíduos (independentemente do seu estatuto

43 Isto é, o conhecimento da realidade nascia a partir da alma que era iluminada por Deus. *A fé procura, a compreensão encontra*. (LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval*. Trad. de Lucília Rodrigues. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000, p.15-36).

44 LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval*, p.15-36.

45 MARQUES, Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p.151-157.

46 MORENO, Humberto Baquero - Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela, *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. III. Porto: Universidade do Porto, 1986, p. 85.

47 COSTA, Paulo Pinto - *A presença dos Hospitalários em Portugal*. Gavião: Ramiro Leão, 2010, p.19-20, 39.

48 MARQUES, José - A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média. *Revista de História*. vol. XI, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1991, p.13.

social⁴⁹) que *aí procuravam alívio para seus males, aí agradeciam vitórias, negócios prósperos, boas colheitas, aí se penitenciavam dos pecados da carne e do espírito*⁵⁰. Nos séculos XII e XIII, os centros de peregrinação do Portugal Medieval, localizavam-se maioritariamente nas regiões de Entre-Douro-e-Minho e Beira⁵¹. No caso do Minho e do Douro, eram procurados os santuários de S. Geraldo de Braga, de Santa Maria do Pombeiro, de Santa Maria do Bouro, da Senhora da Peneda, de Nossa Senhora da Oliveira, de S. Salvador de Valongo, de Santo Eleutério, de S. Mamede, de Santa Maria do Lago, de S. Servando, de S. Clemenço do Mar, entre outros.

Os portugueses mais ousados, devotos e/ou ricos peregrinavam rumo aos grandes santuários internacionais, mormente, a Santiago de Compostela, a Roma e à Palestina⁵².

Junto aos principais caminhos de peregrinação podíamos encontrar albergarias, em número considerável, pois chegaram a totalizar cerca de 2 centenas dentro das fronteiras medievais lusas. Estas ofereciam ao viajante esgotado, a troco de esmolas, os confortos que ele poderia desejar tais como: alimentação (água e uma refeição frugal) e repouso (uma cama ou um simples fardo de palha era garantido)⁵³. Esta assistência aos peregrinos medievais encontra-se directamente relacionada com a habitual prática da caridade, estimulada pelo Novo Testamento, na qual o doador esperava a remissão dos seus pecados, através da entrega de esmolas aos mais carenciados ou necessitados.⁵⁴

Assim sendo, o peso da religião cristã terá sido decisivo para que muitos indivíduos tomassem a cruz. É verdade que, por um lado, temos a Reconquista na Península Ibérica, a qual decorre neste mesmo período⁵⁵, que não se

49 D. Sancho I era, por exemplo, peregrino e devoto de Santa Senhorinha de Basto. (ver DIAS, Geraldo J. A. Coelho - D. Sancho I, peregrino e devoto de Santa Senhorinha de Basto. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. XIII. Porto: Universidade do Porto, 1996, p. 63-70).

50 MARQUES, Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, p. 157.

51 O Sul era ainda *infiel* ou fora tomado recentemente. Todavia, nos séculos posteriores teremos também aí centros de peregrinação de entre os quais destacamos, como exemplo, o da Nossa Senhora da Nazaré. (Observe-se: MARQUES, Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, p.157-158).

52 MARQUES, Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, p.157-158.

53 MARQUES, Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, p.159.

54 MARQUES, José - A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média. *Revista de História*. vol. XI, p.10-11.

55 Enquanto as Cruzadas são lançadas no Oriente, a Reconquista é uma realidade na Hispânia. Terá essa campanha peninsular limitado a participação portuguesa no Próximo Oriente? Intentaremos descobrir a resposta mais adequada a tal questão ao longo da nossa investigação.

manifestou exclusivamente numa profissão de fé⁵⁶, mas que, por outro lado, como veremos, não será impeditiva para que alguns portugueses arrisquem a sua vida seguindo em direcção ao Oriente.

⁵⁶ NICHOLAS, David - *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*, p. 291. Provavelmente teríamos, no contexto peninsular, uma maior tolerância e respeito mútuo entre cristãos e muçulmanos. Em meados do século X, sabemos que os letrados cristãos frequentavam habitualmente as escolas muçulmanas de Toledo. Também existiam alturas em que eram mais frequentes as lutas entre príncipes cristãos do que os conflitos travados frente aos seguidores de Maomé.

2. A Cruzada - um elemento reformador ao serviço da Santa Sé

O fenómeno que estudamos - a participação na Cruzada - acaba por ser resultante da Reforma da Igreja da Idade Média⁵⁷. Tal raciocínio obriga-nos de imediato a contextualizar e a compreender o desenrolar de todo este processo reformista até atingirmos os finais do século XI, altura em que se assistirá ao lançamento da Primeira Cruzada.

Após a queda da dinastia carolíngia e o consequente desmembramento do Império, a Igreja viveria tempos muito difíceis⁵⁸. Desde as sistemáticas ingerências do poder civil na vida da Igreja⁵⁹, onde a nomeação dos Papas estava dependente do poder de decisão de algumas famílias romanas e posteriormente, do Imperador germânico⁶⁰, passando pelas frequentes práticas simoníacas⁶¹ e indo até aos comportamentos nicolaíticos⁶², era então visível um cenário onde se evidenciava a ausência de disciplina clerical e de liberdade eclesiástica. Como tal, impunha-se a necessidade duma mudança radical que culminará com a Reforma da Igreja, cujas principais etapas foram percorridas na segunda metade do século XI e em grande parte do século XII⁶³.

Entretanto, a moralização do clero começou por merecer a prioridade dum papado ainda tutelado pelo Império e pelas famílias romanas. Por isso mesmo, a Santa Sé teve que recorrer, nos primeiros tempos, ao bom senso dos imperadores germânicos para se corrigirem os costumes clericais condenáveis⁶⁴. Inicialmente, não estava incluída no lote de preocupações da

57 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 15-16. Esta Reforma, embora tendo raízes mais antigas, acabou por ser reconduzida pelo Papado no último terço do século XI.

58 GALLI, A. - *História da Igreja*. 5ª ed. Trad. Manuel Aires da Silva. Lisboa: Edições Paulistas, 1964, p. 118-119.

59 MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.12-13. Veja-se também: GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 22-25.

60 GALLI, A. - *História da Igreja*, p. 118-119.

61 A simonia consistia na aquisição de funções e benefícios eclesiásticos a troco de compensações materiais. (MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.12-13).

62 As teorias do Nicolaísmo residiam na negação do celibato eclesiástico, autorizando o casamento de bispos e padres. Contudo tais ideias basearam-se em interpretações erróneas de passagens da Sagrada Escritura, desinseridas do seu real contexto. (MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.12-13).

63 MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.12-13.

64 O imperador Henrique III (1039-1056) acentuou a preocupação imperial de salvaguardar a integridade do clero. (Observe-se: GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares*,

Igreja, a interferência do poder real nas nomeações para os altos cargos eclesiásticos dos estados (imperiais e do Norte de Itália), nem do próprio pontífice⁶⁵.

Dentro deste contexto, Henrique III, imperador germânico cujo reinado se balizou entre 1039-1056, será responsável pelas nomeações de Clemente II (1046-1047), Dâmaso II (1048), Leão IX (1049-1054) e Vítor II (1055-1057). Repare-se que o penúltimo desempenhou um papel essencial na Reforma da Igreja Romana, vencendo a oposição das famílias mais importantes de Roma e combatendo a imoralidade existente no seio do clero.

Com o falecimento de Henrique III (em 1056), e dada a menoridade de Henrique IV, o poder imperial entra numa fase de debilitação e a Igreja encontra finalmente a oportunidade ideal para iniciar o seu processo de enfrentamento face às ingerências laicas nas estruturas eclesiásticas. Nicolau II (1059-1061), nomeado já sem interferência imperial, convoca o sínodo de Latrão, em 1059, onde será determinado que a eleição do Papa deveria ser realizada pelo nascente Colégio Cardinalício⁶⁶. Também ficaria estabelecido que ninguém poderia receber uma igreja de um leigo sem o consentimento do bispo da diocese. Na prática, as resoluções firmadas nestas reuniões, não foram imediatamente cumpridas. Por um lado, o processo de eleição canónica ainda teve que ser progressivamente aperfeiçoado enquanto que, por outro, as disputas à volta das investiduras, entre Império e Santa Sé, seriam também uma realidade vindoura⁶⁷. O próximo pontífice foi Alexandre II (1061-1073) que obteve a rejeição de Henrique IV, pois este nomeou Honório II como anti-papa. Todavia foi mais um grande reformador que aumentou o prestígio do papado⁶⁸. Finalmente, chegaríamos ao pontificado decisivo de Gregório VII (1073-1085), que fora baptizado com o nome de Hildebrando. Era um homem culto que possuía elevados conhecimentos sobre a Bíblia⁶⁹. Desde 1048, encontrava-se

siglos XI-XIII, p. 22).

65 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 22.

66 HOLMES, J. Derek; BICKERS, Bernard W. - *História da Igreja Católica*. Trad. Victor Silva. Lisboa: Edições 70, 2006, p.84-85. O clero cardinalício iniciaria um conjunto de discussões e debates sobre os possíveis candidatos até chegarem a um consenso. Em seguida, o resto do clero romano e do povo de Roma eram convidados a aceitar a escolha já efectuada. Apenas nesta altura, o imperador seria informado da eleição, perdendo assim (embora ainda teoricamente) o seu papel decisivo nas nomeações dos papas.

67 MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.13-14.

68 HOLMES, J. Derek; BICKERS, Bernard W. - *História da Igreja Católica*, p.85-86.

69 COWDREY, H. E. J.- *Pope Gregory VII*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 495. Para um melhor

a viver na Cúria Pontifícia, sendo já o grande estratega das medidas reformistas anteriores à sua eleição como Papa⁷⁰. A influência leiga nos processos de eleição ou nomeação para os cargos da Igreja, a simonia e o concubinato foram impiedosamente combatidos por Gregório entre 1073 e 1085⁷¹. A ele se atribuiu o famoso *Dictatus Papae* (1075) onde será proclamada a supremacia do romano pontífice sobre toda e qualquer autoridade terrena. As 27 proposições que compõem aquele documento, visam inclusive limitar as tendências hegemônicas dos imperadores germânicos⁷². Para além da ambicionada primazia da Sé Romana, também a centralização eclesiástica era uma meta a atingir, afastando assim as igrejas locais, as sedes episcopais ou arcebispais da dependência laica de forma a ligá-las mais estreitamente a Roma⁷³. Não seria de estranhar que as relações entre Gregório VII e Henrique IV fossem muito tensas, tendo o primeiro vivido os seus derradeiros dias no exílio⁷⁴, mais concretamente em Salerno. Aos olhos do mundo da sua época, parecia ter sido mais um vencido do que um vencedor, mas os seus planos reformadores irão impor-se de tal modo aos homens da Igreja, que a vitória seria apenas uma questão de tempo⁷⁵.

De seguida seriam eleitos Vítor III (1086-1087) e posteriormente, Urbano II (1088-1099), pontificados que corresponderam a uma recuperação da credibilidade por parte do Papado. Em relação a Urbano, podemos afirmar que partilhava do mesmo desejo de reforma de Gregório VII, insistindo na proibição da investidura dos leigos. No entanto, o seu momento mais marcante foi a pregação da Primeira Cruzada, em 1095⁷⁶.

Alcançamos enfim o ano decisivo e a questão mais importante a ser colocada é a seguinte - Que relação pode então ser estabelecida entre a Reforma e a

estudo desta personalidade, observe-se também: FONSECA, Luís Adão da - *La Cristiandad Medieval*, p.337-345.

70 MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.14.

71 COWDREY, H. E. J.- *Pope Gregory VII*, p. 543-553.

72 Os imperadores podiam ser depostos pelo Papa, o único senhor universal. Todos os príncipes deviam beijar os pés do sumo pontífice. (GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 31).

73 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 27-34.

74 HOLMES, J. Derek; BICKERS, Bernard W. - *História da Igreja Católica*, p. 86-87.

75 GALLI, A. - *História da Igreja*, p. 123-125.

76 HOLMES, J. Derek; BICKERS, Bernard W. - *História da Igreja Católica*, p. 87-88. É verdade que o processo de Reforma ainda se prolongará no século XII, com a Concordata de Worms (1122) que mesmo assim não resolverá de vez os conflitos entre Império e Papado. (Ver GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 36; GALLI, A. - *História da Igreja*, p. 127).

Cruzada?

Como já referimos anteriormente, a Santa Sé desejava, através deste processo reformador, obter a primazia no âmbito espiritual, mas também em múltiplos campos do temporal. Neste sentido, a guerra santa surge como um instrumento para alcançar tal finalidade, castigando assim aqueles que não prestassem respeito ou obediência à Sé de Pedro. Logo, a Cruzada é só mais um elemento reformador ao serviço do Papado⁷⁷, como abona Luís García-Guijarro Ramos. Demonstraremos esta realidade através doutros acontecimentos decorridos que acabaram, então, por aproximar aqueles dois fenómenos.

Gregório VII, ao excomungar e destituir pela segunda vez Henrique IV, em 1080, decretou indulgências para os partidários do novo monarca alemão Rodolfo da Suábia. Constatamos desde logo que por um lado, a rebeldia face à Santa Sé podia ser severamente punida com a destituição, enquanto que, por outro, a obediência seria recompensada exemplarmente (neste caso, a Sé de Pedro concedera a realeza a Rodolfo e a absolvição dos pecados aos seus seguidores). Também alguns anos antes, Alexandre II oferecera indulgências aos participantes da campanha de Barbastro. Se repararmos com atenção, em ambos os casos, a absolvição dos pecados era um benefício destinado àqueles que engradecessem a Santa Sé com a sua fidelidade, combatendo os que se atreviam a atentar contra a primazia romana, quer fossem sarracenos ou imperadores ocidentais⁷⁸. Por isso, à luz destas ocorrências, também não será nada invulgar a atribuição de indulgências aos cruzados que enfrentariam *infiéis* de todo o tipo⁷⁹.

De facto, a Cruzada expressa ideologicamente o poder supremo dos sumos pontífices⁸⁰ como responsáveis únicos pela criação de uma ordem divina na

77 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 15-16.

78 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 32-33.

79 Possuímos ainda outro exemplo embora posterior: Inocêncio II (1130-1143) estimulou a guerra contra o antipapa Anacleto e seu protector, Rogério da Sicília, no concílio de Pisa (1135), concedendo aos participantes indulgências que seriam semelhantes àquelas que eram outorgadas aos cruzados que rumavam ao Levante. (GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 48-74)

80 O Papa atrairia para a sua causa diversos cavaleiros, ignorando as suas vinculações com outras instâncias e convertendo-se assim, no principal senhor da Cristandade. Dentro deste contexto, assistimos à *afirmação do Papado como monarquia universal através dum ambicioso projecto de luta contra os muçulmanos*. (GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 48-74)

Terra que antes era apenas competência dos imperadores e reis sacralizados. O Papado propõe então um caminho universal que é alternativo à tradição imperial e que pode atrair todas as pessoas, incluindo príncipes, sob a direcção do pontífice. Assim sendo, a guerra santa foi mais um *instrumento de pressão papal, redutor do papel e das atribuições do Império*⁸¹.

Assim, reconhecemos a pertinência da seguinte afirmação de Luis García-Guijarro Ramos:

*"A ajuda aos cristãos orientais, a meta mítica de Jerusalém, a popularidade das peregrinações, em especial aquelas que se dirigiam à Terra Santa (...) foram todos eles elementos que acompanharam e inclusive moldaram os inícios do movimento, mas não explicam o passo dado pelo Papado que só adquire sentido através do processo de reforma eclesiástica"*⁸²

Como último apontamento, assinalamos que ao longo do decurso deste processo reformador, a Cúria Romana pretendeu difundir e consolidar a sua influência nos espaços periféricos, entre os quais se destacava a Península Ibérica. Consequentemente, a influência beneditina cluniacense, bem como a liturgia romana (que substituirá a moçárabe ou visigótica) serão introduzidas no Portugal em formação⁸³.

81 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 48-74.

82 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 49.

83 MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII, p.16-24. A maior parte dos mosteiros dispersos entre o Minho e o Mondego aderiu à Regra de São Bento na sua versão cluniacense. Não podemos ignorar que a imposição do rito romano (como poderoso elo de coesão) e a influência cluniacense foram meios utilizados por este movimento reformador de tendência centralizadora.

3. A aceitação da violência por parte da Igreja

Nesta epígrafe, procuraremos responder à seguinte questão, também ela formulada por diversos historiadores, incluindo José Marques - *Como pôde a Igreja intervir ou participar em guerras, ela que, por natureza, deve ser a mensageira da paz?*⁸⁴

A resposta é seguramente complexa e obriga-nos a remontar aos primeiros anos de existência da Igreja. Com o édito de Milão (em Fevereiro de 313), o culto cristão seria tolerado, encerrando praticamente a época de perseguições. No decurso dos primeiros três séculos da Igreja, não terá existido qualquer acto do magistério que proibisse o serviço militar. Sendo assim, encontraremos muitos oficiais ou soldados nas legiões romanas, conciliando as suas tarefas religiosas cristãs e militares. A Igreja inclusive chegará em determinadas alturas, a condenar o pacifismo. Como exemplo, temos o III cânone do Concílio de Arles (Agosto de 313) que estabelece a excomunhão para aqueles que desprezem as armas⁸⁵. As raízes da aceitação do militarismo por parte da Igreja remontam então aos primórdios da sua existência oficial.

A ideia da legitimidade de determinados conflitos bélicos e da glorificação do combatente cristão começa a fazer o seu percurso nos séculos das invasões bárbaras, carregados de extrema violência. Segundo Roberto de Mattei, a Igreja não ensinará o pacifismo aos bárbaros invasores, mas sim o ideal de guerreiro cristão. Mais tarde, será com a personalidade de Carlos Magno (747-814), que surgirá o modelo mais engrandecido do soldado cristão que tem a missão de proteger a *Christianitas* das agressões dos seus inimigos e de assegurar, caso seja necessário, com o recurso às armas, a vitória da fé cristã e da Igreja Católica⁸⁶.

O reinado de Carlos Magno⁸⁷ insere-se num período de conflitos bélicos face

84 MARQUES, José - A presença da Igreja na história militar portuguesa das origens ao final do século XIV. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VIII. Porto: Universidade do Porto, 1991, p. 10. Neste ponto 3, pertencente ao primeiro capítulo da dissertação, procuraremos demonstrar as motivações, bem como os acontecimentos que estiveram por detrás da aceitação dos actos bélicos por parte da Igreja

85 MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*. Trad. António Carlos de Azeredo. Porto: Civilização, 2002, p.15-16.

86 MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*, p.13-17.

87 A nível militar, alargou as fronteiras do seu reino, tomando, por exemplo, a Baviera (em 778). Ainda

aos povos pagãos. Durante o século IX, começam a surgir os primeiros documentos litúrgicos que apelam ao imperador para que este reprima os rebeldes pagãos. Também nestes tempos, realiza-se a *Missa pro rege contra paganos*⁸⁸ que parece ser a primeira de inúmeras missas dirigidas contra os pagãos. No período carolíngio, desvendamos já facilmente elementos da guerra justa cristã e outros que originariam consequentemente a guerra santa (apelada de Cruzada).

A aceitação da violência e da guerra por parte da Igreja encontra então as suas origens em períodos bem anteriores à Cruzada, mas interessa agora conhecer a sua fundamentação teórica.

A primeira grande doutrina cristã sobre os conflitos bélicos é da autoria de Santo Agostinho (354-430) e encontra-se inserida no XIX livro de *A Cidade de Deus*. Esta mesma doutrina estará bem viva durante toda a era medieval. As conclusões retiradas por Agostinho de Hipona, podem resumir-se a quatro:

- 1- Todos os seres desejam a paz, incluindo aqueles que querem a guerra, pois intencionam apenas servir-se desta como um meio para atingir a paz.
- 2- A guerra é um mal, ao qual por vezes, é necessário recorrer com o objectivo de restabelecer uma paz justa e evitar males maiores.
- 3- O conflito armado pode ser justo, se for justa a paz para qual ele tende. As guerras justas são aquelas que se destinam a punir as injustiças ou a iniquidade da parte contrária ou adversária.
- 4- A vontade deve tender sempre para o bem da paz: a guerra trava-se por necessidade, a fim de que Deus possa libertar os homens do estado de injustiça, conservando-os na paz. Não se procura a paz para fazer a guerra, mas faz-se a guerra para alcançar a desejada paz⁸⁹.

A guerra santa cristã irá diferenciar-se da guerra justa apenas num aspecto essencial: a primeira é concebida como um acto religioso, sendo proclamada

antes, no ano de 774, tinha obtido uma vitória decisiva sobre os lombardos que lhe valeu o título de Protector do Papado. No dia de Natal em 800, é coroado imperador pelo papa Leão III. A nível cultural, apostará na educação do clero. Deixou a Igreja em melhor situação em termos de número de fiéis e de organização, tendo esta melhores condições para resistir às dificuldades que se avizinhavam. (Observe-se também: HOLMES, J. Derek; BICKERS, Bernard W. - *História da Igreja Católica*, p. 72-77).

⁸⁸ Instaurou-se a referida missa por ocasião das campanhas de Carlos Magno contra os ávaros. (MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*, p.11-17).

⁸⁹ AGOSTINHO, Santo - *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. Vol. III. Livro XIX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 1863-1968. (Veja-se também: MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*, p. 17-22, 80).

por uma autoridade espiritual ou por interesses predominantemente religiosos⁹⁰; enquanto que a segunda é conduzida por um soberano temporal interessado em defender o seu próprio Estado dum ataque inimigo.

No entanto, se nem todas as guerras justas são santas, a guerra santa para o pensamento medieval cristão é a guerra justa por excelência. Este ponto de vista foi adoptado e reafirmado durante o período das Cruzadas.

Jerusalém era a herança de Cristo que a Igreja considera que tem o direito de reivindicar. A Terra Santa deveria ser recuperada, expulsando os *infiéis* que lhe causavam ofensa, e deveria ter sempre as portas abertas aos peregrinos. Esta obsessão pela cidade sagrada estará sempre presente na preparação da Cruzada⁹¹. Por outro lado, os árabes eram vistos como injustos agressores, que urgia afastar através do recurso à força, não para derramar sangue, mas para expandir a fé cristã, de forma a obter a paz⁹². Os cruzados partiam então como peregrinos armados, procurando purificar a sua alma pecadora. Por isso, constituem um exército de penitentes que procura, através da luta, merecer a recompensa eterna do céu⁹³.

Mesmo assim, surgiram críticas e dúvidas aquando da fundação da Ordem do Templo (cujas primeiras origens se situam em 1120⁹⁴), primeiro instituto religioso com vocação militar⁹⁵. Os mais cépticos argumentavam que a actividade militar dos freires templários poderia ser preenchida pelo ódio e pela cobiça, anulando assim a bondade do fim. Por outro lado, outros sustentavam que uma maior contemplação espiritual requeria um afastamento do mundo.

90 Imediatamente constatamos *à priori*, que a autoridade competente para proclamar a guerra santa ou a Cruzada é a Igreja, através do seu principal representante: o Papa. (MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*, p. 80-84).

91 A conquista da cidade de Jerusalém ou a manutenção do reino latino de Jerusalém integram-se no núcleo das principais preocupações inerentes ao fenómeno cruzadístico. Os cruzados que para lá partiam, obteriam a remissão de todas as culpas e a indulgência plenária concedidas por Urbano II e pontífices sucessores. (MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*, p. 80-84).

92 Tal perspectiva foi defendida por Frei Álvaro Pais, sendo então este citado por: MARQUES, José - A presença da Igreja na história militar portuguesa das origens ao final do século XIV. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VIII, p. 10.

93 MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*, p.84.

94 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p.74-89, 116-122.

95 A Ordem do Hospital conhece uma existência anterior à da Ordem do Templo, tendo iniciado os seus primeiros passos em meados do século XI (com a criação de um hospício por parte dos comerciantes de Amalfi). Em 1099, com a conquista de Jerusalém, torna-se uma entidade progressivamente autónoma. Finalmente, em 1113, obtém a bula confirmatória. Todavia, comportava inicialmente funções de apenas carácter assistencial. (Ver: GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p.116-124).

Hugo de Payens (defensor do projecto templário e primeiro grão-mestre da referida ordem) não se deixou abater, contra-argumentando da seguinte forma:

1- A aversão era contra a iniquidade e não contra os homens.

2- Os bens obtidos na sequência dos conflitos bélicos, não se deviam a um desejo mundano de riqueza mas deviam ser encarados como uma recompensa de Deus. Enquanto que os *infiéis* perdiam justamente as suas riquezas materiais pelos seus pecados.

3- Nem o lugar nem o hábito poderiam condicionar, de algum modo, a intensidade duma vivência cristã. O único requisito exigível radicava numa dedicação espiritual sólida.

Bernardo de Claraval destaca-se neste cenário, apoiando a validade da fundação templária. Este doutor da Igreja recordava que a queda em combate permitia ao cristão o acesso à vida eterna e não a condenação por actuar através de meios drásticos⁹⁶.

⁹⁶ GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p.116-122, 298.

Capítulo II - Os Cruzados em Portugal

Exposta a conjuntura que propiciou o surgimento das Cruzadas destinadas ao Oriente, é altura de abordarmos o impacto destas na formação do reino de Portugal.

Dentro deste contexto, as conquistas de Lisboa e Almada (1147), Silves e Alvor (1189), e Alcácer do Sal (1217) foram alcançadas com o auxílio de contingentes estrangeiros que se destinavam à Terra Santa. Tratam-se de exércitos heterogêneos que agregavam várias nacionalidades e línguas e, cujo controlo estava longe de ser uma tarefa fácil para os seus comandantes⁹⁷.

Outra característica inerente a uma grande parte destes cruzados, que será também observada mais adiante, é a sua obsessão pelo saque que poderia envolver dinheiro, géneros e resgates. Por vezes, as suas necessidades materiais eram ainda compensadas com a obtenção de terras e isenções comerciais perpétuas, em caso de permanência no pós-conquista⁹⁸. Mesmo assim, estes reforços extra-peninsulares desempenharão um papel relevante no avanço da Reconquista Portuguesa para sul.

Se o capítulo II desta dissertação não é inovador e pretende tão somente oferecer uma sistematização de elementos já conhecidos, a sua elaboração justifica-se dada a necessidade de complementarmos a leitura do envolvimento dos portugueses nas campanhas da Cruzada a Oriente. De resto, esta cooperação em terras portuguesas pode também ter estado na origem da participação de portugueses nas campanhas levantinas.

1. A conquista de Lisboa e Almada (1147)

A tomada de Lisboa, em 1147, insere-se num contexto circunstanciado por acontecimentos internos e externos que merecem ser enunciados.

A década de 40 do século XII foi frutuosa no que diz respeito à Reconquista Portuguesa. Em 1142, D. Afonso Henriques reocupa Leiria e, em 15 de Março

97 MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 235, veja-se com atenção a nota de rodapé nr. 27.

98 MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 237.

de 1147, apodera-se de Santarém. Na perspectiva de Pedro Gomes Barbosa, tratam-se de dois sucessos militares com consequências estratégicas de extrema importância. Por um lado, Leiria *seguraria o flanco sul do condado*, enquanto que por outro, Santarém tornar-se-ia num ponto de apoio decisivo para uma possível campanha destinada a Lisboa⁹⁹.

Por seu turno, também as ocorrências exteriores que preocupavam a Cristandade favoreceram, em geral, uma expedição a Lisboa. As notícias provenientes do Próximo Oriente não eram nada animadoras. Em 1144, a cidade de Edessa caíria em mãos muçulmanas. Como se não bastasse, o reino de Jerusalém era acossado por divisões internas, constituindo outro facto alarmante. A reacção necessária a esta difícil conjuntura que recaía sobre os estados cruzados, será promovida pela Santa Sé. O Papa Eugénio III pregara a Segunda Cruzada, em 1146. Também São Bernardo de Claraval decide peregrinar pela França e pelo Império Germânico com o intuito de reunir os apoios requeridos para a referida cruzada. Assim sendo, em 1147, Luís VII, rei da França, e Conrado III, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, tomam a cruz. Estava assim lançada uma empresa, dimensionalmente grandiosa, destinada ao Oriente. É verdade que a Segunda Cruzada não obterá qualquer êxito militar relevante no Oriente¹⁰⁰. Todavia, num certo dia, um número nada subestimável de cruzados estrangeiros que rumavam ao Levante, aportariam em território português, prestando um auxílio decisivo que viabilizará a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques¹⁰¹.

Constatamos então que o avanço da Reconquista Portuguesa e os insucessos recentes no Próximo Oriente acabaram por se traduzir numa conjugação perfeita que permitirá o assédio a Lisboa, em 1147.

O estudo deste acontecimento marcante da História de Portugal não pode ser efectuado sem ter em consideração, pelo menos, algumas das fontes narrativas que o descreveram. Por isso, torna-se indispensável proceder à leitura da carta do presbítero anglo-normando Raul que era endereçada ao

99 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 11. (Veja-se também: MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 171 e 278).

100 Os dois soberanos cometeram um erro estratégico, pois preferiram tentar capturar Damasco (o que redundou em total fracasso) em vez de atacarem Alepo, cujo *atabeg* tinha sido o responsável pela perda de Edessa. O panorama continuava a ser negro para os estados latinos do Oriente. (BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 24-25).

101 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 24-25.

clérigo Osberto de Bawdsey, publicada por Aires de Nascimento¹⁰². Este testemunho é muito pormenorizado e enriquecedor do ponto de vista histórico e, como tal, será privilegiado na nossa investigação. Em segundo plano, temos as cartas de três cruzados germânicos (Arnulfo, Duodequino e Vinando) que, entre si, diferem pouco quanto ao conteúdo. Dentro do lote destas últimas, decidimos seleccionar a narração de Arnulfo que se destinava ao bispo Milão de Terouenne. Esta última missiva possibilita-nos também a obtenção de novos dados que não ousamos ignorar¹⁰³.

A concentração dos navios, que transportavam as forças cruzadas com destino ao reino português, ocorrera no porto inglês de Dartmouth¹⁰⁴. Obviamente que a expedição apenas se reúne aí, sendo erróneo assinalar aquele espaço como primeiro ou único ponto de partida das tropas cristãs estrangeiras¹⁰⁵.

Feito este apontamento, interessa avaliar as dimensões que envolviam esta força expedicionária. Em relação ao número dos navios, existem algumas contradições entre os cronistas. Raul menciona a existência de 164 embarcações¹⁰⁶ (às quais podem ser adicionadas outras 5 que tinham partido antecipadamente¹⁰⁷) enquanto que Arnulfo, aponta para a presença de quase 200 navios¹⁰⁸. Reunidos estes dados, deduzimos que a frota cristã deveria possuir entre centena e meia a duas centenas de barcos. No que diz respeito ao número de cruzados transportados, Pedro Gomes Barbosa estima uma comparência a rondar os 13 000¹⁰⁹. Estes soldados tinham, entre si, proveniências geográficas distintas, e por isso, destacamos a presença de ingleses, normandos (vassalos do rei inglês), flamengos, colonienses, bretões, escoceses, bolonheses¹¹⁰. Os seus líderes eram o conde Arnaldo de Aerschot (responsável pelas forças do Sacro Império Romano-Germânico), Cristiano de

102 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 55-147.

103 Pedro Gomes Barbosa apresenta uma síntese sobre estas versões secundárias, sendo mais completa, a análise que efectua sobre o testemunho de Duodequino que era destinado a Cuono, quarto abade de Logenstein. (Veja-se: BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 82-87; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 173-174). A carta de Arnulfo pode ser consultada em: OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 113-118.

104 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 55.

105 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 82.

106 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 55.

107 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 27.

108 OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 113.

109 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 27.

110 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 55. (Veja-se também: BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 27).

Gistelles (comandante das forças flamengas e bolonhesas), Hervey de Glanville (com autoridade sobre os homens de Norfolk), Simão de Dover (cuja atenção dedicava aos efectivos de Suffolk), André de Londres (que chefiava os navios de Kent) e Saério de Archelles (que olhava pelas restantes embarcações da frota)¹¹¹.

A expedição abandona Dartmouth a 23 de Maio de 1147 (numa sexta-feira) e, por via marítima, alcança o Porto, a 16 de Junho (numa segunda-feira)¹¹².

Assim sendo, as tropas estrangeiras, que tentariam mais tarde a sua sorte em Lisboa, encontravam-se já em território português. Todavia, é importante questionar se a sua chegada ocorreu por acaso ou na sequência de negociações prévias.

Todos os indicadores existentes solidificam a segunda hipótese. No relato de Raul, observamos que o bispo do Porto tinha já conhecimento da chegada iminente dos cruzados, tendo recebido, na véspera, uma carta de D. Afonso Henriques (este já tinha partido, há 10 dias, rumo a Lisboa) que o incumbia de receber bem os francos e de os convencer a seguir para o assédio daquela urbe¹¹³.

Por sua vez, José Mattoso aponta outros argumentos de maior interesse que

111 Sintetizando, Arnaldo de Aerschot estava à frente dos soldados germânicos, Cristiano de Gistelles liderava as hostes flamengas enquanto que os outros quatro comandantes assumiam uma chefia repartida sobre os contingentes ingleses e normandos. (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 55).

112 Espaços percorridos durante este trajecto, segundo Raul: Dartmouth - Bretanha - *Picos nos Montes Pirinéus*- porto de *São Salvador* (perto de Oviedo) - Ribadeo (próximo de Lugo) - *Ortígia* - *Torre do Farol* - porto de Tambre (não longe de *Iria Flavia* e Santiago de Compostela) - Ilha de *Flamba* - Porto. Aires de Nascimento equivocou-se (provavelmente sem qualquer intenção) ao afirmar que a chegada dos cruzados ao Porto ocorreu em 16 de Julho (em vez de Junho). Por sua vez, José Mattoso data acertadamente este episódio no dia 16 do mês de Junho (1147). (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 57-61, 157 – veja-se nesta última página a nota nr. 21; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 175).

113 A propósito desta discussão, Pedro Gomes Barbosa concentra a sua investigação, no dia 6 de Junho, data que, de acordo com D. Pedro Pitões, terá marcado a partida de D. Afonso Henriques em direcção a sul. Nesse mesmo dia, a frota dos cruzados não tinha sequer alcançado o País Basco e muito menos, a região da Galiza. É verdade que aqui podem constituir excepção, os cinco navios que partiram à frente mas estes mesmos chegaram ao Porto apenas dois dias depois de D. Afonso Henriques ter efectuado a sua partida. Por outro lado, é importante relembrar que o monarca e as suas tropas deverão ter saído de Coimbra e não do Porto. Por isso, não cremos que o soberano tivesse entrado, nesse momento, em conversações com os homens destas embarcações que se anteciparam. Aliás, na nossa perspectiva, o soberano terá aproveitado a oportunidade de estabelecer contactos ainda antes da chegada de qualquer embarcação (pertencente à mencionada frota) às costas da Península Ibérica. Corroboramos então a ideia de Pedro Gomes Barbosa que salienta que *não é de um dia para o outro que se poderão reunir forças suficientes para atacar uma praça tão bem defendida como era Lisboa*. Assim sendo, estes dados reforçam a ideia de que o soberano português já teria conhecimento, com maior antecedência, da chegada iminente dos cruzados. (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 61-73; BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 32-33).

atestam a ocorrência de negociações prévias que foram decisivas para a participação desta frota estrangeira no empreendimento estudado. Em primeiro lugar, encontramos uma carta enviada por Bernardo de Claraval a D. Afonso Henriques, onde o primeiro garante vagamente ao rei *que receberia a resposta que desejava*, na sequência de um pedido já feito¹¹⁴. A nossa suspeição é ainda alimentada pelo facto de Bernardo de Claraval ter também pregado nos actuais Países Baixos, entre Julho de 1146 e Janeiro de 1147. Como sabemos, um número considerável dos cruzados que participara no cerco de Lisboa era proveniente daquele espaço. Como se não bastasse, aquele homem conhecia ainda pessoalmente Cristiano de Gistelles, comandante das tropas de Flandres e Bolonha. Exposto isto, acreditamos que, pelo menos, a chegada dos flamengos não terá sido fruto do acaso.

O biógrafo de D. Afonso Henriques discrimina ainda outros dois indícios que reforçam esta teoria até então desenvolvida. Dentro deste contexto, aquele historiador estranha a partida precoce da expedição concentrada em Dartmouth (a 23 de Maio) que antecedeu a saída dos contingentes de Luís VII e Conrado III (verificada em Junho). Neste ponto, não podemos olvidar o facto destes últimos terem decidido efectuar o seu percurso por terra o que pressupunha uma viagem mais morosa. Adquire então consistência a ideia de que estava já prevista, desde o início do percurso da frota de Dartmouth, uma paragem algo prolongada. A outra pista está relacionada com as versões dos cavaleiros teutónicos Vinando, Arnulfo e Duodequino que não parecem estar surpreendidos com o trajecto seguido, ao longo da sua aventura, reforçando ainda mais a opinião anterior¹¹⁵.

Analizada esta problemática, regressamos ao Porto que, recebera então as forças exteriores, a 16 de Junho de 1147. Como observáramos, o bispo do Porto recebe uma carta do rei D. Afonso Henriques que o incumbia de assegurar uma recepção digna e pacífica aos cruzados e de tentar obter um acordo com estes. O diocesano deveria ainda disponibilizar-se como *garante* desse acordo juntamente com outros que pudessem ser requeridos para esse efeito. O clérigo cumpriria estas ordens enquanto que, por seu turno, o monarca português, como já referimos, teria partido com o exército português

114 A referida carta foi publicada por Jean Mabillon, no século XVII. A sua autenticidade não parece estar em causa. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 168-170).

115 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 168-170.

há 10 dias, rumo a Lisboa, esperando assim a chegada dos reforços previstos. Durante esta estadia no Porto, não podemos ignorar o célebre (e também decisivo) sermão¹¹⁶ do bispo D. Pedro Pitões que fora efectuado no terreiro da casa episcopal. O seu discurso tem em conta quatro aspectos essenciais:

1- As exortações de âmbito religioso imperam e assim sendo, o mencionado clérigo apela aos cruzados para que privilegiem os serviços a Deus em detrimento dos interesses materiais¹¹⁷.

2- Tal como Urbano II, que descrevera um cenário terrível no Oriente, aquando do lançamento da Primeira Cruzada¹¹⁸, também aquele homem da Igreja portuguesa faria o mesmo, embora em relação ao ocidente peninsular. Ele alertara para as desgraças que tinham ocorrido na *Espanha*, desde a invasão muçulmana. Os saques acompanhados pelo derramamento de sangue causavam muito dano aos cristãos daquele território. Dentro deste contexto, D. Pedro Pitões tenta sensibilizá-los para a causa hispânica¹¹⁹.

3 - No âmbito da temática da guerra santa, o bispo do Porto legitima a campanha contra o *infidel*, recordando que o lema *quem com ferro mata, com ferro morre* não se aplica aos ímpios que devem ser neutralizados¹²⁰. Na perspectiva do discursante, *não é crueldade quando se pune em nome de Deus, é piedade e quem elimina os maus, e tem razões para os matar, é ministro do Senhor*¹²¹.

4 - Os cruzados são ainda informados da partida precoce de D. Afonso Henriques e suas tropas (ocorrida 10 dias antes) com destino a Lisboa. O *Conquistador* já previra a chegada dos contingentes estrangeiros e, por isso, encarrega o bispo de os receber bem e tentar o acordo (onde é mencionada uma *proposta de dinheiro* caso os cruzados decidam assediar Lisboa). O diocesano partilha todas estas directivas com os cruzados, entregando-se como *penhor da promessa*¹²².

116 O seu discurso está cheio de citações de figuras célebres da história da Igreja. O mesmo encontra-se publicado em: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 61-73.

117 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 61-73.

118 RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. Vol. I, p. 92-95.

119 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 67-69.

120 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 69.

121 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 69-71.

122 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 73. (Como já referimos, este discurso extenso proferido pelo bispo do Porto pode ser analisado entre as páginas 61 e 73).

Finalizado o sermão, os cruzados decidem rumar a Lisboa para conversar com o rei português, transportando consigo D. Pedro Pitões e ainda D. João Peculiar, arcebispo de Braga. A frota abandona o Porto, a 27 de Junho e alcança muito pouco tempo depois, o estuário do Tejo¹²³.

As hostes estrangeiras deparavam-se agora com Lisboa que seria descrita pelos cronistas cristãos. O anglo-normando Raul testemunha o potencial económico¹²⁴ e humano¹²⁵ da cidade. A nível militar, aponta para a existência de 15 000 soldados muçulmanos que, armados com lanças e escudos, estavam dispostos a vender cara a vitória às tropas cristãs¹²⁶. Contudo, um exército destas dimensões era insuficiente para proteger devidamente o perímetro da urbe lisboeta. Como se não bastasse, muitos dos seus efectivos nem sequer tinham recebido o indispensável treino militar¹²⁷. Por seu turno, o germânico Arnulfo não poupa elogios às estruturas defensivas de Lisboa, destacando as suas muralhas e torres e classificando-a como *inexpugnável por forças humanas*¹²⁸.

Após observarem distanciadamente Lisboa, os cruzados procuram o desembarque na praia junto àquela cidade. Todavia o primeiro contingente de cruzados que logra desembarcar é imediatamente atacado por alguns muçulmanos que acorreram ao areal. Estes últimos vêm os seus intentos fracassados e retiram-se prontamente¹²⁹. A propósito desta primeira

123 José Mattoso assinala que a chegada ao Tejo terá ocorrido no dia 28 de Junho o que parece ser credível. O mesmo já não podemos aferir relativamente à data que ele propõe para a saída da frota do Porto - 17 de Junho (tal pressupunha 11 largos dias de viagem!). Por sua vez, o presbítero Raul é claro: *Uns dez dias depois [27 de Junho], porém, carregadas as nossas bagagens em companhia dos bispos fizemo-nos à vela e fizemos próspera viagem.* (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 73-75; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 175).

124 Raul menciona a existência de variados produtos de solo (alguns derivados de árvores, como a oliveira ou a figueira, e das vinhas), pastos, géneros de caça, coelhos, aves de inúmeras espécies, ouro, prata, artigos de luxo, ferro. (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 77).

125 Esta testemunha presencial do cerco estima a presença de 60 000 famílias que pagavam tributo (excluindo os homens livres de impostos). O referido presbítero consegue ainda recolher as informações fornecidas pelo alcaide que, após a tomada de Lisboa, confessou que, em tempos recentes, tinham chegado a existir 154 000 homens. Nesta contagem mais precisa, aquele oficial árabe exclui as mulheres e as crianças, mas já incorpora os refugiados de Santarém, os nobres recém-chegados de Sintra, Almada e Palmela, e ainda, os mercadores de outros territórios da Espanha ou provenientes de África. (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 79).

126 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 75-79.

127 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 35.

128 OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 114.

129 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 79-81.

escaramuça, Pedro Gomes Barbosa acredita que aquele contingente cristão de pequenas proporções fora alvo de um ataque efectuado, não por soldados profissionais da urbe, mas sim pelos habitantes do arrabalde¹³⁰. Esta interpretação pode justificar perfeitamente o desfecho daquele primeiro episódio bélico que ocorrera a 28 de Junho.

Com o restante desembarque a decorrer provavelmente dentro da normalidade, os cruzados procuram agora comparecer diante de D. Afonso Henriques para ouvir a sua proposta. O monarca português estava já nas proximidades de Lisboa, tendo aguardado durante mais de 8 dias pela chegada dos reforços desejados. Em 29 de Junho, ocorre o encontro previsto, tendo o discurso de D. Afonso Henriques assumido protagonismo total. O *Conquistador* apela à piedade e não à ganância dos cruzados para a concretização do empreendimento, reconhecendo simultaneamente as debilidades que afectavam o tesouro real, as quais se deviam às constantes guerras com os mouros. O soberano português incita os cruzados a seleccionarem os seus representantes para que o acordo seja negociado com maior facilidade e tranquilidade¹³¹.

Os cruzados tinham então que conceder uma resposta decisiva. Todavia o consenso entre as forças estrangeiras não foi total. Por um lado, os flamengos, colonienses, bolonheses, bretões e escoceses aceitaram auxiliar as tropas portuguesas na tomada de Lisboa, enquanto que, por outro lado, Guilherme Vítulo (obcecado por actos de pirataria), Radulfo (irmão deste último), os homens de Northampton e de Hastings não perdoam a *traição do rei* que ocorrera cinco anos antes¹³². Também alguns normandos de Southampton e de

130 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 42-43.

131 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 81-83.

132 De facto, teria ocorrido um ataque anterior a Lisboa, em 1142. De acordo com José Mattoso, tal campanha contou com a participação de tropas portuguesas e anglo-normandas (estas últimas dirigiam-se à Terra Santa). Pouco mais se sabe, pois os registos históricos são quase nulos. Inclusive, não conhecemos qual a verdadeira finalidade da campanha, isto é, seria uma expedição de conquista ou apenas de saque? Se for a primeira, então o fracasso foi total pois a cidade resistiu eficazmente. Caso se comprove a segunda, o resultado alcançado poderá ter sido mais positivo visto que os arredores da cidade foram severamente danificados. Com o término da empresa, o rei e as tropas portuguesas retiraram-se enquanto os estrangeiros continuaram o seu trajecto rumo ao Levante. Relativamente à questão da *traição* mencionada por Guilherme Vítulo e Radulfo (ambos participantes dessa primeira tentativa), não podemos avançar muito, embora Pedro Gomes Barbosa possua duas teorias. Numa primeira hipótese, como Santarém ainda não tinha sido conquistada, o apoio prometido por D. Afonso Henriques terá deixado muito a desejar (tal precipitou a retirada dos contingentes estrangeiros). Na segunda, não podemos descartar a possibilidade de que D. Afonso Henriques os tivesse convencido a assediar o estuário do Tejo, abrindo uma segunda frente e ocupando a esquadra muçulmana aí existente. Este procedimento permitia, ao monarca português, aliviar a pressão sobre as

Bristol se mostram algo reticentes sobre esta empresa¹³³. A intervenção de Hervey de Glanville será decisiva para devolver a unanimidade, convencendo mesmo Guilherme Vítilo e seus companheiros a ficar¹³⁴.

A decisão estava tomada, faltando apenas alcançar o acordo final com o monarca português o que ocorrerá a 30 de Junho. Nesse pacto, D. Afonso Henriques assegura aos cruzados o seu direito ao saque, a obtenção de prisioneiros e dos consequentes resgates, a isenção de portagem sobre os bens transportados pelos chefes das embarcações que estiveram presentes no cerco de Lisboa.

Por seu turno, o soberano apenas exigia para si a posse da cidade (cujas terras seriam repartidas e mantidas conforme *os costumes e liberdades respeitabilíssimas dos francos*) e os cativos abdicados pelas forças estrangeiras¹³⁵.

Garantido o consenso, as atenções direccionam-se agora para Lisboa. Assim sendo, surge uma primeira tentativa de tomar a cidade pela via pacífica, visando uma rendição imediata dos muçulmanos. Para esse efeito, foi enviada uma delegação liderada pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e pelo bispo do Porto, D. Pedro Pitões. Os muçulmanos que acusaram a recepção desta representação diplomática cristã, eram representados pelo alcaide, bispo¹³⁶ e principais personalidades do burgo, todos eles posicionados sobre as muralhas da cidade. Assim sendo, os dois lados acordaram um pequeno período de tréguas a fim de se ouvirem mutuamente.

Neste encontro, D. João Peculiar obtém o maior protagonismo, efectuando o discurso mais marcante da facção cristã. O arcebispo de Braga tenta a rendição pacífica dos mouros, alegando o direito de posse sobre Lisboa (até porque a cidade havia sido outrora cristã). Acusa-os ainda das atrocidades verificadas ao longo da sua permanência na Península Ibérica. Após esta intervenção, é a vez do partido muçulmano exprimir a sua posição através de um ancião. Este rejeita a ideia de render pacificamente a cidade, afirmando

suas fronteiras ou até conquistar novos espaços. (Veja-se: MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 141; BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 11).

133 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 83-85.

134 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 85-89.

135 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 91-93.

136 De facto, Raul refere a presença de um bispo que professaria em Lisboa. Este indivíduo, do qual desconhecemos a sua verdadeira identidade, supostamente atendia às necessidades da comunidade moçárabe aí existente. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 178).

ainda que preferia deixar o destino dos homens na mão de Deus. Assim sendo, Lisboa teria que ser tomada pela espada. O bispo D. Pedro Pitões, embora consciente do fracasso da sua missão, responde ainda ao ancião, lembrando que as esperanças deste e dos restantes sarracenos residiam no azar alheio (ou seja, na desgraça dos invasores) e não no próprio valor (isto é, nas capacidades dos defensores da urbe em questão). O clérigo portuense deduzia então a existência de uma situação debilitada no campo muçulmano¹³⁷.

O único caminho a seguir para a captura de Lisboa envolveria inevitavelmente actos bélicos e consequentemente vítimas de ambos os lados.

No dia 1 de Julho, ocorrem os primeiros conflitos no arrabalde de Lisboa, terminando com a vitória dos cruzados anglo-normandos que afugentam os resistentes mouros. O arrabalde caía assim sem grandes dificuldades, em mãos cristãs. Posteriormente, surgem ainda algumas sortidas por parte dos muçulmanos mas sem consequências práticas, acabando aqueles por se retirarem novamente¹³⁸. No imediato, as tropas atacantes acampam e posicionam-se em três frentes: germânicos (colonienses) e flamengos a oriente da cidade, os anglo-normandos a ocidente e os portugueses a norte¹³⁹.

A guerra estava instalada, assumindo enormes proporções na vertente psicológica. Os defensores muçulmanos, ao serem cercados, provocam e insultam verbalmente os cristãos, desde o alto da muralha. Os seguidores de Maomé acusam os invasores de cobiçarem os bens alheios. Para além disso, demonstram um total desrespeito pela fé cristã, utilizando uma cruz que ridicularizavam de diversas formas¹⁴⁰. Mais à frente, como veremos, será a vez dos cristãos jogarem o seu trunfo no âmbito psicológico.

O cerco já tinha então começado e as tropas invasoras colocam em acção as máquinas de guerra de modo a atingirem o seu propósito. Nos inícios de Agosto e com o intuito de derrubar as defesas adversárias orientais da urbe, os colonienses e flamengos recorrem a um aríete¹⁴¹, a um suíno¹⁴², a uma torre

137 A missão e os resultados obtidos por esta delegação devem ser analisados em: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 93-99.

138 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 99-105. (Veja-se também: BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 62-63).

139 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 176.

140 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 103-107.

141 De acordo com José Mattoso, os arietes eram alavancas suspensas de uma armação, de forma a poder projectá-las contra a muralha para tentar derrubá-la, ou contra as portas para nelas abrir brechas. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 176).

142 No entender de José Mattoso, o «suíno» era uma cobertura que permitia a um pequeno grupo de

móvel¹⁴³ e ainda a cinco balistas¹⁴⁴. Por seu turno, os normandos e ingleses constroem uma torre móvel de 95 *pés de altura*, tentando assediar a zona ocidental. Todos estes meios são introduzidos nas hostilidades, mas sucumbem perante as setas incendiárias e os ataques das balistas muçulmanas¹⁴⁵.

A motivação das forças cristãs decresce um pouco, contudo volta imediatamente a atingir níveis elevados, quando têm conhecimento da fome existente no interior de Lisboa¹⁴⁶. De acordo com Arnulfo, os habitantes chegavam ao extremo de comer cães e gatos¹⁴⁷. Nos dias seguintes vislumbramos inclusive alguns muçulmanos que conseguem abandonar a cidade, entregando-se aos cristãos devido à miséria existente¹⁴⁸.

A situação vivida pelos sitiados parecia ser caótica e, como era previsível, os líderes da resistência muçulmana tentam obter apoios externos. Dentro deste contexto, os cruzados conseguem interceptar uma embarcação que, ao entardecer, teria saído da cidade. Os cristãos descobriram aí diversas cartas de pedido de auxílio que se destinavam a Abu Moamede, rei de Évora, parentes, amigos, devedores de dinheiro... Também este acontecimento moralizaria as hostes cristãs que intensificam os ataques. Todavia, é certo que outras mensagens terão sido enviadas com sucesso, chegando ao destinatário desejado. E por isso, compreende-se perfeitamente o facto de ter sido encontrado posteriormente o cadáver de um mensageiro que morrera afogado com uma carta do soberano muçulmano de Évora que negava qualquer apoio militar por estar em tréguas com o rei de Portugal¹⁴⁹.

Entretanto, alguns cruzados normandos e ingleses decidiram atravessar o Tejo, para pescarem do lado de Almada. Contudo, foram alvo de uma emboscada

atacantes aproximar-se da muralha, protegendo-se dos projecteis inimigos. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 176).

143 Segundo o biógrafo de D. Afonso Henriques, *a torre móvel era uma construção em madeira que se aproximava da muralha inimiga permitindo atirar projecteis à sua altura, mas tinha de ser recoberta por peles ou outras substâncias para não arder com os projecteis inflamados contra ela lançados. Uma destas torres atingia os 95 pés de altura, e outra os 83, ou seja, respectivamente, cerca de 28, 5 metros e 25 metros de altura.* (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 176).

144 O mesmo especialista define a balista como *uma espécie de besta de grandes dimensões montada num carro.* (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 176).

145 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 107-109. (Veja-se também: BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 65-67).

146 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 109.

147 OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 115.

148 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 113.

149 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 109-111.

por parte dos mouros daquela localidade. A morte ou o cativoiro foram os destinos que enfrentaram estes aventureiros. Obviamente que o restante contingente anglo-normando acabou por ter conhecimento deste acontecimento, desejando vingar os seus compatriotas que haviam caído em desgraça. A retaliação foi imediata e sangrenta. Saério de Archelles conduziu uma expedição com 30 cavaleiros e mais de 100 peões. Como consequência, Almada seria saqueada, em menos de um dia. Raul fala em cerca de 500 mortos e 200 cativos do lado muçulmano enquanto que, aponta apenas a ocorrência de uma baixa¹⁵⁰ na facção cristã. Os cruzados conseguem ainda extrair 80 cabeças dos muçulmanos falecidos e colocam-nas nas lanças para as apresentarem à guarnição muçulmana de Lisboa. Tal acto aterrorizou e desmoralizou os mouros que estavam então sobre as muralhas. Mais uma vez, a cartada psicológica era jogada neste conflito, desta feita em detrimento dos sarracenos¹⁵¹.

Após a chacina verificada em Almada, os invasores tentarão apressar, diante de Lisboa, a vitória ambicionada, recorrendo novamente às máquinas de guerra. Estávamos então em meados de Outubro de 1147, quando o cerco é agravado.

Neste âmbito, os cruzados ingleses e normandos tentam escavar um fosso subterrâneo de forma a destruírem a muralha. Mas o seu intento sai fracassado. Simultaneamente, participam na construção de uma torre móvel de 83 pés de altura¹⁵². Esta última estrutura nasceu da iniciativa dum engenheiro natural de Pisa e, para além de ser construída com a colaboração das tropas, foi ainda financiada pelo monarca português¹⁵³. Por sua vez, tanto colonienses e flamengos concentram os seus esforços num novo fosso subterrâneo (ou mina) escavado com cinco entradas. Como observaremos de seguida, estes dois mecanismos serão decisivos para o desfecho das hostilidades.

A mina fará ruir cerca de 20 metros de muralha e abria-se assim uma brecha que poderia ser oportuna para os sitiadores flamengos e colonienses que, desde logo, concentram aí os seus esforços, tentando penetrar no interior da

150 Embora não possuindo qualquer base documental, duvidamos que tivesse perecido apenas um cruzado. No entanto, não podemos questionar o sucesso desta campanha que terminou indiscutivelmente com uma vitória estrondosa para os cristãos.

151 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 113.

152 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 113-115.

153 OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 116.

cidade. No entanto, a vitória não será garantida por esta via devido a alguns factores. Por um lado, temos que reconhecer o heroísmo por parte dos defensores muçulmanos que acorrem à estrutura defensiva danificada para a defender e reparar¹⁵⁴, enfrentando com coragem o cenário mais provável de morte. Por outro lado, a topografia do terreno parecia ser algo desfavorável, dificultando os objectivos dos cruzados germânicos¹⁵⁵. Para além de referir *uma multidão de sarracenos pronta à defesa*, Arnulfo salienta a existência de *um montão de difícil acesso*¹⁵⁶. Também a rivalidade visível entre os cruzados foi um empecilho neste episódio. Quando se retiraram temporariamente devido ao desgaste, as forças colonienses e flamengas rejeitam ser rendidas pelas tropas anglo-normandas que desejavam tirar proveito da brecha e da fadiga observada nos resistentes muçulmanos. A justificação para este procedimento polémico deve-se ao facto dos germânicos reclamarem para si aquela abertura que fora conseguida com o seu esforço. Por isso, não aceitavam partilhar a sua excelente oportunidade com ninguém. Assim sendo, nunca conseguirão efectuar a entrada na cidade por aquele sector até porque, nos dias seguintes, não conseguirão derrotar os bravos resistentes que aí estavam¹⁵⁷. Mesmo assim, cremos que este acontecimento desgastou, em muito, a condição já precária dos sitiados.

Um sucesso de dimensões maiores estava então reservada para a torre móvel que é lançada no terreno. É nela, que muitos cristãos concentram agora as suas esperanças. Com o decorrer dos dias, esta máquina aproximar-se-á cada vez mais das muralhas. Os muçulmanos sentem-se agora ameaçados por esta estrutura imponente e reagem desesperadamente. Numa noite e aproveitando o facto da maré ter isolado a torre móvel que estava a ser vigiada apenas por duas a três centenas de cruzados, os sarracenos saem pelas portas da cidade para lograrem a sua destruição. O perigo para os cristãos não vinha só por terra, pois do alto da muralha, choviam pedras ou materiais com substâncias incendiárias. Os cruzados têm aí o seu momento de glória, evitando o incendiamento da máquina de guerra e repelindo com heroísmo, as

154 Os muçulmanos tentam desesperadamente tapar a brecha da muralha com uma barreira de cancelas. (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 115-117).

155 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 115-117. (Veja-se também: BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 75).

156 OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 117.

157 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 117.

companhias muçulmanas que foram ao seu encontro. A máquina também não foi queimada graças ao facto de estar *envolvida a toda a volta por vimes e couro de boi para evitar que fosse atingida pelo fogo ou pela violência das pedras*¹⁵⁸. Na manhã seguinte, a maré pregava de novo a mesma partida aos cristãos, e os sarracenos voltam a tentar desesperadamente a sua sorte, mas fracassam após combates sangrentos.

No dia 21 de Outubro, a torre móvel está na iminência de alcançar as muralhas, tendo já sido lançada a ponte que permitia aos invasores colocar soldados no interior das defesas¹⁵⁹. De imediato, os muçulmanos suplicam por uma trégua (cuja durabilidade expirava no dia seguinte) que fora aceite e concedida pelos invasores cristãos¹⁶⁰. Durante esse curtíssimo período de paz condicionada, os muçulmanos comprometiam-se a não atacar a torre móvel nem a efectuar qualquer reparação nas suas estruturas defensivas, até que decidissem render ou defender até ao fim a sua praça.

Este acordo de tréguas pressupôs a entrega de cinco reféns muçulmanos. Fernão Cativo e Hervey de Glanville entregam-nos ao rei português o que suscitará a discórdia e divisões nas fileiras dos cruzados. Uns mencionam que está em iminência uma traição do monarca. Outros começam a incitar à revolta, desconfiando das capacidades dos seus próprios líderes. Neste contexto, Hervey de Glanville era o alvo preferencial das críticas, não só por ter entregado os reféns a D. Afonso Henriques, mas ainda por ter deixado alguns soldados estrangeiros *fora da atribuição dos dinheiros da cidade*¹⁶¹. O presbítero Raul salienta ainda que, mais de 400 homens, procuravam-no irritadamente, estando dispostos a fazer sua justiça pelas próprias mãos.

Inicialmente, os cinco reféns (que actuavam também como negociadores) optam pela rendição da cidade, estando dispostos a entregar o ouro, a prata e todos os haveres dos habitantes da cidade. Todavia, aperceberam-se do tumulto existente nas hostes cristãs e inteligentemente efectuem uma segunda proposta com maiores exigências, reclamando a manutenção dos bens do alcaide (e do seu genro) e os alimentos possuídos por cada residente.

158 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 117, 127-129.

159 A construção e o avanço decisivo da torre móvel podem ser acompanhados em: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 117, 127-129; BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 75-76.

160 Neste episódio de negociação de tréguas, não podemos olvidar a intervenção de Fernão Cativo (representante de D. Afonso Henriques) e de Hervey de Glanville (delegado dos cruzados). (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 131).

161 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 131-135.

Os normandos e os ingleses estão dispostos a aceitar estas novas reivindicações pois *não seria honesto antepor o dinheiro ou os víveres à honra de tomar a cidade*¹⁶². Mas os colonienses e os flamengos não são da mesma opinião e por isso, recusam *deixar alguma coisa aos inimigos*, alegando ainda *o desgaste de uma longa viagem e a perda dos seus bens como o longo caminho a percorrer ainda*¹⁶³. O conde de Aerschot, em relação à questão dos bens do alcaide, não desejava, de modo algum, abdicar da égua árabe.

A discórdia continuava a ser alimentada e era apenas uma questão de tempo até o rei português ser o novo foco do descontentamento verificado. Assim sendo, muitos dos colonienses e flamengos, que desconfiavam da benevolência do rei para com os reféns, preparam um motim. De imediato, D. Afonso Henriques é avisado do que se avizinhava. O mesmo se sucede com o duque da Flandres e o conde de Aerschot que tentam travar a revolta dos seus. Por fim, e após algumas escaramuças, a estabilidade volta lentamente a ser restabelecida.

O *Conquistador* soubera enfrentar sabiamente as ameaças dos cruzados, nunca desistindo do objectivo de capturar Lisboa. No entanto, não poupa críticas àqueles, afirmando *que se sentia atingido por aquelas injúrias, e nada mais queria em comum com homens corruptos, sem contenção, e dispostos a tudo*¹⁶⁴.

Apesar de todas estas intrigas, os cristãos acabam por aceitar a proposta de rendição dos muçulmanos. Estipulou-se que a entrada seria pacífica, embora os cruzados tivessem direito ao saque. Os habitantes, após serem espoliados, podiam então abandonar livremente a cidade.

Como era previsível, ocorre então a entrada solene. À frente iriam o arcebispo e os bispos com a bandeira da cruz, seguidos pelo monarca português e chefes cruzados e ainda pelos supostos 300 soldados seleccionados (140 anglo-normandos e 160, entre colonienses e flamengos).

Todavia estavam mais efectivos colonienses e flamengos, desrespeitando o número pré-estabelecido. Como se não bastasse, estes semeiam o terror entre os habitantes. Assassnam o presumível bispo da comunidade moçárabe, aprisionam o alcaide e usurpam os seus bens, causam dano às donzelas...

162 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 131-135.

163 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 135.

164 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 135-137.

Apesar deste lamentável episódio, os soldados originários de Colónia e da Flandres acabam por corrigir a sua postura, seguindo assim o exemplo dos cruzados anglo-normandos que cumpriram ordeiramente o seu papel aquando da entrada na urbe. Assim, as tropas estrangeiras podem já efectuar a tão desejada partilha pacífica dos despojos de guerra. Por sua vez, os muçulmanos abandonam, em massa, a cidade¹⁶⁵.

Ao fim de 17 semanas de cerco, Lisboa seria transferida para o domínio português. Como observámos antes, Almada também passara para as mãos cristãs. Contudo, não foram os únicos sucessos militares alcançados. Após o triunfo em Lisboa, o presbítero Raul refere ainda a tomada do castelo de Palmela (que fora abandonado pela sua guarnição), bem como do de Sintra, cujos habitantes oferecem a sua rendição.

De salientar que a diocese de Lisboa é consequentemente restaurada, sendo eleito Gilberto de Hastings, um dos estrangeiros que havia estado presente durante o cerco, como novo bispo¹⁶⁶.

Em jeito de conclusão, concordamos totalmente com Pedro Gomes Barbosa, quando este assinala que o apoio da frota dos cruzados foi decisivo para a conquista de Lisboa. O contingente português disponível, naquele momento, seria, à partida, insuficiente para obter a vitória ambicionada. Os cruzados não só engrossaram o número dos soldados invasores, bem como transportaram consigo os melhores conhecimentos técnicos de assédio¹⁶⁷.

Apesar dos problemas derivados da sua presença, eles viabilizaram as intenções do monarca português que, segundo José Mattoso, teve o mérito de ter mantido a sua firmeza e de nunca desistir da sua iniciativa de se apoderar de Lisboa¹⁶⁸.

Nas duas crónicas estudadas, devemos ainda assinalar que escasseiam as informações relativas à actuação das tropas portuguesas. Na nossa óptica,

165 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 137-141. (O pedido de tréguas por parte dos muçulmanos, as intrigas nas hostes cristãs, as negociações de rendição e a entrada em Lisboa podem ser observados em: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 129-141. A propósito da sábia postura de D. Afonso Henriques nestes momentos derradeiros, veja-se: MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 177).

166 As incidências do pós-conquista podem ser vistas em: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 113, 141-143.

167 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 27-31.

168 Este historiador confere um papel importante ao fundador da monarquia portuguesa, salientando também a sua actuação determinante nesta campanha que, por justiça, não pode nem deve ser ignorada. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 167-179).

Raul debruça-se mais sobre as forças anglo-normandas enquanto que Arnulfo tem em especial consideração as tropas colonienses e flamengas. Todavia, ambos deixam um ou outro detalhe de maior importância relativo às forças do rei português.

Raul menciona que D. Afonso Henriques, talvez num momento próximo do acontecimento que ditou a intercepção da carta enviada pelo rei muçulmano de Évora, decidira dispensar praticamente todo o seu exército¹⁶⁹, exceptuando um número limitado de cavaleiros e oficiais seus¹⁷⁰.

Mesmo assim, Arnulfo consegue ainda vislumbrar a participação de soldados portugueses nos momentos derradeiros do cerco, mas não lhes deixa qualquer elogio:

Entretanto os soldados do rei, que combatiam no alto da torre, amedrontados pelas manganelas dos mouros, lutavam com tam pouca valentia que os sarracenos, numa sortida, teriam queimado a torre, se o não impedissem alguns dos nossos, que por acaso vinham até eles. Chegou aos nossos ouvidos a voz dêste perigo e logo mandámos os nossos melhores exércitos a defenderem a torre, para que se não frustrasse a esperança que nela púnhamos. Mas logo que os mouros viram os lotaríngios e flamengos a subirem com tando ardor para o alto da torre, possuíram-se de tal terror que baixaram as armas e pediam que lhes déssemos a mão direita, em sinal de paz¹⁷¹.

Esta passagem parece demonstrar uma tal parcialidade, merecendo a nossa desconfiança. Apesar da credibilidade geral do seu testemunho, Arnulfo pode ter deturpado algumas indicações, de modo a louvar os guerreiros da sua nacionalidade, neste caso na defesa decisiva da torre móvel.

Apesar da escassez de dados, é então provável que os combatentes portugueses tivessem desempenhado um papel activo ao longo de tal campanha.

169 O referido soberano poderá ainda ter procedido à venda dos mantimentos que se destinavam aos seus soldados que estariam então de saída. (Veja-se: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 111).

170 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 111.

171 OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 117.

2. A captura de Alvor e Silves (1189)

A conquista destas praças algarvias enquadra-se também numa conjuntura marcada por acontecimentos internos e externos à semelhança dos exemplos mencionados no ponto anterior.

No panorama interno, o monarca D. Sancho I observava o seu reino a entrar num período mais calmo e pacífico nos anos posteriores ao cerco de Santarém (1184), efectuado pelos ameaçadores almóadas. A nobreza de corte parecia estar dividida entre apoiar a continuidade da reconquista em direcção a leste e a sul ou rejeitar qualquer campanha naquele momento. Por isso, vigoraria alguma indecisão em relação aos projectos futuros.

No entanto, as notícias provenientes do exterior, favoreceriam as intenções bélicas. O novo califa dos almóadas, Yacub al-Mansur, encontrava-se demasiado ocupado em solucionar as diversas crises internas. Este soberano teve que enfrentar uma grande rebelião ocorrida nas Baleares, que duraria até finais de 1188, e ainda as disputas pelo poder que albergavam adversários dentro da própria família real. Estas rivalidades só seriam praticamente neutralizadas a partir de 1190. A frente almóada parecia estar então estabilizada.

Por outro lado, em Outubro de 1187, a Cristandade perderia Jerusalém para o Islão, cujas tropas eram lideradas por Saladino. De modo imediato, o recém-eleito Papa Gregório VIII pregava a Terceira Cruzada. Muitos responderiam afirmativamente ao seu apelo. Assim sendo, não é de estranhar que, desde logo, sejam avistados novos navios a percorrer as costas portuguesas, rumando ao Levante. Tal como D. Afonso Henriques, D. Sancho I conhecia bem as vantagens que lhe seriam proporcionadas caso obtivesse reforços para uma possível empresa de conquista. A possibilidade deste trunfo ser lançado novamente na Reconquista Portuguesa ganhava assim força neste preciso momento.

Em termos complementares, também o falecimento de Fernando II de Leão, em Janeiro de 1188, traria consequências benéficas para os interesses portugueses. O seu sucessor, Afonso IX, era ainda bastante jovem o que parecia ser um sinal de fragilidade. É verdade que os procedimentos iniciais deste soberano lesarão as ambições portuguesas, pois irá prestar submissão a

Afonso VIII de Castela, para além de ter efectuado uma outra aliança com al-Mansur¹⁷², todavia a frente leonesa-castelhana estaria também estabilizada neste período que antecede a captura de Silves. Dentro deste contexto, Maria João Violante Branco remata: *tudo parecia calmo, pelo que o momento de atacar era propício*¹⁷³.

A opção estava tomada. D. Sancho I privilegiaria uma campanha que ameaçaria certamente os territórios a sul, possuídos pelos almóadas. Curiosamente o monarca escolherá Silves como o alvo preferencial. Esta decisão de tentar tomar um porto litoral do Algarve, totalmente afastado do *núcleo de conquista mais sedimentado*, torna-se pouco compreensível do ponto de vista estratégico¹⁷⁴. Como se não bastasse, Silves era um *bastião fortificado de dimensões decerto assustadoras e sede de um centro cultural reputado e respeitado no mundo islâmico* o que prometia dificultar, ao máximo, o sucesso de tal empresa¹⁷⁵. Esta urbe parecia contar com cerca de 15 800 habitantes¹⁷⁶ e era ainda um centro de refúgio para a pirataria muçulmana que, através dos seus trajectos marítimos, semeava o terror em muitos reinos¹⁷⁷.

Uma outra questão pertinente está relacionada com a eventualidade da coroa portuguesa possuir ou não a capacidade económica necessária ao financiamento da participação dos contingentes cruzados que tomassem parte na expedição.

Antes da sua partida para Silves, em Julho de 1189, D. Sancho I redigira o seu primeiro testamento¹⁷⁸, assegurando os destinos do reino, caso viesse a

172 A aliança entre Castela e Leão constituía uma ameaça séria para as pretensões de D. Sancho I, visto que as duas coroas mais perigosas para Portugal poderiam agora colaborar mutuamente. No âmbito do pacto estabelecido entre leoneses e almóadas, resultarão ataques punitivos de ambas as forças que visarão Tomar e Abrantes, em 1189 (ainda no ano da conquista de Silves). Tratam-se de episódios de provocação que não causaram grandes danos. Contudo, esta acção deve ser também interpretada como um aviso enviado pelo califa que estaria já preparado, a breve prazo, para uma guerra intensa com contornos ameaçadores. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 118-122).

173 Todo este contexto que antecipa a tomada de Silves encontra-se apresentado em: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 118-122.

174 Através das informações fornecidas por Maria João Violante Branco, concluímos que apenas as campanhas punitivas ou de carácter provocatório seriam perfeitamente justificáveis em espaços mais longínquos. Contudo, não será o caso de Silves. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 122-123).

175 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 122-123. (Veja-se também: PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L' Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larosse, 2000, p. 256-258).

176 DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium, A. D. 1189* in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 602, 629. (Veja-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 130).

177 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 47, p. 90.

178 O referido testamento foi seguramente concebido entre Março de 1188 e Julho de 1189. (AZEVEDO,

falecer no campo de batalha. De acordo com Maria João Violante Branco, as suas últimas disposições testamentárias parecem confirmar a existência de alguma estabilidade económica o que viabilizaria uma campanha, cujos custos poderiam ser elevados. Por outro lado, o monarca português quando firmou o pacto com os cruzados, concederia a possibilidade destes últimos adquirirem todos os bens existentes em Silves. O *Povoador* reivindicava apenas para si a posse da praça. No final da mencionada empresa, D. Sancho I tentou ainda propor aos cruzados, uma soma que chegará a atingir os 20 000 morabitinos, exigindo em troca a anulação do seu direito ao saque¹⁷⁹. Estes dados reforçam a ideia de que o tesouro real estaria em condições minimamente estáveis para suportar financeiramente esta aventura.

A análise das ocorrências, que envolveram a tomada daquela praça algarvia, só pode ser empreendida com o recurso a duas fontes indispensáveis. Dentro deste contexto, acedemos primeiramente à *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium*, A. D. 1189, elaborada por um cruzado germânico¹⁸⁰ que integrava a segunda frota que aportara em Lisboa, seguindo posteriormente para o assédio de Silves. Esta longa crónica, que se estende por 32 páginas, foi lavrada em latim. Estamos a falar dum testemunho presencial que, embora sendo parcial, descreve pormenorizadamente¹⁸¹ a campanha ocorrida em Silves¹⁸². A outra fonte importante é a *Crónica de Portugal de 1419*. Na nossa óptica, esta pode ser interpretada como a versão portuguesa dos acontecimentos. No entanto, qualquer historiador deve acautelar-se perante tal testemunho por dois

Rui de; COSTA, Avelino Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I. Docs. nr. 30 e 31. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p. 47-51; Observe-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 123-124).

179 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 123-128.

180 Charles Wendell David, responsável pela edição deste testemunho manuscrito, não conseguiu identificar o seu autor, permanecendo este então no anonimato. Em relação à sua naturalidade possui menos dúvidas, tratando-se provavelmente dum indivíduo com origens germânicas. (Observe-se: DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium*, A. D. 1189 in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 599).

181 O seu relato é preciso em termos de datas e estatísticas. O cruzado fornece os números correspondentes aos barcos que participaram na empresa, aos muçumanos mortos em Alvor, à população total e aos cativos cristãos de Silves. No âmbito geográfico, faz referência aos nomes de diversos territórios, descreve as regiões costeiras observadas durante o percurso e inclusive, aborda as dimensões do Estreito de Gibraltar. (DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium*, A. D. 1189 in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 602-603).

182 DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium*, A. D. 1189 in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 610-642. (Veja-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129).

motivos. Em primeiro lugar, a parcialidade desta pode deturpar a realidade dos factos. Em segundo lugar, o seu autor não viveu seguramente aquela aventura, perdendo o benefício da dúvida em caso de contradição com o relato anterior. Apesar destes pontos menos positivos, a *Crónica de 1419* pode oferecer algumas informações preciosas que não se encontram em qualquer outro texto¹⁸³.

Decorria o mês de Maio de 1189, quando uma primeira frota de cruzados escandinavos¹⁸⁴, constituída por 55 navios, aportava em Lisboa. Nessa urbe, os homens da armada portuguesa terão persuadido os contingentes estrangeiros a efectuarem uma empresa no âmbito da Reconquista Portuguesa, antes de rumarem ao Oriente. Assim sendo, sugerem Alvor como *alvo fácil de saque e espólio*¹⁸⁵. Tal indicação parece ter agradado aos cruzados que não hesitaram em atacar a mencionada praça algarvia, sendo ainda escoltados pelas galés lisboetas¹⁸⁶. A campanha ficaria pautada por um enorme massacre que se traduziu na morte de 5600 habitantes de Alvor¹⁸⁷. Ataíde de Oliveira menciona ainda a existência de sobreviventes que, na sua maioria, tinham procurado refúgio em Silves¹⁸⁸. Terminava assim a campanha desta primeira frota composta por membros do Norte da *Europa*, saldando-se pela carnificina, que vitimizara inclusive, mulheres e crianças, e pelo saque obtido. Infelizmente, não conseguimos identificar os líderes desta expedição¹⁸⁹. A facilidade expressa na captura de Alvor parece ter favorecido uma nova

183 De salientar ainda que esta fonte está escrita em português e compreende uma extensão de 9 a 10 páginas. Desconhece-se a sua autoria embora perdurem teorias que não descartam os nomes de D. Duarte ou Fernão Lopes como possíveis responsáveis desta iniciativa. (*Crónica de Portugal de 1419*, p. xxxix-xlii, 89-98 - estas últimas páginas referem-se então à conquista de Silves que se encontra relatada entre os capítulos 47 e 52).

184 Nesta armada estavam incluídos dinamarqueses, frísios, flamengos e soldados de Colónia e Liège. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129).

185 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129.

186 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129.

187 DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium, A. D. 1189* in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 602, 616-617, 663.

188 OLIVEIRA, Ataíde de - *A Monografia de Alvor*. 3º ed. Faro: Algarve em foco editora, 1993, p. 63.

189 O cruzado germânico integrava apenas a segunda frota que se destinou a Silves e por isso, não assistiu à captura de Alvor que ocorrera pouco tempo antes, embora tenha recolhido algumas informações sobre tal acontecimento. Por sua vez, o autor, também anónimo, da *Crónica de 1419*, ignora por completo a tomada de Alvor, debruçando-se apenas sobre a campanha de Silves. Exposto isto, não conseguimos então identificar os líderes da campanha de Alvor. (Vejam-se ambas as fontes já citadas na íntegra e ainda: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129). Curiosamente, deparamo-nos também com o mesmo problema para a empresa de Silves e assim sendo, permanecem em mistério os nomes dos comandantes estrangeiros que estiveram à frente das expedições destinadas às praças algarvias.

acção imediata, desta feita visando Silves¹⁹⁰.

Entretanto, D. Sancho I estaria em Santarém, quando fora informado da chegada de uma nova frota de cruzados a Lisboa, nos primeiros dias de Julho de 1189. Esta era composta por 37 navios que transportavam tropas flamengas e germânicas¹⁹¹. O rei português foi imediatamente ao seu encontro, reunindo-se com aqueles homens que se destinavam à Palestina. Após inúmeras discussões, Silves seria o alvo estabelecido da coligação cristã. Um pacto seria prontamente acordado, ficando o rei com o domínio da cidade enquanto que os cruzados assegurariam o direito ao saque de todos os bens da praça¹⁹².

Com o objectivo da campanha decidido, chegava agora a altura de agir. D. Sancho I envia inicialmente uma força nacional terrestre, cujo líder deveria acampar junto de Silves e analisar simultaneamente as estruturas defensivas daquela urbe de forma a alcançar a sua posterior destruição.

Como já demos a entender, o monarca não integrava este primeiro contingente português e por isso, interessa então identificar o comandante provisório das mencionadas tropas. Não se trata duma tarefa fácil, visto que as incertezas predominam em torno de duas possíveis personalidades. A primeira é, sem dúvida, Mem Gonçalves de Sousa, mordomo régio desde 1186. A *Crónica de 1419* atribui-lhe o mencionado papel de líder deste primeiro batalhão, surgindo aí referido como Conde D. Mendo¹⁹³. Esta possibilidade aparenta ser a mais credível se tivermos ainda em conta os antepassados de Mem Gonçalves de Sousa e a sua nomeação posterior para governador de Silves, logo após a conquista. Uma segunda personagem, que se afigura com hipóteses de ter desempenhado aquelas funções, é Pedro Afonso, meio-irmão de D. Sancho I que possuía o cargo de alferes-mor¹⁹⁴. Este surge discriminado, a cumprir tal missão de líder militar, numa fonte árabe citada por Maria João Violante Branco - o *Kitab al-Mu'yib*. Exposto isto, perduram então incertezas sobre o indivíduo

190 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129-130.

191 O número total de cruzados, que compunham esta frota, rondaria os 3 500. (Veja-se: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 129-131).

192 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 47, p. 89-90.

193 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 48, p. 90-91. (Veja-se ainda: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 131).

194 Pedro Afonso mantém este ofício de alferes-mor, pelo menos, até Dezembro de 1189, tendo já então passado algum tempo desde a conquista cristã de Silves. Como já afirmamos, a escolha para governador de Silves não tinha então recaído nele, mas sim em Mem Gonçalves de Sousa. Na nossa perspectiva, este dado fortalece as hipóteses de ter sido este último, o líder das forças em questão, sendo então consequentemente recompensado no fim das hostilidades. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 131).

que merecera a confiança de D. Sancho I para comandar inicialmente as hostes portuguesas.

No dia 16 de Julho e praticamente em simultâneo com as forças terrestres principiantes, avançavam duas armadas por via marítima. Para além dos 37 navios da frota dos cruzados e de uma pequena galé proveniente de Tui, junta-se ainda um número indeterminado de embarcações portuguesas¹⁹⁵. A empresa começava a ser colocada em prática¹⁹⁶.

O reencontro entre os contingentes terrestres e as forças marítimas ocorreria a 20 de Julho, provavelmente em Portimão¹⁹⁷. O suposto Conde D. Mendo terá dirigido uma palavra aos cruzados, porém não se sabe ao certo a mensagem que pretendia transmitir. Numa primeira eventualidade, poderá ter persuadido as forças estrangeiras a atacar Cartaia em vez de Silves. A confirmar-se tal versão, concluímos então que a escolha de Silves como alvo de ataque estava ainda longe de ser consensual. Numa segunda hipótese, o líder das tropas terrestres portuguesas poderá ter optado por um procedimento completamente antagónico em relação ao anterior, incitando os cruzados a um ataque imediato a Silves¹⁹⁸.

Os primeiros contingentes portugueses, acompanhados pelas forças cruzadas, estavam agora nas proximidades da praça algarvia visada. Inevitavelmente, serão lançados os primeiros ataques. Tal como ocorrera em 1147, o arrabalde torna-se palco dos combates iniciais. As tropas cristãs conseguem aí afugentar os habitantes muçulmanos que encontram refúgio no interior da cidade. Na *Crónica de 1419*, os cruzados são criticados por não terem perseguido os sarracenos o que lhes poderia permitir a penetração na cidade, visto que alguns fugitivos conseguiram fazê-lo. Aliás, o cronista português menciona que a cobiça falara mais alto dentro do espírito dos soldados estrangeiros que, em vez, de tentarem tomar a urbe, aproveitando a confusão instalada, preferiram antes pilhar ou até queimar os bens do arrabalde¹⁹⁹. Desconhecemos se estas

195 De acordo com Maria João Violante Branco, a frota portuguesa seria representada por galés e sagitárias. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 131).

196 A propósito da discussão centrada sobre o líder das tropas terrestres iniciais, bem como da partida das forças cristãs, aconselhamos a leitura de: *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 48, p. 90-91; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 131.

197 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 131. Por seu turno, o autor da *Crónica de 1419* assinala que o mencionado reencontro terá ocorrido no porto de Silves e não em Portimão. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 48, p. 90-91).

198 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 48, p. 90-91; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 131.

199 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 48, p. 91. (Observe-se também: BRANCO, Maria João Violante -

críticas merecem algum crédito ou, se por ventura, foram exageradas e injustas.

Entretanto, um segundo assalto é efectuado a 22 de Julho, seguido prontamente dum terceiro. No entanto, estas duas novas tentativas fracassam. Os combates parecem decorrer a ritmo lento com os dois lados *bem apetrechados para a guerra*²⁰⁰.

No dia 29 de Julho, o rei D. Sancho I, acompanhado por novos contingentes, chegava a Silves, por via terrestre. Não constituem os únicos reforços pois o rei decidira enviar uma nova frota, composta aproximadamente por 40 embarcações, que atracara praticamente ao mesmo tempo nas proximidades de Silves. Ignoramos as dimensões reais deste exército de reforço mas podemos adiantar que transportava ainda máquinas de guerra poderosas. A chegada destas novas e importantes forças motivara as hostes cristãs que tinham partido anteriormente, pois estas últimas começavam a desanimar perante a forte resistência dos mouros que recorriam ao lançamento de um número quase infinito de pedras²⁰¹.

Como já salientamos, este conflito evidenciou-se também pelo recurso a engenhos de guerra²⁰². Dentro deste contexto, foram utilizados: trabucos²⁰³, catapultas²⁰⁴, *ouriço* (ou *manta de traves*²⁰⁵), escadas móveis²⁰⁶, minas²⁰⁷ e

D. Sancho I, p. 131-132).

200 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 132.

201 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 49, p. 91; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 132.

202 O estudo das estratégias e das diversas máquinas adoptadas num cerco da era medieval mereceram uma abordagem especial por parte de: MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 203-246; MONTEIRO, João Gouveia - *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 337-378, 531-547; BARROCA, Mário Jorge; DUARTE, Luís Miguel; MONTEIRO, João Gouveia - *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Coord. de José Mattoso. Vol. 1. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003, p. 122-158.

203 No entender de João Gouveia Monteiro, os trabucos consistiam em vigas colocadas em eixo entre dois postes, no quadro de uma armação triangular fabricada em madeira. O rebaixamento de uma das extremidades da viga provocava a subida repentina do outro extremo, que libertava no ar, numa trajectória parabólica, um míssil previamente alojado numa cavidade ou numa funda colocada na ponta. (MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 221).

204 A catapulta era uma máquina de guerra antiga e medieval que lançava pedras pelo meio de uma alavanca. (...) As catapultas de cerco, instaladas em terra, poderiam lançar, a mais de um quilómetro de distância, pedras que pesassem 80 kg. A catapulta permaneceu em uso até ao século XV. (MOURRE, Michel - *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*. Vol. 2. Paris: Bordas, 1978, p. 808).

205 Segundo Maria João Violante Branco, o ouriço foi utilizado neste cerco para abrigar tropas e dar protecção segura aos assaltantes, assim como para pegar fogo à base da muralha e terminar o trabalho de derrube do muro que protegia a couraça. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 133).

206 De acordo com João Gouveia Monteiro, a subida dos muros por meio de escadas de madeira fabricadas no local era o mais tradicional dos procedimentos de cerco utilizados pelos Cruzados. Estas escadas, de preferência em quantidades consideráveis e pouco distanciadas entre si, eram

contraminas²⁰⁸, setas ardentes²⁰⁹, tiros²¹⁰ de besta²¹¹...

Feito este apontamento, o monarca, pouco tempo depois da sua chegada, ordena a destruição duma estrutura vital para os habitantes de Silves. Referimo-nos à couraça que, de acordo com Maria João Violante Branco, *protegia o depósito de água que abastecia a cidade*²¹². Caso os cristãos a conquistassem, a sede derrotaria os resistentes muçulmanos de Silves. Com o intuito de cortar o abastecimento de água, as tropas sitiadas têm de assaltar o muro e a torre que se afiguravam como obstáculos sérios e difíceis de ultrapassar. Os confrontos foram sangrentos todavia as tropas de coligação acabaram por tomar a couraça em meados de Agosto. Muito dificilmente a vitória escaparia ao lado cristão que tinha agora tudo a seu favor. A rendição da cidade estava por um fio²¹³.

Por sua vez, os muçulmanos tentam uma reacção enérgica para inverter a situação. Para esse efeito, projectam sortidas imediatas contra os invasores até porque o tempo já não era seu aliado. Eles sabiam que a inevitável sede neutralizaria, mais tarde ou mais cedo, as suas energias. No entanto, as referidas sortidas não obtêm qualquer êxito, forçando sempre os sarracenos à retirada. A conjuntura ficava cada vez mais acinzentada para os habitantes de

encostadas aos muros. Os seus *escaladores* procuravam penetrar em território inimigo, contudo seria uma missão muito difícil, *caso a guarnição estivesse atenta e disposta a lutar*. (MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 216-217).

207 Na perspectiva do mesmo erudito, as minas (ou escavações) eram *iniciadas em pontos disfarçados por meio da armação de tendas ou de outros dispositivos. O seu objectivo era: ou alcançar o embasamento do muro, sabotá-lo e escorá-lo provisoriamente com estruturas precárias de madeira, a que depois se lançava fogo, provocando o desabamento de uma parte da parede; ou (mais raramente) penetrar por debaixo de terra no interior da praça sitiada*. (MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 223-224).

208 Num cerco medieval, a contramina era escavada pelos sitiados que procuravam assim descobrir ou interceptar a mina ameaçadora dos sitiados. No caso da contramina ser bem sucedida, poderiam ocorrer combates sangrentos dentro das cavas. (MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 223, 228).

209 O facto destas setas serem ardentes poderá então pressupor o seu lançamento com fogo misturado.

210 Segundo João Gouveia Monteiro, a besta era uma *arma neurobalística, destinada ao arremesso de pequenas setas, habitualmente designadas por virotões*. Por seu turno, Pedro Gomes Barbosa, no seu estudo sobre a conquista de Lisboa, depara-se também com a presença deste instrumento militar que seria ainda primitivo. O mesmo autor afirma que esta arma de tiro tinha maior poder de penetração e alcance do que os tradicionais arcos, mas em contrapartida relembra que a sua cadência de tiro era muito baixa. A besta foi utilizada em combates em campo aberto, mas o seu uso era sobretudo recomendável nos cercos (tanto pelas forças sitiadas como pelas sitiadas) e nos combates navais. (MONTEIRO, João Gouveia - *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 534; BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 54).

211 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 132-133.

212 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 133.

213 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 50, p. 93-95; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 133.

Silves²¹⁴.

No lado cristão, pressente-se que a vitória será alcançada a breve prazo. Todavia, os dias sucediam-se e a cidade não se rendia e como consequência, começava assim a crescer exponencialmente a impaciência dos sitiados. Esta realidade verificou-se de tal modo que muitos pretendiam já desistir da empresa.

Os primeiros que tentaram enveredar pelo abandono da campanha foram os flamengos. Contudo, os sacerdotes, que os acompanhavam, *aconselhavam e amoestavam que acabassem o que comensavam*²¹⁵. Os cruzados oriundos da Flandres permaneceram então no conflito, ansiando pelo triunfo.

A ideia de deserção também teve a sua difusão nas hostes portuguesas. Aliás, D. Sancho I não se manteve indiferente relativamente a essa questão, equacionando inclusive, uma possível retirada das suas tropas²¹⁶. O que terá levado o monarca a considerar esse procedimento, quando parecia estar motivado nos momentos iniciais da campanha? A *Crónica de 1419*, a qual passamos a transcrever, é decisiva para esclarecermos a nova posição de D. Sancho I:

*Avendo ja seis somanas que el-rey jazia sobre o lugar, alguns dos grandes se queyxavam e murmuravam caladamente, dizendo que o lugar era muy bem çercado e forte pera combater, em guisa que não podiom nele aver entrada e que nunca avyom d'acabar aquilo que começaram e que seria bem de se partirem*²¹⁷.

Os mencionados *grandes* que contestavam esta aventura eram indiscutivelmente nobres. Estes já estavam cansados da campanha e sabiam também que não teriam qualquer direito ao saque final, em caso de vitória. O monarca português terá sofrido pressões constantes da nobreza que o acompanhava nas hostilidades. Estes elementos justificariam então o desânimo do rei. Os cruzados, desta feita, invertem o seu anterior papel,

214 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 51, p. 95; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 133-134.

215 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 51, p. 95-96. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 134).

216 Sobre as tentativas de deserção por parte dos cruzados flamengos e posteriormente, do rei português, veja-se: *Crónica de Portugal de 1419*, caps. 51-52, p. 95-97; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 134.

217 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 52, p. 96.

convencendo presumivelmente e temporariamente, as forças portuguesas a permanecerem no cerco de Silves. Em simultâneo, o soberano português reuniria o seu conselho para tomar uma decisão que seria favorável à continuidade das hostilidades.

No entanto, poucos dias haviam passado e D. Sancho I insistia, de forma decidida, na retirada. Agora seria mais difícil movê-lo pois estaria convicto da sua posição. Novamente, os cruzados entram em acção, convencendo o monarca a conceder-lhes, pelo menos, um prazo de quatro dias para que forçassem a rendição da cidade. Caso não a alcançassem nesse curto período, o abandono tornar-se-ia uma realidade inevitável. Todavia a sorte sorria às tropas cristãs que tomariam a praça dentro do prazo acordado²¹⁸.

Os muçulmanos de Silves pereciam de sede e fome. Os seus cadáveres não eram sepultados²¹⁹ o que, na nossa perspectiva, pressupunha uma ausência total de higiene que, por sua vez, se traduziria na propagação de doenças. As suas energias e capacidades de reacção eram praticamente nulas.

Como observamos, o conflito de Silves foi um jogo de paciência, cujo resultado iria ser conhecido a breve prazo. A rendição muçulmana estava próxima mas o mesmo se podia dizer em relação ao abandono cristão. Os vencedores seriam os exércitos sitiados que foram então menos impacientes²²⁰. Contudo, existem duas leituras distintas no que diz respeito à rendição de Silves. Por um lado, o autor português da *Crónica de 1419* afirma o seguinte:

*E, avisado, el-rey tomou conselho com os maiores da oste e dise que todos os enfermos e religiosos que com ele vyerom que se fosem do arrayal. E, ouvindo esto, os que eram enfermos e religyosos e os que ja eram proves e não tinhom o que lhe fazia mister partirom-se daly. Quando os mouros virom isto, segundo depois disserom, cuidarom que se movia o arrayal. Depois, er que virom que se não partirom, pensarom que, pois se tamtos yom, que era pera trazer mantimentos aos da oste e que el-rey querya jazer muito tempo sobre eles*²²¹.

218 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 134-135.

219 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 52, p. 97. (Observe-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 135).

220 Maria João Violante Branco afirma mesmo que o lado vitorioso seria aquele *cuja paciência e capacidade de resistência fosse maior e a exaustão menor*. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p.132).

221 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 52, p. 97.

De início, os muçulmanos pensavam que as tropas invasoras iriam abandonar o cerco, porém alteraram imediatamente a sua interpretação sobre as referidas movimentações, acreditando que os contingentes, que haviam partido, apenas procuravam trazer mais mantimentos para abastecer o exército luso-cruzado. Os sarracenos, que obviamente desconheciam o referido prazo cristão de quatro dias, consideravam então que a continuidade do cerco seria uma realidade que parecia estar longe do fim. Este episódio terá feito a diferença, provocando uma tremenda desilusão nos muçulmanos que não suportariam o eventual prolongamento do assédio por um período indeterminado. Dentro deste possível contexto, os habitantes de Silves decidiram negociar a entrega da praça²²².

Mas o cruzado germânico possui outra versão dos acontecimentos. No seu relato, os contingentes estrangeiros teriam recorrido a uma mina que estaria prestes a destruir um dos muros da cidade. Os sitiados, aterrorizados ainda pela provável opressão que estariam sujeitos, caso os indomáveis cruzados conseguissem penetrar na urbe, teriam então optado por encetar negociações para a rendição da urbe²²³.

No dia 1 de Setembro, os mouros de Silves pediam então a rendição. Apenas dois dias depois, o governador de Silves, Abu Hafs, e os desgraçados habitantes abandonavam a cidade.

Desengane-se quem pensa que os problemas tinham terminado de vez. Aquando da rendição de Silves, rebentariam escândalos que consequentemente destruiriam a relação de muito respeito que era mantida entre D. Sancho I e os cruzados. Como já testemunhamos no capítulo anterior a propósito da tomada de Lisboa, não era então a primeira vez que estes desentendimentos se verificavam entre as duas partes, nos momentos derradeiros do cerco, com o triunfo cristão praticamente assegurado²²⁴.

A discórdia volta a envolver a proposta de rendição apresentada pelos sarracenos. O rei estaria disposto a ceder às reivindicações destes, permitindo a saída livre da população de Silves com todos os seus bens móveis. Contudo, os flamengos, que também detinham poder de decisão, recusaram. Estes

222 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 52, p. 97-98. (Observe-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 135).

223 DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium*, A. D. 1189 in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 623-629. (Veja-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 135).

224 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 136.

reclamavam o saque previsto no acordo firmado anteriormente. Aliás, defendiam até *que não era bem ficar nenhum vivo*²²⁵. O soberano português tentara persuadir os cruzados a prescindirem do saque, propondo em troca uma verba inicial de 10 000 morabitanos, elevada posteriormente a 20 000. Os responsáveis das forças estrangeiras rejeitam a oferta, alegando que essa quantia, presumivelmente guardada em Coimbra, demoraria muito tempo até chegar às suas mãos. Por fim, concederam a possibilidade dos residentes de Silves saírem pacificamente mas transportando apenas as roupas que traziam vestidas naquele momento. Todos os outros bens ficariam para trás. Perante a intransigência dos cruzados, o acordo de rendição ficaria assim determinado²²⁶. Como consequência, Maria João Violante Branco assinala: *ao rei não deve ter agradado nada que lhe impusessem um modo de actuar e sobretudo de pactuar com os vencidos*²²⁷.

Para compreendermos esta divergência, somos forçados a ter em conta o choque de mentalidades entre os portugueses e os cruzados do Norte da *Europa*. Os primeiros estavam em constante contacto com os sarracenos, o que justifica a maior tolerância e respeito por parte do rei para com os *infieis*²²⁸. Os soberanos hispânicos desejavam ainda reconstituir facilmente a população e manter a integridade do espaço conquistado, esperando um aproveitamento vindouro. Com postura totalmente distinta, os cruzados não conseguiam imaginar uma conquista sem saque e destruição, ameaçando seriamente a integridade e um repovoamento bem sucedido de uma cidade²²⁹. Por isso, não é de estranhar, o surgimento de novas desavenças entre D. Sancho I e os estrangeiros.

Quando os habitantes procediam à retirada, os cruzados não respeitaram o pacto estabelecido recentemente, atacando-os sem piedade. O rei português ficara ainda mais desgastado e ofendido com tal procedimento. Inclusive, começam a verificar-se brigas entre o partido português e a facção cruzada.

225 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 52, p. 98. (Observe-se também: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 136).

226 Os residentes de Silves, tendo em conta a sua situação miserável, não tiveram outra hipótese senão aceitar a contra-proposta inflexível dos cruzados. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 136).

227 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 136.

228 Também em Lisboa, D. Afonso Henriques fora mais brando com os muçulmanos. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 136).

229 Os conflitos observados entre o monarca e os cruzados bem como o inevitável choque de mentalidades são estudados por: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 122, 130, 136-138.

No entanto, os cruzados não parecem ter manifestado qualquer arrependimento ou intenção de moderar a sua conduta²³⁰, ao contrário do que sucedera em Lisboa, onde os flamengos acabariam por corrigir a tempo a sua postura²³¹. Assim sendo, a violência e a arrogância daqueles homens continuará a ser visível. Os cruzados chegaram ao ponto de proceder à ocupação da cidade, fechando as suas portas e semeando o terror entre os muçulmanos que ainda não tinham abandonado a praça. Procederam à espoliação de bens e pessoas, durante 3 ou 4 dias. Tudo isto era efectuado contra a vontade do rei português que estava impedido de aceder ao domínio pré-acordado da cidade nem aos mantimentos.

D. Sancho I reage assim que teve conhecimento da ousadia dos cruzados que para além de se apoderarem dos bens alimentares da urbe, vendiam ainda estes produtos aos portugueses que estavam no exterior da cidade. O soberano português não hesita e entra na cidade à força. Enfurecido, despede os cruzados, ignorando os direitos reclamados por estes²³².

Os vínculos foram rompidos e as forças portuguesas acabaram por ocupar a cidade no dia 7 de Setembro.

A 20 de Setembro, os cruzados abandonavam Silves rumo ao Levante. Antes de partirem, rejeitaram um convite do novo bispo de Silves, Nicolau, um flamengo, que apelava à sua participação numa nova empresa, agora destinada a Faro²³³.

De saída, o cronista germânico não poupa críticas a D. Sancho I:

*Se não fosse pelo ódio do rei e de alguns dos nossos, podíamos ter tomado com toda a facilidade aquela terra de Algarve para a fé cristã*²³⁴.

Esta afirmação revela claramente a dimensão cruzadística de que se revestiam estes acontecimentos. Por seu turno, o monarca português deixava a cidade

230 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 137.

231 NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 139-141.

232 Realçamos mais uma vez, o seguinte estudo para análise das tensões vividas entre as forças estrangeiras e o rei português, nos momentos derradeiros da campanha: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 136-137.

233 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 137-139.

234 DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium, A. D. 1189* in *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 81, p. 636. Esta célebre afirmação encontra-se traduzida em: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 138.

em 12 de Setembro, regressando triunfante. Ele soubera mediar os conflitos visíveis entre contingentes tão heterogêneos. Após este sucesso, D. Sancho I surge imediatamente na documentação com o título de *rei de Portugal e do Algarve* ou de *rei de Portugal, de Silves e do Algarve*. No que diz respeito à praça algarvia recém-conquistada, o soberano pretende assegurar um futuro estável. Para esse efeito, confia o seu governo ao já mencionado Mem Gonçalves de Sousa e reserva um papel essencial às ordens militares²³⁵. Estas últimas foram privilegiadas porque também se destacaram nas hostilidades. Dentro deste contexto, não podemos omitir a participação dos hospitalários, templários, cavaleiros de Santiago e os de Évora e freires do Santo Sepulcro, no decurso do conflito²³⁶.

O cerco de Silves durara praticamente 2 meses e após a conquista, os portugueses obteriam outros domínios no seu redor: Albufeira, Sagres, Alvor, Lagos, Portimão, Monchique, Carvoeiro, Alferce, Paderne e Messines.

A conquista desta praça algarvia seria efémera. Os tempos que se avizinhavam não podiam ser mais negros. A nova conjuntura impedirá D. Sancho de proceder à guerra ofensiva. Como Maria João Violante Branco assinala e bem, *todas as guerras que havia de travar seriam defensivas e nem todas bem sucedidas*²³⁷. A reacção muçulmana, liderada por al-Mansur, visava ataques de grande envergadura²³⁸. Dentro deste contexto, o novo califa tomará Silves e os restantes espaços algarvios possuídos pelos cristãos, em 1191 (apenas dois anos depois!)²³⁹.

Na nossa óptica, o tempo demonstrara que a escolha de Silves, como alvo de assédio, tinha sido um grave erro estratégico.

235 O monarca português procede ainda à doação do castelo de Alvor a Santa Cruz de Coimbra. (BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 138-139).

236 Toda a informação inerente a este último parágrafo pode ser visualizada na obra: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 137-140.

237 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 138-141. Relativamente à duração do cerco, veja-se página nr. 132.

238 Em suma, todos os acontecimentos que marcaram o pós-conquista de Silves podem ser observados pormenorizadamente em: BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 132-141.

239 *Crónica de Portugal de 1419*, caps. 53-54, p. 98-102; OLIVEIRA, Ataíde de - *A Monografia de Alvor*, p. 65-66; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 141-147.

3. A tomada de Alcácer (1217)

Decorria o ano de 1160, quando Alcácer fora conquistada por D. Afonso Henriques²⁴⁰. O *Conquistador* aproveitara a fraqueza e a divisão do poder muçulmano para efectuar diversas capturas territoriais. Todavia, esta conjuntura sofrerá uma inversão no reinado de D. Sancho I. Como já o dissemos, o sucesso de Silves (1189) seria um dos seus últimos grandes feitos militares até porque em 1191, perde Alcácer²⁴¹ e Silves para as forças de Abu Yacub al-Mansur. Aliás, o domínio sarraceno é restabelecido em quase todo o Além-Tejo, excepção feita a Évora. O rei D. Sancho não teve outra hipótese senão estabelecer tréguas com aquele prestigioso califa. Contudo, as façanhas de al-Mansur não ficam por aqui. No ano de 1195, impõe uma estrondosa derrota às tropas de Afonso VIII, em Alarcos. Como denota Hermínia Vilar, a década de 90 do século XII corresponde ao auge dos almóadas, liderados por al-Mansur, entre 1184-1199.

Apesar destes anos de ouro, o império almóada não tardará, nas décadas seguintes, a entrar em decadência, sendo ameaçado pela desintegração. Os sucessores de al-Mansur não conseguem aproximar-se sequer da glória evidenciada por aquele. Em Julho de 1212, formaliza-se a reviravolta, com a vitória cristã peninsular na batalha de Navas de Tolosa²⁴². A nova ordem dos acontecimentos começava a favorecer os processos de reconquista embora não encontrassem um eco determinante nas pretensões de D. Afonso II.

Como era previsível, outras circunstâncias exteriores ao reino português, voltavam a ser decisivas.

Em Castela, o ano de 1214 seria difícil com o falecimento de Afonso VIII. As

240 Apesar de algumas confusões com a datação, cremos que 1160 fosse o ano em que decorreria a primeira conquista cristã de Alcácer do Sal. Antes dessa captura, não é excluída a possibilidade de alguns navios provenientes da França e do Norte da *Europa* terem auxiliado as forças de D. Afonso Henriques, em dois ataques embora mal sucedidos. A entrada na praça só seria alcançada posteriormente e apenas pelas tropas portuguesas. No que ainda diz respeito à colaboração estrangeira nessas tentativas de conquistar Alcácer, é provável que Teodorico da Alsácia (conde da Flandres) tivesse estado aí presente. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 33, p. 58; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 203-206).

241 Alcácer do Sal, após cerca de três décadas de domínio cristão, voltava a estar sob controlo muçulmano.

242 Este contexto relacionado com o auge e a decadência dos almóadas pode ser visto em: VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 126-135.

tensões internas apoderar-se-ão daquele reino, nos tempos subsequentes²⁴³.

No reino de Leão, Afonso IX parece estar demasiado concentrado na questão castelhana. Inclusive, invade o território castelhano nos meses centrais de 1217. O monarca leonês não constituía, neste momento, uma ameaça séria.

Em 1215, ocorre o concílio de Latrão que apelará a uma nova Cruzada rumo ao Oriente. Como consequência previsível, voltarão então as frotas de cruzados a percorrer as costas portuguesas. O trunfo que visava o recurso a tropas estrangeiras, poderia ser de novo utilizado²⁴⁴.

Com a junção destas ocorrências a favorecer um novo empreendimento militar, interessa agora perceber a escolha de Alcácer do Sal como alvo de (re)conquista.

Pedro Gomes Barbosa, a propósito do seu estudo sobre a campanha de Lisboa (1147), reconhece que Alcácer seria o *principal porto militar dos muçulmanos no Atlântico*²⁴⁵. A partir desta praça eram lançadas expedições que atacavam as margens do Tejo e outros espaços peninsulares. Para além de impedir estas iniciativas ameaçadoras, a captura deste território garantia *um acesso privilegiado ao Centro e Sul do além-Tejo*²⁴⁶. Assim sendo, a importância estratégica desta urbe era inegável.

No que diz respeito às fontes mais adequadas para o estudo deste episódio bélico, destacamos: o testemunho de Gosuínio, a *Crónica de Portugal de 1419* e ainda duas cartas, posteriores à conquista, que foram enviadas ao papa Honório III.

Com efeito, o texto poético de Gosuínio²⁴⁷, publicado na parte IV da *Monarquia Lusitana*, encontra-se redigido em latim e poderá ter sido encomendado pelo bispo de Lisboa - D. Soeiro Viegas²⁴⁸. Trata-se de um testemunho presencial

243 Como o herdeiro Fernando também já tinha falecido, o trono seria ocupado pelo menor Henrique que sucederia então a Afonso VIII. Todavia, o novo soberano castelhano acabaria logo por perecer em 1217. O poder ainda passaria para as mãos de Berenguela mas a turbulência política, que caracterizará estes anos, só acabará por ser resolvida com a tomada de posse de Fernando III. (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 131-136)

244 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 131-136.

245 BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*, p. 11.

246 Após a tomada desta praça, observaremos consequentemente um desenvolvimento positivo da reconquista portuguesa em direcção a sul. (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 133-134, 136).

247 Gosuínio seria um dos cruzados presentes na tomada daquela praça estratégica. Pela cultura e pelo *conhecimento da simbologia cristã* evidenciados, é plausível que fosse ainda clérigo. De resto, não podemos adiantar mais nada sobre esta personagem misteriosa. (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 134-135).

248 A acção de Soeiro Viegas, em toda esta campanha, é realçada de uma forma privilegiada. O bispo poderá ter desejado memorizar não só o sucesso militar de 1217, mas também a sua participação ao

que não podemos desvalorizar na nossa reflexão²⁴⁹. Por seu turno, a *Crónica de Portugal de 1419*, embora lavrada muito posteriormente, concede-nos sempre outros dados essenciais²⁵⁰. Num plano secundário, verificamos a existência de duas cartas enviadas ao Sumo Pontífice que merecerão uma breve nota, no final deste capítulo. A primeira foi redigida por iniciativa dos prelados diocesanos de Lisboa e de Évora, dos mestres das ordens do Templo e do Hospital e do comendador de Palmela. A segunda foi elaborada por Guilherme, conde da Holanda. Ambos os testemunhos, disponibilizados na *Monumenta Henricina*, foram escritos em latim e pautam-se ainda pela sua pequena extensão. Todavia, esta correspondência pode ser uma mais-valia, permitindo o conhecimento de outros factos²⁵¹. Exposto isto, chegou a altura de analisarmos todo o historial da campanha.

Devido a condições atmosféricas adversas, os cruzados foram forçados a aportar em Lisboa, no dia 10 ou 15 de Julho²⁵². De acordo com a *Crónica de 1419*, a sua frota era inicialmente composta por 105 naus²⁵³ que transportariam maioritariamente soldados de naturalidade germânica e flamenga. De entre os seus inúmeros capitães, destacavam-se *Ilinquino*²⁵⁴, conde da Holanda e Jorge, conde da Frísia.

Por seu turno, as forças portuguesas, que incorporavam 20 000 peões e alguns cavaleiros (provenientes das regiões de Lisboa e Évora), seriam encabeçadas por D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, D. Soeiro, bispo de Évora, D. Pedro Alvites, mestre da Ordem do Templo, D. Mendo Gonçalves, prior do Hospital²⁵⁵, Martim Barregão, comendador de Palmela, e D. Pedro, abade de

longo da referida empresa. (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 134-135).

249 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 264(verso)-267(verso). Este cronista efectua também um estudo sobre a referida campanha, entre as páginas 88-93. Por outro lado, o testemunho de Gosuino, para além de estar publicado em latim nas págs. 264-267, encontra-se também traduzido, pelo Dr. Santos Alves, nas notas finais anexadas à obra (mais concretamente na secção correspondente à tradução das escrituras latinas), entre as páginas 133-136. (Veja-se também: VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 134-135).

250 A *Crónica de 1419* aparenta ser a fonte com maior dimensão textual e tendo ainda em conta o seu grau de utilidade, procedemos então à sua leitura que se torna imprescindível. Curiosamente é a única das fontes seleccionadas, cujo idioma é o português. (*Crónica de Portugal de 1419*, caps. 58-62, p. 106-113).

251 *Monumenta Henricina*. Dir. de A. Dias Dinis. Vol. 1. Docs. nr. 25 e 26. Coimbra: [?], 1960, p. 45-49 (Veja-se também: VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 135).

252 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 136-137.

253 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 58, p. 106. Como observaremos mais à frente, algumas destas embarcações não participariam no cerco posterior de Alcácer.

254 Trata-se do conde Guilherme que, como já afirmamos, seria responsável pela redacção de uma das cartas posteriores ao Papa. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 58, p. 106; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 135).

255 Na *Crónica de 1419*, o prior do Hospital seria um *D. Gonçalo* o que gera algumas confusões pois tal

Alcobaça. Como verificamos a iniciativa desta expedição deve-se a membros do alto clero secular e a mestres das ordens militares²⁵⁶.

D. Afonso II ficaria praticamente arredado desta empresa. Aliás, temos conhecimento de que o soberano não está presente no assédio a Alcácer do Sal²⁵⁷, ao contrário de D. Afonso Henriques e de D. Sancho, ambos presentes em Lisboa e Silves, em 1147 e 1189, respectivamente. Contudo, frei António Brandão decide atribuir, embora sem as bases documentais suficientes, um papel importante ao monarca aquando da preparação da campanha:

*(...) el rey (...) mandou logo ajuda de dinheiro e avisos ao mestre do Templo Dom Pedro, a Dom Gonçalo prior do Hospital de Jerusalem e a Dom Martim Barregão comendador mor de Santiago e residente em Palmella, pera que com a brevidade possivel fizessem leva da gente necessaria*²⁵⁸.

O mesmo erudito afirma que D. Afonso terá enviado, mais tarde, 500 cavaleiros que reforçariam as hostes cristãs face ao exército muçulmano que vinha em socorro de Alcácer do Sal²⁵⁹. O grau de veracidade destas constatações é difícil de determinar. Todavia e de acordo com Hermínia Vilar, não podemos mesmo excluir a hipótese de que o soberano português terá desempenhado um papel importante nos preparativos da empresa.

Por outro lado, temos que reconhecer que D. Afonso, durante o seu reinado, nunca demonstrara um grande interesse em colocar em prática uma política de expansão territorial. Dentro deste contexto, o rei sempre privilegiara o sector da organização administrativa. Também as *limitações físicas impostas pela sua doença* dificultavam ou até impediam o monarca de tomar parte em acções militares²⁶⁰. Em suma, cremos que estes dois elementos podem justificar a sua ausência indiscutível já no decurso das hostilidades ocorridas em Alcácer do Sal.

identificação parece ser um equívoco, se tivermos em conta a lista dos mestres conhecidos. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 59, p. 107; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 146).

256 No âmbito da caracterização das mencionadas forças cristãs de coligação, recorremos a: *Crónica de Portugal de 1419*, caps. 58-59, p. 106-107; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 134, 136-137. Como podemos depreender imediatamente, os cavaleiros da Ordem do Templo, do Hospital e de Santiago tiveram então uma participação activa nesta empresa. (BARROCA, Mário Jorge; DUARTE, Luís Miguel; MONTEIRO, João Gouveia - *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 58).

257 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 134.

258 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90.

259 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90-91.

260 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 131, 134, 137-138.

O principal protagonista desta conquista parece ser D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa. Para já, concentraremos a nossa atenção no discurso que dirigiu aos cruzados, aquando da chegada destes a Lisboa.

Consciente das condições temporais desfavoráveis para a partida imediata dos cruzados, o mencionado diocesano procederá à exposição das suas ideias, na qual apela aos estrangeiros para que aproveitassem este momento para realizar *hum bõo feyto* (isto é, combater os *infiéis* de Alcácer), abdicando assim da tentação da ociosidade. O prelado argumenta ainda que os servidores da Cruz não deveriam hesitar em combater qualquer inimigo da religião cristã²⁶¹.

Os cruzados iriam analisar a proposta de D. Soeiro Viegas que consistiria então no ataque àquela praça. Para esse efeito, reuniram-se em conselho. Contudo, a unanimidade não fora uma realidade visível. Assim sendo, constituíram-se dois grupos. O primeiro incluiria aqueles que decidiram aceitar o convite do bispo, estando dispostos a permanecer. Por seu turno, o segundo grupo era composto pelos indivíduos que não ficaram encantados com o projecto, decidindo prosseguir imediatamente a sua viagem em direcção ao Oriente. Infelizmente, desconhecemos o número de naus e homens que ficaram ou partiram²⁶².

A expedição, que congregava então as forças luso-cruzadas, parece ter abandonado Lisboa, a 30 de Julho, destinando-se a Alcácer²⁶³.

No entanto e como observaremos, Alcácer do Sal estava longe de ser considerada uma *presa* fácil e os confrontos serão consequentemente recorrentes e violentos, após a chegada das tropas invasoras.

As primeiras escaramuças ocorrem, quando um grupo de cruzados, acabado de desembarcar, decidira retirar proveitos das vinhas presentes nas proximidades da praça. Os muçulmanos aperceberam-se de tal situação e atacaram-nos aí. Todavia, os sarracenos acabam por retirar-se, procurando refúgio na urbe.

Após este episódio e com o desembarque total das suas tropas, os cristãos procuram estabelecer o seu acampamento e iniciar imediatamente o cerco²⁶⁴.

De acordo com Hermínia Vilar, este bloqueio começou a ser colocado em

261 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 58, p. 106-107.

262 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 58, p. 107. (Veja-se também: VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 137).

263 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 137.

264 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 59, p. 107. (Veja-se também BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90).

prática ainda nos dias finais de Julho ou já nos princípios de Agosto²⁶⁵.

As estruturas defensivas de Alcácer do Sal não passaram despercebidas perante o olhar dos cronistas. Gosuíno e frei António Brandão elogiam as fortificações daquela praça, ressaltando a existência de muralhas duplas, torres inumeráveis e de fossos profundos que rodeavam os ditos muros²⁶⁶. A urbe parecia ainda possuir provisões suficientes para um longo e duro cerco²⁶⁷. Por sua vez, o autor português da *Crónica de Portugal de 1419* observa inicialmente algum optimismo nos sarracenos quanto ao desfecho do conflito. As esperanças destes sitiados estavam concentradas na imponentia das estruturas já discriminadas. Para além disso, esta fonte fornece-nos a informação de que a praça parecia estar bem abastecida de armas, contando ainda com muitos habitantes²⁶⁸.

No que diz ainda respeito a Alcácer do Sal, devemos salientar que o seu alcaide era Abd Allah b. Wazir. Trata-se dum homem pertencente a uma família com influência a nível regional. Como consequência, poderia obter o apoio militar de outros chefes locais²⁶⁹, em caso de ameaça. Mais adiante, este auxílio será mesmo concretizado o que complicará ainda mais a missão das tropas cristãs²⁷⁰.

Exposto isto, os seguidores de Cristo começam por tentar abordar os muros da praça. Para esse efeito, procederam ao corte de várias figueiras e oliveiras de forma a taparem os fossos que dificultavam o acesso às muralhas. Os sarracenos lançam imediatamente fogo para cima da lenha aí colocada o que propiciou uma primeira retirada por parte das tropas sitiadas.

Como não conseguiram aproximar-se das muralhas, os cristãos recorrem agora a uma máquina de guerra que lançaria inúmeras pedras de consideráveis dimensões. Contudo, a muralha estava bem fortificada e possuía uma admirável grossura e por isso, os resultados deste intento foram praticamente nulos.

265 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138.

266 A propósito das defesas de Alcácer, Gosuíno é peremptório: *Ille locus vallo cinctus, fossaque profunda, In muro duplici, turribus innumeris.* (BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV. 1974, p. 90, 266).

267 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90, 266. (Observe-se também: VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138).

268 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 59, p. 107-108.

269 Nesta altura, dificilmente o auxílio militar poderia ser facultado através da África Almóada que entrava já num período de desintegração. Por isso, apenas alguns líderes mouros da Península Ibérica estariam em condições de prestar auxílio. (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 135-136).

270 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 135-136.

De imediato, as tropas sitiadas voltam ao procedimento inicial, tentando entupir os fossos para visarem os muros. Agora parecem ter conseguido algum avanço, pois de facto aproximaram-se das desejadas muralhas mas são forçados a retirarem-se após combates violentos que vitimizaram soldados de ambos os lados²⁷¹.

Após estas primeiras tentativas fracassadas, os cristãos têm conhecimento da iminente chegada dum exército muçulmano de auxílio que seria supostamente liderado por quatro reis mouros²⁷² (o de Jaén, Córdoba, Badajoz e Sevilha). Em relação à sua dimensão, podemos no mínimo aferir de que se trata dum exército poderoso. O cruzado Gosuíno menciona a presença de 40 000 peões e de 15 000 cavaleiros enquanto que o autor da crónica portuguesa, aponta para a existência de 80 000 soldados de infantaria e de 15 000 de cavalaria. Para além destas tropas terrestres, os sarracenos enviam também uma frota de 12 galés. Embora alguns destes números possam parecer exagerados, não duvidamos que a ameaça era séria²⁷³. De acordo com Hermínia Vilar, o apoio fornecido por estes reis muçulmanos deve-se à posição estratégica de Alcácer que caso caísse nas mãos dos cristãos, permitiria a estes um *acesso mais fácil ao interior do al-Andalus*²⁷⁴. Obviamente que os seus interesses também estavam a ser jogados neste espaço.

Por seu turno, os cristãos começam a ceder ao medo. Todavia, estes também receberão alguns reforços. Em dia indefinido, chega uma frota de 36 naus, proveniente de *Tageito/Tregeito* (Utreque²⁷⁵) e liderada por *Henrique de Miehusan*²⁷⁶.

Apesar de reconhecer que esta esquadra era oriunda do Norte da *Europa*, Frei António Brandão discorda no que se refere ao número total de navios presentes que, baseando-se em Gosuíno, seriam 32, e não exclui a

271 Estas primeiras três tentativas de abordagem aos muros, por parte das tropas cristãs, estão documentadas em: *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 59, p. 108; BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90 - frente e verso.

272 Gosuíno aponta a existência de apenas três soberanos muçulmanos mas parece constituir a única excepção entre as fontes estudadas. A *Crónica de 1419* e a correspondência enviada a Honório III, referem a presença de quatro reis sarracenos. (Veja-se: BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90 (verso), 266; *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 108; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138).

273 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 108-109; BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90 (verso), 266; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138-139.

274 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138-139.

275 Agradecemos ao Prof. Dr. Mário Barroca por nos ter facultado esta informação, permitindo assim clarificar a localização de *Tageito* ou *Tregeito*. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 109)

276 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 109.

possibilidade dos tripulantes serem maioritariamente de naturalidade francesa²⁷⁷. Este erudito salienta ainda que 500 novos cavaleiros terão também chegado, numa noite. Conscientes da forte ameaça que pesava sobre si, os cristãos tomam medidas de segurança que visam o seu próprio acampamento²⁷⁸. A vigilância parece ter sido reforçada, abriram-se fossos em redor do seu arraial e foram ainda construídas atalaias²⁷⁹, ou seja, torres de observação.

Apesar dos reforços e destes procedimentos preventivos, a moral dos cruzados parecia estar em baixo. Alguns desejavam mesmo abandonar esta campanha pois temiam a inevitável batalha com o exército de auxílio muçulmano. A facção estrangeira defensora da retirada argumentava ainda que o seu verdadeiro destino era combater no Oriente, onde se sonhava com a recuperação da terra do Santo Sepulcro²⁸⁰. Por isso, a situação era crítica para o lado cristão.

Provavelmente avisados e persuadidos pelo alcaide de Alcácer do Sal, os quatro reis muçulmanos chegariam então com o seu exército aos arredores do referido território²⁸¹, no mês de Setembro. Estabeleceram o seu arraial em *Sytimos* (Santa Catarina de Sítimos) que distava uma légua da urbe que desejavam libertar²⁸². Os sarracenos planearam um ataque ao acampamento inimigo, de forma a ocupar as tropas luso-cruzadas aí presentes. Tal viabilizaria um ataque das galés muçulmanas que tentariam destruir a frota cristã.

Os cristãos conseguiram ter conhecimento prévio deste projecto e reforçaram a protecção da sua frota.

No entanto e numa determinada noite, a investida moura sucedeu-se. Os atacantes, estimados em 500 homens, atacaram o arraial cristão. Como eram poucos, acabariam por recuar de forma a reunir mais apoios. Assim sendo, os sarracenos regressariam imediatamente com inúmeros reforços. Os cristãos destemidamente enfrentam-nos e como consequência, os combates foram duros com várias mortes de ambos os lados. Ambas as forças acabaram por abandonar a batalha.

277 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90(verso)-91, [veja-se também p. 135 das notas finais anexadas].

278 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 90(verso)-91, [veja-se também p. 135 das notas finais anexadas].

279 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 109.

280 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 109.

281 VILAR, Herminia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138.

282 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 108.

Os resultados deste primeiro embate parecem ter favorecido ligeiramente as pretensões muçulmanas. Deduzimos que os estragos, no acampamento cristão, terão sido sérios. No que diz respeito a um possível ataque marítimo simultâneo que seria efectuado pelas galés muçulmanas à frota inimiga, as informações são praticamente nulas. A *Crónica de 1419* aponta apenas a tomada de uma nau portuguesa que albergava 200 tripulantes²⁸³. No entanto, desconhecemos se foi neste preciso contexto, que terá decorrido esta captura por parte dos sarracenos. Apesar da ausência de dados, podemos sempre especular que esta incursão marítima, caso tivesse sido colocada em prática²⁸⁴, não conseguira aniquilar a frota cristã.

Mesmo assim, os danos causados nas hostes luso-cruzadas não foram só físicos mas também psicológicos. O desânimo atingia maiores proporções. Frei António Brandão ilustra bem este momento difícil vivido pelos sitiados de Alcácer:

*Passouse a noite nos alojamentos christãos com os pensamentos em que se costuma entreter gente destrozada. Os feridos sentião sua desgraça, os de menor animo receavão outra semelhante e os estrangeiros que no dia passado tinhão mostrado pouca vontade da empresa, com o sucesso presente estavam muy perto de se embarcar*²⁸⁵.

Ao vislumbrar todo aquele pessimismo que se apoderava dos soldados, um bispo português²⁸⁶ decide intervir através do seu discurso. Presumivelmente trata-se de D. Soeiro Viegas que roga então por uma intervenção divina que ofereça a vitória aos cristãos. Aquele prelado procedeu inclusive às orações. Após este episódio, encontramos espaço para o extraordinário!

O autor português da *Crónica de 1419* afirma que os cristãos visionaram no céu *hum homem esprandeçentee como ho sol e asy alvo como a neve, e no*

283 O plano sarraceno e a consequente primeira batalha, entre as tropas luso-cruzadas e os contingentes muçulmanos de auxílio, encontram-se documentados em: *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 109.

284 De facto, sublinhamos que não existem provas documentais que confirmem a concretização desse ataque marítimo planeado em simultâneo. Por outras palavras, desconhecemos se o projecto dos sarracenos foi colocado em prática, respeitando todos os pontos anteriormente definidos.

285 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 91(verso).

286 A *Crónica de 1419*, fonte que seguimos neste preciso momento, não identifica directamente o nome do diocesano. Todavia, cremos que se trata de D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, que teria convencido muitos dos cruzados indecisos a permanecer na campanha. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 110; VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 139).

*peyto trazia hum sinal de † vermelho mais luzente que as estrelas*²⁸⁷. Este fenómeno paranormal não passa também despercebido no relato de Gosuíno, embora com contornos ligeiramente diferentes, dado que neste testemunho, as tropas luso-cruzadas apenas vislumbraram uma cruz²⁸⁸.

Obviamente que não nos compete avaliar o grau de veracidade de tal acontecimento, mas sim os efeitos que produziu, e que foram positivos, no âmbito psicológico. A alegria e a esperança parecem ter penetrado em muitos espíritos que até então só conheciam a angústia e a desgraça. Os cristãos acreditavam que Deus, através daquele sinal, lhes garantiria a tão ambicionada ajuda.

No dia seguinte e de manhã, o mesmo bispo terá efectuado um novo discurso, recordando os sinais divinos e defendendo a necessidade dum ataque imediato aos sarracenos²⁸⁹. Uma segunda batalha iria então decorrer no dia 11 de Setembro²⁹⁰.

Os cristãos optam por uma terrível incursão no acampamento muçulmano. A destruição e o massacre foram totais. Os soldados sarracenos entraram em pânico, tentando muitos a fuga. O resultado não deixa dúvidas - as tropas cristãs aniquilaram o exército de auxílio a Alcácer do Sal. A *Crónica de 1419* menciona a morte de dois reis mouros e de 30 000 soldados pertencentes ao seu exército. Por seu turno, a frota muçulmana, que vinha em seu apoio, conhecia igualmente um destino trágico. De facto, um temporal iria destroçá-la impiedosamente²⁹¹. A principal ameaça fora neutralizada²⁹² e por isso, os

287 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 60, p. 110.

288 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 91(verso)-92, 266(verso).

289 *Crónica de Portugal de 1419*, caps. 60-61, p. 110-111.

290 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 92.

291 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 61, p. 111. (Veja-se também: BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 92 - frente e verso).

292 O relato de Gosuíno parece fornecer-nos uma versão diferente dos combates travados entre as tropas cristãs e as muçulmanas que tentavam socorrer Alcácer do Sal. Nesta questão, o seu contributo prima por ser pouco claro e explícito (e inclusive, demasiado afectado pela problemática da intervenção divina) em comparação com a *Crónica de 1419* que recolheu a nossa preferência. Dentro deste contexto, lamentamos, por exemplo, a ausência de informações relativas aos espaços onde se travaram os combates. Decidimos então citar a longa passagem do cruzado que se torna algo confusa (mesmo traduzida, desta feita, em português): *Desponta a Aurora que atingiu os cavaleiros que os nossos dardos / Afastam um pouco e marcam o acampamento inimigo./ A terra esconde-se, coberta debaixo dos inimigos; o clamor/ Ergue-se até aos astros e o clangor de todos os lados exalta os corações./ Dão-se recontros de um e de outro lado,/ Corre o sangue e eis que os nossos são mal sucedidos, fogem/ E o inimigo infiel aproxima-se./ Os nossos cavaleiros avançam, desnudam os seus peitos,/ Fortificam a encosta, entram no acampamento/ E o inimigo veio para ali./ Os que chegaram como hóspedes [estrangeiros], montaram de noite os cavalos,/ Olham para os astros e imploram o auxílio do Omnipotente./ No ar brilha o sinal da Cruz, mais claro que os astros/ Que a maior multidão contempla./ Com esta visão volta a coragem aos nossos e eis que os nossos cavaleiros/ Se enfurecem*

cristãos podiam agora concentrar-se totalmente no cerco de Alcácer.

Os sitiantes recorrem a *duas fortes mantas (ouriços ?)* para se aproximarem do muro de forma a destruí-lo. Os sarracenos, desde o alto das muralhas, reagem com o lançamento de pedras, traves e fogo. Os cristãos desistem deste primeiro intento, no qual também foram utilizadas diversas bestas, causando assim vítimas em ambos os lados.

Os seguidores do Cristianismo tentam agora efectuar escavações de forma a derrubar o muro²⁹³. As suas esperanças concentram-se agora numa mina. Todavia, os sarracenos abriram uma contramina que interceptou o túnel cristão, resultando daí combates sangrentos²⁹⁴. De novo, as tropas luso-cruzadas não conseguem retirar proveitos.

Entretanto, os dirigentes das forças cristãs ordenam a construção de duas torres de madeira que atingiram uma dimensão superior em comparação com as do castelo. Nelas estariam presentes, os melhores atiradores²⁹⁵. A *Crónica de 1419*, para além de referir a presença das duas mencionadas bastidas²⁹⁶, discrimina ainda a utilização de dois *engenhos*²⁹⁷ como também atribui um papel importante aos besteiros, neste episódio. Esta acção ofensiva deverá ter sido tão violenta até ao ponto dos mouros abandonarem a defesa das

contra os inimigos, os deitam por terra,/ Põem em fuga e até os matam/ Um exército celeste vem em nosso auxílio, porque Deus/ Dá o sinal da Cruz que antes concedera./ As suas vestes são esplendorosas como o Sol e brilhantes como a neve fresca/ E há no seu peito os sinais róseos da Cruz./ Quando o inimigo soube destas linhas de batalha, que apertavam a retaguarda,/ Obscurecem-se-lhe os olhos e os corações tomam-se de pavor. Assim acontece./ O companheiro fere o companheiro, este trespassa com a lança o lado/ Aquele corta a cabeça com a espada./ Este está estendido por terra, aquele é pisado pelas patas dos cavalos/ Então alguns dos homens são precipitados nas águas./ Em suma: acreditamos que dos inimigos morreram trinta mil e caíram dois reis (...) Deus concedeu-nos isto no dia de S. Jacinto e S. Proto, em que foi celebrada a vitória. (BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 135 das notas finais anexadas; tradução efectuada por Santos Alves).

293 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 62, p. 111-112.

294 BARROCA, Mário Jorge; DUARTE, Luís Miguel; MONTEIRO, João Gouveia - *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 156.

295 BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 92(verso), 267.

296 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 62, p. 112. As torres móveis eram designadas, muitas vezes, por bastidas, nos textos cronísticos medievais. (MONTEIRO, João Gouveia - *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 348-349).

297 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 62, p. 112. Na Idade Média, o termo *engenho* designava indistintamente uma série de armas de sítio que aplicaram dois princípios distintos no arremesso dos projecteis: a torção de cordas (catapultas e balistas) e o sistema de contrapeso ou de tracção (trabuquetes). As máquinas em questão tinham capacidade para lançar dardos e pedras de grandes dimensões, para além de projecteis incendiários e cadáveres em decomposição. Por isso, acreditamos que os dois mecanismos utilizados incluem-se neste lote e parecem ter causado um impacto devastador, ameaçando a integridade das muralhas e os edifícios interiores. (Veja-se: BARROCA, Mário Jorge; DUARTE, Luís Miguel; MONTEIRO, João Gouveia - *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 144-146).

muralhas e pedirem consequentemente a rendição²⁹⁸. Hermínia Vilar salienta, inclusive, que alguns combatentes cristãos já tinham penetrado na cidade, aproveitando assim o impacto do ataque em questão. A referida rendição ocorrera em meados de Outubro²⁹⁹, mais concretamente no dia 18³⁰⁰. Terminava assim este conflito, após dois meses e meio de cerco³⁰¹.

Numa primeira proposta de rendição, os habitantes de Alcácer desejavam sair com os seus próprios bens, mas foram forçados a contentarem-se apenas com a preservação das suas vidas. Assim, procedeu-se à partilha do saque que, exceptuando uma ou outra situação, decorreu dentro da normalidade³⁰².

O alcaide Abd Allah b. Wazir foi feito prisioneiro, mas libertado após uma conversão fingida (realizada através de um baptismo). Logo após este episódio, o referido indivíduo não hesita em fugir para Sevilha, prestando novamente serviço aos almóadas³⁰³.

De acordo com o parecer de D. Afonso II, a praça seria entregue a Martim Pais Barregão, comendador de Palmela. Esta decisão privilegiava os santiaguistas em detrimento de Soeiro Viegas, o homem que tinha ajudado a suportar a campanha com dinheiro e homens. Provavelmente o monarca desejava evitar que o bispo de Lisboa aumentasse ainda mais o seu enorme protagonismo, caso governasse também este aglomerado³⁰⁴.

Nas semanas posteriores à tomada de Alcácer, os seus protagonistas desejaram comunicar ao exterior o referido sucesso. Fizeram-no através do envio de duas cartas ao papa Honório III³⁰⁵.

Uma delas foi enviada em nome dos bispos de Lisboa e de Évora, do prior do Hospital, do mestre da Ordem do Templo e do comendador de Palmela. Neste documento, é relatada de forma muito sucinta, a campanha de Alcácer do Sal. Todavia outras intenções acompanhavam esta missiva. Os seus responsáveis procuraram garantir a permanência dos cruzados por mais um ano, de forma a que estes pudessem colaborar no processo da Reconquista. Também seria(m)

298 A referida acção ofensiva pode ser visualizada em: *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 62, p. 112.

299 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 139.

300 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 62, p. 112-113; BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 93.

301 Alcácer do Sal voltava a ser portuguesa, 26 anos passados da captura de al-Mansur. (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 138-139).

302 *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 62, p. 112.

303 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 139.

304 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 144-145.

305 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 140.

requerida(s): a vigésima parte dos rendimentos eclesiásticos, cuja utilização se destinava ao financiamento da guerra, e as indulgências da Terra Santa, que seriam também válidas para aqueles que optassem por regressar às suas pátrias, mesmo sem terem estado na Palestina.

A outra carta foi elaborada por Guilherme, conde da Holanda. Para além de referir também outros dados sobre a conquista de Alcácer, apela ao Papa para que este continue empenhado em dar o seu apoio à guerra contra os sarracenos da Hispânia. Por outro lado, e talvez em conjugação com a missiva anterior, aquele nobre estrangeiro esperava também uma decisão do Sumo Pontífice que ditaria a continuidade dos cruzados na Península Ibérica ou a sua partida imediata em direcção ao Oriente³⁰⁶.

Como resposta a tais pedidos, Honório III exigia a partida dos cruzados em direcção à Terra Santa. Todavia cedeu nas pretensões relativas às indulgências e ainda abriu excepções para os cruzados mais pobres ou cujas embarcações haviam sido desfeitas, de forma a permitir a construção de engenhos, que estavam então dispensados do voto de seguir para o Levante³⁰⁷.

Depois de apresentada a informação sobre as conquistas de Lisboa, Silves e Alcácer do Sal, constatamos que as fontes consultadas nem sempre nos garantem os dados desejados para o estudo de alguns aspectos, que consideramos essenciais, tais como: a capacidade de mobilização dos cruzados, a cooperação conseguida entre os portugueses e os estrangeiros, os detalhes que envolveram a participação das Ordens Militares presentes no reino ou até do contingente português em particular. Como os relatos que conhecemos são maioritariamente provenientes das testemunhas presenciais daquelas conquistas, que pertenciam normalmente à facção dos cruzados, não é então de estranhar que possuamos mais informações sobre os procedimentos dos guerreiros extra-peninsulares do que sobre as acções efectuadas pelas forças portuguesas.

306 Ambas as cartas podem ser observadas, ao pormenor, em: *Monumenta Henricina*. Vol. 1, docs. nr. 25 e 26, p. 45-49.

307 VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*, p. 140-141.

Capítulo III - A participação portuguesa no Oriente, principal foco do conflito

O fenómeno em estudo contou com a participação de homens e mulheres das mais diversas regiões da Europa Ocidental. Estes intervenientes activos podiam pertencer a qualquer estrato social³⁰⁸ o que nem sempre foi bem encarado pela Santa Sé que procurava demover os idosos, as mulheres, os enfermos, os clérigos e os monges de efectuarem os juramentos de cruzada. De acordo com o Papado, o auxílio garantido aos cristãos do Oriente deveria ser concretizado apenas pelos grupos militares da sociedade em detrimento dos indivíduos que não estivessem habilitados para combater³⁰⁹. No entanto, Roma nunca conseguiu impedir que um enorme número de não-combatentes tomasse a Cruz, o que se entende pelos antecedentes da Cruzada, vista como um fenómeno de peregrinação. Esta realidade perdurará por muito tempo, sendo observada até nas Cruzadas tardias³¹⁰.

Nesta fase da nossa dissertação, demonstraremos que um número nada subestimável de portugueses (com estatutos sociais diferenciados) acudiu ao Oriente. Mas antes de procedermos à análise da actuação lusa no Oriente Latino, devemos tratar, com cautela, uma questão de difícil resposta, mas simultaneamente pertinente - Será que Portugal estava actualizado relativamente aos acontecimentos verificados no Levante?

Infelizmente, não encontramos um número razoável de fontes que nos permitam obter informação de forma abundante e esclarecedora. Todavia, acreditamos que este reino da Península Ibérica estaria (pelo menos, por vezes) muito atento às circunstâncias associadas à Terra Santa. Como exemplo, tenha-se em consideração a difusão da notícia respectiva à queda de Jerusalém (em 2 de Outubro de 1187) às mãos de Saladino (1138-1193). De facto, Portugal teve imediato conhecimento de tal acontecimento e não é difícil comprovar esta situação. Em primeiro lugar, é mencionada a existência de uma

308 RILEY-SMITH, Jonathan - *The Crusading Movement and Historians* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 9.

309 A Santa Sé defendia que a guerra era uma missão destinada aos guerreiros. Assim pensaram Urbano II e outros sumos pontífices do século XII. (Veja-se: LLOYD, Simon - *The Crusading Movement, 1096-1274* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 47-48.

310 LLOYD, Simon - *The Crusading Movement, 1096-1274* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 47-48.

inscrição comemorativa provavelmente relacionada com a fundação da Igreja de Nossa Senhora da Fresta, em Trancoso. Segundo Mário Barroca, alicerçando-se no testemunho de Alexandre Herculano³¹¹, podíamos ler na mesma: *Si Vis Scire Tempus Quando Fuit Capta Iherusaleo. Era. MCCXV*³¹². Apesar de alguns equívocos derivados da datação³¹³, é possível que este testemunho seja contemporâneo daquele acontecimento. Em segundo lugar, encontramos também referência à capitulação da Terra Santa, no foral que D. Sancho I outorgou a Valhelhas (Guarda), em Julho de 1188. Por isso, bastou pouco mais de meio ano para que o evento fosse veiculado em Portugal. Assim sendo, acreditamos que este reino estava atento ao que se passava no Levante³¹⁴.

Em função desta constatação, e do ponto de vista estrutural, pretenderemos, numa primeira parte, estudar a participação portuguesa nestes espaços longínquos até à queda de Acre (1291), enquanto que numa segunda etapa, teremos em consideração a mesma problemática centrada já nas cruzadas tardias. A escolha do ano de 1291 como marco divisório justifica-se dado que representou o abandono da Terra Santa por parte dos contingentes ocidentais.

1. A Actuação Portuguesa no Oriente Latino (1095-1291)

Quando finalizaram as sessões do concílio de Clermont (Novembro de 1095), as pregações e os esforços directos desenvolvidos pelo Papado que visavam obter apoios para a causa do Oriente, reuniram-se então contingentes cruzados que, na Primavera seguinte, participariam naquilo que viria a ser a Primeira Cruzada (1096-1102) cujo momento mais alto foi a captura de Jerusalém em 15 de Julho de 1099³¹⁵. Este movimento traduziu-se,

311 De acordo com Mário Barroca, a inscrição referida já não existe actualmente, tendo sido Alexandre Herculano, um dos privilegiados que se dedicou à sua leitura em meados do século XIX. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 155, p. 411-414).

312 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 155, p. 411-414.

313 A era MCCXV corresponde ao ano de 1177, o que poderá significar que o responsável pela gravação de tal inscrição, precipitou-se na datação. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 155, p. 411-414).

314 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 155, p. 411-414. (Veja-se também o foral de Valhelhas que está publicado em: *Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo octavo post Christum usque ad Quintumdecimum*. Vol. 1 - Leges et Consuetudines. Lisboa: Academia das Ciências, 1856, p. 467-472. (A referência à queda de Jerusalém nas mãos de Saladino encontra-se, mais concretamente, na página 471).

315 RILEY-SMITH, Jonathan - *The Crusading Movement and Historians* in *The Oxford History of the*

inicialmente, na criação de quatro estados cruzados no Oriente: o reino de Jerusalém, o principado de Antioquia e os condados de Tripoli e de Edessa³¹⁶. Por enquanto, centraremos apenas as nossas atenções na Terra Santa, como foco de peregrinação, o que é anterior ao fenómeno da Cruzada.

Os sucessos obtidos na Primeira Cruzada motivaram que um número maior de ocidentais viajassem rumo ao Oriente, tendo os italianos contribuído para a concretização dessas intenções, pois transportaram diversos peregrinos ansiosos por visitar os lugares santos³¹⁷, beneficiando assim da localização geográfica do seu território e da sua experiência na arte de navegar.

Dentro deste contexto, teremos também peregrinos que se deslocaram desde o espaço *lusitano* até à Jerusalém *cristã*, estando documentados os casos do conde D. Henrique³¹⁸ (em 1102), de Maurício Burdino³¹⁹ (entre 1104-1108), de

Crusades, p. 1-2

316 PHILLIPS, Jonathan - *The Latin East, 1098-1291* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 111.

317 PHILLIPS, Jonathan - *The Latin East, 1098-1291*, p. 117.

318 O conde D. Henrique (?-1112) foi filho de Henrique de Borgonha e de Sibila. Proveniente de França, entraria então na Península Ibérica, acompanhado por personagens ilustres. Ao celebrar matrimónio com D. Teresa (filha de Afonso VI de Castela), obteve, como dote, o condado Portucalense. No que diz respeito à sua eventual peregrinação a Jerusalém, não encontramos provas documentais que assegurem a veracidade da mesma. No entanto, Barrilero Ruas assinala que o conde D. Henrique não terá estado em Portugal e na Península Ibérica, entre Setembro de 1101 e Julho de 1103 (esta baliza cronológica avançada para a sua ausência poderá não garantir uma precisão total, mas constitui uma ferramenta essencial para o esclarecimento de algumas questões que surgirão em seguida). Por isso, é possível que tenha ido a Roma e depois prosseguido até Jerusalém. Durante a sua presumível estadia no Oriente, excluimos, à partida, a possibilidade, levantada na *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, de ter participado na conquista de Cesareia, até porque a bibliografia e fontes estrangeiras, situam tal sucesso militar em Maio de 1101, ou seja, antes do período pré-estabelecido por Barrilero Ruas para a sua ausência. De regresso, participa na Reconquista (está presente na Batalha de Valtierra-1110) e envolve-se, no fim da sua vida, nas tensões políticas de Aragão. Faleceria a 1112, em Astorga. Seria responsável pela introdução das ideias da reforma gregoriana, da liturgia romana, da escrita carolíngia e do espírito cruzadístico. (BRANDÃO, António - *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*. Caps. XXII, XXX. Porto: Livraria Civilização, 1944, p. 108-112, 136; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 19-22, 63-64; RUAS, Henrique Barrilero - *Conde D. Henrique* in *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 416-419; SOUSA, António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo 1. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946, p. 19-23). Para a datação do cerco de Cesareia, veja-se: RICHARDS, D. S. - *The Chronicle of Ibn al-Athir for the crusading. Period from al-Kamil fi'l-Ta'rikh*. Parte 1 - The years 491-541/1097-1146: The coming of the franks and the muslim response. Farnham/Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2010, p. 48; EPSTEIN, Steven A. - *Genoa and the Geonese: 958-1528*. Carolina do Norte: the university of North Carolina press, 1996, p. 31.

319 Maurício Burdino era provavelmente francês (natural de Limoges ou Uzerche). Todavia e apesar das suas raízes estrangeiras, Maurício teve uma estreita ligação ao espaço português, sendo bispo de Coimbra (1099-1108) e arcebispo de Braga (1109-1117). Permaneceu três ou quatro anos na Terra Santa, sendo acompanhado por D. Telo. Comprou aí relíquias, para além de ter ajudado a reconstruir uma igreja nos arredores de Jerusalém. Mais tarde e com o apoio de Henrique V, torna-se anti-papa, a 8 de Março de 1118, em Roma. Acabaria por abandonar Roma dirigindo-se para Sutri, onde foi cercado pelas tropas de Calisto II e consequentemente preso, num mosteiro, em 1121. Morreria encarcerado. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 63; VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4, p. 125-135 - neste artigo aconselhamos também a leitura de

D.Telo³²⁰ (entre 1104-1108), de S. Teotónio³²¹ (entre 1121-1127), de Godinho³²² (em 1176) e de Gonçalo³²³ (em data indefinida). A presença destes e doutros peregrinos será vital para a viabilidade económica dos Estados Latinos do Oriente. De acordo com Jonathan Phillips, estes investiam dinheiro na Terra Santa para suportar a sua instalação ou para efectuar doações às instituições eclesiásticas³²⁴. E não só, visto que as relíquias exerciam também grande fascínio aos olhos dos crentes que não hesitavam em comprá-las³²⁵. Inclusive, Maurício Burdino e Gonçalo terão trazido diversas relíquias que seriam provenientes maioritariamente da Terra Santa. Temos ainda conhecimento de que ambos despenderam somas avultadas para as obter. Assim sendo,

todas as notas de rodapé; ERDMANN, Carl - *Maurício Burdino (Gregório VIII)*. Coimbra: Publicações do Instituto alemão da Universidade de Coimbra, 1940, p. 5-30, 40; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Nova edição prep. e dir. por Damião Peres. vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 265).

- 320 D. Telo Odores era filho de Odório e de Eugénia. Esta personalidade doaria todos os seus bens à Igreja de S. Martinho e seria cônego na Sé de Coimbra. Acompanhou Maurício Burdino na viagem a Jerusalém (1104-1108), tendo ainda passado por Constantinopla. Nesses dois grandes centros da Cristandade Oriental, Telo dedicou-se ao estudo das comunidades religiosas, verificando as suas normas e organização. Regressaria ao espaço lusitano, onde se destacaria como um dos fundadores do Mosteiro de Santa Cruz, em 28 de Junho de 1131. Faleceria a 9 ou 10 de Setembro de 1136. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II. tomo 1. doc. 71, p. 183-187; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 84).
- 321 S. Teotónio nasceu em 1082, em Ganfei (perto de Valença do Minho) e teve como seus progenitores, Oveco e Eugénia. Em Viseu, tornou-se administrador da diocese, chegando ainda, em 1110, a ser prior da Sé daquela localidade. Afastado de Viseu (provavelmente devido às relações tensas que mantinha com D. Teresa e D. Fernando Peres de Trava), decide peregrinar até Jerusalém (1121-1127). José Mattoso afirma mesmo que este santo terá efectuado não uma, mas duas peregrinações à Terra Santa (sendo que numa delas foi acompanhado por um número razoável de peregrinos). No seu retorno à pátria. D. Telo e João Peculiar convencem-no a ficar em Coimbra, pois temiam que estivesse nas cogitações de Teotónio, uma nova viagem a Jerusalém (desta vez definitiva e ficando lá a viver). Dentro deste contexto, será um dos doze fundadores (tal como D. Telo) do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a 28 de Junho de 1131. A partir de 24 de Fevereiro de 1132, tornou-se o primeiro prior daquele mosteiro. Faleceria a 18 de Fevereiro de 1162, tendo sido canonizado no ano seguinte. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 110, p. 288-291; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 63, 85).
- 322 Infelizmente pouco sabemos sobre Godinho, embora tivesse sido arcebispo de Braga, sucedendo provavelmente a D. João Peculiar (falecido a 1175). Dirigiu-se a Roma, para ser sagrado pelo Papa Calisto IV. Terá ido a Jerusalém no ano de 1176. Faleceria a 31 de Julho de 1188 e foi sucedido por D. Martinho Pires (bispo do Porto). (ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. vol. 1, p. 266-267).
- 323 Sobre D. Gonçalo, deparamo-nos de novo com a ausência de traços concretos que nos permitam traçar a sua biografia. Contudo, podemos afirmar que foi bispo de Coimbra, a partir de Janeiro de 1109, sucedendo ao já conhecido Maurício Burdino. Foi a Jerusalém e Constantinopla, desconhecendo-se a data em que realizou esta aventura. Nesses espaços, demonstrou fascínio pelas relíquias. Faleceria em 1127 ou 1128, sendo sucedido por D. Bernardo no bispado de Coimbra. (ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. vol. 1, p. 268-269; VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4, p. 132, ver nota de rodapé nr. 44).
- 324 PHILLIPS, Jonathan - *The Latin East, 1098-1291* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 117.
- 325 Segundo Marcus Bull, os objectos associados aos Santos (que teriam poder de intercessão no outro mundo) emanavam um poder espiritual de perfil caridoso (designado de *virtus*) que os devotos poderiam extrair. Daí a importância e a atracção pelas relíquias. (BULL, Marcus - *Origins in The Oxford History of the Crusades*, p. 29).

Maurício adquiriu a cabeça de S. Tiago Maior e mais tarde, em 1117, assistiu à trasladação para Braga do corpo de S. Tiago Interciso. Por sua vez, Gonçalo, na sua peregrinação a Jerusalém, trouxe *hum pequeno do lenho da Vera Cruz e muitas reliquias de Nossa Senhora*³²⁶. Estes tesouros orientais eram indiscutivelmente uma atracção e funcionavam como elementos agregadores das comunidades em que eram depositados.

Como observamos, os peregrinos eram essenciais para o sucesso económico dos novos territórios cristãos no Levante, em especial do reino de Jerusalém. Adrian J. Boas ressalva mesmo que a *Indústria da Peregrinação*, como fonte de dinheiro, comércio e colonizadores, foi decisiva para o desenvolvimento económico da Cidade Santa que, nos primeiros anos de domínio cristão, estava praticamente deserta³²⁷ e contava com umas muralhas em péssimo estado de conservação. De facto, Jerusalém cresceu imenso com a criação de inúmeros estabelecimentos ou instituições que visavam responder às distintas necessidades dos peregrinos: hospícios, hospitais, câmbios monetários, mercados especializados, ordens militares³²⁸.

Uma outra forma de participação, também indirecta tal como a peregrinação, envolveria a oferta de bens materiais ou transacções, consideradas benéficas, destinadas às ordens palestinianas³²⁹. Neste âmbito, registamos a atitude de Mendo Moniz, que deixou, em 1143, metade do seu património *aos freires da milícia do Templo de Deus e Salomão, estabelecidos em Jerusalém para defesa do Santo Sepulcro do nosso Redentor, Jesus Cristo*³³⁰.

326 ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. vol. 1, p. 269; VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4, p. 131-133, ver também notas de rodapé nr 44, 47 e 48.

327 Ao tomarem Jerusalém (1099), os cruzados ora massacraram ora expulsaram a população residente. Como se não bastasse, após este sucesso, a maior parte dos referidos cruzados decidiram abandonar a cidade. Tínhamos então uma cidade fantasma exposta ao inimigo que necessitava de ser repovoada e os peregrinos cristãos fizeram parte da solução para esse problema sério. (BOAS, Adrian J. - *Jerusalem in the time of the Crusades: society, landscape and art in the Holy City under Frankish rule*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2001, p. 1-2, 8, 13-14).

328 BOAS, Adrian J. - *Jerusalem in the time of the Crusades: society, landscape and art in the Holy City under Frankish rule*, p. 1-2, 8, 13-14. Ainda a propósito de Jerusalém, encontramos na sua toponímia, enquanto reino cristão medieval, uma *Ruga Ispaniae* (Rua de Espanha) que, de acordo com Joshua Prawer (citado por Adrian J. Boas), pode ser identificada curiosamente com a *Vicus Girardi de Lissebone* (*Lissebonette*) que surge também na documentação. Contudo, esta rua (assinalada numa planta que dispomos em anexo) não teria necessariamente muitos habitantes hispânicos, isto é, a divisão rígida de bairros da cidade não obedecia a perfis étnicos (Bahat, outro autor citado por Adrian J. Boas, garante que só encontrou ali, um hispânico do qual desconhecemos o nome). Vejam-se as páginas xvi, 83, 137-138 e 226 (nesta última, leia-se a nota nr. 1) da já citada obra de Adrian J. Boas.

329 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 64.

330 CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers*

Lamentavelmente, não encontramos elementos biográficos suficientes que nos permitam identificar Mendo Moniz. Um outro exemplo reside em D. Afonso Henriques³³¹, que terá abdicado de 300 marcos de ouro para comprar propriedades, de forma a garantir o apoio assistencial aos doentes em Jerusalém³³². Por isso, qualquer português poderia participar neste fenómeno, sem ter a necessidade de rumar ao Oriente.

Mas, por outro lado, reconhecemos que, nestes primeiros anos de Cruzada, situados entre os finais do século XI e a primeira metade do século XII, não encontramos qualquer português, cuja actuação fosse directa, isto é, envolvido em acções militares no Ultramar. Obviamente que existem motivos ou factores que justificam a ausência ou escassez inicial de combatentes portugueses no Levante.

Por um lado, a Reconquista ibérica não era menosprezada pelos pontífices, antes pelo contrário, grande parte destes encaravam-na como um teatro de guerra quase tão importante como o do Oriente, reconhecendo-lhe este enquadramento. Assim pensava Urbano II, responsável pelo lançamento das Cruzadas³³³, Pascoal II, que proíbe mesmo, a partir de uma bula, datada de 1100, os nobres e soldados da Hispânia de participarem na cruzada a Oriente, incentivando-os a defender os seus reinos cristãos face às investidas dos almorávidas³³⁴ ou, por fim, Calisto II que, em 1123, dirige-se aos cristãos da Península Ibérica, afirmando que as indulgências aí atribuídas eram equivalentes às da Terra Santa.

Em 1145, é a vez de D. Afonso Henriques proibir os homens de Coimbra de rumarem a Jerusalém, propondo-lhes em troca, a protecção de Leiria e

portugais à la défense de la Syrie franque in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 399.

331 Nascido em Viseu ou Guimarães (em meados de Agosto de 1109), Afonso Henriques era filho da condessa D. Teresa e do já mencionado Conde D. Henrique. De entre os seus inúmeros feitos, destacamos: as suas vitórias ora face a D. Teresa e ao conde galego Fernão Peres de Trava em São Mamede (1128; o que assegurou a independência do Condado Portucalense) ora enfrentando os muçulmanos (em Ourique, 1139 - logo antes ou após essa batalha foi supostamente aclamado rei; em Santarém e Lisboa, 1147; em Alcácer do Sal, 1158-1160) e o reconhecimento da sua dignidade régia em Zamora (1143). O seu final de vida não seria o melhor, estando associado à derrota em Badajoz (1169), da qual sai seriamente ferido. O primeiro rei de Portugal faleceria, em Coimbra, a 6 de Dezembro de 1185. (*Crónica de Portugal de 1419*, cap. 3-44, p. 5-84; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 17-18, 45-46, 112-118, 152, 167-179, 195-206, 228-234, 275-282).

332 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p.463.

333 LLOYD, Simon - *The Crusading Movement, 1096-1274* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 41.

334 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 62.

Estremadura. O concelho de Coimbra parece ter adoptado tal decisão³³⁵.

Assim sendo, constatamos que os papas e reis peninsulares não viam com bons olhos a saída de cristãos ibéricos para o Ultramar, receando que a sua ausência a Ocidente pudesse comprometer o processo da Reconquista. Na realidade, esta conjuntura espelhou-se de uma forma mais evidente nos primeiros anos das cruzadas ao Oriente. De facto, entre 1095 e 1150, não encontramos qualquer português envolvido directamente nas acções bélicas perpetradas a Oriente. No entanto, é de registar que os peregrinos que se dirigiam à Terra Santa, pela natureza da própria cruzada, estavam predispostos para a luta armada.

Todavia, este panorama começa a mudar timidamente já na segunda metade do século XII, com a entrada de alguns protagonistas com acção directa no Levante. O primeiro de que há notícia clara foi Gualdim Pais³³⁶, do qual encontramos algumas inscrições epigráficas publicadas por Mário Barroca. Dentro deste contexto, decidimos destacar e transcrever a tradução de dois testemunhos epigráficos, um actualmente localizado no convento de Cristo em Tomar, embora não se tenha certeza quanto às suas origens, visto que foi transferido para este espaço posterior³³⁷, enquanto que o outro se encontra no castelo de Almourol³³⁸.

Na primeira inscrição, existente em Tomar, podemos ler o seguinte:

335 Os procedimentos de Calisto II e de D. Afonso Henriques podem ser observados em: VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4, p. 131, ver também nota de rodapé nr. 41.

336 Entre 1118-1120, Gualdim Pais terá nascido em Braga, mais concretamente em Priscos. Seria filho de D. Paio Ramires e de D. Gontrode Soares. Como é tradicionalmente referido, terá participado na batalha de Ourique (em 1139), sendo armado cavaleiro por D. Afonso Henriques. Também estaria integrado no exército cristão que tomou Lisboa (1147). Na década de 50 do século XII, viajaria para a Palestina, permanecendo aí cinco anos. Regressou depois a Portugal, tornando-se aí Mestre da Ordem do Templo (1157-1195). Durante o exercício desse cargo, envolveu-se em novas empresas militares (participa em 1190, na defesa bem conseguida de Tomar perante o cerco almóada), na construção de castelos (Tomar, Pombal, Almourol, Longroiva) e na concessão de cartas de foral (foi o caso de Redinha). Faleceria a 13 de Outubro de 1195. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 203, p. 522-527; CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 400-403; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 222-226; BARROCA, Mário - *A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa. Portugália*. Nova série. Vol. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/1997, p. 176-181, veja-se também a nota de rodapé nr. 17).

337 Esta inscrição terá sido trasladada para Tomar, sendo proveniente de um destes dois Castelos: Pombal (mais provável) ou Almourol. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 136, p. 348-361).

338 Trata-se duma extensa inscrição comemorativa que memoriza os feitos de Gualdim Pais. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 137, p. 361-367).

Era de 1209. O Mestre Gualdino, certamente de nobre geração, natural de Braga, existiu no tempo de Affonso, illustrissimo Rei de Portugal. Abandonando a milicia secular, em breve se elevou como um astro, porquanto, soldado do Templo, dirigiu-se a Jerusalém, onde durante cinco annos levou vida trabalhosa. Com seu Mestre e seus Irmãos, entrou em muitas batalhas, levantando-se contra o Rei do Egypto e da Syria. Como fosse tomada Ascalona, partindo logo para Antiochia pelejou muitas vezes pela rendição de Sidon. Cinco annos passados, voltou então, para o Rei que o creara e o fizera cavalleiro. Feito procurador da casa do Templo em Portugal, fundou n'este o castello de Pombal, Thomar, Zezere, e este que é chamado Almorio, e Idanha e Monsanto³³⁹.

Na segunda, relativa ao castelo de Almourol, vislumbramos um conteúdo muito semelhante:

Em nome de Christo Era 1209: Mestre Galdim de nobre geração, foy natural de Braga em tempo de Dom Afonso illustrissimo Rey de Portugal, filho do Conde Henrique, e da Rainha D. Tareja. Este leixando a mundana cavalaria, em breve tempo resplandeceo como hum luseiro, porque sendo cavaleiro do Templo se foy a Ierusalem & lá por sinco annos passou a vida em continuas armas, & co o seu Gram Mestre, & com outros Freires em muitas batalhas foy contra o Rey do Egypto, & de Suria, & quando Ascalona foy tomada, elle foy ahi prestes, & presente. Deshi indo a Antiochia, pelejou muitas vezes contra o poder do Soldam, & depois de sinco annos se tornou ao dito Rey, que o criara, & fizera cavaleiro, & sendo feito Procurador da casa do Templo de Portugal edificou estes castelos, Pombal, Tomar, Ozezar, Cardiga, & este que se chama Almouro³⁴⁰.

Como demonstram os excertos que destacamos, ambas inscrições confirmam então a presença de Gualdim Pais na Palestina, durante cinco anos (1151/52-

339 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 136, p. 348-361.

340 Esta tradução foi realizada por Frei António Brandão que se baseou na leitura de Manuel Severim de Faria. De acordo com Mário Barroca, a mesma poderá conter alguns erros de pontuação, mas em relação ao conteúdo, parece ser certa. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 137, p. 361-367).

1156/57), onde lutou contra muçulmanos egípcios e sírios, participando também na conquista de Ascalona (1153) e na defesa do principado de Antioquia³⁴¹. É, assim, importante conhecer mais detalhadamente a sua acção no Oriente.

De facto, D. Gualdim, durante aqueles cinco anos, envolveu-se em inúmeros combates ao lado dos grão-mestres templários, Évrard des Barres e Bernard de Trémelay, enfrentando ora os fatímidas do Egipto, ora as tropas damascenas de Nur ad-Din que procuravam unificar a Síria do Norte.

Todavia, o momento mais marcante que terá presenciado no Levante foi, sem dúvida, a conquista de Ascalona (1153) pelo rei de Jerusalém, Balduíno III. O cerco daquela cidade começou a 2 de Fevereiro e só terminaria a 18 de Agosto, totalizando praticamente seis meses de intensos combates³⁴². A batalha esteve longe de ser fácil, tendo perecido inúmeros templários, inclusive o grão-mestre Bernard de Trémelay³⁴³. Mesmo assim, esta vitória teve, na nossa óptica, um significado especial para os cruzados. Em primeiro lugar, não podemos ignorar que após a captura de Jerusalém (1099), as atenções dos francos concentravam-se nas cidades costeiras do Levante. Entre 1101 e 1124, conquistariam Arsuf, Cesareia, Haifa, Acre, Beirut, Sídon e Tiro. Contudo, o único grande porto que escapava ao controlo dos cristãos era Ascalona que seria utilizado tanto como base da frota egípcia que efectuava ataques pela costa, como fonte de múltiplas incursões muçulmanas que penetravam na região sul do reino de Jerusalém³⁴⁴. Em segundo lugar, este triunfo tem também um significado especial, se tivermos em conta, que poucos anos antes tinha sido lançada a Segunda Cruzada (1145-1149), com resultados desastrosos no Oriente³⁴⁵. Por isso, cremos que este triunfo poderá ter moralizado as hostes cristãs.

Gualdim Pais, depois de ter participado militarmente naquele feito,

341 Para além das referidas inscrições já referenciadas, veja-se também: BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 203, p. 526; FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Porto: Faculdade de Letras da U.P., 2009, p. 146-147.

342 CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 401.

343 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 223-224.

344 PHILLIPS, Jonathan - *The Latin East, 1098-1291* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 112.

345 A Segunda Cruzada, liderada por Luís VII de França e por Conrado III da Alemanha, fracassou graças ao cerco falhado a Damasco, no ano de 1148. (PHILLIPS, Jonathan - *The Latin East, 1098-1291*, p. 121-122).

estabeleceu-se em Antioquia, sendo difícil determinar a actuação que aí desempenhou. Sabemos, pelo menos, que terá contribuído na defesa do principado que era alvo de investidas por parte dos turcos sejúlcidas. No que diz respeito à rendição de Sídon, deparamo-nos ainda com maiores incertezas, até porque este porto foi conquistado pelos cristãos nos anos iniciais do século XII, e manteve-se ainda, nas mãos dos francos, por muito tempo. Por fim, não podemos excluir a possibilidade de Gualdim ter auxiliado na construção de algum castelo da Ordem do Templo localizado no Levante, como por exemplo, o de Tortosa que, por estes anos, terá sido edificado ou restaurado no Condado de Trípoli³⁴⁶. Esta hipótese é pertinente visto que este português, no regresso ao reino, trouxe consigo algumas inovações técnicas exclusivas da arquitectura militar da Terra Santa que seriam devidamente aplicadas em Portugal³⁴⁷.

Não menos importante, foi o papel de Fernando Afonso, filho ilegítimo de D. Afonso Henriques³⁴⁸. Apesar de se tratar duma personalidade situada na obscuridade do conhecimento historiográfico, é possível reconstituir a sua

³⁴⁶ José Mattoso não é totalmente explícito quando se refere às obras que se destinaram a este castelo de Tortosa e, por isso, desconhecemos se o mesmo foi alvo de uma construção nova ou antes, de uma restauração. (MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 224).

³⁴⁷ MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 224. A propósito do conhecimento presumivelmente adquirido por Gualdim Pais sobre determinadas inovações da arquitectura militar do Oriente e da sua consequente aplicação em Portugal, onde o caso mais flagrante estará relacionado com a imposição do alambor no castelo de Tomar, veja-se: BARROCA, Mário - A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa. *Portugália*. Nova série. Vol. XVII-XVIII, p. 195-199, destacamos ainda a nota de rodapé nr. 82.

³⁴⁸ Fernando Afonso era filho de Afonso Henriques e de Châmoa Gomes, monja de Varão. Teria nascido por volta de 1140. Surge na corte pela primeira vez, em 1159, tornando-se posteriormente alferes-mor, a partir de 1169 (e deverá ter mantido o cargo até 1172/73; ao exercer tal função, comandaria os exércitos do reino). Embora sem provas documentais, José Mattoso acredita que a preferência de D. Afonso Henriques, em relação à sua sucessão, não recaía neste seu bastardo, mas sim no seu herdeiro legítimo - Sancho. Todavia, Fernando Afonso terá sido uma ameaça séria a D. Sancho. Na sequência do desastre de Badajoz (1169), acabará, em data desconhecida, por abandonar a corte e procurar refúgio junto de Fernando II de Leão. Antes de deixar o reino, poderá ter participado ainda numa segunda campanha em Badajoz (1170) que contou com a presença de D. Sancho e Geraldo Gualdino, mas tal empresa fracassou de novo. No que diz respeito à sua restante vida, as incertezas são ainda maiores. Depois da sua permanência em Leão, poderá ter regressado à pátria, participando na defesa de Santarém (1184), de acordo com Laurent Dailliez. Segundo Mário Barroca, o seu próximo passo dá-se no Levante, participando na Terceira Cruzada (1189-1192). Posteriormente, de acordo com Maria João Violante, seria mestre do Hospital na Hispânia em 1198 (o que, a nosso ver, poderá pressupor o seu retorno, embora temporário, ao quadro peninsular). Acreditamos que depois da sua estadia na Hispânia, tenha viajado novamente rumo ao Levante, tornando-se grão-mestre da Ordem do Hospital (1202/03-1206) e actuando na Quarta Cruzada. Retornaria a Portugal, estabelecendo-se em São João de Alporão, onde faleceria (possivelmente envenenado), de acordo com o seu epitáfio, a 20 de Fevereiro de 1207. (DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 27; BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 259, p. 634-638; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 164-165, 231-232, 239-240, 283; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 51-52, 59, 61-62, 231).

acção no Oriente, pelo menos, parcialmente. Afonso terá participado na Terceira Cruzada (1189-1192)³⁴⁹, comandada por Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra, e Filipe II, rei da França, e da qual resultariam as conquistas do Chipre (em Maio de 1191) e de Acre (em Julho de 1191). Os cristãos ganhariam ainda direitos na costa desde Tiro a Jaffa, embora o objectivo principal não tivesse sido concretizado - a recuperação de Jerusalém³⁵⁰, perdida em 1187, às mãos do sultão aiúbida Saladino³⁵¹.

D. Afonso somaria um outro feito ainda maior, quando foi eleito grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, isto é, do Hospital. Todavia, a bibliografia e as fontes existentes que se referem ao seu mestrado pecam por serem escassas e pouco claras a este respeito.

Numa primeira etapa, pretendemos compreender as razões que conduziram à sua eleição. Dentro deste contexto, cremos que este bastardo de D. Afonso Henriques teria uma reputação militar sólida que poderá ter sido decisiva. Tudo indica que participara numa segunda campanha rumo a Badajoz (1170)³⁵² e na defesa de Santarém, que fora cercada pelos muçulmanos, em 1184³⁵³. Posteriormente, como já o afirmamos, poderá ter actuado na Terceira Cruzada (1189-1192) o que lhe poderá ter granjeado um maior prestígio³⁵⁴. Por outro lado, podemos ainda lançar uma interrogação, para a qual não encontramos ainda resposta - Será que o prestígio cruzadístico do seu pai foi também determinante na sua escolha para o exercício deste cargo?

O estabelecimento das balizas cronológicas relativas ao mestrado de D. Afonso é uma tarefa difícil, visto que nem todos os autores são unânimes. Mário Barroca acredita que a eleição de D. Afonso ocorreu em 1194, datando a sua demissão no ano de 1196³⁵⁵. Laurent Daillez³⁵⁶, José Mattoso³⁵⁷, Maria João

349 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 259, p. 634-638.

350 PHILLIPS, Jonathan - *The Latin East, 1098-1291* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 125, 132.

351 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 231-236.

352 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 61-62.

353 DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1, p. 27.

354 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 259, p. 634-638.

355 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 259, p. 637.

356 DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1, p. 27.

357 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 232.

Violante³⁵⁸ e Luis García-Guijarro Ramos³⁵⁹ situam a sua nomeação e abandono do cargo, nos anos iniciais do século XIII. Todos eles parecem defender que o seu mestrado durou entre 1202/03-1206³⁶⁰. Como observaremos de seguida, esta segunda perspectiva parece ser a que está mais próxima da realidade até porque os actos associados a Fernando Afonso, enquanto grão-mestre, no Oriente, reportam-se aos primeiros anos do referido século XIII.

Em último lugar, importa conhecer os procedimentos que seguiu na condição de grão-mestre da Ordem do Hospital, bem como os motivos que originariam a sua demissão.

Assim sendo, devemos começar por assinalar que, segundo Maria João Violante, D. Afonso terá tomado parte na Quarta Cruzada³⁶¹, a qual decorreu entre 1202 e 1204. Infelizmente não encontramos dados concretos que nos permitam saber os pormenores relativos a essa sua nova aventura. Aliás, não sabemos definir a periodicidade da sua actuação e, por isso, não podemos assegurar que já seria grão-mestre do Hospital no momento em que participara naquela empresa. Por ventura, e na impossibilidade de acedermos a provas documentais, acreditamos que já ocuparia aquele cargo durante o desenrolar da Quarta Cruzada, até porque há uma coincidência evidente entre a datação do seu mestrado e o daquela expedição.

De acordo com Steven Runciman, esta campanha, liderada essencialmente por Balduino IX, conde de Flandres, e Bonifácio, marquês de Montferrat, que supostamente deveria dirigir-se ao Egipto, seria desviada pelos venezianos que seriam responsáveis pelo transporte dos cruzados. Mas como estes não encontraram forma de pagar o seu transporte, ficaram completamente à mercê dos caprichos venezianos. Assim sendo, a 15 de Novembro de 1202, participam na tomada de Zara (devolvida à República de Veneza que a tinha

358 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 231.

359 GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 299.

360 José Mattoso aponta 1202-1206, Maria João Violante menciona 1202/03-1206, Guijarro-Ramos propõe 1203-1206, Laurent Dailliez embora não lançando uma datação específica, salienta que Afonso tornou-se grão-mestre da Ordem do Hospital após a morte de Godefroy de Donjon, em 1202. (Vejam-se então: MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 232; BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 231; GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 299; DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1, p. 27)

361 BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*, p. 231.

perdido anteriormente para os Húngaros). Neste contexto, o papa Inocêncio III excomunga os venezianos, pois não tolerava que eles tivessem chantageado os cruzados para atacar territórios cristãos. Participam igualmente nas disputas internas pelo poder em Bizâncio, que culminarão com o saque de Constantinopla (12 a 15 de Abril de 1204), a criação dum novo império latino e a nomeação do respectivo imperador (que seria Balduíno IX da Flandres)³⁶². Como já sublinhamos, apesar de não conseguirmos proceder a uma caracterização minuciosa da participação de D. Afonso de Portugal nesta campanha, foi muito provavelmente, neste contexto, que terá ocorrido a sua actuação.

Fernando Afonso também convocou um capítulo geral, em Margat, onde seriam promulgados importantes estatutos da Ordem. Estas reuniões, segundo Paul Deschamps, terão ocorrido em Junho de um destes anos: 1204, 1205 ou 1206³⁶³. De entre as novas normas implantadas, destacamos o estabelecimento de provas de nobreza para admissão ao grau de cavaleiro³⁶⁴. No entanto, podemos já denotar nesse conselho, uma forte tensão entre o grão-mestre e outros dignitários da Ordem. Por um lado, Afonso é criticado por não ter convocado o conselho dentro dos limites do reino de Jerusalém³⁶⁵, enquanto que, por outro, a exigência e o rigor dos textos aprovados naquelas sessões não parecem ter caído bem, originando conflitos³⁶⁶. A postura do grão-mestre português também estava longe de ser a ideal, comportando características que o assemelhavam a um ditador: temperamento e carácter difíceis, autoritário, inflexível, demasiado exigente, o que fariam com que fosse contestado por muitos cavaleiros da Ordem³⁶⁷, tendo todas estas circunstâncias contribuído para a sua renúncia, em 1206, e o seu consequente regresso a Portugal.

Uma outra figura importante, com um papel não menos activo, foi Paio

362 RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. Vol. 3, p. 91-107.

363 DESCHAMPS, Paul - *La défense du comté de Tripoli et de la Principauté d'Antioche*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1973, p. 267.

364 DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1, p. 27.

365 Margat ficava normalmente incorporada no Sul do Principado de Antioquia. Em anexo, deixamos um precioso mapa de Paul Deschamps onde podemos verificar tal situação. (DESCHAMPS, Paul - *La défense du comté de Tripoli et de la Principauté d'Antioche*, p. XI, 267 - veja-se também nesta última página, a nota de rodapé nr. 1).

366 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 1, doc. 259, p. 637.

367 DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1, p. 27.

Galvão³⁶⁸. As crónicas cristãs e árabes das cruzadas referem-se à sua presença no Oriente, aquando da Quinta Cruzada (1217-1221)³⁶⁹. Com o intuito de contextualizar a sua acção, podemos observar este movimento que se dirigiu sobretudo ao Egipto.

Através da encíclica *Quia major* (1213), Inocêncio III lançava a Quinta Cruzada, tendo em mente a libertação dos lugares santos. Apesar do seu falecimento ter antecedido a concretização deste seu objectivo, a verdade é que Honório III prosseguiria com os planos cruzadísticos³⁷⁰. Terminaria assim o clima de paz e

368 Provavelmente nascido em Guimarães, Paio Galvão teria como seus pais: Pedro Galvão e D. Maria Pais. De acordo com Fortunato de Almeida, *foi cônego regrant de Santa Cruz de Coimbra, mestre em Teologia pela Universidade de Paris, mestre-escola da colegiada de Guimarães, embaixador de obediência a Roma, enviado por el-rei D. Sancho I.* O mesmo historiador assinala que *o Papa Inocêncio III criou-o em 1206 cardeal diácono do título de Santa Maria in Septisolio (...) Em 1211 passou a cardeal presbítero do título de Santa Cecília; e em 1215 a cardeal bispo albanense.* De acordo com Fortunato de Almeida, Paio Galvão participará depois na Quinta Cruzada, como legado (tendo ocupado uma oposição de destaque, segundo Riley-Smith, que o designa como *Pelágio de Albano*; Carlos de Ayala Martínez refere-se a ele como *o cardeal português Pelágio*). De regresso à Europa, foi enviado na mesma condição, em 1225, ao imperador Francisco II (Fortunato de Almeida parece equivocar-se, pois o nome do imperador deverá ser Frederico, como veremos). O término da sua vida ocorreria a 1 de Junho de 1228. Graças ao testemunho do historiador grego George Akropolites (séc. XIII), encontramos também referência a Paio Galvão que, antes de ter participado na Quinta Cruzada, terá rumado à Constantinopla latina (1213-1215), também como legado papal. Apresentara-se aí de vestuário totalmente tingido de vermelho o que não o fez passar por despercebido. Obviamente que procurava nesse efeito a subordinação de todos os habitantes face a Roma e ao patriarcado latino de Constantinopla. Para obter esse fim, Pelágio estava sujeito a tudo, ameaçando inclusive com a prática da pena de morte para aqueles que não aceitassem obedecer ao Papa. Desde logo, assegurara a detenção de alguns padres e monges. Obviamente que a população não aceitaria de bom grado a sua presença, suplicando ao imperador latino Henrique, pela liberdade religiosa. O referido soberano contraria Paio Galvão e cede às exigências do seu povo, pois necessitava do seu apoio e manda libertar padres e monges que haviam já sido presos. De acordo com o cronista bizantino, Nicolas Mesarites, Paio Galvão chegara ao ponto *de mostrar os seus sapatos vermelhos, no início dos procedimentos, alegando que aos sucessores de S. Pedro tinha sido dado o direito de usá-los, pelo imperador Constantino.* Por outro lado, é descrito como uma personalidade autoritária e arrogante, e como veremos, tal conduta parece suceder-se também na Quinta Cruzada. (AKROPOLITES, George - *George Akropolites: a history*. Traduzido por Ruth Macrides. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 154-156 - Nestas páginas, aconselhamos ainda a leitura de todas as notas facultadas pelo editor Ruth Macrides visto que nas mesmas podemos encontrar a perspectiva de Nicolas Mesarites - a qual pode ser observada na nota 1 que se situa entre o final da página 155 e o início da 156 - bem como outras informações que consideramos relevantes; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 256; RILEY-SMITH, Jonathan - *What were the crusades?*, p. 49-52; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*. Madrid: Sílex Ediciones, 2004, p. 250-252).

369 As crónicas cristãs contêm inúmeros relatos sobre Paio Galvão ou Pelágio, enquanto que as muçulmanas, têm um contributo informativo menos evidente, assentando em pequenas referências indirectas àquele vimaranense. (PETERS, Edward - *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The capture of Damietta by Oliver of Paderborn*. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia, 1971, p. 49-140; GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 281-292). Do lado cristão, Oliver de Paderborn, cujo relato conhecemos sobre a Quinta Cruzada, fora nomeado secretário de Paio Galvão, no decurso do movimento. (KAGAY, Donald J.; VILLALON, L. J. Andrew - *Crusaders, Condottieri and Cannon: medieval warfare in societies around the Mediterranean*. History of Warfare, vol. 13. Leiden: Brill/Boston, 2003, p. 111, veja-se também a nota de rodapé nr. 29).

370 Bula referida por: DEMURGER, Alain - *Cruzadas: una historia de la guerra medieval*. Trad. José Miguel González Marcén. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2009, p. 97.

prosperidade que caracterizava o Levante desde a Terceira Cruzada³⁷¹.

O lado cristão seria encabeçado inicialmente pelo duque Leopoldo VI da Áustria e pelos reis André II da Hungria, João de Brienne de Jerusalém e Hugo do Chipre. Todos eles concordaram em realizar primeiro uma campanha na Palestina, de forma a manterem as tropas ocupadas. A referida empresa militar começou em Novembro de 1217 e alcançou resultados insignificantes, visto que os cruzados só tomaram a pequena cidade de Beisan e falharam a conquista da fortaleza muçulmana do Monte Tabor. Entretanto, o rei da Hungria decidira precocemente retirar-se do Ultramar em Janeiro de 1218³⁷². Nesse mesmo mês, o soberano cipriota Hugo tinha falecido em Trípoli³⁷³. Por sua vez, o duque Leopoldo e o rei João esperavam mais reforços embora já discutissem os planos duma futura campanha que visaria a terra dos faraós. Os líderes cristãos desta altura acreditavam que o Egipto era o ponto nevrálgico do Islão e, caso aquele território fosse tomado, Jerusalém ficaria completamente à mercê dos cruzados, sendo impossível um contra-ataque egípcio que ocasionasse uma nova recuperação da Cidade Santa face aos cristãos. Nos dias finais de Maio de 1218, começariam, então, a chegar as primeiras frotas cristãs ao Egipto³⁷⁴.

De acordo com o cronista árabe Ibn al-Athîr, os cruzados desembarcam em al-Giza face a Damietta que estava protegida pelo rio Nilo (este era o obstáculo físico que inicialmente separava os francos de Damietta). Após o desembarque, os invasores construíram uma muralha em redor do seu acampamento e escavaram um fosso. De imediato, abriram-se as hostilidades contra Damietta que seria o primeiro alvo dos ocidentais no Egipto. Estes terão ao seu dispor engenhos e máquinas de guerra bem como torres móveis. Do outro lado, al-Kâmil, filho de al-Adil, sultão do Egipto, está acampado nas proximidades de Damietta, em al-Adiliyya. A partir deste seu acampamento, envia tropas para

371 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*, p. 250-252.

372 A referida campanha ocorrida na Palestina pode ser observada em: HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*. Nova Iorque: The Rosen Publishing Group, 2008, p. 85.

373 Hugo I do Chipre faleceria no dia 10 de Janeiro de 1218, ao fim de 23 anos de existência. (PETERS, Edward - *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The capture of Damietta by Oliver of Paderborn*, p. 56, veja-se nota de rodapé nr. 1).

374 PETERS, Edward - *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The capture of Damietta by Oliver of Paderborn*, p. 61-62; HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*, p. 85-86.

reforçar a defesa daquela cidade egípcia³⁷⁵.

Por sua vez, Damietta também conta com uma importante estrutura defensiva, da qual podemos destacar uma torre fortemente guarnecida localizada numa ilha. O derrube desta posição estratégica poderia facilitar em muito o assédio cristão a Damietta. Os cruzados tinham plena noção deste facto e, após uma primeira tentativa fracassada, tomam a mencionada torre, a 24 de Agosto de 1218³⁷⁶. Como se não bastasse, os egípcios recebem, ainda nesse mês, uma outra notícia desmoralizadora - o seu sultão, al-Adil, falecera³⁷⁷. Apesar de terem aumentado as suas hipóteses de sucesso, os cruzados preferem aguardar por reforços e, assim sendo, Damietta permanece em domínio muçulmano.

Em Setembro de 1218, chega ao Egipto, o exército do Papa liderado pelo cardeal Pelágio³⁷⁸, que na nossa óptica será o português Paio Galvão³⁷⁹.

375 Estes dados fornecidos por Ibn al-Athîr encontram-se em: GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 282-283.

376 HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*, p. 86. (A tomada da torre de Damietta encontra-se relatada de forma pormenorizada em: PETERS, Edward - *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The capture of Damietta by Oliver of Paderborn*, p. 63-68).

377 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 284.

378 HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*, p. 86-87. (Segundo o cronista germânico - Oliver de Paderborn, Pelágio tinha chegado juntamente com James, conde de Andria. Esta informação pode ser visualizada em: PETERS, Edward - *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The capture of Damietta by Oliver of Paderborn*, p. 68, veja-se a nota de rodapé nr. 3).

379 Para além das indicações facultadas por Fortunato de Almeida, Jonathan Riley-Smith e Carlos de Ayala Martínez, que estão incorporadas e consequentemente citadas na nota de rodapé correspondente à biografia desta personalidade, encontramos também provas documentais. Dentro deste contexto, decidimos destacar a *Historia Ecclesiae Lusitanae* que contém uma pequena biografia sobre Paio Galvão que colocamos em anexo. Aí poderemos facilmente visualizar a sua presença em território egípcio. (Veja-se então: INCARNATIONE, Thomas de - *Historia Ecclesiae Lusitanae. Per singula saecula ab Evangelio promulgato*. Tomo III. Coimbra (Colimbriae): Ex praelo Academiae Pontificiae, 1762, p. 275-277). Esta fonte possibilita-nos ainda a obtenção de mais elementos biográficos, maioritariamente de importância secundária. Mesmo assim, este texto corrobora praticamente todos os dados facultados por Fortunato de Almeida em relação a Paio Galvão. Talvez a única possível excepção se prenda com o mosteiro que terá marcado o início da carreira eclesiástica daquele homem. Thomas de Incarnatione refere a sua presença no Mosteiro de Santa Marinha da Costa enquanto que Fortunato de Almeida alega que Paio terá estado em Santa Cruz de Coimbra. Por isso e de acordo com o nosso raciocínio, poderemos estar perante um caso de contradição ou de complementaridade de informações distintas. Por um lado, Paio Galvão poderá ter professado apenas num dos dois mosteiros, enquanto que por outro, não consideramos de todo impossível que aquele indivíduo, ao ser natural de Guimarães, tivesse iniciado a sua carreira em Santa Marinha da Costa, ingressando depois no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cujos cônegos que frequentassem a Universidade de Paris, receberiam bolsas de estudo, aprovadas por D. Sancho I, em 1190. Assim sendo, Paio Galvão poderá ter deixado este último mosteiro, rumando àquela cidade francesa. Todavia esta última teoria não parece encontrar eco na *Corografia Portuguesa* (de António Carvalho da Costa) que para além de mencionar também a presença de Paio Galvão no mosteiro de Santa Marinha da Costa, refere que esta personalidade terá saído directamente desse mesmo convento para a Universidade de Paris. Para esta problemática, temos que ter em consideração o estudo de Thomas de Incarnatione, já citado nesta nota de rodapé, mas também as seguintes obras ou documentos: AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino

James Harpur avalia-o como um homem zeloso e autoritário que não possuía qualquer experiência militar. O mesmo autor adianta que esta personalidade terá contribuído para o agravamento das divisões entre os comandantes cruzados. Entretanto, nos meses seguintes, surgem novos reforços oriundos da *Europa*, fortalecendo o poderio militar cristão.

No entanto, surgiria uma terrível tempestade que arrasaria o acampamento cristão. Este cataclismo fora também acompanhado por um surto de peste que vitimizaria fatalmente um sexto do exército cristão, enquanto que muitos dos sobreviventes foram afectados física e psicologicamente.

Com o intuito de motivar as tropas, Pelágio convence as forças cristãs a efectuarem um assalto ao acampamento muçulmano, situado então proximamente de Damietta e liderado por al-Kamil, filho do sultão falecido, em Fevereiro de 1219. Esta missão, embora retardada por uma nova tempestade, será bem sucedida, muito devido às desavenças vividas no seio muçulmano³⁸⁰. Ibn al-Athîr relata que um emir egípcio, Imâd ad-Dîn Ahmad ibn Ali (conhecido também por Ibn al-Mashtûb) procurava derrubar al-Kâmil, entregando o poder a um irmão seu. al-Kâmil, apercebendo-se desta situação³⁸¹ e temendo a existência de conspiradores no seu meio dispostos a assassiná-lo, decidiu efectuar uma retirada súbita. Os cruzados não desperdiçariam esta oportunidade³⁸², passando tranquilamente o Nilo e chegando às portas de Damietta³⁸³. De imediato, alcançaram posições a sul desta cidade, montando-lhe um cerco. Os cristãos tinham agora a vida mais facilitada³⁸⁴, pois dispunham de um importante ponto de apoio.

Desesperado, al-Kâmil propõe um acordo benéfico aos líderes cruzados, estando disposto a oferecer Jerusalém e outras terras palestinianas e galileias, excepto a Transjordânia, pedindo em troca, o fim do cerco a Damietta. João de

Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I. Doc. nr. 47, p. 75; COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e lugares que contém; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de Conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*. Tomo 1. Livro 1. Tratado I. Cap. XVIII. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 90-91; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 256.

380 HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*, p. 86-87.

381 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 284.

382 HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*, p. 87.

383 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 285.

384 HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*, p. 87.

Brienne, rei de Jerusalém, queria aceitar a proposta, mas Pelágio e as ordens militares não permitiram, rejeitando assim o termo das hostilidades. A recusa desta oferta por parte de Pelágio pode dever-se a duas reivindicações não aceites pelos muçulmanos. Por um lado, os freires das ordens militares exigiam a cedência da Transjordânia que seria vital para a defesa do reino de Jerusalém³⁸⁵ enquanto que, por outro, os cristãos exigiam ainda 300 000 dinares de indemnização que seriam canalizados para a refortificação da Cidade Santa³⁸⁶.

Entretanto, em Maio de 1219, assistimos a uma nova desistência do lado cristão - Leopoldo da Áustria decide regressar à sua pátria. Pelágio bem tentou demovê-lo, desejando a sua permanência, mas sem qualquer sucesso.

No Verão egípcio de 1219, multiplicam-se os ataques ordenados por Pelágio sobre Damietta, embora sem o êxito desejado³⁸⁷. Finalmente, a 8 de Novembro de 1219, um pequeno número de resistentes muçulmanos já fatigados abandonam a defesa da cidade e entregam-na aos cristãos³⁸⁸. As acções bélicas que se destinavam àquela localidade tinham durado praticamente um ano e meio. Indiscutivelmente, Pelágio tinha desempenhado um papel primordial na tomada de Damietta³⁸⁹. Também nesse mês, mais precisamente no dia 23, os cristãos tomaram ainda Tinnis³⁹⁰.

Após estes desenvolvimentos interessantes, os cruzados estabelecem-se em Damietta entre 1220-1221. Contudo, as desavenças e intrigas entre cristãos aumentaram aí consideravelmente. Pelágio e João de Brienne voltam a estar no epicentro das conflitualidades, mantendo entre si, uma relação tensa³⁹¹. Carlos de Ayala Martínez refere que estas duas personalidades disputavam a autoridade. João de Brienne podia ser reconhecido como o líder da cruzada, mas o português Pelágio, na qualidade de legado pontifício, só acatava as ordens provenientes da Santa Sé que representava, para si, a única autoridade superior³⁹². Um episódio vivido em Damietta espelha bem a rivalidade existente entre ambos. Com efeito, João de Brienne desejava ficar à frente dos destinos

385 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*, p. 250-252.

386 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 288.

387 MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*. Madrid: Ediciones Istmo, 2001, p. 298.

388 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 285-286.

389 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*, p. 250-252.

390 RILEY-SMITH, Jonathan - *The Crusades: a history*. 2º ed. Londres: [Bookens Ltd, Royston, Herts], 2005, p.179.

391 MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*, p. 300-301.

392 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*, p. 250-252.

da cidade, ordenando mesmo a cunhagem de moedas que o apresentavam como soberano daquela cidade. Pelágio não aceitou esta atitude, afirmando que *a cidade pertencia ao comum de todos os cruzados, cuja representação só podia corresponder à Igreja*³⁹³. Na Primavera de 1220, João de Brienne, desgastado com estas situações, retira-se embora temporariamente, pois regressará graças às reprimendas que lhe foram feitas pelo Papa. Todavia, o legado era, pelo menos, apoiado pelos italianos que foram favorecidos na repartição dos despojos de guerra.

Dentro daquela cidade egípcia, não existia harmonia nem cooperação entre os novos ocupantes provenientes das mais diversas nações cristãs, antes pelo contrário, ocorreram inclusive enfrentamentos armados. Pelágio estava agora sozinho (era o único líder!) e via a situação a descontrolar-se cada vez mais³⁹⁴. Regressando ao lado egípcio, a conjuntura também não era animadora mas como veremos, tenderá a melhorar. É verdade que os egípcios desejam abandonar o seu território por temor ao inimigo, mas mesmo assim, al-Kâmil consegue obter o apoio militar de dois aliados importantes: al-Malik al-Muazzam, senhor de Damasco, e al-Ashraf, senhor de Jazira³⁹⁵.

Entretanto, Pelágio deixou influenciar-se por profecias que asseguravam a vitória aos cristãos por intermédio da chegada de um rei David que estaria apenas a dez dias de marcha de Bagdad. Na realidade, sucede-se semelhantemente o contrário³⁹⁶. O imperador germânico Frederico II não cumpriria a sua promessa de acudir pessoalmente com o seu exército à cruzada no Egipto³⁹⁷.

Provavelmente motivado pelas mencionadas profecias, divulgou-as inclusive, de forma a moralizar os soldados³⁹⁸, o legado português cometerá o erro de tentar conquistar o Egipto inteiro, considerando que já teria reforços suficientes para alcançar esse objectivo³⁹⁹. João de Brienne, no seu regresso a 7 de Julho de 1221, opôs-se a esta empresa imprudente, mas não conseguiu travar as aspirações de Pelágio. Uma nova proposta de paz de al-Kâmil seria rejeitada.

A 17 de Julho de 1221, os cristãos, contando já com Luís, duque da Baviera,

393 MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*, p. 300.

394 O cenário tenso em Damietta é apresentado na obra: MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*, p. 300-302.

395 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 286-287.

396 MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*, p. 300-302.

397 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*, p. 250-252.

398 MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*, p. 300-302.

399 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*, p. 250-252.

avançam, desafiando todo o restante Egípto⁴⁰⁰. Os invasores francos seguem a estrada do Cairo. Como assistimos, nesta altura, à enchente do Nilo, os soldados egípcios estrategicamente destroem os diques. No dia 26 de Agosto de 1221, o exército cruzado fica atolado nos terrenos lamacentos, encontrando-se cercado pelos contingentes egípcios encabeçados por al-Kâmil, al-Ashraf e al-Muazzam. Pelágio não teve outra alternativa senão pedir a rendição a al-Kâmil. Este aceita deixá-los partir em liberdade, exigindo em troca, a devolução de Damietta e a assinatura de uma nova trégua de oito anos. Claro que uma cedência de Jerusalém já não faria parte das negociações⁴⁰¹, visto que a conjuntura era agora completamente diferente. Como observamos, a Quinta Cruzada que parecia ser promissora, traduziu-se num fracasso total. Relativamente a Pelágio, sabemos de acordo com as crónicas árabes, que foi um dos reféns, bem como João de Brienne e Luís de Baviera, do acordo de rendição até à libertação de Damietta. Todos eles foram bem recebidos em grande pompa pelo novo sultão egípcio al-Kâmil⁴⁰².

A propósito de tudo isto, Guillaume Le Clerc, poeta normando, escrevia em 1226-1227, o seguinte: *Seguramente vai contra a lei que os clérigos mandem nos cavaleiros. O clérigo deve ler a sua Bíblia e seus salmos e deixar o campo de batalha para o cavaleiro*⁴⁰³. A nosso ver, trata-se duma crítica dura a Paio Galvão que poderá, em legítima defesa, queixar-se da falta de apoios (pois observaram-se desistências) e dos cataclismos naturais pouco previsíveis.

Ao debruçarmo-nos sobre uma ordem do Papa Honório III, datada de 1225, encontramos outros intervenientes portugueses no quadro peninsular. Nesse mandado pontifício, era exigido que algumas dignidades eclesiásticas da Hispânia, entre as quais, o arcebispo de Braga - na altura, Estevão Soares da Silva⁴⁰⁴, auxiliassem as devidas autoridades episcopais⁴⁰⁵, na recolha de

400 MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*, p. 300-302.

401 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 265-266.

402 GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Cap. 18, p. 290-292.

403 DEMURGER, Alain - *Cruzadas: una historia de la guerra medieval*, p. 98.

404 Estevão Soares da Silva seria filho do barão de Além-Douro - Soeiro Pais Escacha. Foi arcebispo de Braga, sucedendo a D. Pedro (que fora eleito em 1209) e ocupando o cargo entre 1212/13 e 1228. Tinha sido mestre-escola da Sé bracarense. Esteve presente no IV Concílio de Latrão realizado em 1215, defendendo aí a primazia de Braga face ao arcebispo toledano. Envolvera-se ainda nas tensões e disputas famosas que colocaram frente-a-frente, os reis Afonso II e D. Sancho II contra o clero. Morreria em 1228 e foi sucedido por D. Silvestre Godinho, no arcebispado de Braga. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, tomo 1, doc. 276, p. 679-681; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, p. 267).

405 Nesta altura, ocupava a catedral de Lisboa, Soeiro Viegas (1210-1232), que seria talvez um dos bispos incumbidos desta tarefa. Esta personalidade esteve ao serviço de Afonso II, procurando uma

fundos que seriam canalizados para uma nova campanha na Palestina, possivelmente tendo já em mente a Sexta Cruzada⁴⁰⁶.

Simultaneamente, detectamos no Oriente, uma outra personalidade, cuja naturalidade é duvidosa, visto que as fontes levantinas raramente mencionam a origem precisa dos combatentes ibéricos no Oriente. Dentro deste contexto, verificamos a presença de um Martín ou Martim que, apesar de não possuímos os dados biográficos anteriores à sua aventura no Próximo Oriente, é adjectivado de *espanhol*. De acordo com Pierre-Vincent Claverie, este termo gera inúmeras incertezas porque, nestes tempos, poderá designar indistintamente um português, um castelhano, um aragonês ou um navarro. Assim sendo, torna-se muito difícil determinar a sua verdadeira proveniência. De qualquer das formas, optamos por detalhar a sua acção no Ultramar, porque poderá esclarecer o assunto que estudamos.

Martim, que presumivelmente fora templário, viverá uma aventura surpreendente na Síria, onde desempenharia funções associadas ao mundo muçulmano, tendo possivelmente casado com uma filha do sultão Asad ad-Din de Homs. Ele terá começado a sua carreira em Damasco, onde se destacou com brilhantismo. Através da recepção do baptismo árabe, possuiria um novo nome - Izz ad-Din Aybak al-Mu'azzami, com a devida autorização de al-Mu'azzam, senhor de Damasco que, como vimos, tinha sido um dos carrascos de Paio Galvão e restantes comandantes cruzados. Não sabemos se a sua renúncia à fé cristã foi verdadeira, até porque o cronista Ernoul duvida da mudança das suas convicções religiosas.

Desde logo, o nosso aventureiro ganhou a confiança de al-Mu'azzam, sendo mesmo executor testamentário do referido senhor de Damasco, em 1227⁴⁰⁷.

resolução para o conflito que este vivia com as suas irmãs. Para esse efeito, desloca-se também a Roma. Em 1217, desempenha um papel vital na tomada de Alcácer do Sal. A partir de 1220, começa a afastar-se do rei. Conheceria o exílio, em Roma, entre 1229 e 1231, aquando das divergências entre D. Sancho II e o clero. Regressaria em 1231, falecendo imediatamente depois a 9 de Janeiro de 1232. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, tomo 1, doc. 302, p. 745-748; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, p. 274; FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II*, p. 136).

406 FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II*, p. 136. Por seu turno, António Domingues de Sousa Costa refere que fora o bispo eleito de Lidda (Palestina) e não o de Lisboa, a participar na recolha de fundos para a Terra Santa juntamente com os arcebispos de Braga e Compostela (e seus sufragâneos) e os bispos de Leão e Oviedo. Assim sendo, e na perspectiva deste erudito, aquele bispo proveniente da Palestina estaria mesmo em missão na Península Ibérica, por volta do ano de 1225. (Veja-se também: COSTA, António Domingues de Sousa - *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Tipografia «Editorial Franciscana», 1963, p. 155-157, 600, observe-se com atenção a nota de rodapé nr. 277).

407 O percurso de Martim (ou Martín) bem como a problematização em torno do termo *espanhol* são

Todavia, e com o intuito de compreendermos melhor os seus procedimentos, somos obrigados a contextualizar as relações existentes entre Damasco e o Egipto.

Apesar de terem sido aliados na Quinta Cruzada, os irmãos al-Muazzam, senhor de Damasco, e al-Kâmil, sultão do Egipto, estariam agora de costas voltadas. O líder egípcio desejava mesmo oferecer Jerusalém, que estava nas mãos de al-Muazzam, a Frederico II. Aliás, al-Kâmil aguardava ansiosamente pela chegada do soberano germânico para que fosse criado um estado tampão, governado então pelo seu aliado Frederico, que lhe garantiria uma maior segurança face a possíveis campanhas militares lançadas a partir de Damasco.

Como já verificamos, al-Muazzam falece em 1227, mas as tensões continuam. Por um lado, o novo senhor de Damasco, an-Nasir, filho de al-Muazzam, é ainda um jovem inexperiente enquanto que al-Kâmil não descartava de todo, uma futura tomada daquela urbe síria.

Entretanto a 18 de Fevereiro de 1229 e certamente no âmbito da Sexta Cruzada, al-Kâmil chega a acordo com Frederico, cedendo-lhe inclusive Jerusalém que voltaria a ser cristã. Esta *traição* do sultão egípcio suscitou uma revolta enorme no mundo árabe, atingindo proporções elevadas em Damasco, onde an-Nasir junta-se aos revoltados. Por sua vez, o exército egípcio dirige-se a Damasco, obtendo a capitulação de an-Nasir, em Junho de 1229. A cidade ficaria incorporada no império aiúbida⁴⁰⁸. É neste preciso momento que Izz ad-Din Aybak (ou Martim) entra em acção, financiando a renúncia de an-Nasir, quando al-Kâmil poderia tentar neutralizá-lo fisicamente.

Martim faleceria em 1248, no Cairo, depois de ter administrado, durante mais de 20 anos, o senhorio de Sarhad, na região de Hauran. De acordo com Pierre-Vincent Claverie, este homem de negócios teria também utilizado a sua confissão de origem como uma arma política nas suas relações com os francos da Terra Santa, dos quais conhecia os pontos mais fracos⁴⁰⁹.

abordados por: CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 404-406. Saliente-se ainda que as informações fornecidas pelo cronista Ernoul encontram-se citadas pelo autor deste artigo.

408 Todo este contexto correspondente às novas relações mantidas entre Egipto e Damasco pode ser observado em: MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 265-271.

409 CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 405.

Regressamos de novo ao espaço *européu*, para testemunhar desta feita, o convite feito pelo papa Inocêncio IV a D. Afonso, conde de Bolonha e futuro rei de Portugal⁴¹⁰, em 1245, que apelava à sua participação numa nova cruzada ao Oriente. Esta procura de apoios por parte da Santa Sé não era, neste âmbito, inocente, até porque Jerusalém tinha caído recentemente em mãos muçulmanas, a 23 de Agosto de 1244⁴¹¹. Contudo, o *Bolonhês* esqueceu-se rapidamente de tais projectos, como explica Leontina Ventura⁴¹².

Mesmo assim, não podemos ignorar que Afonso III, em 1271, demonstrou a disposição de deixar 2000 libras ao *hospital de Acre*⁴¹³.

O próximo protagonista a merecer a nossa atenção é Lourenço de Portugal⁴¹⁴, uma personagem envolta em mistério, um pouco à semelhança das anteriores. As primeiras incertezas podem prender-se com o seu nome. Fortunato de Almeida⁴¹⁵, Agostino Bagliani⁴¹⁶, Igor de Rachewiltz⁴¹⁷ e William Woodville

410 Afonso nascera entre 6 de Junho de 1212 e 1 de Maio de 1217, provavelmente em Coimbra. Era o segundo filho do rei D. Afonso II e de D. Urraca de Castela o que lhe impossibilitaria à partida de assumir funções governativas, pois Sancho (futuro D. Sancho II) estava à frente na linha de sucessão. Fora criado em São Salvador de Arcos (no concelho de Arcos de Valdevez) e, em 1229, deixaria a pátria, tentando a sua sorte em França, junto da sua tia D. Branca (rainha regente de França enquanto Luís IX não atingia a maioridade). Aí será conde de Bolonha (devido ao seu casamento com Matilde, em Maio de 1239) e participará na campanha (bem sucedida) de Saintes (entre Julho e Agosto de 1242), ao lado de Luís IX, derrotando as forças inglesas. Provavelmente graças ao prestígio militar que então alcançara, o Papa Inocêncio IV aconselharia-o a acorrer à Terra Santa. Entretanto, a 24 de Julho de 1245, o mesmo papa depõe D. Sancho II, acusando-o de não respeitar nem proteger os interesses do clero português. O sumo pontífice confiará a administração do governo a Afonso que entra em Lisboa nos últimos dias de 1245. Segue-se uma guerra civil, acabando D. Sancho por partir para o exílio, em Março de 1247. Assegurado o seu reinado, como D. Afonso III, assistiríamos ao processo final da reconquista portuguesa, com as conquistas de Faro, Albufeira e Porches (1249). Célebres seriam também os seus conflitos com a Igreja, valendo a sua excomunhão em 1277 bem como a interdição do reino. Faleceria a 16 de Fevereiro de 1279, em Lisboa. (VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 38-58, 66-68, 73-84, 88-89, 149-154, 160, 287).

411 De salientar que D. Afonso III não foi o primeiro nem o único soberano português a ser convidado para uma Cruzada a Oriente. Na *Crónica de 1419*, vislumbramos uma carta pontifícia (apresentada no nosso apêndice documental) enviada a D. Sancho I, em 1200, apelando à participação deste no Ultramar, tendo em vista a recuperação de Jerusalém que, neste distinto contexto, fora perdida pelos cristãos no ano de 1187. (*Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 46, p. 85-89).

412 VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*, p. 59-60.

413 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 464.

414 De acordo com Fortunato de Almeida, Lourenço de Portugal era um franciscano que vivera em meados do século XIII. Conhecera três pontos altos na sua carreira eclesiástica, tendo sido arcebispo de Antivari, penitenciário do Papa Inocêncio IV e legado apostólico no Oriente. (ALMEIDA, Fortunato de- *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 256).

415 ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 256.

416 BAGLIANI, Agostino Paravicini - *Innocent IV* in *The Papacy: An Encyclopedia*. Ed. Philippe Levillain. Vol. 2. Nova Iorque/Londres: Routledge, 2002, p. 792.

417 RACHEWILTZ, Igor de - *Papal Envoys to the Great Khans*. Stanford: Stanford University Press, 1971, p. 86-87.

Rockhill⁴¹⁸ optam pela designação acima. Mas este consenso inicial não encontra eco em E.D. Phillips⁴¹⁹ que opta pela identificação de *Luís de Portugal*. Por outro lado, deparamo-nos também com contradições relativas à filiação espiritual deste freire. Dentro deste contexto, E. D. Phillips é o único autor que acredita na hipótese de ele ser dominicano, enquanto que a maioria dos estudiosos já citados assegura que esta personalidade pertencia à ordem dos Frades Menores⁴²⁰.

Em síntese, o nome de Lourenço de Portugal e a sua associação à ordem de São Francisco de Assis contam com um maior número de adeptos. Feitas estas considerações, passaremos agora à reconstituição da acção deste português no âmbito cruzadístico.

Por volta de 1245, Lourenço será escolhido por Inocêncio IV para liderar uma das embaixadas destinadas aos mongóis. Estes enviados transportavam consigo cartas pontifícias que seriam entregues aos soberanos mongóis. As mensagens aí contidas poderiam possuir um teor político (pois o Papa, ao censurar os massacres perpetrados pelos mongóis, solicitava ao Khan, o fim dos mesmos) ou religioso (pois a carta poderia assentar num resumo da doutrina cristã, procurando convencer o imperador mongol a seguir aquelas convicções religiosas).

O objectivo destas acções visa a introdução da fé cristã no império mongol e o estabelecimento de relações diplomáticas com aquela civilização⁴²¹. No período em questão, isto é, meados do século XIII, estas intenções não são seguramente fruto do acaso. Amin Maalouf reforça a ideia dum momento crítico vivido pelo mundo muçulmano, visto que a Oriente, os expansionistas mongóis eram um perigo real como comprovariam com as suas conquistas vindouras de importantes cidades árabes (Bagdad - 1258; Alepo, Damasco, Naplusa e Gaza - 1260). Não é de estranhar que, Luís IX sonhasse em alcançar uma aliança

418 ROCKHILL, William Woodville - *The journey of William of Rubruck to the eastern parts of the world 1253-1255 with two accounts of the earlier journey of John of Pian de Carpine*. Nova Deli: Asian Educational Services, 1998, p. xxii- xxiv.

419 PHILLIPS, E.D. - *Os Mongóis*. Trad. Rodrigo Machado. Lisboa: Verbo, 1971, p. 92.

420 Agostino Bagliani não demonstra directamente a filiação deste indivíduo mas Fortunato de Almeida, William Woodville Rockhill e Igor de Rachewiltz defendem que Lourenço de Portugal pertencia à ordem franciscana. (Vejam-se os trabalhos de: BAGLIANI, Agostino Paravicini - *Innocent IV in The Papacy: An Encyclopedia*. Vol 2, p. 792; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. vol. 1, p. 256; RACHEWILTZ, Igor de - *Papal Envoys to the Great Khans*, p. 86-87; ROCKHILL, William Woodville - *The journey of William of Rubruck to the eastern parts of the world 1253-1255 with two accounts of the earlier journey of John of Pian de Carpine*, p. xxii- xxiv; PHILLIPS, E.D. - *Os Mongóis*, p. 92).

421 RACHEWILTZ, Igor de - *Papal Envoys to the Great Khans*, p. 86-87.

com os mongóis, em 1248. Se tal tivesse acontecido, o Islão ficaria cercado por dois poderosos inimigos, um a ocidente e outro a oriente⁴²².

No que diz respeito ao conteúdo presente na carta que seria confiada a Lourenço de Portugal, E. D. Phillips acredita que seria aí solicitada a conversão dos mongóis ao Cristianismo⁴²³. Todavia, desconhecemos por completo a mencionada mensagem e não identificamos qualquer outro erudito a corroborar a possibilidade levantada por este historiador. Por isso, pouco ou nada sabemos sobre a sua missão na Ásia. No entanto, não podemos excluir a hipótese de a ter concretizado em 1245, tendo obtido aí diversos conhecimentos sobre aquele espaço longínquo, até porque, a documentação inerente aos *Ecclesiastical Annals* menciona que Lourenço voltaria a merecer de novo a confiança do Sumo Pontífice para uma nova aventura na Ásia Menor, em 1247. Mesmo assim, é possível que não tenha concluído com sucesso as suas missões, ficando então a carta de 1245 por entregar ao soberano mongol⁴²⁴.

Paio Peres Correia⁴²⁵, mestre da Ordem de Santiago entre 1242-1275, é outro português que será tentado pelas questões levantinas, embora nunca tenha

422 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 273-287.

423 PHILLIPS, E.D. - *Os Mongóis*, p. 92.

424 A fonte a que nos referimos encontra-se devidamente citada e interpretada por: ROCKHILL, William Woodville - *The journey of William of Rubruck to the eastern parts of the world 1253-1255 with two accounts of the earlier journey of John of Pian de Carpine*, p. xxiv. Em jeito de conclusão do nosso estudo sobre esta personalidade e tendo em conta os dados até agora apresentados, devemos então salientar que as incertezas em torno de Lourenço de Portugal são imensas. Portanto, desconhecemos se este freire terá realizado as missões que lhe foram incumbidas, e caso as tivesse efectuado, não sabemos se o objectivo principal teria sido cumprido, isto é, a entrega da carta pontifícia ao líder tártaro.

425 Apesar de não obtermos garantias seguras, Paio Peres Correia poderá ter nascido em Monte de Fralães (Barcelos), por volta de 1210, isto de acordo com o endereço electrónico da respectiva freguesia, onde a secção histórica, é elaborada ao que parece por José Ferreira. Segundo um outro estudioso - o dr. Mário Cunha, ele fora um importante cavaleiro do Além Douro, sendo gerado por Pedro Pais Correia e Dórdia Peres de Aguiar. Entre 1235-1241, seria comendador de Alcácer. Nos anos de 1241 e 1242, torna-se comendador de Uclés, subindo assim na hierarquia santiaguista. Atingiria depois o topo, obtendo o mestrado da mencionada ordem, entre 1242 e 1275. Na década de 40, os espatários (onde se destaca a figura influente de Paio Peres Correia) assumem um papel relevante na conquista de praças no Algarve, nomeadamente a de Tavira (1242) e a de Silves (1242). Alguns anos depois, o nosso biografado participaria também na campanha da tomada de Faro, de Loulé e Aljezur. A sua glória não se resume apenas ao reino português pois sabemos que está em Sevilha, aquando do seu cerco e consequente queda, a 23 de Novembro de 1248. Por outro lado, possuiria ainda habilidades diplomáticas que poderão ter sido fundamentais para a resolução da posterior questão algarvia que ira opor D. Afonso III de Portugal a D. Afonso X de Leão e Castela. Em 1272, juntamente com outros santiaguistas, Paio Peres Correia, empenha-se na defesa da Andaluzia. Falecera a 8 de Fevereiro de 1275, vivendo *um dos períodos mais florescentes da Reconquista*. (Vejam-se então os seguintes estudos: CUNHA, Mário Raul de Sousa - *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Porto: Faculdade de Letras da U.P., 1991, p. 69-107; <http://www.montefralaes.maisbarcelos.pt/?vpath=/inicio/historia/> , (03-03-2011); MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 281-283).

concretizado uma acção determinante, visto que os quatro projectos que o envolveriam acabaram sempre por ser abortados.

O primeiro radicaria num possível chamamento efectuado por Boemundo V de Antioquia e Tripoli, que, talvez tendo em conta o desastre de La Forbie em 1244, desejaria contar com o auxílio do instituto santiagouista.

Um segundo chamamento, do qual já não temos qualquer dúvida acerca da sua veracidade, fora feito por um outro soberano, cujo território estava a ser ameaçado. Referimo-nos a Balduino II, imperador latino de Constantinopla, que, temendo as pressões búlgaras e bizantinas, se deslocou a Castela, em 1246, de forma a reunir apoios. Paio Peres Correia e os santiagouistas disponibilizaram-se imediatamente para essa eventual campanha a Oriente, tentando garantir um importante auxílio ao referido soberano. Todavia este projecto não fora concretizado, devido à conjuntura desfavorável, marcada pela ausência de recursos financeiros por parte de Balduino que não parecia ter então os meios necessários para accionar o empreendimento, pelas vésperas da ofensiva contra o reino de Sevilha e pela pouca vontade por parte do rei de Castela e de seu filho Afonso no apoio a tal empresa.

Em 1255, Paio Peres Correia terá possivelmente assumido um compromisso com Henrique III de Inglaterra que desejava efectuar uma cruzada que poderia destinar-se à Terra Santa ou, mais provavelmente, a África⁴²⁶. Contudo, o soberano inglês nunca estaria no Próximo Oriente.

Finalmente, o nosso português, no seu último projecto relacionado com o Oriente, estaria disposto a servir com 100 cavaleiros na cruzada de Jaime I de Aragão que rumaria à Terra Santa, em 1269. Esta expedição fracassara devido às condições meteorológicas impróprias que impossibilitaram a chegada

426 De acordo com Carlos de Ayala Martínez, o soberano inglês Henrique III estaria, nesta altura, mais inclinado para uma aventura no continente africano, apesar de ter assumido, no ano de 1250, o voto de cruzada em resposta aos chamamentos do Papa após a queda da Terra Santa. Dentro deste contexto, estaria disposto a trocar este voto de cruzada por uma campanha em África ou até na Sicília. Também Afonso X, rei de Castela, parecia estar, de algum modo, envolvido neste novo projecto. Poderá ter sido então neste cenário que assistimos a um eventual compromisso entre o monarca inglês e Paio Peres Correia. Todavia, Carlos de Ayala Martínez refere que esta iniciativa, caso tenha de facto existido, poderia estar mais conectada com os interesses estratégicos dos cristãos do Ocidente Peninsular. Por fim, este historiador espanhol assinala ainda que Henrique III *fez dos seus pronunciamentos cruzados um meio de obtenção de recursos, quando não um argumento para a negociação diplomática*. Por isso, não é de estranhar que os presumíveis planos deste soberano nunca tivessem sido concretizados. (Veja-se: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *La presencia de las Órdenes Militares castellano-leonesas en Oriente: valoración historiográfica* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 60-63, observe-se também a nota de rodapé nr. 42).

integral da frota à Palestina⁴²⁷.

Recuando ao ano de 1246, observamos o já referido papa Inocêncio IV a encarregar Frei João Martins⁴²⁸ da cobrança do subsídio da cruzada às igrejas portuguesas⁴²⁹. Na nossa perspectiva, este episódio deverá coincidir com a aproximação daquilo que viria a ser a Sétima Cruzada (1248-1250)⁴³⁰.

De acordo com João Carlos Serafim, a Sétima Cruzada poderá ter contado, no mínimo, com um combatente português. Trata-se de Afonso Pires Farinha⁴³¹ que terá passado ainda pela Terra Santa⁴³². Como sabemos, esta cruzada, que seria liderada por Luís IX, rei de França, constituirá um enorme fracasso. Apesar da tomada de Damietta (1249), os francos sofrerão uma estrondosa derrota em Mansurá (Fevereiro de 1250), sendo o soberano francês aprisionado posteriormente em Abril de 1250, quando tentava com o seu exército retirar-se para Damietta⁴³³. Jonathan Riley-Smith estende o período cronológico desta cruzada até 1254, pois o monarca franco após ter sido libertado⁴³⁴, abandona o Egipto e desloca-se para a Palestina, onde terá gasto

427 Estes quatro projectos que envolveram a figura de Paio Peres Correia podem ser vistos em: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *La presencia de las Órdenes Militares castellano-leonesas en Oriente: valoración historiográfica* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 60-63, ver também nota de rodapé nr. 42.

428 Em relação a João Martins, não encontramos elementos suficientes que permitam traçar razoavelmente o seu percurso de vida. No entanto, seria *custódio dos frades menores de Lisboa*. (ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 257-258).

429 ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 257-258.

430 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 277-282.

431 Afonso Pires (ou Peres) Farinha, filho de D. Pero Salvadores de Góis e de D. Maria Nunes de Esposade, terá possivelmente nascido entre 1203-1208. A sua família era originária de Coimbra. Fora conselheiro régio entre 1250 e 1279. Simultaneamente, torna-se prior da Ordem do Hospital, cargo que ocupa entre 1260 e 1276. Mário Barroca e José Augusto Pizarro asseguram que já seria membro da referida ordem, pelo menos, desde 1244. Como prior do Hospital, testemunha a doação do castelo de Marvão e de outras propriedades feita por D. Afonso III ao infante Afonso (1261), outorga o foral a Tolosa (1262), recebe o castelo e a vila de Miranda do Corvo (1266). A partir de 1270, a sua presença em corte é mais frequente, testemunhando por exemplo diversos forais concedidos por Afonso III. No início do reinado de D. Dinis, teria mantido ainda algum destaque. Faleceria possivelmente a 1 de Julho de 1282. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, tomo 1, docs. 368 e 398, p. 939-950, 1024-1025; PIZARRO, José Augusto - *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. II. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 467-469).

432 João Carlos Serafim comete um equívoco ao referir-se à sétima como a última cruzada. No entanto, assinala que as viagens *ultra mare* de Afonso Pires Farinha decorreram antes da construção do mosteiro de Vera Cruz de Marmelar em 1268. Tais afirmações fortalecem então a ideia de que este estudioso se refere mesmo à Sétima Cruzada que decorreria, como já observamos, entre 1248-1250/1254. (SERAFIM, João Carlos - *Relíquias e propaganda religiosa no Portugal pós-tridentino* in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Vol. VIII. Porto: Universidade do Porto, 2001, p. 162). Por outro lado, convém assinalar que a cruzada seguinte, a oitava, também liderada por Luís IX, fracassou em Tunes, desenrolando-se posteriormente em 1270 (isto é, dois anos depois de 1268). (MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 294).

433 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 277-282.

434 Maalouf assinala que o rei fora libertado, tendo os muçulmanos assegurado em troca, a angariação duma quantia elevada de dinheiro derivada da cobrança do resgate e a saída das tropas francas do

1. 000. 000 de libras⁴³⁵. Mas a questão prende-se com o facto de apurar se Afonso Pires Farinha, freire da Ordem do Hospital, terá participado neste movimento.

A inscrição de Vera Cruz de Marmelar, que apresentamos de seguida, poderá ser, neste âmbito, decisiva. Assim sendo, passamos a citar a mesma:

Era de 1306, mês de Abril. Fr. Afonso Peres Farinha, da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, sendo da idade de cinquenta anos, começou a edificar este Mosteiro, por ordem do nobilíssimo senhor Dom João Peres de Aboim, que deu em esmola à Ordem do Hospital, uma herdade para a fundação deste Mosteiro, o dotou com grandes posses e lhe concedeu muitos benefícios. O dito Fr. Afonso foi cavaleiro de um escudo e uma lança. Todavia seu Pai e seu Avô fizeram cavaleiros. Viveu no mundo secular antes de entrar na Ordem, durante vinte e cinco ou trinta anos, e andou em guerra com muitos cavaleiros poderosos seus vizinhos e esteve com eles em muitos feitos de armas e saiu deles cheio de fama. Depois acabadas essas guerras, entrou na dita Ordem e veio a Moura e a Serpa, que são além Guadiana, que então era a fronteira dos mouros, e aí viveu durante vinte anos. Nessa altura não havia, além Guadiana, nenhuma povoação cristã a não ser Badajoz, Moura e Serpa. Infrinjiu aos mouros muitas derrotas e muita guerra, andou com eles em grandes combates e feitos de armas, e tomou-lhes Arouche e Aracena e deu-as a Dom Afonso III, rei de Portugal. Durante a vida do dito Fr. Afonso, conquistou-se toda a Andaluzia aos Mouros. Foi Prior do Hospital duas ou três vezes em Portugal, passou o mar três vezes, viveu em além mar muito tempo e passou muitos perigos e feitos de armas. O Rei de Portugal e o Rei de Castela honraram-no muito, assim como outros homens poderosos que o conheceram. Esteve em muitos lugares longínquos, viu muitas e grandes coisas e conheceu vários homens poderosos que havia nesse tempo, tanto cristãos como mouros. O dito Fr. Afonso realizou com os mouros e cristãos tão grandes feitos que ninguém os poderia contar. Terminou este Mosteiro sendo da idade de sessenta anos⁴³⁶.

Através da interpretação deste testemunho, concluímos que Afonso Peres

Egipto. (MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 282).

435 RILEY-SMITH, Jonathan - *What were the crusades?*, p. 42-48.

436 A tradução desta inscrição pertence a José Mattoso, citado por Mário Barroca. (Veja-se: BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo I, doc.368, p. 946).

Farinha participa nas conquistas de Aracena e Aroche. Leontina Ventura ressalva as dificuldades em alcançar uma datação concreta para estes sucessos militares, mas sugere a data de 1250 para ambos acontecimentos⁴³⁷. Mas também 1251 ou 1252 afiguram-se como anos possíveis para situar cronologicamente tais eventos⁴³⁸. De qualquer das formas, a datação destas campanhas coincide praticamente com a Sétima Cruzada que, como observamos, começaria em 1248 e que pode alongar-se até 1254. De acordo com o nosso raciocínio, e estando, de facto, Afonso Farinha presente naquelas acções bélicas inseridas no Ocidente Peninsular, torna-se improvável que este português tivesse participado na primeira cruzada de Luís IX. Todavia, não excluimos de todo, embora consideremos algo inverosímil, a possibilidade deste português ter participado apenas nos momentos iniciais ou derradeiros da referida empresa, já que em datas próximas estaria em Aracena e Aroche, como acabamos de explicar.

Por outro lado, sublinhamos que a inscrição de Marmelar reforça a ideia de que Afonso Pires Farinha atravessou o mar, rumando a espaços distantes, onde terá contactado com cristãos e muçulmanos. As hipóteses de se ter dirigido ao Oriente continuam, apesar de tudo, a ser elevadas. Mas colocamos outra interrogação - será que, por exemplo, a sua deslocação a Viterbo, como procurador de Afonso III, no âmbito dos conflitos com a Igreja⁴³⁹, pode incluir-se no lote dessas viagens registadas na inscrição? Pese embora a importância destes elementos, não encontramos garantias suficientes que nos permitam esclarecer esta problemática.

Anthony Luttrell levanta a hipótese de ter sido Pires Farinha quem teve a sorte de transportar a Vera Cruz para Marmelar⁴⁴⁰, ou pelo menos um fragmento da mesma⁴⁴¹. Tratava-se duma relíquia venerada pelos cristãos, pois asseguram

437 D. Afonso III terá participado activamente nessas conquistas, porém, mais tarde, com o tratado de Badajoz de 16 de Fevereiro 1267, Aroche e Aracena seriam devolvidas a Castela, ficando o monarca português com *a plenitude jurídica sobre o Algarve*. (VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*, p. 92, 142, 145, 287).

438 António Brandão, citado por Leontina Ventura, assinala que a conquista de Aracena e Aroche decorreria em 1251 ou 1252. Carlos de Ayala Martínez, Julio Gonzalez e João Carlos Garcia, também referenciados, inclinam-se mais para o ano de 1251. (VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*, p. 21, 94 - ver nesta última página, a nota de rodapé nr. 2).

439 VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*, p. 151-152.

440 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p.464.

441 SERAFIM, João Carlos - *Relíquias e propaganda religiosa no Portugal pós-tridentino* in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*. Vol. VIII, p. 162.

que era esta a Cruz onde Cristo fora crucificado, que teria sido apreendida pelos muçulmanos aquando da batalha de Hattin (1187)⁴⁴². No entanto, estamos longe de poder confirmar a veracidade de qualquer acontecimento associado à presença daquele português no Oriente. Mesmo assim, e apesar do raciocínio até agora apresentado assentar numa base hipotética, acreditamos que Afonso Pires Farinha terá provavelmente estado no Levante, embora desconhecendo as circunstâncias que envolveram a sua estadia por paragens tão distantes.

Ainda aproximadamente em meados do século XIII, deparamo-nos com a possibilidade de Thomas e Fernán serem outros portugueses que pisaram as terras palestinianas. Ambos são designados como *espanhóis*, alimentando assim a sua presumível origem hispânica. O primeiro seria templário e, em data incerta, parece ter estado na Terra Santa. Por sua vez, Fernán era comendador templário em Antioquia, no ano de 1249⁴⁴³.

Como verificamos, os dados obtidos nem sempre são suficientes para evitar a existência de lacunas. Esta situação volta a espelhar-se quando nos debruçamos sobre outros membros das ordens militares eventualmente ligados à Cruzada a Oriente.

Em relação ao hospitalário Gonçalo Pires de Pereira⁴⁴⁴, não excluimos de todo uma viagem à Síria, porém desconhecemos o contexto e os seus respectivos pormenores. Todavia enquanto grande comendador da Ordem do Hospital dos cinco reinos hispânicos, terá oferecido ajuda, em 1269, ao já mencionado projecto cruzadístico de Jaime I de Aragão⁴⁴⁵.

442 MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 227.

443 Sobre Thomas (ou Tomás?), para além da sua presença no Oriente, apenas sabemos que esteve ao serviço do rei de Inglaterra, Henrique III, durante a guerra com a França, que ocorrera entre 1224 e 1226. No que diz respeito a Fernán Español (Fernão ou Fernando?), simplesmente não possuímos mais referências. (As escassas informações que encontramos sobre estes dois indivíduos, encontram-se em: JOSSERAND, Philippe - *Et succurere Terre sancte pro posse: les Templiers castillans et la défense de l'Orient latin au tournant des XIII et XIV siècles* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 431-432, ver nota de rodapé nr. 89).

444 Gonçalo Pires de Pereira seria filho de Pero Rodrigues de Pereira e Maria Pires Gravel. Desde 1268, aparece documentado, em Castela, como grande comendador da Ordem do Hospital nos cinco reinos de *Espanha*. José Augusto Pizarro assinala também que este terá mantido o seu ofício por mais três anos, até 1271. Nos inícios da década de 80, seria comendador de Lima, Távora, Toronho e Faria. Também terá sido comendador de Panoias. Faleceria numa data anterior a 1298. (PIZARRO, José Augusto - *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. II, p. 299-304).

445 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p.464.

Outro membro da Ordem do Hospital foi *Rodericus Petri*, cuja naturalidade é duvidosa e, por isso, não encontramos dados concretos sobre a referida personagem. Anthony Luttrell considera a possibilidade deste indivíduo ter origens lusitanas, visto que terá verificado a presença de um *Ruy Petri* num capítulo do priorado português, em 1262. Da sua acção no Oriente, apenas sabemos que, em 1271, fora marechal do hospital de Acre⁴⁴⁶.

A 20 de Setembro de 1276, o português Pedro Hispano⁴⁴⁷ subia ao trono pontifício. Sucedia assim a Adriano V, com a designação de João XXI. Entre os seus inúmeros projectos, destacamos a sua ambição em lançar uma cruzada rumo ao Oriente. Para concretizar esse objectivo de recuperar os lugares sagrados, este sumo pontífice recorre a procedimentos estratégicos de extrema importância.

Em primeiro lugar, procura estabelecer a paz na *Europa Cristã*. Nesse contexto, João XXI conseguiu evitar um conflito bélico entre Afonso X de Castela e Filipe III de França. De facto, o Papa deseja ter a Cristandade unida face ao perigoso inimigo muçulmano do Oriente. Por outro lado, efectua diligências, visando a unificação das Igrejas do Ocidente e do Oriente. Tentava, assim, o fim do Cisma. Também não desiste do sonho de converter os mongóis e deseja manter com estes relações privilegiadas, enviando novas embaixadas ao seu imperador. A nosso ver, Pedro Hispano sabia que poderia ganhar um aliado essencial, quando a sua cruzada fosse colocada em prática⁴⁴⁸.

446 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p.464, ver também nota de rodapé nr 11.

447 Entre 1205 e 1206, Pedro Hispano nasceu em Lisboa, mais especificamente em São Julião. Era filho de Julião Rebôlo e de Tereza Gil. Efectuou estudos em Paris, obtendo aí o grau de Mestre. De regresso, a Portugal, será deão de Lisboa e arcediogo de Vermoim (Braga). Em 1250, surge como porta-voz do monarca Afonso III na questão do litígio com o clero. Em 1258, perde a eleição para bispo de Lisboa, tendo sido escolhido D. Mateus (o preferido do rei). Em 1272, o cabido de Braga elege-o como arcebispo mas não chega a ser entronizado visto que o papa Gregório X o nomeou cardeal-bispo de Túsculo a 3 de Junho de 1273. A sua ascensão ou entronização como sumo pontífice, ocorre a 20 de Setembro de 1276, em Viterbo. O seu pontificado seria breve, falecendo a 20 de Maio de 1277, na sequência da ruína dum edifício. Ao longo de sua carreira brilhante, destacou-se nos domínios da filosofia, medicina, psicologia e teologia. Deixou imensas obras escritas, entre as quais, o *Thesaurus Pauperum* que se destinava às classes mais modestas que teriam então hipótese de aceder facilmente a terapêuticas simples. (MEIRINHOS, José Francisco - *O papa João XXI e a Ciência do seu tempo* in Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º centenário do seu nascimento. Coord. J. Paiva Boléo-Tomé. Porto: Acção Médica, 2007, p. 153-154; SOUTO, António M. Meyrelles do - *Pedro Julião «Clericus Universalis»* in Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º centenário do seu nascimento, p. 31-33 (resumo de J. Boléo-Tomé) e p. 39).

448 O desejo do pontífice João XXI em lançar uma nova cruzada bem como alguns dos procedimentos que tomou para esse fim, podem ser analisados em: CAIRES, Álvaro de - *O Perfil Psicológico do Papa João XXI* in Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º centenário do seu nascimento, p. 22-24.

Procede à *colecta de dízimos* para financiar o seu plano cruzadístico e autoriza ainda o soberano Jaime II de Aragão, através da bula *Laudanda tuorum*, datada de 17 de Outubro, a criar, em Maiorca, uma escola de árabe que seria frequentada por treze frades franciscanos que, após interiorizarem aquele idioma, partiriam em missão rumo aos espaços ocupados maioritariamente por árabes. No entanto, um acidente imprevisível ditaria o fim do seu breve pontificado de cerca de oito meses. O edifício, em que se encontrava, teria ruído em 14 ou 15 de Maio de 1277. Embora sobrevivendo, não resistiria aos ferimentos seis dias depois, perdendo a vida, a 20 do referido mês⁴⁴⁹.

Em 1282, mestre Gonçalo, do qual apenas sabemos que seria arcediogo de Braga, recebe os subsídios das igrejas que seriam canalizados para o fenómeno cruzadístico. Frei Monaldo, franciscano que não conseguimos identificar com maior rigor, seria depois enviado como legado por Martinho IV, de forma *a tomar contas ao arcediogo e remeter o dinheiro*⁴⁵⁰.

Ainda nos inícios da década de 80, encontramos também dois elementos, cuja naturalidade poderá ser portuguesa ou mesmo castelhana e, como consequência, desconhecemos então mais pormenores sobre os primórdios das suas vivências. Ambos surgem referidos nos registos de deposição de Guy de Gibelet, com os nomes de Ferrant (ou Fernán, Fernão, Fernando) e Johan Arobe (ou Juan Arroba, João Arroba). O primeiro foi apresentado como companheiro de *Reddecouer* (ou Ruy de Cuero - presumivelmente castelhano) na comenda do Templo em Tripoli, enquanto que o segundo seria sacerdote da mesma casa. A participação de ambos enquadra-se nos últimos anos de existência do Condado de Tripoli, envolto em polémicas. Guy de Gibelet disputava o domínio daquele território com Boemundo VII, príncipe de Antioquia. Após uma trégua precária, o conflito volta a surgir e Guy tenta apoderar-se daquela região, mas seria derrotado completamente, não

449 Os procedimentos do Papa João XXI relativos à recolha dos dízimos e à permissão concedida a Jaime II de Aragão para a criação da referida escola de árabe, bem como os momentos derradeiros do seu pontificado podem ser observados em: MEIRINHOS, José Francisco - *O papa João XXI e a Ciência do seu tempo* in Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º centenário do seu nascimento, p. 153-154, 166-168. Veja-se também: SOUTO, António M. Meyrelles do - *Pedro Julião «Clericus Universalis»* in Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º centenário do seu nascimento, p. 47-49. Devemos ainda salientar que poderá não existir unanimidade total entre os biógrafos de Pedro Hispano quanto ao dia da derrocada e do seu posterior falecimento. No entanto, a diferença é, no máximo, de uns poucos dias.

450 ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 258.

escapando a uma morte terrível. Os nossos dois protagonistas estiveram ao lado de Guy, defendendo as suas pretensões sobre Tripoli. Inclusive, Johan Arobe, segundo os últimos testemunhos de Guy de Gibelet, teria anteriormente tentado por duas vezes, entregar-lhe o controlo da cidade, mas sem qualquer sucesso⁴⁵¹.

Aproximamo-nos dos finais do século XIII, que serão trágicos para as últimas possessões francas em terra firme no Levante. Em 1289, cai Tripoli enquanto que dois anos depois, São João de Acre é tomada pelos muçulmanos. Estas duas perdas ficariam marcadas por violentos combates. Os cristãos desesperadamente evacuam no imediato, Sídon, Beirut, Tiro e outras cidades⁴⁵². Este contexto histórico não se terá mostrado alheio às frequências e às motivações que levavam os portugueses ao Oriente Latino, dando lugar a uma quebra acentuada das viagens em direcção a esses locais.

⁴⁵¹ As tensões políticas existentes em Tripoli e as actuações seguidas pelos templários Juan Arroba (sacerdote) e Fernán são alvo de uma análise privilegiada em: JOSSERAND, Philippe - *Et succurere Terre sancte pro posse: les Templiers castillans et la défense de l'Orient latin au tournant des XIII et XIV siècles* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 416-421.

⁴⁵² MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, p. 297-303.

2. A Intervenção Portuguesa no Mediterrâneo Oriental (1291-1400)

Apesar da conquista de Acre pelos mamelucos em 1291, os ocidentais, embora afastados da Síria e Palestina, mantêm ainda algumas possessões estratégicas na bacia oriental do Mediterrâneo, entre as quais destacamos: Chipre, alguns estados francos na Grécia e no Egeu, e Rodes⁴⁵³. Este último território fora recentemente tomado pelos hospitalários, entre 1306-1309⁴⁵⁴.

No campo muçulmano, assistimos, em finais do século XIII, a um fenómeno histórico com tremendo impacto nos tempos vindouros. O senhor turco do Noroeste da Ásia Menor, Osman, começa a evidenciar-se. Os seus sucessores, os sultões otomanos, fomentarão uma política expansionista, ameaçando seriamente o Império Bizantino, os Balcãs, os espaços latinos.⁴⁵⁵

A conjuntura é agora totalmente distinta, mas, como verificaremos, o espírito cruzadístico permanecerá bem vivo. Dentro deste contexto, surgirão as ligas navais anti-turcas, que se assumirão, como uma faceta constante das cruzadas destinadas ao Oriente. Estas expedições, que adquiriram um protagonismo total entre 1334 e 1370, eram de pequena dimensão⁴⁵⁶ e envolviam cipriotas, venezianos e hospitalários. A finalidade destas ligas radicava na *manutenção do equilíbrio regional do poder*⁴⁵⁷.

Os cavaleiros da ordem de São João de Jerusalém desempenharão um papel crucial em todo este movimento cruzadístico tardio. Em 1344, participam na conquista de Smyrna e posteriormente, concentrarão os seus esforços na sua defesa. Outros membros da mencionada organização encontram-se a combater os turcos em Lampsakos (1359) e nas costas da Anatólia. Actuam ainda no saque de Alexandria (1365). No ano de 1373, a Ordem do Hospital seria praticamente a única força militar disponível a acudir à defesa de

453 EDBURY, Peter - *The Latin East, 1291-1669* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 291.

454 Os cavaleiros de São João conquistam Rodes, uma ilha até então bizantina. Aí estabelecerão a sua nova sede ou quartel-general. Através desta nova base, tentarão travar o expansionismo muçulmano. (EDBURY, Peter - *The Latin East, 1291-1669*, p. 298).

455 EDBURY, Peter - *The Latin East, 1291-1669* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 292.

456 O panorama no Ocidente estava longe de ser o mais favorável, e por isso, não existiam as condições necessárias para o lançamento de uma grande empresa que se destinasse ao Ultramar. A guerra dos cem anos (que colocou frente-a-frente a França e a Inglaterra), o *colapso das casas bancárias italianas* (1343-1348) e a peste negra tiveram um impacto negativo no movimento cruzadístico, em meados do século XIV. (HOUSLEY, Norman - *The Crusading Movement, 1274-1700* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 266, 269).

457 HOUSLEY, Norman - *The Crusading Movement, 1274-1700* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 266, 269.

Bizâncio. Por fim, estão também presentes na cruzada de Nicópolis (1396), sendo aí responsáveis pela retirada em salvo do rei Sigismund da Hungria, após derrota⁴⁵⁸.

Nesta época avançada do fenómeno cruzadístico, descobrimos ainda um número, embora limitado, de portugueses que se empenharam na defesa destes ideais.

Os primeiros intervenientes surgem logo nos inícios do século XIV, mais concretamente no espaço de tempo que corresponderá à abolição da Ordem do Templo. Com o intuito de compreendermos a sua acção, é importante contextualizar e abordar a cessação daquele instituto.

Em Outubro de 1307, mais precisamente, em França, os templários foram presos, estando o monarca Filipe IV (ou Filipe, o Belo) por detrás deste acontecimento. Os membros capturados foram acusados de: negação a Cristo, encorajamento de práticas homossexuais, adoração de ídolos.

De início, o Papa Clemente V reprovara o procedimento de Filipe, mas quando os templários, inclusive o grão-mestre James de Molay, confessaram tais procedimentos ofensivos, mudara de ideias e ordenara que todos os governantes ocidentais prendessem os templários e confiscassem os seus bens patrimoniais. Todavia, estas graves acusações não parecem ter um fundo considerável de verdade, visto que, por exemplo, não foram encontradas estátuas secretas ou ídolos adorados, inclusive em França, onde os templários foram surpreendidos repentinamente. As suas confissões não eram convincentes, para além de terem sido obtidas a partir de interrogações habilidosas e da tortura. De acordo com Alan Forey, não temos certezas quanto aos verdadeiros motivos e interesses que envolveram esta perseguição por parte do monarca francês. Contudo, existem hipóteses que têm sido sugeridas ao longo dos tempos. Por um lado, a coroa francesa, possivelmente motivada por questões de índole financeira, ambicionava apoderar-se do vastíssimo e invejável património dos templários franceses. Por outro lado, a monarquia francesa desejava impor a sua autoridade e, através deste fundamento, poderá ter optado por eliminar uma *organização independente, militar e aristocrática, dentro do seu reino*⁴⁵⁹. Outras possibilidades discutidas prendem-se com a

458 LUTTRELL, Anthony - *The Military Orders, 1312-1798* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 335-336.

459 FOREY, Alan - *The Military Orders, 1120-1312* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 208-210.

eventualidade do poder real francês procurar a afirmação face à Santa Sé, até porque só esta é que estaria encarregue de resolver os problemas do instituto⁴⁶⁰, ou com a hipótese de alargamento da influência francesa a Oriente⁴⁶¹.

Depois de França, este fenómeno atingia também o Chipre, onde foi instaurado o *Processus Cypricus* (1310). Este mesmo processo fornece-nos o nome de 76 dos 118 templários que viviam na ilha, na Primavera de 1308. Neste contexto, encontramos três portugueses (correspondendo aproximadamente, segundo Pierre-Vincent Claverie, a 3,9 % dos elementos que compunham o convento da ordem⁴⁶²): Jean Lespagnol (ou João⁴⁶³), Laurent de Portugal (ou Lourenço de Portugal⁴⁶⁴) e Étienne Lespagnol (ou Estevão⁴⁶⁵). Os dois primeiros deverão inclusive ter participado nas operações dirigidas pelos templários a partir da ilhota de Rouad, entre 1300-1302.

Todos eles enfrentam os interrogatórios levados a cabo em 7, 8 e 21 de Maio de 1310. As declarações aí prestadas, por estes três portugueses, procuram ilibar a Ordem, negando a idolatria, os desvios morais⁴⁶⁶, a restrição das

460 Em 1305, com o falecimento da sua mulher, Filipe poderia ter estado mais atento às problemáticas religiosas, duvidando inclusive das capacidades do Sumo Pontífice. (FOREY, Alan - *The Military Orders, 1120-1312* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 208-210).

461 FOREY, Alan - *The Military Orders, 1120-1312* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 208-210. O processo de extinção da Ordem do Templo também pode ser observado em: FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, p. 65-68.

462 O mesmo autor sublinha que embora, estes valores sejam modestos, demonstram que Portugal estava, mesmo assim, mais representado do que Castela (1 freire) ou *Alemanha* (2 freires). Por sua vez, os aragoneses implicados seriam sete. (CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 407-408).

463 Sobre a vida anterior deste templário, designado de João, apenas sabemos que, em 1300, estava na comenda de Ança que se localizava nas proximidades de Coimbra. (CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 408).

464 Lourenço de Portugal terá recebido a importante comenda de Tomar. Dentro deste contexto, Pierre-Vincent Claverie avança a hipótese deste indivíduo possuir uma ligação especial com a coroa portuguesa, podendo ter assumido algum cargo na corte do rei D. Dinis (1279-1325). Duvidamos por motivos de carácter cronológico que se trate do mesmo Lourenço de Portugal que encontramos em 1245. Todavia, escasseiam bases sólidas para sustentar esta nossa última perspectiva. (CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 408).

465 Apenas temos conhecimento de que, nos inícios da década de 1290, Estevão encontrava-se na comenda de Tomar. (CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 408).

466 Os três portugueses desmentem os supostos ritos obscenos dos templários bem como os pseudo-juramentos extraídos aos principiantes aquando da sua entrada na Ordem. (CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la*

confissões que supostamente só seriam confiadas aos capelães da Ordem⁴⁶⁷.

Para além de rejeitar com brio as acusações de que eram alvo os templários, aqueles três intervenientes reforçam a importância da caridade prestada pela Ordem que até então, não possuía praticamente qualquer vocação assistencial. Dentro deste contexto, Estevão praticava tais actos em Limassol e Nicósia enquanto que João e Lourenço destacavam a hospitalidade assegurada aos viajantes e eclesiásticos. De facto, os templários cipriotas distribuíam, duas vezes por semana, um décimo dos pães cozidos na sua casa e ainda cediam, embora de forma irregular, dinheiro aos mais desprotegidos.

Por outro lado, Estevão e João acrescentavam ainda, em sua defesa, que só o Sumo Pontífice ou o Grão-Mestre tinham o poder de conceder as licenças de abandono aos freires do instituto.

Infelizmente, a documentação não dá mais elementos em relação ao destino destes três elementos aprisionados e interrogados. Todavia Pierre-Vincent Claverie levanta duas hipóteses: ou os freires terão regressado a Portugal, após 1313, ou permaneceram no Oriente, depois de cumprirem cinco anos em cativeiro⁴⁶⁸.

Como se sabe, a Ordem do Templo não se adaptara aos novos tempos, ao contrário dos institutos teutónico e hospitalário. Em Portugal, o ambiente que rodeou esta questão não parece equiparar-se àquele que se vivera em França. D. Dinis impede que os bens patrimoniais dos templários sejam transferidos para a Ordem do Hospital, conseguindo convencer o Sumo Pontífice Clemente V, pois alegara que as riquezas da ordem extinta seriam utilizadas no âmbito da cruzada ibérica. Neste âmbito, seria ainda criada, no reino português, a Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo, que receberia as terras que anteriormente pertenciam à Ordem do Templo. Este instituto seguiria a Regra de Calatrava e era estritamente nacional, obedecendo às ordens da coroa

Syrie franque in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 408-409).

467 A propósito desta última acusação, Jean Lespagnol evidencia-se, afirmando que os templários embora preferissem efectuar o sacramento da confissão perante os próprios padres da Ordem, tinham também ligações íntimas com os dominicanos, franciscanos e carmelitas de Nicósia. (CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 409).

468 Com o intuito de analisarmos a actuação daqueles três portugueses no espaço cipriota, recorremos a: CLAVÉRIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 407-411.

portuguesa e descartando dependências face ao exterior⁴⁶⁹,

Tendo em conta esta conjuntura, não é então de estranhar, que a partir de agora, os participantes portugueses no fenómeno cruzadístico estejam apenas associados à Ordem do Hospital.

Assim sendo, o hospitalário Vasco Martins⁴⁷⁰ é o primeiro a evidenciar-se, encontrando-se aparentemente, no Chipre, entre 1303 e 1320. Em 1306, era titular do ofício de hospitalário da Ordem. Entre 1319-1320, obteria o *domus*⁴⁷¹. A Ordem dos Cavaleiros de São João de Jerusalém dispunha de outra forma de participação que envolvia o envio de montantes monetários que saíam do priorado português e que se destinavam ao Convento Central da Ordem, como forma de assegurar a defesa das possessões cristãs no Mediterrâneo Oriental. Esta modalidade de contribuição obrigatória seria designada pelo conceito de *responsiones*. No entanto, nem sempre foram saldadas devidamente. Em 1295, a coroa portuguesa confiscou-as, enquanto que a 22 de Maio de 1345, o Papa Clemente VI pedia ao rei português para que não impedisse o envio das somas que tinham Rhodes, como destino⁴⁷². Para além das objecções de uma monarquia portuguesa mais centralizadora⁴⁷³, a Ordem do Hospital, em Portugal, enfrentava uma crise financeira no século XIV. A peste contribuiria para esta conjuntura desfavorável, colocando em causa, as organizações que

469 FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, p. 67, 224-227 (Veja-se também: LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 465; SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo (1417-1521)* in *Militarium Ordinum Analecta*, vol./nr. 6. Dir. Luís Adão da Fonseca. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p. 43; COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia - *Leça do Balio no tempo dos cavaleiros do Hospital*, p. 25-27).

470 Sobre Vasco Martins, apenas sabemos que fora prior da Ordem do Hospital, em Portugal. (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 464).

471 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 464.

472 Anthony Luttrell debruça-se sobre este fenómeno de cariz económico que tomou a designação de *responsiones*. Relativamente à carta de Clemente VI datada de 1345, que é também referida pelo mencionado historiador, podemos observá-la na *Monumenta Henricina*. Decidimos assinalar ainda que, nessa missiva, o referido pontífice apelava ao monarca português D. Afonso IV para que autorizasse os freires hospitalários a acorrerem ao Oriente, em caso de chamamento do grão-mestre. (*Monumenta Henricina*, Vol. 1. Doc. nr. 99, p. 235-236; LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 465-467 - mas o seu estudo sobre as *responsiones*, que seguimos privilegiadamente, prolonga-se até à página 476).

473 A coroa desejava controlar de forma mais eficaz o instituto português da Ordem do Hospital, desejando para esse feito, a sua independência face ao exterior. (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 465-467, 476).

dependiam, em muito, das receitas provenientes dos campos.

Dentro deste contexto, e como testemunharemos, os pagamentos não eram sempre efectuados e quando o eram, já os prazos haviam praticamente expirado. Todavia, algumas somas chegaram mesmo ao Oriente, transformando-se assim, nestes tempos, num meio indiscutível de participação. Com a Ordem portuguesa afundada em dívidas, o Sumo Pontífice João XXII assegurava, em 1317, o priorado a Estevão Vasques Pimentel por uma década, responsabilizando o instituto de efectuar pagamentos anuais na ordem dos 1500 florins de ouro, durante este período de dez anos. Em 1319, o mencionado prior português está em Avinhão, pedindo a extensão do seu mandato para quinze anos, de maneira a conseguir reunir os 15 000 florins de ouro exigidos em adição às *responsiones* ordinárias anuais de 600 marcos de prata. O Papa cede à sua solicitação.

A 12 de Setembro de 1319, o frei português Martim Eanes⁴⁷⁴ pagara já 10 000 florins, saldando em grande parte as *responsiones* devidas. Em 1330, estas já eram cobradas, no valor de 2000 florins anuais.

Entretanto, Álvaro Gonçalves Pereira torna-se o novo prior em 1337, esforçando-se, algumas vezes, por garantir a continuidade das referidas contribuições. Em 1344, o priorado português, bem como os restantes, foram persuadidos a pagar uma taxa extra, cujo montante seria aparentemente canalizado para o financiamento de seis galés que se destinavam à cruzada de Smyrna. De acordo com Pierre-Vincent Claverie, as dívidas da organização portuguesa, entre 1347-1351 e no âmbito das *responsiones*, ascendiam provavelmente aos 11 750 florins⁴⁷⁵. Apenas 3850 florins foram pagos.

No entanto, o cenário deteriora-se cada vez mais. Em 1363, o priorado português parece completar uma série de cerca de dez anos, sem cumprir devidamente estas obrigações, ficando agora por saldar uma soma superior a 24 000 florins. Apenas 1000 florins foram recebidos em 1364/1365, como parte da dívida, e este acto talvez se deva ao facto do tesoureiro do Hospital ter

⁴⁷⁴ Sobre o hospitalário Martim Eanes, temos informações ínfimas. Só podemos adiantar que terá assistido a um capítulo geral, possivelmente na companhia de Estevão Vasques Pimentel, em Avinhão (1321). (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 469).

⁴⁷⁵ Nesta contabilização, temos que considerar os endividamentos anteriores e a recente contribuição anual que já se centrava nos 2 000 florins. (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 467-470).

entrado em litígio com o prior. Todavia, os endividamentos continuarão a atingir valores soberbos. Mesmo assim, pequenos pagamentos continuarão a ser efectuados. Em 1367, foram enviados 3958 florins enquanto que no ano de 1369, seguiram também 1921 florins para o Oriente⁴⁷⁶.

Em síntese, o priorado português podia permanecer vários anos consecutivos sem saldar o valor estipulado das *responsiones*, mas mesmo assim, enviou algumas quantias, cuja soma total pode não ser assim tão modesta.

Simultaneamente encontramos também membros da Ordem do Hospital, cuja participação ultrapassa as responsabilidades financeiras.

De acordo com o seu epitáfio, Estevão Vasques Pimentel⁴⁷⁷ *viajou por muitas terras e atravessou muitos mares*⁴⁷⁸. Na óptica de qualquer estudioso, este testemunho epigráfico pode indiciar a possibilidade de Estevão Vasques Pimentel ter estado no Oriente. Todavia, temos motivos que nos levam a questionar seriamente essa hipótese. Em primeiro lugar, Estevão Vasques Pimentel esteve de facto, em Avinhão (1319 e 1321), Arles (1320) e Montpellier (1330)⁴⁷⁹ e assim sendo, supomos, de acordo com o nosso raciocínio, que

476 Não decidimos adiantar o valor das dívidas seguintes pois não diferem muito daquilo que até agora verificamos. Aliás, podemos afirmar que após 1378 (e contando já com o cisma em pleno Papado), a tendência continuará a ser a mesma. São poucos os montantes que chegam a Rodes. Como já afirmamos, toda esta problemática em torno das *responsiones* encontra-se devidamente estudada por: LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p.465-476. Como uma das notas finais em torno das *responsiones*, sublinharíamos ainda que os montantes destinados ao comum tesouro da Ordem seriam aplicados em despesas de manutenção, assistência e defesa. (COSTA, Paula Pinto - *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à Modernidade* in *Militarium Ordinum Analecta*. Dir. Luís Adão da Fonseca. Vol. 3/4. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000, p. 49, 66-68, 79-80, veja-se com a atenção a nota de rodapé nr. 6 (na p. 49).

477 Estevão Vasques Pimentel tinha como pais: Vasco Martins Pimentel (meirinho-mor do reino em 1277) e D. Maria Gonçalves de Portocarreiro. O nosso biografado ganharia a confiança de D. Dinis, sendo por duas vezes, seu embaixador, junto do Papado e inclusive, um dos seus testamenteiros. Estevão Vasques Pimentel teria ingressado na Ordem do Hospital, em 1294, tornando-se seu prior a partir de 1306. Permaneceu à frente do priorado português por trinta anos! Durante a sua liderança, assistimos à criação da igreja gótica de Leça do Balio (1330-1336) e da capela de Nossa Senhora do Rosário (1336). Trata-se dum indivíduo que teve a oportunidade de viajar por diversas vezes, estando presente em Avinhão (pelo menos em 1319 e 1321, assistindo na primeira data, à eleição de Héllion de Villeneuve como Grão-Mestre dos Hospitalários), em Arles (1320) e Montpellier (1330). Nessas deslocações terá procurado também encontrar algumas resoluções para a problemática das *responsiones* devidas. Faleceria a 14 de Maio de 1336. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 2, doc. 588, p. 1580-1593; LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 468-469).

478 BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 2, doc. 588, p. 1580-1593. (Veja-se também: LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 466).

479 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens

estas poderão corresponder às variadas terras que teria visitado, depois de navegar por via marítima. Ao contrário do caso já mencionado de Afonso Pires Farinha (que lendariamente terá viajado ao Oriente e acedido à relíquia de Vera Cruz)⁴⁸⁰, não encontramos, em relação a Estevão Vasques Pimentel, qualquer acontecimento verdadeiro ou mitológico, que o associe àquele espaço distante. De acordo com Pierre-Vincent Claverie, estas inscrições funerárias, conectadas com as linhagens dos Pimentéis e Pereiras, também devem merecer alguma relutância por parte de qualquer profissional da história, pois as mesmas podem contar factos históricos forjados que estejam relacionados com o espírito cruzadístico⁴⁸¹.

Com as mesmas desconfianças, abordamos o caso de Álvaro Gonçalves Pereira⁴⁸², sendo possivelmente falsa a lenda que menciona uma viagem deste rumo a Rodes, onde combatera turcos e mamelucos⁴⁸³.

No entanto, a 17 de Dezembro de 1345, este prior da Ordem de São João de Jerusalém recebe cartas pontifícias que o autorizam a viajar para o Oriente, podendo assim responder afirmativamente à convocatória efectuada pelo Grão-Mestre. A sua participação poderia ainda envolver forças de infantaria e de cavalaria que seriam utilizadas nas campanhas contra os turcos, após Smyrna ter caído em mãos cristãs. Todavia, Anthony Luttrell não encontrou

Militares, p. 468-469.

480 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 464.

481 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 467-468.

482 Desconhecemos a data e o local de nascimento de Álvaro Gonçalves de Pereira. Era filho de Gonçalo Gonçalves de Pereira (bispo de Lisboa em 1322 e arcebispo de Braga entre 1326-1348) e de Teresa Pires Vilarinho. Formalmente, seria prior da Ordem do Hospital, a 16 de Outubro de 1337 (embora José Augusto Pizarro, citando Paulo Pinto Costa, opte por balizar cronologicamente o seu priorado entre 1341 e 1375). Assim sendo, sucederia provavelmente a Estevão Vasques Pimentel. Enquanto prior, participa na batalha do Salado (1340), na questão das *responsiones* (concentrando aí os seus esforços no pagamento de alguns milhares de florins) e na edificação de uma capela com uma casa, em Flor da Rosa, como meio de assistência aos pobres. Em 1344, o seu priorado financiaria presumivelmente a cruzada de Smyrna. Faleceria em 1379 ou 1380, sendo enterrado em Flor da Rosa. De entre os seus inúmeros filhos, destacamos D. Nuno Álvares Pereira. (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 466-472; PIZARRO, José Augusto - *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. II, p. 307-309).

483 Todavia, Anthony Luttrell não apresenta a sua fundamentação sobre a falsidade desse suposto mito que encontrou reportado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e na *Crónica de D. João I*, esta última da autoria de Fernão Lopes. (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 466, 467- nesta última página, veja-se também a nota de rodapé nr. 20).

provas documentais que atestem a concretização desta alegada expedição portuguesa⁴⁸⁴.

Em Dezembro de 1347, descobrimos o frei *Garcia Laurencius*⁴⁸⁵ que está de saída de Rodes, pois fora expulso por conduta imprópria⁴⁸⁶.

Por fim, encontramos Álvaro Gonçalves Camelo⁴⁸⁷ que, em data provavelmente anterior a 1380, altura em que começa a disputar a sua primeira eleição para prior de Portugal, prestou serviço em Rodes o que terá justificado o apoio concedido posteriormente pelo grão-mestre hospitalário para a sua ascensão ao priorado português⁴⁸⁸.

Como verificamos, o fim do instituto templário, em inícios do século XIV, provocará um protagonismo quase exclusivo da Ordem de São João de Rodes

484 Apesar de Anthony Luttrell duvidar seriamente da realização desta expedição, não descartamos de todo a possibilidade de Álvaro Gonçalves Pereira ter efectuado a referida aventura, visto que, na nossa perspectiva, não existem dados suficientes para determinar o que realmente aconteceu. Por isso, não sabemos se esta empresa foi ou não colocada em prática. LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 469.

485 De acordo com Anthony Luttrell, Garcia seria *presumivelmente português*. Infelizmente, não encontramos elementos que permitam constatar a sua associação ao reino português. (LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 470).

486 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 470.

487 Álvaro Gonçalves Camelo era filho de Gonçalo Nunes Camelo e de Aldonça Rodrigues de Pereira. Inicialmente, seria *criado* do prior do Hospital, na altura, Álvaro Gonçalves de Pereira (seu tio, possivelmente responsável pela sua educação). Após o falecimento deste último (por volta de 1380), surgiu uma forte disputa pelo priorado. De um lado, tínhamos Álvaro Gonçalves Camelo (apoiado pelo Grão-Mestre da Ordem do Hospital) enquanto que do outro, podíamos observar D. Pedro Álvares Pereira (filho bastardo de D. Álvaro Gonçalves de Pereira que era apoiado pelo monarca português D. Fernando). Esta questão envolveria até o Papa Urbano VI e o antipapa Clemente. Todavia, D. Pedro Álvares falecera em Aljubarrota (1385), quando combatia a favor das pretensões castelhanas. Assim sendo, D. Álvaro Gonçalves Camelo seria, indiscutivelmente, o prior da Ordem do Hospital, numa primeira fase, entre 1387 e 1396 e posteriormente, entre 1410 e 1423. Foi também marechal da hoste do reino e meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes. Em Maio de 1393, é um dos assinantes do tratado de paz com Castela que seria válido por 15 anos. Em 1395, enquanto prior, está aparentemente a pagar as *responsiones* ao anti-mestre Riccardo Caracciolo, cujo valor anual rondava os 400 florins de ouro. No entanto, seria afastado do seu cargo (1396) e substituído por Lourenço Esteves de Góis. Tal se devera às relações tensas que mantinha, nesta altura, com D. João I. Em 1399, procurou aparentemente exílio em Castela, retornando a Portugal, quatro anos depois. Desde a sua chegada parece ganhar de novo a confiança do monarca, recuperando praticamente todos os seus antigos cargos. Em 1410, volta a ser prior de Portugal devido ao falecimento de Lourenço Esteves de Góis. Em 1412, fora enviado, pelo fundador da dinastia de Avis, numa missão diplomática à Sicília, tendo efectuado supostamente, durante a viagem, uma inspecção nocturna às defesas do porto de Ceuta. Não é de estranhar que participara na conquista desta praça, em 1415. Faleceria em 1423. (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II, tomo 2, doc. 749, p. 2145-2153; LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 472-475; PIZARRO, José Augusto - *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. II, p. 387).

488 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 472.

ao nível da presença no Mediterrâneo Oriental.

Como conclusão deste capítulo, reconhecemos que a participação portuguesa no fenómeno cruzadístico, durante o século XIV, é escassa, embora tenham havido casos não documentados. Esta interpretação faz todo o sentido, se tivermos em consideração que *as energias portuguesas eram, em grande parte, absorvidas nos problemas internos e no comércio atlântico*⁴⁸⁹. Os contactos com o Mediterrâneo oriental eram reduzidos e não-permanentes. Este espaço longínquo era, de facto, pouco atractivo⁴⁹⁰. Por outro lado, observamos que as ordens militares eram cada vez mais controladas pela coroa portuguesa, perdendo simultaneamente o seu carácter internacional⁴⁹¹. Por outras palavras, o foco de intervenção privilegiado pelos referidos institutos é, sem dúvida, o peninsular.

Atingimos agora os derradeiros finais do século XIV, que também não são animadores em comparação com os anos finais do século XIII. Como já o afirmamos, em 1396, a campanha de Nicópolis fracassa, numa altura em que o avanço turco alcança proporções alarmantes, estando já às portas da Hungria⁴⁹².

Em jeito de balanço, podemos afirmar que o fenómeno cruzadístico permitiu o estabelecimento de contactos entre o Ocidente e o Oriente, no âmbito da economia, cultura e religião. Todavia e de acordo com João Gouveia Monteiro, *fizeram-no pela pior das vias: a da guerra, da intolerância e do fanatismo religioso*⁴⁹³. Como consequência, estas feridas ainda não se encontram totalmente sanadas no nosso mundo contemporâneo⁴⁹⁴.

Finalmente, resta-nos deduzir que a Reconquista Portuguesa, terminada em

489 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 465.

490 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 465. (Na nossa perspectiva, a distância também seria um outro obstáculo físico a considerar).

491 LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares, p. 465-467.

492 HOUSLEY, Norman - *The Crusading Movement, 1274-1700* in The Oxford History of the Crusades, p. 274.

493 MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 213.

494 MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, p. 213.

1249 com a tomada das últimas praças algarvias⁴⁹⁵, também terá sido decisiva para que o número de portugueses no Oriente não fosse elevado. Dentro deste contexto, não podemos ignorar que a Santa Sé e a Monarquia Portuguesa desmotivaram (directa ou indirectamente) os portugueses que tinham intenções de rumar a paragens longínquas. Recordamos então a proibição de D. Afonso Henriques aos habitantes de Coimbra que não podiam deslocar-se então à Terra Santa. O mesmo monarca preferia oferecer-lhes em troca, a defesa de alguns pontos do reino. Como já indicamos, também alguns pontífices, privilegiaram as campanhas peninsulares, concedendo as mesmas indulgências que eram acedidas por aqueles que rumavam ao Levante e incentivando os peninsulares à defesa dos seus reinos⁴⁹⁶.

Presumivelmente, com uma investigação mais profunda, em arquivos estrangeiros, seria possível encontrar ainda outros portugueses que participaram no fenómeno cruzadístico a Oriente. No entanto, por motivos óbvios, não podemos aceder a toda essa documentação que pode encontrar-se nos mais diversos espaços e cujo idioma é variável. Não temos dúvidas que mais portugueses poderão ser encontrados, mas é uma tarefa muito mais árdua e que, na nossa óptica, poderá requerer longos anos de investigação.

Mesmo assim, reunimos um total de 37 indivíduos, com uma ligação indiscutível ou, pelo menos, possível ao reino de Portugal⁴⁹⁷, sendo que 28 actuam até 1291, enquanto que os restantes 9 elementos, têm a sua acção localizada após aquele marco cronológico.

Num esforço de sistematização de toda a informação, embora ela própria se apresente desequilibrada, e com o objectivo de valorizar estes homens, independentemente do contexto em que actuaram, elaboramos os quadros 1 e

495 VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*, p. 89, 287.

496 MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*, p. 62; VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4, p. 131, ver também nota de rodapé nr 41; LLOYD, Simon - *The Crusading Movement, 1096-1274* in *The Oxford History of the Crusades*, p. 41.

497 Encontramos ainda menção a outros portugueses que rumaram ao Oriente apenas para tomarem posse oficial dos cargos (ou, pelo menos, tentar a obtenção destes) que iriam exercer na sua pátria ou para participarem, em capitulos-gerais. Obviamente, estes dificilmente causariam qualquer impacto relevante no fenómeno cruzadístico. Parecem ter sido os casos dos templários Lourenço Martins, João Fernandes e Vasco Fernandes e do hospitalário Vasco Esteves. (CLAVERIE, Pierre-Vincent - «*Contra soldanum de Coine*» ou *la contribution des Templiers portugais à la défense de la Syrie franque* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 399-412; LUTTRELL, Anthony - *The Hospitallers of Rhodes and Portugal: 1306-1415* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V encontro sobre Ordens Militares*, p. 463-477; Referências também em: MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*, p. 298).

2 que apresentamos nas páginas que se seguem. Nestes quadros não são indicadas as fontes, pois a enumeração de todas elas levaria a uma repetição extensa de referências já citadas nas notas de rodapé destes dois últimos pontos do capítulo III.

Quadro 1- Elementos portugueses que actuaram nas Cruzadas (séc. XII-XIV)

Nome	Data Nasc.- Morte	Local de Nascimento	Progenitores	Função exercida	Presença em terras do Oriente
Gualdim Pais	[1118-1120]- 1195	Priscos/Braga (Portugal)	Paio Ramires e Gontrode Soares	Cruzado	Ascalona (1153) Antioquia (após 1153)
Fernando Afonso	[1140]-1207	(Portugal?)	D. Afonso Henriques e Chamôa Gomes	Cruzado e Grão-mestre do Hospital	Acre (1191)? Constantinopla (1204) ? Margat (1204, 1205 ou 1206)
Paio Galvão	...-1228	Guimarães (Portugal)	Pedro Galvão e Maria Pais	Legado Papal	Constantinopla (1213-1215) Damieta (1218-1221) Tinnis (1219) Em direcção ao Cairo (1221)
Martim ou Martín	...-1248	(Hispania?)		Negociador Executor Testamentário e Administrador	Damasco (1227-1229) Sarhad (data incerta) Cairo (1248)
Lourenço de Portugal		(Portugal?)		Legado Papal	Império Mongol (1245,1247) ?
Afonso Pires Farinha	[1203-1208] -1282	Coimbra? (Portugal?)	Pero Salvadores de Góis e Maria Nunes de Esposade	Cruzado ?	Terra Santa (data indefinida) ?
Thomas/ Tomás		(Hispania?)		Cruzado?	Terra Santa (data incerta)
Fernán/ Fernão/ Fernando		(Hispania?)		Comendador	Antioquia (1249)
Rodericus Petri		(Portugal?)		Marechal Cruzado	Acre (1271)
Pedro Hispano	[1205-1206] - 1277	São Julião/Lisboa (Portugal)	Julião Rebôlo e Tereza Gil	Papa	
Fernán/ Fernão/ Fernando		(Hispania?)		Apoiante da facção de Guy de Gibelet e Cruzado?	Tripoli (na década de 80 do século XIII)

Nome	Data Nasc.- Morte	Local de Nascimento	Progenitores	Função exercida	Presença em terras do Oriente
Juan Arobe/ João Arroba		(Hispania?)		Apoiante da facção de Guy de Gibelet e Sacerdote templário	Tripoli (por volta da década de 80 do século XIII)
Étienne Lespagnol/ Estevão		(Portugal?)		Cruzado (?) e Defensor da causa templária	Chipre (1310)
Jean Lespagnol/ João		(Portugal?)		Cruzado e Defensor da causa templária	Rouad ? (1300-1302) Chipre (1310)
Laurent de Portugal/ Lourenço de Portugal		(Portugal?)		Cruzado e Defensor da causa templária	Rouad ? (1300-1302) Chipre (1310)
Vasco Martins		(Portugal?)		Titular do ofício de hospitalário da Ordem	Chipre (1303-1320)
Garcia Laurencius		(Portugal?)		Cruzado?	Rodes (1347)
Álvaro Gonçalves Camelo	...-1423	(Portugal?)	Nuno Gonçalves Camelo e Aldonça Rodrigues Pereira	Cruzado e Colector de fundos (responsio- nes)	Rodes (em data indefinida mas talvez, inferior a 1380)

**Quadro 2 - Portugueses envolvidos indirectamente na Cruzada (séc. XII-
XIV).**

Nome	Data Nasc.- Morte	Local de Nascimento	Progenitores	Função exercida	Presença em terras do Oriente
Conde D. Henrique	...-1112	Borgonha ? (França?)	Henrique de Borgonha e Sibila	Peregrino ?	Jerusalém (1102) ?
Maurício Burdino		Limoges ?/ Uzerche ? (França)		Peregrino	Jerusalém e Constantino- pla (1104-1108)
D. Telo	...-1136	(Portugal?)	Odório e Eugénia	Peregrino	Jerusalém e Constantino- pla (1104-1108)
S. Teotónio	1082-1162	Ganfei (Portugal)	Oveco e Eugénia	Peregrino	Jerusalém (1121- 1127)
Gonçalo	...-1127/28	(Portugal ?)		Peregrino	Jerusalém (data incerta)
Godinho	...-1188	(Portugal?)		Peregrino	Jerusalém (1176)
D. Afonso Henriques	1109-1185	Viseu ou Guimarães (Portugal)	D. Henrique e D. Teresa	Comprador ?	
Mendo Moniz		(Portugal?)		Doador	
Estevão Soares da Silva	...-1228	(Portugal?)	Soeiro Pais Escacha e ?	Colector de fundos	
Soeiro Viegas	...-1232	(Portugal?)		Colector de fundos?	
João Martins		(Portugal?)		Colector de fundos	
Afonso III	[1212-1217]- 1279	Coimbra (Portugal)	D. Afonso II e D. Urraca de Castela	Doador	
Paio Peres Correia	[1210]-1275	Monte de Fralães/ Barcelos ? (Portugal)	Pedro Pais Correia e Dórdia Peres de Aguiar	Apoiante de projectos cruzadísticos destinados ao Oriente	
Gonçalo Pires de Pereira	...-[antes de 1298]	(Portugal?)	Pero Rodrigues de Pereira e Maria Pires Gravel	Apoiante do projecto cruzadístico de Jaime I de Aragão Cruzado?	Síria (data indefinida) ?

Nome	Data Nasc.- Morte	Local de Nascimento	Progenitores	Função exercida	Presença em terras do Oriente
Gonçalo		(Portugal?)		Colector de fundos	
Monaldo				Colector de fundos	
Estevão Vasques Pimentel	...-1336	(Portugal?)	Vasco Martins Pimentel e Maria Gonçalves Portocarreiro	Colector de fundos(res- ponsiones)	
Martim Eanes		(Portugal?)		Colector de fundos(res- ponsiones)	
Álvaro Gonçalves de Pereira	...-[1379- 1380]	(Portugal?)	Gonçalo Gonçalves de Pereira e Teresa Pires Vilarinho	Colector de fundos(res- ponsiones) e Cruzado?	

Conclusão

O concílio de Clermont, realizado em Novembro de 1095, marcou o lançamento da Primeira Cruzada. Este procedimento não pode ser compreendido sem ter em consideração o impacto elevado da religião no quotidiano medieval, a reforma gregoriana e a aceitação teórica do militarismo e da guerra por parte da Igreja. Por outro lado, os pretextos relacionados com o pedido de auxílio militar dos bizantinos e a insegurança em torno das peregrinações cristãs à Terra Santa, aceleraram também o surgimento do movimento em questão.

Como consequência, as Cruzadas, destinadas ao Oriente, conseguiriam obter um impacto admirável no Levante que se traduziu na criação de novos estados latinos.

Todavia, o seu contributo também conheceu outros palcos, como o Ocidente Peninsular. Dentro deste contexto, encontramos frotas oriundas do Norte da *Europa* que, antes de atingirem a Palestina, aportaram em território português e, cujos contingentes participaram nas campanhas vitoriosas de Lisboa e Almada (1147), Silves e Alvor (1189), e Alcácer do Sal (1217). Cada um destes sucessos militares inseriu-se num contexto específico circunstanciado por acontecimentos internos e externos já descritos. Apesar do choque de mentalidades entre as forças nacionais e os cruzados e das tensões daí resultantes, temos que reconhecer que o apoio estrangeiro revelou-se decisivo na formação do reino português, facilitando o avanço da Reconquista em direcção a sul.

No que diz respeito à participação portuguesa no Levante existem alguns aspectos que merecem uma atenção especial.

Em primeiro lugar, encontramos um número modesto (28 até 1291 e 9 até ao final do século XIV), embora não subestimável, de indivíduos oriundos de Portugal. A actuação destes pode ser classificada como directa, através da presença de combatentes, legados papais e de indivíduos detentores de cargos no Oriente, ou indirecta, aferida pela presença de peregrinos na Terra Santa, por doações, transacções e recolha de fundos destinados aos espaços latinos (como, por exemplo: as *responsiones* pagas pela Ordem do Hospital ao comum tesouro da instituição).

Saliente-se, ainda, que os 37 participantes estudados pertencem a estratos sociais distintos. Neste âmbito, temos elementos com ligações ao clero secular (casos de Paio Galvão, cardeal-bispo de Albano, e de Gonçalo, bispo de Coimbra) e regular (Lourenço de Portugal era franciscano), às ordens militares (como exemplos, destacamos o hospitalário e conselheiro régio Afonso Pires Farinha, o templário Estevão ou o santiaguista Paio Peres Correia), aos quadros régios (Fernando Afonso, para além do prestígio alcançado no instituto hospitalário, ocupou o cargo de alferes-mor), à alta nobreza (podemos incluir aqui o próprio conde D. Henrique) e à Família Real (não podemos ignorar as acções de D. Afonso Henriques e D. Afonso III, embora com acções colaterais em benefício desta causa, por vezes, expressas na concessão de bens materiais).

Assinalamos também que as questões internas, como o processo de Reconquista, bem como a distância geográfica entre o reino português e o Levante, justificam também a presença limitada de portugueses no Ultramar. Os pontífices e os monarcas hispânicos desencorajavam os aventureiros, que não seriam poucos, de se dirigirem à Palestina, de forma a garantirem o sucesso das empresas peninsulares.

Por fim, devemos salientar que esta investigação está ainda longe de ser encerrada. Não duvidamos que uma consulta extensiva nos arquivos estrangeiros poderá fornecer-nos nomes de outros presumíveis portugueses que estiveram dispostos a tomar a Cruz e arriscar a sua vida naquele espaço longínquo, combatendo assim pela terra percorrida por Jesus Cristo - Jerusalém.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

- AGOSTINHO, Santo - *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, ISBN: 972-31-0640-X.
- AKROPOLITES, George - *George Akropolites: a history*. Traduzido por Ruth Macrides. Oxford: Oxford University Press, 2007, ISBN: 978-0-19-921067-1.
- AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.
- BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 4 vols. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BRANDÃO, António - *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*. Porto: Livraria Civilização, 1944.
- BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.
- COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, e lugares, que contém; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de Conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*. 3 vols. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706.
- *Crónica de Portugal de 1419*. ed. de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, ISBN: 972-8021-58-5.
- DAVID, Charles Wendell - *Narratio De Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium Et Silviam Capientium, A. D. 1189* in Proceedings of the American Philosophical Society. Vol. 81. Filadélfia: [The American Philosophical Society held at Philadelphia ou Lancaster Press], 1939.
- GABRIELI, Francesco - *Chroniques arabes des Croisades*. Trad. de Viviana Pâques. 2º ed. Arles: Sindbad, 1996, ISBN: 2-7427-0791-3.
- INCARNATIONE, Thomas de - *Historia Ecclesiae Lusitanae. Per singula saecula ab Evangelio promulgato*. Coimbra (Colimbriae): Ex praelo Academiae Pontificiae, 1762.
- *Monumenta Henricina*. Dir. de A. Dias Dinis. 11 vols. Coimbra: [?], 1960-1970.
- NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. Lisboa: Vega, 2001, ISBN: 972-669-683-X.
- OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. 2º ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936.

- PETERS, Edward - *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The capture of Damietta by Oliver of Paderborn*. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia, 1971, ISBN: 08122-1024-7.
- *Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo octavo post Christum usque ad Quintumdecimum*. Lisboa: Academia das Ciências, 1856.
- RICHARDS, D. S. - *The Chronicle of Ibn al-Athir for the crusading. Period from al-Kamil fi'l-Ta'rikh*. Farnham/Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2010, ISBN: 978-0-7546-6950-0.
- ROCKHILL, William Woodville - *The journey of William of Rubruck to the eastern parts of the world 1253-1255 with two accounts of the earlier journey of John of Pian de Carpine*. Nova Deli: Asian Educational Services, 1998, ISBN: 81-206-1338-4.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. ed. crítica de Mário Fiúza. 2 vols. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1966.

Bibliografia citada

- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Nova edição prep. e dir. por Damião Peres. 4 vols. Porto: Portucalense Editora, 1967-1970.
- *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* - Actas do V encontro sobre Ordens Militares. Coord. Isabel Cristina F. Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/GESOS, 2009, ISBN: 978-972-8497-43-9.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - *Las Cruzadas*. Madrid: Sílex Ediciones, 2004, ISBN: 84-7737-142-3.
- BARBOSA, Pedro Gomes - *Conquista de Lisboa - 1147. A cidade reconquistada aos mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004, ISBN: 972-8799-15-2.
- BARROCA, Mário - A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa. *Portugália*. Nova série. Vol. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/1997.
- BOAS, Adrian J. - *Jerusalem in the time of the Crusades: society, landscape and art in the Holy City under Frankish rule*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2001, ISBN: 0-415-23000-4.
- BORDONOVE, Georges - *Les croisades et le royaume de Jérusalem*. Paris: Éditions Pygmalion, 1992, ISBN: 2-7028-1622-3.
- BRANCO, Maria João Violante - *D. Sancho I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, ISBN:978-972-42-3517-2.
- COSTA, António Domingues de Sousa - *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Tipografia «Editorial Franciscana», 1963.
- COSTA, Paula Pinto - *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à Modernidade* in *Militarium Ordinum Analecta*. Dir. Luís Adão da Fonseca. Vol. 3/4. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000, ISSN:0874-0003.
- COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia - *Leça do Balio no tempo dos cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Edições INAPA, 2001, ISBN: 972-8387-87-3.
- COSTA, Paulo Pinto - *A presença dos Hospitalários em Portugal*. Gavião: Ramiro Leão, 2010, ISBN:978-989-8308-08-5.
- COWDREY, H. E. J.- *Pope Gregory VII*. Oxford: Clarendon Press, 1998, ISBN:0-19-820646-1.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa - *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Porto: Faculdade de Letras da U.P., 1991.
- DAILLIEZ, Laurent - *Essai historique sur l'ordre souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV siècles)*. Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

- DEMURGER, Alain - *Cruzadas: una historia de la guerra medieval*. Trad. José Miguel González Marcén. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2009, ISBN: 978-84-493-2199-3.
- DESCHAMPS, Paul - *La défense du comté de Tripoli et de la Principauté d'Antioche*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1973.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho - D. Sancho I, peregrino e devoto de Santa Senhorinha de Basto. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. XIII. Porto: Universidade do Porto, 1996.
- *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. 4 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971
- EPSTEIN, Steven A. - *Genoa and the Geonese: 958-1528*. Carolina do Norte: the university of North Carolina press, 1996, ISBN: 0-8078-2291-4.
- ERDMANN, Carl - *Maurício Burdino (Gregório VIII)*. Coimbra: Publicações do Instituto alemão da Universidade de Coimbra, 1940.
- FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, ISBN: 972-42-3727-3.
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Porto: Faculdade de Letras da U.P., 2009.
- FOLDA, Jaroslav - *Crusader Art in Holy Land, from the Third Crusade to the fall of Acre, 1187-1291*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, ISBN: 978-0-521-83583-1.
- FONSECA, Luís Adão da - *La Cristiandad Medieval*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1984, ISBN:84-313-0827-3.
- GALLI, A. - *História da Igreja*. 5º ed. Trad. Manuel Aires da Silva. Lisboa: Edições Paulistas, 1964.
- GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*. Madrid: Cátedra, 1995, ISBN: 84-376-1377-9.
- HARPUR, James - *The Crusades. The two hundred years war. The clash between the Cross and the Crescent in the Middle East 1096-1291*. Nova Iorque: The Rosen Publishing Group, 2008, ISBN: (13) 978-1-4042-1367-8.
- HERRERA, Mercedes; BRUNET, Teresa; CASTRO, Germán; ROMANILLO, José; QUEROL, María; GÓMEZ, Manuel - *Grande História Universal*. Trad. João Reis Ribeiro. Vol. XI - A Idade Média (II). Alfragide: EDICLUBE, [2006], ISBN: 972-719-322-6.
- HOLMES, J. Derek; BICKERS, Bernard W. - *História da Igreja Católica*. Trad. Victor Silva. Lisboa: Edições 70, 2006, ISBN: 972-44-1261-X.
- KAGAY, Donald J.; VILLALON, L. J. Andrew - *Crusaders, Condottieri and Cannon: medieval warfare in societies around the Mediterranean*. History of Warfare, vol. 13. Leiden: Brill/Boston, 2003, ISBN: 90-04-12553-1.
- LUSCOMBE, David - *O pensamento medieval*. Trad. de Lucília Rodrigues. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000, ISBN:972-1-04787-2.
- MAALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Trad. de G. Cascais Franco. 15º ed. Lisboa: DIFEL, 2008, ISBN: 978-972-29-0821-4.

- MARQUES, José - A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VII. Porto: Universidade do Porto, 1990.
- MARQUES, José - A presença da Igreja na história militar portuguesa das origens ao final do século XIV. *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. VIII. Porto: Universidade do Porto, 1991.
- MARQUES, José - A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média. *Revista de História*. vol. XI, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1991.
- MARQUES, Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1974.
- MARSHALL, Christopher - *Warfare in the Latin East, 1192-1291*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, ISBN: 0-521-39428-7.
- MATTEI, Roberto de - *Guerra Justa Guerra Santa. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna*. Trad. António Carlos de Azeredo. Porto: Civilização, 2002, ISBN: 972-26-1686-2.
- MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, ISBN: 978- 972-42-3867-8.
- MAYER, Hans Eberhard - *Historia de las Cruzadas*. Madrid: Ediciones Istmo, 2001, ISBN: 84-7090-362-4.
- MONTEIRO, João Gouveia - *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, ISBN: 972-46-0961-8.
- MONTEIRO, João Gouveia - *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra: Salamandra, 2010, ISBN: 978-972-689-236-6.
- MORENO, Humberto Baquero - Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela, *Revista da FLUP: História*. 2ª série, vol. III. Porto: Universidade do Porto, 1986.
- MOURRE, Michel - *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*. 8 vols. Paris: Bordas, 1978, ISBN: 2.04.006512-1
- NICHOLAS, David - *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa:312-1500*. Trad. de Ana Margarida Gomes Soares. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999, ISBN: 972-1-04505-5.
- *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. 5 vols. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003, ISBN: 972-42-3071-6.
- OLIVEIRA, Ataíde de - *A Monografia de Alvor*. 3º ed. Faro: Algarve em foco editora, 1993.
- *Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º centenário do seu nascimento*. Coord. J. Paiva Boléo-Tomé. Porto: Acção Médica, 2007, ISBN: 978-989-20-0937-7.
- PHILLIPS, E.D. - *Os Mongóis*. Trad. Rodrigo Machado. Lisboa: Verbo, 1971.
- PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L' Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larosse, 2000, ISBN: 2-7068-1398-9.

- PIZARRO, José Augusto - *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 2 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, ISBN: 972-98018-3-5.
- RACHEWILTZ, Igor de - *Papal Envoys to the Great Khans*. Stanford: Stanford University Press, 1971, ISBN: 0-8047-0770-7.
- RILEY-SMITH, Jonathan - *The atlas of the crusades*. Londres: Times Books, 1991, ISBN:0-7230-0361-0.
- RILEY-SMITH, Jonathan - *What were the crusades?* 2ºed. Londres:The MACMILLAN Press LTD, 1992, ISBN:0-333-56769-2.
- RILEY-SMITH, Jonathan - *The Crusades: a history*. 2º ed. Londres: [Bookens Ltd, Royston, Herts], 2005, ISBN:0-8264-7269-9.
- RUNCIMAN, Steven - *História das Cruzadas*. 2ºed. 3 vols. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, ISBN:972-24-0823-2.
- SERAFIM, João Carlos - *Relíquias e propaganda religiosa no Portugal pós-tridentino* in Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso. Vol. VIII. Porto: Universidade do Porto, 2001.
- SILVA, António de Moraes - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 7 vols. Matosinhos: QN-Novas Tecnologias, 2002.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo (1417-1521)* in *Militarium Ordinum Analecta*, vol./nr. 6. Dir. Luís Adão da Fonseca. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002, ISSN: 0874-0003.
- SOUSA, António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. 14 vols. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946.
- *The Crusades: an encyclopedia*. Ed. Alan Murray. 4 vols. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2006, ISBN:1-57607-863-9.
- *The Oxford History of the Crusades*. Dir. Jonathan Riley-Smith. Oxford: Oxford University, 2002, ISBN:978-0-19-280312-2.
- *The Papacy: An Encyclopedia*. Editor Geral - Philippe Levillain. 3 vols. Nova Iorque/Londres: Routledge, 2002, ISBN : 0-415-92228-3.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre - *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques. vol. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, ISBN: 978-972-42-3726-8.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos - *D. Afonso II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, ISBN:972-42-3441-X.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda/Representações Zairol Lda, 1961.

Endereços Electrónicos Utilizados⁴⁹⁸

- ALVITES, Pedro - *A Cruzada na Península Ibérica* in Mais Encanto. Pela História do Reino e da Ordem do Templo em Portugal. Disponível em: <http://maisencanto.blogspot.com/2008/12/cruzada-na-pennsula-ibrica.html>, (Consultado em: 16-06-2011).
- CAGGIANI, João Maria - *D. Paio Peres Correia* [em linha]. Lisboa: Lith. de Santos, 1843. 1 gravura; 40x29 cm aprox. Disponível em: http://purl.pt/5657/1/e-318-v_JPG/e-318-v_JPG_24-C-R0072/e-318-v_0001_1_p24-C-R0072.jpg (Biblioteca Nacional Digital⁴⁹⁹), (Consultado em: 18-03-2011).
- CALDAS, António José Ferreira - *Guimarães. Apontamentos para a sua História* [excerto em linha]. 2º ed. Parte I. Guimarães: CMG/SMS, 1996, p. 152-157. Disponível em: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/pcaldas/PCaldas053.pdf>, (Consultado em: 02-06-2011).
- *Cardinal Title of S. Marco* in GCatholic.com. Disponível em: <http://www.gcatholic.com/churches/cardinal/197.htm>, (Consultado em: 03-06-2011).
- *Castelo de Silves* in Castelos de Portugal. Disponível em <http://castelosdeportugal.com.sapo.pt/castelos/silves.htm>, (Consultado em: 21-03-2011).
- *Diocese of Albano (Italy)* in GCatholic. com. Disponível em: <http://www.gcatholic.com/dioceses/diocese/alba0.htm>, (Consultado em: 02-06-2011).
- *Diocesi Suburbicaria di Albano* in Chiesa Cattolica Italiana. Disponível em: http://www.webdiocesi.chiesacattolica.it/cc_i_new/s2magazine/index1.jsp?idPagina=22753 (Consultado em: 02-06-2011).
- FERREIRA, José - *A nossa História... (Monte de Fralães)* in Site da Freguesia de Monte de Fralães (Município de Barcelos). Disponível em: <http://www.montefralaes.maisbarcelos.pt/?vpath=/inicio/historia/>, (Consultado em: 03-03-2011).
- Galeria Vieira Portuense - *Afonso Henriques* in Pontes Luso-Galaicas. Disponível em: <http://pontesluso-galaicas.blogspot.com/2009/06/afonso-henriques.html>, (Consultado em: 19-03-2011).
- Gregório VIII (antipapa) in Wikipédia. Disponível em: [http://es.wikipedia.org/wiki/Gregorio_VIII_\(antipapa\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Gregorio_VIII_(antipapa)), (Consultado em: 16-03-2011).

⁴⁹⁸ Muitos dos sites que fazem parte desta listagem encontram-se citados nos anexos, permitindo a obtenção de gravuras ou de outros dados que complementem a nossa investigação.

⁴⁹⁹ Este endereço electrónico é uma extensão criada a partir de <http://purl.pt/5657/1/>, (20-03-2011). Nesta última página podemos encontrar dados complementares (por exemplo: o nome do artista ou as dimensões da figura).

- GROPP, Lewis - *Jordi Savall: Jerusalém - City of Two Peaces*. 2010. Disponível em: <http://lewisgropp.wordpress.com/2010/03/11/jordi-savall-jerusalem-city-of-the-two-peaces/>, (Consultado em: 16-03-2011).
- *La Ville idéale au fil de l'histoire* in Cinélégende. Disponível em: http://www.cinelegende.fr/archive/programme2011/film01_11.html, (Consultado em: 16-03-2011).
- MELLI, Massimo - *I templari* in Cartantica.it. Disponível em: <http://www.cartantica.it/pages/collaborazionitemplari.asp>, (Consultado em: 16-03-2011).
- *Mosteiro de Santa Marinha da Costa* in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$mosteiro-de-santa-marinha-da-costa](http://www.infopedia.pt/$mosteiro-de-santa-marinha-da-costa), (Consultado em: 02-06-2011).
- *Nuremberg chronicles - Burdinus, Antipope under Pope Calixtus II* in Wikipédia. Disponibilizado em: [http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Nuremberg_chronicles_-_Burdinus,_Antipope_under_Pope_Calixtus_II_\(CXCVIIv\).jpg](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Nuremberg_chronicles_-_Burdinus,_Antipope_under_Pope_Calixtus_II_(CXCVIIv).jpg), (Consultado em: 16-03-2011).
- *Pedro Hispano ou Pedro Julião (papa João XXI)* in Correio da Educação (ASA). Disponível em: <http://correiodaeducacao.asa.pt/60418.html>, (Consultado em: 20-03-2011).
- *Pelagius Galvani* in Araldicavaticana. Disponível em: http://www.araldicavaticana.com/cardgalvani_fra_pelagio.htm, (Consultado em: 16-03-2011).
- *S. Teotónio* in Centro Paroquial do Estoril. Disponível em: http://cpeboanova.blogspot.com/2011/02/santo-da-semana_13.html, (Consultado em: 16-03-2011).
- *Siege of Lisbon by Roque Gameiro* in Wikipédia. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Siege_of_Lisbon_by_Roque_Gameiro.jpg, (Consultado em: 19-03-2011).
- *Siege of Lisbon - Muslim Surrender* in Wikipedia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Siege_of_Lisbon_-_Muslim_surrender.jpg, (Consultado em: 19-03-2011).
- [SOBREIRA, Agostinho Paiva] - *Rua Gualdim Pais* in Ruas de Lisboa com alguma história. Disponível em: <http://aps-ruasdelisboacomhistria.blogspot.com/2009/05/rua-gualdim-pais-vii.html>, (Consultado em: 16-03-2011).
- Sociedade Martins Sarmento - *Tesouros Sarmentinos: (410) D. Afonso de Portugal* in Pedra Formosa. 17 Março, 2007. Disponível em: http://pedraformosa.blogspot.com/2007_03_01_archive.html, (Consultado em: 18-03-2011).

- *William I, Count of Holland* in Wikipédia. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/William_I,_Count_of_Holland, (Consultado em: 22-03-2011).

ANEXOS

1. DOCUMENTOS
2. GALERIA DE IMAGENS
3. MAPAS

1- DOCUMENTOS

Critérios utilizados

Nesta primeira secção dos anexos, apresentamos alguns documentos que estão, directa ou indirectamente, relacionados com o objecto de estudo da nossa dissertação.

Esta nossa iniciativa respeita dois pontos diferentes. No primeiro, procederemos à selecção das fontes que dizem respeito ao impacto do fenómeno cruzadístico no reino de Portugal. Dentro deste leque de testemunhos, privilegiaremos tanto os excertos de crónicas que relatam a participação de portugueses em determinados cenários, como os textos integrais que se referem às campanhas das tropas luso-cruzadas em Lisboa (1147), Silves (1189) e Alcácer do Sal (1217). No segundo ponto, destacamos três testemunhos conectados com as incidências a Oriente. Neste derradeiro grupo de documentos, decidimos apresentar uma biografia, em latim, sobre Paio Galvão, da autoria de Thomas de Incarnatione, que menciona a presença desta personagem em terras egípcias, uma carta do Papa Inocêncio III que apela à participação de D. Sancho I numa cruzada destinada a recuperar Jerusalém, e ainda os excertos duma carta enviada pelo soberano mongol Kuyuk ao sumo pontífice, em meados do século XIII, coincidindo praticamente com os anos que envolveram a alegada embaixada liderada por Lourenço de Portugal que se terá aí dirigido⁵⁰⁰.

Em suma, os textos do ponto 1 reportam-se ao Capítulo II da nossa dissertação - **Os Cruzados em Portugal**, enquanto que os documentos do ponto 2 estão relacionados com o Capítulo III - **A participação portuguesa no Oriente, principal foco do conflito**.

Ao nível dos procedimentos usados, destacamos a manutenção das leituras já

⁵⁰⁰ Como observaremos, a missiva do referido soberano mongol consiste numa resposta à sequência de cartas pontificias, anteriormente entregues por embaixadas que representavam os interesses da Santa Sé. Como já foi referido na nossa dissertação, não é de excluir de todo que uma parte dessa correspondência, enviada pelos Papas ao Khan, tenha sido transportada por Lourenço de Portugal e como tal, nunca saberemos se esta reacção do líder mongol surge como consequência dessa mesma correspondência confiada, presumivelmente em parte, àquele franciscano. Todavia e de acordo com E. D. Phillips, esta resposta do soberano tártaro poderá também ter surgido na sequência da carta recentemente entregue por Giovanni de Carpini que terá realizado (com evidente sucesso) a sua missão ao Oriente, entre 1245-1247. Mesmo assim, o mesmo autor salienta que o soberano mongol já poderia ter conhecimento de outra missiva que fora eventualmente entregue pelo enviado português e se tal corresponder à realidade dos factos, então a resposta do Khan poderia ter igualmente em conta esta última carta. (PHILLIPS, E.D. - *Os Mongóis*, p. 90-95)

contidas nas fontes impressas⁵⁰¹ e elaboramos o respectivo sumário de cada documento. Os sumários que apresentamos incluem:

- 1- Data da feitura do documento (representada pela sigla D.D. = Data do Documento; sendo que, muitas vezes, é difícil determiná-la no caso das crónicas) e ainda pela Data do Acontecimento relatado no texto (designada pela sigla D.A.; pela pertinência destas referências cronológicas ao longo da nossa dissertação).
- 2- Descrição sucinta das principais ideias de cada documento.
- 3- Citação da fonte consultada.

Nesta secção documental, como já referimos, procedemos também à apresentação duma pequena biografia em latim sobre Paio Galvão, efectuada por Thomas de Incarnatione. Todavia, e para permitir uma melhor compreensão do texto em questão, decidimos apresentar uma tradução do mesmo. Não descartamos a possibilidade desta iniciativa conter alguns erros, contudo tentamos respeitar fielmente o sentido do texto, bem como as suas principais informações. Para esse efeito, consultamos ainda livros e endereços electrónicos credíveis que procurassem fundamentar os factos que conseguimos traduzir sobre aquele vimaranense.

Por fim, resta-nos afirmar que tanto os documentos do ponto 1 como os do ponto 2 foram apresentados em respeito pela ordem cronológica dos mesmos.

⁵⁰¹ De facto, os documentos apresentados foram retirados a partir de fontes impressas que já contêm uma transcrição ou até, em alguns casos, uma tradução do conteúdo efectuada por especialistas que se debruçaram sobre os documentos originais. Por isso, adoptaremos essas mesmas leituras. Talvez a única excepção se prenda com a carta de Arnulfo a Milão, bispo dos Morinos, publicada por Augusto de Oliveira, onde procedemos à actualização de um número muito reduzido de vocábulos sem colocar obviamente em causa o conteúdo informativo da fonte em questão.

1. Documentos sobre a actuação dos cruzados em Portugal

1- Os documentos que de seguida apresentamos constituem exemplos da participação luso-cruzada em território português:

Em relação à conquista de Lisboa (1147), seleccionamos:

Doc. 1- A Carta de D. Afonso Henriques a D. Pedro Pitões, bispo do Porto.

Doc. 2- O Sermão do bispo D. Pedro Pitões aos cruzados, efectuado no Porto.

Doc. 3- O Discurso de D. Afonso Henriques aos cruzados.

Doc. 4- O Pacto assegurado entre o soberano português e os cruzados.

Doc. 5- O Discurso proferido por João Peculiar, arcebispo de Braga, enquanto líder da delegação de paz enviada a Lisboa.

Doc. 6- A resposta do ancião muçulmano ao discurso de João Peculiar.

Doc. 7- A contra-resposta de D. Pedro Pitões face às afirmações do ancião.

Doc. 8- A Carta de Arnulfo a Milão, bispo dos Morinos (de Terouenne).

No que diz respeito à tomada de Silves (1189), seleccionamos:

Doc. 9 - O relato contido na Crónica de 1419.

Relativamente à captura de Alcácer do Sal (1217), optamos por escolher:

Doc. 10 - O testemunho presente na Crónica de 1419.

Doc. 1

D.D. - ...;

D.A. - 1147.06.16⁵⁰²

Sumário: Carta enviada por D. Afonso Henriques, rei de Portugal, a D. Pedro Pitões, bispo do Porto. Na mesma, o monarca incumbe o diocesano de assegurar uma recepção digna e pacífica aos cruzados.

Excerto extraído a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 61.

Afonso, rei de Portugal a Pedro, bispo do Porto, saudações. Se, por ventura, os navios dos francos chegarem junto de vós, recebei-os com solicitude, com benignidade e mansidão, e, segundo o acordo que estabelecerdes para ficarem comigo, dai-lhes como garantes desse acordo a vossa própria pessoa e todos aqueles que eles quiserem convosco e assim vinde ter comigo juntamente com eles a par de Lisboa. Adeus.

502 Neste caso, a data de acontecimento corresponde ao momento em que D. Pedro Pitões informa os cruzados da sua recepção de uma carta enviada por parte do rei D. Afonso Henriques, divulgando consequentemente o conteúdo da mesma. Por seu turno, Aires de Nascimento equivoca-se na datação deste episódio que coincide com a chegada dos cruzados ao Porto. Aquele erudito refere que os cruzados alcançam o Porto, a 16 de Julho (em vez de Junho, mês correcto). De facto, se continuarmos a ler a crónica, iremos observar que os cruzados permaneceram cerca de 10 dias naquele espaço, tendo decidido rumar a Lisboa por volta do dia 27 de Junho. (NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 61-73).

Doc. 2

D.D. - ...;

D.A.- 1147. 06. [17]

Sumário: Sermão de D. Pedro Pitões, bispo do Porto, que tenta sensibilizar os cruzados para a causa hispânica, lembrando as desgraças que se abateram sobre a *Espanha* com as invasões muçulmanas e legitimando a campanha contra o *infiel*.

Excerto extraído a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 61-73.

Bem-aventurada a gente cujo senhor é o seu Deus e o povo a quem ele escolheu para sua herança!

De verdade, bem-aventurados aqueles a quem Deus, não sei por que inestimável privilégio, concedeu o entendimento e as riquezas: o entendimento para perceberem os caminhos da disciplina, as riquezas, para poderem cumprir o que por piedade anseiam.

Certamente feliz é a vossa terra que tanto e tais filhos nutre, que tantos e tão grandes filhos associa em unidade de sentimentos para a santidade no seio da Madre Igreja. Com razão se cumpre em vós o efeito daquela suprema bênção que diz "Bem-aventurados os que me não viram e acreditaram".

Cristo, mediador entre Deus e os homens, quando veio em pessoa ao mundo, poucos homens encontrou que fossem seguidores desta vida de pureza de religião. Por isso, ao ser interrogado por um jovem que dizia ser cumpridor observante da lei sobre o modo como podia ser perfeito, respondeu-lhe "vai vender tudo", etc. Tomai atenção no que se segue: "entristeceu-se, pois era rico de bens". Oh! Quão grande é a justiça e a misericórdia do nosso Criador! Oh! Quão grande é a cegueira e a dureza do espírito humano! Com a Verdade e acerca dela própria falava o jovem, a voz da verdade entrava nos ouvidos, mas, porque a dureza de um espírito calejado não se abrandava com a palavra da verdade, já não é de admirar que a tristeza se tenha introduzido num

espírito esvaziado da alegria da sinceridade. E que diremos a isto? Quantos não há aqui de entre vós que são mais ricos de bens do que este jovem, quantos não são mais excelsos em honrarias e dignidades, quantos não são mais afortunados em prole numerosa e fecunda em actos de nobreza? Consta-nos realmente que eles trocaram todas as dignidades e honras para obterem de Deus um prémio de eternidade em peregrinação promissora. Deixaram o carinho afectuoso das esposas, os beijos inocentes das crianças de peito, as promessas mais dilectas dos filhos crescidos, os actos de conforto a prestar por pais e amigos, ficando apenas com a doce mas pungente saudade do torrão natal, para seguirem a Cristo.

Oh! Como são admiráveis as obras do Salvador! Sem que ninguém o pregasse, sem que ninguém o insinuasse, com o zelo da lei de Deus no coração, conduzidos pelo ímpeto do Espírito, através de todos os perigos da terra e do mar, e do esgotamento de uma longa viagem, tudo abandonando, ao chegarem aqui, eles são para nós os filhos da primitiva Igreja, eles são os últimos representantes do mistério da Cruz. Oh! Como é grande a alegria de todos e neles o rosto disposto ao trabalho e ao sofrimento é mais prazenteiro do que em nós que infelizmente nos deixamos entorpecer e arrastar para uma inerte ociosidade!

E por certo, "pelo Senhor foi isto realizado e é admirável a nossos olhos". Eis que, irmãos caríssimos, transportando o impropério da cruz, saístes de vossos acampamentos; procurais a Deus, enquanto pode ser encontrado, para chegardes até Ele. Não é, efectivamente, de admirar que os homens vão até Deus, pois foi por causa dos homens e para ficar entre os homens que Deus veio.

Já até vós, nos confins da terra, foram lançadas as sementes da palavra de Deus, porquanto "saiu quem semeia a semear a semente". "A semente é a palavra de Deus", a palavra de Deus é o próprio Deus. Se ela tomar assento no vosso espírito, bom será o espírito, e não o será sem ela. Estas sementes divinas foram espalhadas pelos vossos corpos e, se as recebestes como bons cultivadores, necessariamente produzirão frutos semelhantes à sua origem e iguais àqueles de que nasceram; se sois maus cultivadores, o resultado não será diferente do de uma terra estéril e palustre que mata e depois só produz folhelo em vez de frutos. Deus, que é bom, "dê incremento aos frutos da vossa justiça".

Eis, filhos caríssimos, renascidos pelo baptismo da penitência, eis que de novo vos revestistes de Cristo, de novo recebestes a veste da inocência para a guardardes sem mancha! Vede que não vos deixeis ir novamente atrás da vossa concupiscência. "Retirai do meio de vós o mal dos pensamentos". Purificai a vossa alma, ou seja, o vosso espírito, para se tornar templo consagrado a Deus. Por sua vez, a vida do espírito não pode soçobrar sob qualquer pressão se a acompanhar a pureza da inocência. E para que seja pura a inocência do espírito, seja extirpada sem reservas a inveja. Os que fazem a sua caminhada por entre os precipícios do mundo devem acautelar-se com o máximo de cuidado desta espécie de vício, pois por ele se perdem os bens dos outros e se consomem os próprios. É efectivamente verdade que quando ver a felicidade é motivo de tormento para os invejosos e os atinge o castigo do remorso isso torna-os piores; se apreciassem os bens dos outros que eles não conseguem ter, de certeza que os tornariam seus. Sim, são vossos os bens dos vossos companheiros, mesmo quando não conseguis ser como eles, se gostais que eles os tenham, e tornam-se vossos quando gostais deles para os vossos companheiros. Eliminaí, pois, a inveja que deita a perder a caridade e alimenta a discórdia que corrói e mirra o corpo não lhe permitindo manter a saúde e o vigor, pois a peste da inveja enquanto dilacera a alma, consome o corpo e mata nele o que parece ter de bom. Por isso está na Escritura: "a vida da carne é a sanidade do coração, a inveja é a putrefacção dos ossos". Por causa do vício da inveja definha aos olhos de Deus até aquilo que aos olhos dos homens parece ser forte. Levar os ossos a mirrar pela inveja é de facto fazer definhar mesmo o que era robusto. A inveja é de facto como que um ódio escondido, e é por isso que se lhe chama inveja, ou seja, um ódio invisível. É um tolerar e um odiar que não é virtude de mansidão mas um esconder de ira. Por isso há que defender com vigilância industriosa a entrada do espírito e há que estar tanto mais atento quanto mais sub-repticiamente ela se insinua no próprio momento da tentação. É necessária, pois, a prática do amor, coisa que entre os maus não diríamos propriamente amor, mas simultaneidade; na verdade, não há amor senão entre os bons, pois não há amor consistente a não ser que haja afecto de ambas as partes. A guarda deste amor ou caridade é a inocência que é considerada de tanta virtude e graça que agrada a Deus e aos homens. A verdadeira é aquela que não causa dano nem a si nem a outrem e que quando tem possibilidade

procura ser útil. A inocência, na verdade, repele o ferro, embota o fio das espadas, detém os inimigos, repele as intenções dos maus, pois, por maravilhoso juízo da Providência divina, sempre que há alguém de mau espírito e consciência torpe é certo e seguro que um obstáculo o segue para não actuar contra a inocência.

Quanto ao mais, haja entre vós moderação no comer e, para dizê-lo em breves palavras, sacie-se a carne para que seja capaz de nos servir em boas obras. Tende, pois, alguma arte em vos saciardes, não vá acontecer que qualquer um de vós, ao saciar a carne descaia para torpezas de iniquidade. Quanto ao que pode estar em causa por semelhança e analogia e mesmo quanto ao que aponte só ao de leve, mantenha-se a mesma atitude no acautelar da rectidão, pois muitas vezes os vícios insinuam-se como virtudes.

Cremos que já ouvistes dizer nas vossas regiões de origem que o castigo divino feriu com a ponta da espada a Espanha inteira com a invasão de mouros e moabitas, deixando nela bem poucos cristãos e em poucas cidades, sob um pesadíssimo jugo de servidão. Ora, o que apenas um conhecimento por ouvir dizer vos fez chegar, é certo e seguro que isso está agora patente aos vossos olhos com maior claridade que a do sol.

Que infelicidade! Em toda a Galécia e no reino de Aragão e Numância, de entre tantas cidades, castelos e aldeias e assentamentos de santos varões, mal se notam já outros sinais que não sejam de ruínas e vestígios de uma desolação já consumada. Mesmo a nossa cidade que estais a ver, em tempos posta entre as célebres, agora está reduzida a um pequeno povoado, e foi, segundo as nossas memórias, muitas vezes saqueada pelos mouros. De verdade, ainda há uns sete anos, foi de tal modo fustigada por eles que da igreja de Santa Maria, a que sirvo por graça de Deus, levaram eles os sinos, os paramentos, os vasos e todos os ornamentos da igreja, depois de terem capturado ou morto os membros do clero. Mais que isso, desta cidade e dos territórios circunvizinhos até à igreja de Santiago Apóstolo, levaram consigo para a sua terra homens quase sem conta, depois de terem feito correr o sangue dos nossos fidalgos, e tudo o mais passando a ferro e fogo.

Que há efectivamente no litoral hispânico que tenha surpreendido o vosso olhar e que não demonstre senão traços de memória da sua devastação e vestígios da derrocada? Quantos destroços de cidades e de igrejas percebestes nele pelo olhar ou pelas informações dos seus habitantes? Por

vós clama a Madre Igreja, já quase de braços mutilados e de rosto disforme, reclamando o sangue de seus filhos e a vingança por vossas mãos. Clama, sim, clama: "Executai a vingança nos estranhos, exorcizai os povos"!

Não vos seduza a oportunidade de vos dardes pressa no caminho empreendido, porque "não seria meritório terdes estado em Jerusalém, mas sim terdes vivido rectamente". Na verdade, não podereis chegar até ela senão através das suas obras, e é através de boas obras que se merece chegar ao fim glorioso. Como homens de brio, soerguei, pois, a Igreja hispânica que jaze por terra e se encontra deprimida; revesti-a com as vestes de júbilo e de alegria, ela que se encontra suja e disforme. Como bons filhos, não olheis para a vergonha de vosso pai, e não digais à vossa mãe "seja qual for a oferta que apresentar ela ser-te-á de proveito". Não tenhais em menos consideração os laços de solidariedade humana, pois, como diz Santo Ambrósio, "quem, podendo, não repele a ofensa feita aos companheiros e aos irmãos incorre no mesmo pecado que aquele que o praticou".

E vós, que sois bons filhos da Madre Igreja, "repeli a violência e a injúria, pois no seu direito se encontra quem fizer algo para defender o seu próprio corpo e considere que o faz por direito". Vós, irmãos, depusestes as armas, a saber, as armas com que se rouba o alheio e das quais se diz: "quem com ferro mata, com ferro morre"; entenda-se: "quem, sem ordem ou permissão da legítima autoridade, pega em armas contra a vida de seu irmão". Pelo contrário, agora, é por inspiração divina que trazeis as armas com que "homicidas e salteadores sofram castigo, com que se ponha cobro a assaltos, se punam adultérios, sejam exterminados os ímpios da face da terra, não se deixem viver os parricidas nem se permita que os filhos actuem sem piedade". Por isso, vós, irmãos, recobrai força com essas armas, essa força "que em tempo de guerra defende a pátria dos estranhos e em tempo de paz defende os que não têm forças e os seus companheiros dos ladrões, pois ela está inteiramente do lado da justiça".

Actos desta natureza são, de resto, "obrigações de vindicta que os homens de bem executam de bom grado". Não tenhais medo, irmãos, não tenhais medo! Efectivamente, ao actuardes deste modo, não ficareis marcados por homicídio ou pelo ferrete de qualquer crime; muito pelo contrário, sereis considerados réus de terdes desertado do vosso propósito. Na verdade, "não é crueldade quando se pune em nome de Deus, é piedade". Fazei guerra justa com o zelo

da justiça, não com o fel da indignação. "A guerra justa, aliás, diz o nosso Isidoro, é a que se faz por declaração para reaver o que é nosso ou com o fim de expulsar os inimigos"; e porque é justa a causa de "punir homicidas, sacrílegos e envenenadores, a efusão de sangue não é homicídio". Também "não é cruel quem elimina os cruéis". Ou "quem elimina os maus, pelo facto mesmo de serem maus, e tem razões para os matar, é ministro do Senhor".

De facto, os filhos de Israel travaram uma guerra justa contra os amorreus, ao ser-lhes negada uma passagem inofensiva. E vós, pois, povo de Israel, filhos de Cristo e servidores da Cruz, porventura será de consentir aos adversários da Cruz esta liberdade de nos insultarem sem castigo? De forma alguma! Ouvi o que a este respeito disse Agostinho ao presbítero Donato: "Não há que admitir uma vontade perversa entregue à sua liberdade, do mesmo modo que a Paulo não foi consentido usar da sua mais que perversa vontade quando perseguia a Igreja de Deus". Também Crisóstomo, Sobre Mateus, homilia XVII: "Matou Finéias um homem e «foi-lhe tomado em conta de justificação»; Abraão, que incorrera não apenas em homicídio, mas em parricídio, o que era mais grave, mais e mais se tornou agradável a Deus. Também Jerónimo diz a Rip(o)ário: "Consta efectivamente das minhas leituras o gesto implacável de Finéias, o rigor de Elias, o zelo de Simão Cananeu, a severidade de Pedro que fulminou Ananias e Safira, a firmeza de Paulo que condenou à cegueira eterna o mago Elimas por resistir aos caminhos do Senhor".

Por isso se diz na Lei: «Se um teu irmão ou um teu amigo ou a tua esposa, que vive no teu próprio seio, te quiserem desviar da verdade, caia a tua mão sobre eles e derrama tu o sangue deles». É isto o que de modo espiritual se cumpre convosco. Prostrou em vós o Senhor a Saulo e levantou-se Paulo; a carne de Saulo e a de Paulo são a mesma, não são os mesmos os sentimentos, mas alteraram-se. Eis como Deus é condescendente, como é justo, como é misericordioso! Deus nada vos retirou. Concedeu-vos que façais o mesmo que fazíeis na vossa terra, apenas alterando os sentimentos. Estáveis habituados a usar as armas; fazíeis saques e praticáveis outras acções próprias de militares, de que não há agora que individualizar. Ao que parece, andais com as armas e com as insígnias militares, mas com sentimentos diversos, como já referi, não mudastes os actos mas a vontade, tendo em conta o conselho do Apóstolo: "Assim como fizestes gala dos vossos membros para servirdes à impureza e à iniquidade, fazei agora gala dos

vossos membros (para servirdes à justiça e à santidade)". Mas, já que viestes armados, vamos, como bons militares (porque não é pecado ser militar, só o é por causa do saque), aceitai, para vós e para os vossos, o conselho salutar de Santo Agostinho ao Conde Bonifácio: "Pegai nas armas, a oração bata aos ouvidos do Criador, pois, quando se combate, Deus fica de olhos abertos e é à parte que considera justa que logo dá a palma". De verdade se cumpre em vós a profecia em que para louvor e honra do valor e da glória dos filhos de Deus se disse: "Como é que um perseguia mil e dois punham dez mil em fuga?", e mais adiante "Cinco de vós perseguirão cem dos estranhos e cem de vós dez mil; cairão os vossos inimigos perante vós à espada". Efectivamente, "a guerra que se assumir como devendo ser feita por mandato de Deus, não é lícito duvidar que se empreende com legitimidade".

Quanto ao mais, o nosso filho dilecto e vosso irmão, companheiro de tribulações, Afonso, nosso rei, saiu já há dez dias com todas as suas forças militares, em direcção a Lisboa. Prevendo a vossa chegada, mandou que nós aqui ficássemos à vossa espera para vos falarmos em sua vez. Se acaso Deus insinuou nos vossos corações que deveis ir ter com ele, acompanhados de toda a vossa frota, e com ele ficardes até ser tomada a cidade de Lisboa, com o favor de Deus e vossa cooperação, pela nossa parte, se bem vos parece, faremos de imediato uma proposta de dinheiro aos vossos, em consonância com as disponibilidades do património régio. A nós e a quantos quiserdes, a partir de agora, tomai-nos convosco como penhor da promessa a satisfazer.

O que houver por bem a vossa veneranda assembleia será resposta que nós aguardamos. De seguida, sem demora, haja lugar nas vossas mãos uma decisão pia, justa, honesta, para louvor e glória do nome de Cristo e de Sua Santíssima Mãe, Ele que com Deus Pai e com o Espírito Santo vive e reina pelos séculos dos séculos. Amen."

Doc. 3

D.D.-...;

D.A. - 1147.06.29

Sumário: D. Afonso Henriques, rei de Portugal, efectua um discurso perante os cruzados aquando do seu encontro com estes nas proximidades de Lisboa. O soberano português faz então uma proposta de colaboração aos cruzados com vista à conquista de Lisboa, apelando à piedade e não à ganância dos estrangeiros para a concretização do empreendimento e pedindo ainda a estes para seleccionarem os seus representantes de forma a que ambas as partes cheguem rapidamente a um acordo final.

Excerto retirado a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 81-83.

É bem do nosso conhecimento e temos patente que vós sois homens fortes, destemidos e de grande destreza. E, de verdade, a imagem que trazeis perante nós não vos revela inferiores ao que a fama nos comunicara. Não é, efectivamente, a pensar que a nossa proposta tenha sido bastante para que homens de tanta e tão grande riqueza se sintam enriquecidos com as nossas dádivas e fiquéis connosco a fazer o cerco desta cidade. Não é por isso que vimos ao vosso encontro. Quem vive permanentemente inquieto por causa dos mouros nunca tem oportunidade de juntar dinheiro com que possa estar alguma vez em segurança. Mas, porque não queremos que deixeis de saber quais são as nossas disponibilidades e quais os nossos bons sentimentos relativamente a vós, consideramos que a nossa proposta não deve ser tida em menor conta; pelo contrário, o que a nossa terra tem de seu consideramo-lo sob vossa fiança.

De uma coisa, porém, estamos certos, é que será mais a vossa piedade a incitar-vos ao trabalho e ao empenho de realizar tão grande empreendimento do que a promessa do nosso dinheiro a estimular-vos ao prémio. No entanto, para que as nossas palavras não sejam perturbadas pelo clamor dos vossos

homens, escolhei de entre vós aqueles que quiserdes, a fim de, em lugar retirado, de boa vontade e tranquilamente, de parte a parte definirmos as razões da nossa promessa relativamente àquilo que propusemos.

E assim o que tivermos definido entre nós será depois exposto a todos em público para que todos de ambas as partes dêem depois o seu assentimento e haja ratificação com pacto certo e garantias firmes para serviço de Deus.

Doc. 4

D.D. - ...;
D.A.- 1147.06.30

Sumário: Pacto assinado entre D. Afonso Henriques, rei de Portugal, e os cruzados. O soberano garante aos combatentes estrangeiros algumas vantagens (como, por exemplo, o direito ao saque), exigindo em troca o domínio da cidade de Lisboa, caso fosse tomada.

Excerto retirado a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 91.

Seja do conhecimento de todos os filhos da Igreja, tanto futuros como presentes, o pacto de convenção feito entre mim e os francos, a saber, que eu, Afonso, rei de Portugal, com o consentimento de todos os meus, para ficar perpetuamente em memória perdurável entre os vindouros, assino em documento de confirmação:

Que os francos que juntamente comigo ficarem a pôr cerco à cidade de Lisboa transfiram para seu domínio e poder os bens dos inimigos em todas as coisas, sem qualquer intervenção minha e de qualquer dos meus homens.

Dos inimigos que aprisionarem se houver quem queira resgatar-se para salvar a vida, tenham eles livremente o dinheiro do resgate; quanto ao mais, entreguem-me a mim os cativos.

Quanto à cidade, se porventura a tomarem, tenham-na e mantenham-na até se fazer o escrutínio e ser saqueada, tanto para constituírem resgate de tudo como para outro efeito; e assim, finalmente, ma entreguem, depois de terem procedido segundo a sua vontade.

Depois, porém, a cidade e as terras conquistadas serão repartidas de acordo com as suas condições, sob a minha orientação e tal como a cada um eu melhor conhecer, e deverão elas ser mantidas segundo os costumes e liberdades respeitabilíssimas dos Francos, para mim revertendo nelas apenas o direito de convocação.

Quanto ao mais, os navios e os seus bens ou os dos herdeiros daqueles que tiverem estado juntamente comigo a fazer o cerco da cidade de Lisboa desde agora e para sempre em todo o meu território firmemente e de boa fé os isento de todo o direito consuetudinário sobre mercadorias que na língua vulgar se designa por pedágio.

Foram estas as testemunhas: João, arcebispo de Braga; Pedro, bispo do Porto; o bispo de Viseu; Fernão Mendes, cunhado do rei; Fernão (Mendes) Cativo, Gonçalo Rodrigues; Gonçalo (Mendes) de Sousa; Mendo, mordomo-mor de Afonso; Moço (Viegas), de Lamego; Pedro Pais; João Ranha; Gonçalgo Sotero, e muitos cujos nomes não conseguimos apurar.

Doc. 5

D.D.-...;

D.A.-1147. [30 de Junho ou 1 de Julho]

Sumário: D. João Peculiar, arcebispo de Braga, enquanto líder da delegação de paz enviada a Lisboa, tenta a rendição pacífica dos mouros aí residentes.

Excerto retirado a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 93-97.

O Deus de paz e de amor retire dos vossos corações a venda do erro e vos converta a si.

É que nós viemos ao vosso encontro para vos falarmos de paz. Com a concórdia, efectivamente, as coisas pequenas crescem, com a discórdia as maiores definham. Ora para que esta não reine entre nós por todo o sempre é que vimos ter aqui convosco a fim de chegarmos a uma conciliação.

Efectivamente, a natureza gerou-nos a todos de um só e mesmo princípio, de tal modo que não ficaria bem que, estando ligados por um pacto de solidariedade humana e por um vínculo de concórdia da mãe de todos, nós vivêssemos desagradados uns com os outros.

Nós, pela nossa parte, não vimos a esta cidade, que está na vossa posse, para vos lançar fora daqui nem para vos espoliar. Uma coisa tem, efectivamente, sempre consigo a inata benignidade dos cristãos, é que, embora reivindique o que é seu, não rouba o alheio. O território desta cidade reivindicamo-lo como sendo nosso por direito; e, por certo, se em vós alguma vez tivesse medrado a justiça natural, sem vos fazerdes rogados, com as vossas bagagens, com haveres e pecúlios, com mulheres e crianças, vos poríeis a caminho da terra dos mouros de onde viestes, deixando a nossa para nós.

É-nos, pelo contrário, sobejamente conhecido que só a contragosto ou forçados a isso o fareis. No entanto, procurai fazê-lo por vossa iniciativa, pois se aceitardes de boa mente o que vos rogamos, estareis imediatamente a salvo das consequências mais amargas do que pretendemos. Que tipo de

conciliação se possa estabelecer entre nós não o sei, pois a sorte que há-de caber a cada um não está garantida a ninguém, à partida. Fostes vós que viestes da terra dos mouros e dos moabitas e raptastes fraudulentamente o reino da Lusitânia a um rei vosso e nosso. São inúmeras as depredações que se fizeram e continuam ainda a fazer sobre cidades e aldeias com as suas igrejas desde esse tempo até hoje. Por uma parte, ficou em causa a vossa lealdade, por outra parte, ficou lesado o convívio em sociedade.

Há já uns 358 anos ou até mais que tendes ilegitimamente nas vossas mãos cidades que são nossas e a posse das nossas terras, anteriormente a vós habitadas por cristãos a quem nenhuma espada de exactor forçou a abraçar a fé, mas só a palavra da pregação tornou filhos adoptivos de Deus, no tempo do nosso apóstolo Santiago e dos seus discípulos, Donato, Torquato, Secundo, Indalécio, Eufrásio, Tesifonte, Victor, Pelágio e muitos outros assinalados varões apostólicos. Temos nesta cidade como testemunho o sangue derramado pelo nome de Cristo no tempo do governador romano Daciano por parte de mártires como Máxima, Veríssimo e a virgem Júlia. Consultai o concílio de Toledo celebrado no tempo de Sisebuto, glorioso rei nosso e também vosso; é-nos testemunha Isidoro, arcebispo de Sevilha, e o bispo de Lisboa desse tempo, Viérico, com mais de duzentos bispos de toda a Hispânia. Atestam-no ainda nas cidades sinais manifestos das ruínas das igrejas.

Mas, dado que tendes mantido a cidade ocupada em uso longo com propagação das vossas estirpes, usaremos para convosco do habitual sentimento de bondade. Entregai nas nossas mãos a guarnição do vosso castelo. Cada um de vós terá as liberdades que tem tido até aqui. Não queremos, efectivamente, expulsar-vos dos vossos assentamentos tão antigos; viva cada um segundo os seus costumes, a não ser que espontaneamente queira vir aumentar a Igreja de Deus.

Como observamos, é riquíssima e bastante próspera a vossa cidade, mas está exposta à avidez de muitos. Efectivamente, quantos arraiais, quantos navios, que multidão de gente está em conjura contra vós! Tende em atenção a devastação dos campos e dos seus frutos. Tende em atenção o vosso dinheiro. Tende ao menos em atenção o vosso sangue. Aceitai a paz enquanto vos é favorável, pois é bem verdade que é mais útil uma paz nunca posta em causa que outra que se refaz com muito sangue; de facto, é mais agradável a saúde nunca alquebrada que a que foi recuperada depois de graves doenças e

sob ameaças de medidas forçadas e exigências extremas para ficar a salvo. É grave e fatal a doença que vos atinge; outra virá se não tomardes uma resolução salutar: ou ela se extingue ou vós sereis extintos. Tomai cuidado, pois a rapidez apressa o fim. Cuidai da vossa segurança enquanto tendes tempo. Antigo, na verdade, é o provérbio que diz: "na arena é que o gladiador forma o seu plano". A partir de agora a resposta pertence-vos a vós, se assim vos aprouver.

Doc. 6

D.D.-...;

D.A.-1147. [30 de Junho ou 1 de Julho]

Sumário: Um ancião muçulmano responde às afirmações do arcebispo de Braga, rejeitando a rendição pacífica da cidade e preferindo assim deixar o curso dos acontecimentos nas mãos de Deus.

Excerto retirado a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 97-99.

Vejo que tendes bom domínio da palavra, nem vos arrebatava o uso dela nem ela vai mais longe do que planeastes. Uma única orientação teve em vista o vosso discurso: tomar a nossa cidade. Há, no entanto, uma coisa que não consigo reconhecer em vós: uma só floresta ou região dá para muitos elefantes ou leões viverem; para vós, porém, não basta nem o mar nem a terra. Efectivamente, não é a necessidade das coisas que vos força, mas a ambição do espírito.

Relativamente ao que anteriormente propusestes sobre a sorte reservada a cada um, vós estais inquietos pela nossa sorte; designando a vossa ambição por zelo de justiça, trocáis o nome de vícios pelo de virtudes; efectivamente, a vossa cupidez veio tanto a terreiro que as torpezas não apenas vos agradam como também vos comprazem e já quase deixou de haver lugar de cura, pois, ao consumir-se, a infelicidade da cupidez quase já ultrapassou os limites naturais.

Vós julgais que nós devemos ser votados à miséria e ao exílio para vós vos tornardes gloriosos. Semelhante forma de glorificação identifica-se com ambição estéril. A vossa cupidez, ao exceder-se contra si própria, acaba sempre por murchar e por ficar estrangulada. Quantas vezes é já da nossa memória que viestes com peregrinos e estranhos para nos expulsar daqui? Será que as vossas coisas não vos agradam ou será que incorrestes nalgum crime na vossa terra para migrardes tantas vezes? Por certo, a vossa migração

assídua é prova de instabilidade inata de espírito, pois não é capaz de conter o espírito quem não é capaz de evitar a fuga do corpo.

Entregar-vos a nossa cidade em boa paz ou permanecer nela sujeitos a vós, até agora não foi objecto da nossa consideração. Ainda não foi tão longe o nosso estado de espírito que deixemos o certo pelo incerto. De facto, importa julgar as grandes coisas com grande atenção. Quanto a esta cidade, ao que me apercebo, foi ela vossa em tempos; mas agora é nossa; no futuro talvez seja vossa. Isso, no entanto, será da vontade divina; enquanto Deus quis, tivemos-la nós; quando não quiser, não a teremos. Efectivamente, nenhuma muralha é inexpugnável contra as disposições da sua vontade. Seja-nos pois grato o que a Deus for grato, Ele que tantas vezes livrou o nosso sangue das vossas mãos; não deixamos de olhar para Ele e para as suas disposições, e com razão, por isto: porque Ele não pode ser vencido e porque tem sob o seu domínio todos os males e, por outro motivo, mais importante ainda, porque é Ele quem nos sujeita aos infortúnios e às dores ou às injúrias.

Por ora, ide-vos daqui, pois não vos está aberto o acesso à cidade se não o forcejardes à espada. Efectivamente, de nada valem para nós as vossas ameaças e a vozeria de bárbaros, cuja valentia conhecemos melhor que a língua. Quanto às ameaças de desgraças fatídicas e irrefragáveis que augurais, dependem do futuro, se é que alguma vez hão-de acontecer; e, por certo, seria loucura viver em angústia demasiada quanto ao futuro e não seria outra coisa que atrair misérias sobre si sem necessidade. Há que dispensar, pois, os bons ofícios do vosso consolo e diferir o que, embora não se podendo resolver, a timidez do nosso espírito nos aconselhe a experimentar. É que o temor quando é persistente e de tal maneira pungente que roça pelas realidades extremas estimula os entorpecidos a serem audazes e o valor torna-se tanto mais vivo quanto é fustigado por uma necessidade inevitável.

Mas, para que hei-de demorar-vos mais? Fazei o que estiver ao vosso alcance. Nós, o que for da vontade de Deus.

Doc. 7

D.D.-...;

D.A.-1147. [30 de Junho ou 1 de Julho]

Sumário: D. Pedro Pitões, bispo do Porto, não deixa o ancião sem resposta e como tal, alega que as esperanças dos muçulmanos residiam no azar alheio e não no seu próprio valor.

Excerto retirado a partir de: NASCIMENTO, Aires - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, p. 99.

Se é possível falar aos vossos ouvidos acolhedores, fá-lo-ei; caso contrário, dirigir-me-ei a ouvidos indignados.

Vós, como é vosso hábito, fixais num ponto apenas o motivo e o objectivo da vossa obstinação e esperais pelo acontecer dos factos e das desgraças. Ora, é frágil a esperança e débil a confiança que não procede do próprio valor, mas depende da miséria alheia. A vossa situação, temerosa e enfraquecida como está, parece dar razão à condenação. Falastes do incerto e do futuro; ficai cientes também do que foi decidido entre nós: sempre que a eventualidade de alguma coisa se torna incerta, para que alguma vez chegue a bom termo, há que tentá-la vezes seguidas. Ora, já que, como dizeis, tantas vezes fracassaram as nossas iniciativas, alguma coisa acrescentamos para tentarmos de novo. Mas qual seja o fim que daí vos espera, sabê-lo-eis quando o experimentardes. Tanto quanto prevejo, ao retirarmo-nos desta cidade, não vos saudarei nem serei saudado por vós.

Doc. 8⁵⁰³

D.D.- ...;

D.A.- 1147.06.(...) -1147.10.24⁵⁰⁴

Sumário: Carta de Arnulfo a Milão, bispo dos Morinos (de Terouenne). Esta missiva relata de forma sucinta a conquista de Lisboa (1147), fornecendo ainda a perspectiva dum homem que acompanhou de perto as acções perpetradas pelas forças germânicas e flamengas.

Relato retirado a partir de: OLIVEIRA, Augusto de - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, p. 113-118.

A Milão, venerável bispo de Taruana, Arnulfo deseja que, por graça de Deus, dê aos seus súbditos o espírito da sabedoria.

Sabemos que a torre da humildade a tal ponto defendeu a muralha das vossas virtudes que o antigo inimigo, o diabo, é de vós repellido para longe: e isso bem o experimentámos quando a vossa santidade desceu até nós e, com a bênção da vossa dextra, protegeu a nossa viagem para que não fôssemos perturbados nem pela agitação das tempestades nem pela fúria dos ventos.

Por isso, postos neste vale de lágrimas, comunicaremos resumidamente a vossa paternidade qual o estado a que o Rei dos reis levou os seus soldados bisonhos. Impelida pelo sopro da inspiração divina, de todas as partes da terra veio a reunir-se uma armada no porto inglês que se chama Tredemude (Dartmouth). Na sexta-feira antes das Rogações, navegamos com quase duzentos navios: e, tendo suportado durante sete dias e sete noites os trabalhos do alto mar; açoutados na véspera e no próprio dia solene da Ascensão por uma violentíssima tempestade, chegámos finalmente, no oitavo

503 Nesta transcrição procuramos actualizar o vocabulário contido na tradução efectuada por Augusto de Oliveira. Dentro deste contexto, esforçamo-nos por impor o modelo moderno de acentuação e adoptamos a mudança óbvia de uma ou outra letra, de forma a acedermos ao termo actual. (foram os casos de quási - quase ou de câis-cães).

504 A primeira data coincide com a chegada dos cruzados a território nacional, enquanto que a última poderá visar, de forma precisa ou aproximada, o estabelecimento do ano, mês e dia da rendição muçulmana. Esta modalidade de datação será de novo aplicada mais à frente.

dia de viagem, ao porto da Espanha que se chama Gollim (Gijon?) com cerca de cinquenta navios, visto que os outros se tinham dispersado em várias direcções. Durante três dias cuidámos aí dos nossos corpos fatigados e, continuando a viagem, chegámos ao porto chamado Viver (Vivero). Saímos daqui e, na sexta-feira antes do Pentecostes (Festa do Espírito Santo) aproámos a um porto que se chama Tambre e que dista oito milhas de Sant'Iago. Vindo ao sepulcro deste Santo na véspera do Pentecostes, celebrámos ali com grande regozijo esta festa solene. Tornámos dali ao porto e na oitava do Espírito Santo recomeçámos a viagem. Na segunda-feira, aportámos à cidade do Porto pelo leito dum rio que se chama Douro e aí encontrámos o bispo da cidade aguardando a nossa chegada com grande alegria e segundo as ordens do seu rei. Pelo espaço de onze dias, enquanto esperávamos a vinda do conde Arnaldo de Aarschot e a do condestável Cristiano, tivemos aqui por benevolência do rei a venda equitativa do vinho e doutros regalos. Reunidos a nós o conde Arnaldo e também o Condestável, penetrámos no leito dum rio que se chama Tejo ao segundo dia de viagem, e ancorámos perto de Lisboa na vigília dos Apóstolos Pedro e Paulo.

Esta cidade, conforme contam as histórias dos sarracenos, foi edificada por Ulisses depois da destruição de Troia e, construída sobre um monte, é pela estrutura admirável das suas muralhas e das suas torres, inexpugnável por forças humanas. No dia um de Julho fixámos em volta dela as nossas tendas e, ajudados da fortaleza divina, tomámos o seu arrabalde. Depois de tudo isto fizemos, não sem grande perda dos nossos e deles, alguns assaltos em volta das muralhas e até ao dia um de Agosto fomos passando o tempo na construção de máquinas de cerco. Fabricámos assim com grande despesa duas torres próximo da praia, uma a oriente onde haviam acampado os flamengos e outra a ocidente onde os ingleses tinham posto arraiais. Fizemos além disso quatro sambucas nos navios e ainda mais outras seis a fim de que, por meio delas, se nos franqueasse a entrada por cima dos muros da cidade. Na festa da Invenção do protomártir Santo Estevão, começámos a aproximá-las: mas repelidos pelo vento contrário e além disso incomodados pelas manganelas, fizemos retroceder as naus. Em seguida, enquanto nós a oriente combatíamos os sarracenos, os ingleses, tendo descuidado um pouco a guarda da sua torre, não a puderam salvar do fogo em que inesperadamente se consumiu. Entretanto começámos a escavar a muralha por meio de certo

engenho. Mas logo que os sarracenos o viram, com azeite inflamado reduziram a cinzas a nossa máquina cujo condutor mataram à pedrada numa brecha do muro. Tendo-nos infligido inúmeras mortes com as manganelas e com as setas, também eles foram punidos pelos nossos.

A nossa gente, algum tanto abatida pela destruição das máquinas e morte dos seus, mas confiada na misericórdia de Deus, começou a refazer os engenhos e as máquinas.

Entretanto os sarracenos da cidade, que tinham alimentos em abundância, de tal modo os subtraíam aos seus concidadãos pobres, que muitos destes morriam de fome e alguns se não horrorizavam de comer os cães e os gatos. A maior parte deles ofereceu-se aos cristãos e recebeu o sacramento do baptismo: mas alguns outros, enviados com as mãos cortadas para junto das muralhas, morreram lapidados pelos seus concidadãos. Muitas cousas nos aconteceram, prósperas ou adversas, conforme as vicissitudes da guerra: mas para não sermos prolixos, passamo-las em silêncio e reservamo-las para os que queiram explicá-las pormenorizadamente, se alguns há que o queiram fazer. Por fim, um certo homem, natural de Pisa, e dotado de grande habilidade, pouco mais ou menos pela festa da Natividade Santa Maria, construiu uma torre de madeira, de extraordinária altura, no lugar em que antes fora destruída a torre dos ingleses e acabou essa obra admirável, feita tanto à custa do rei como pelo trabalho de todo o exército, cerca dos meados de Outubro.

Semelhantemente um certo indivíduo, por seu engenho e com o auxílio de muitos, fez enormes escavações por debaixo do muro da cidade. Não o podendo sofrer os sarracenos, na festa de S. Miguel, cerca da hora de tércia (terceira hora), saem de surpresa e combatem connosco sobre o fosso, até ao cair da tarde. Porém nós, apesar da oposição dos seus archeiros, cortámos-lhes os caminhos por onde esperavam regressar, e deste modo, difficilmente algum ou nenhum escapou sem ferimentos.

Os nossos, trabalhando dia e noite, acabaram no mesmo dia uma mina subterrânea cheia de traves acepilhadas, no mesmo lugar em que o rei com os ingleses aproximavam das muralhas a sua torre. E assim na própria noite de S. Galo, abade, sendo lançado fogo à mina e tendo ardido a madeira, ruiu um pano de muralha na extensão de duzentos pés. Acordados em sobressalto com o barulho de tal desabamento, os nossos, tomadas as armas, com grande

clamor fizeram um assalto, na esperança de que tivessem fugido as sentinelas das muralhas.

Mas quando chegaram às ruínas, deparou-se-lhes um montão de difícil acesso e a multidão dos sarracenos pronta à defesa. Não obstante os nossos atacavam, e até à hora nona do dia, não desistiram da luta começada a meio da noite anterior. Por fim, debilitados por muitas feridas, retiravam-se da luta, à espera de que se fizesse a aproximação da torre e por este meio fosse abatido o povo dos sarracenos. E eis que já sobranceira às muralhas estava a torre cheia de homens guerreiros!

A' mesma hora o exército da nossa parte, enquanto os lotaríngios simulavam um ataque junto da brecha da muralha, investia os sarracenos com admirável ímpeto.

Entretanto os soldados do rei, que combatiam no alto da torre, amedrontados pelas manganelas dos mouros, lutavam com tam pouca valentia que os sarracenos, numa sortida, teriam queimado a torre, se o não impedissem alguns dos nossos, que por acaso vinham até eles.

Chegou aos nossos ouvidos a voz deste perigo e logo mandámos os nossos melhores exércitos a defenderem a torre, para que se não frustrasse a esperança que nela púnhamos.

Mas logo que os mouros viram os lotaríngios e flamengos a subirem com tanto ardor para o alto da torre, possuíram-se de tal terror que baixaram as armas e pediam que lhes déssemos a mão direita, em sinal de paz. E assim aconteceu que o Alcaide, isto é, o governador deles, concordasse connosco neste pacto: que o nosso exército recebesse todas as alfaias deles, com todo o ouro e prata; e que ao rei pertencesse a cidade com os sarracenos despojados e com toda a terra.

Alcançou-se esta vitória mais divina que humana, sobre duzentos mil e quinhentos sarracenos, na festa das onze mil Virgens. Por isso glorificamos o nome d'Aquele, no qual e pelo qual, tudo foi feito e que é bendito por séculos e séculos.

Queremos também que saibais que os corpos de alguns dos nossos irmãos falecidos em várias ocasiões, estão sepultados junto de Lisboa. Da sua paz eterna são testemunhas alguns mudos de nascimento, a quem a divina clemência fez falar: a um na festa de S. Gens e seus companheiros; a outro despertou-o do sono, levou-o ao sepulcro dos mártires pela mão dum homem

muito resplandecente, conforme lhe pareceu, e aí prostrou-o em êxtase e soltou-lhe a prisão da língua. De igual modo ouvimos um outro, por graça da mesma clemência, a falar ali na festa de Todos-os-Santos e dando louvores Àquele que se faz admirar nos seus Santos.

Adeus! "

Doc. 9

D.D.- [1419];

D.A.- 1189.07.(...) - 1189.09.03

Sumário: Relato contido na Crónica "portuguesa" anónima sobre a conquista de Silves aos mouros (1189). Esta campanha contou com a participação das tropas portuguesas, lideradas por D. Sancho I (rei de Portugal), e dos contingentes cruzados.

Relato retirado a partir de: *Crónica de Portugal de 1419*, Caps. 47-52, p. 89-98.

Quando el-rey dom Sancho vyo esta carta⁵⁰⁵ que dita avemos, desprouve-lhe muyto com novas de tão grande mal, como aquele que muyto de vontade fora ala com todo seu poder por salvar sua alma, mas não o podia fazer em nehua guysa porque ho seu reyno era muy pequeno e o mais dele açerqa de mouros, com que contynnuadamente aviom guera, e porem em nehua guysa e maneyra o podia fazer sem grande periguo, posto que tregoas com eles entonses ouvesse. Mas diz a coroniqua que por esta rezom alçou loguo as treguoas que avia com eles e ajuntou suas gemtes e começou de lhe fazer guera, e que lhes entrou pela terra e serquou o castelo de Serpa e que o teve çercado ata o inverno, e que parece que o não tomou, e não conta nehua cousa que lhe sobre o çerquo delo avyese nem outro nehum aqueçimento de guera que lhe el-rey fizese em ese ano, mas diz que, loguo no ano seguinte, depois da tomada da Casa Santa, na era de mil ii (c) e xxvii anos, muytos christãos de desvairadas partes, por salvarem suas almas, se partirom pera alla, antre os quaes era hua grande peça de gente, farmenguos e alemães e çinquenta e

⁵⁰⁵ Também publicada na *Crónica de 1419*, a carta referida antecede o relato da conquista de Silves em 1189, e corresponde ao apelo efectuado pelo Papa Inocêncio III para que D. Sancho I participasse na Cruzada a Oriente. A mesma encontra-se mais à frente neste apêndice documental. Esta menção poderá ser paradoxal visto que a missiva é datada do ano de 1200, 11 anos depois da conquista de Silves. Por isso, como terá a missiva, que é então posterior, influenciado D. Sancho I para a campanha algarvia? A nosso ver, trata-se dum equívoco do autor anónimo da crónica porque é, de facto impossível, pois a carta foi posterior a esta conquista. Contudo, e como já o afirmamos na nossa dissertação, o rei português teve conhecimento imediato da queda de Jerusalém às mãos de Saladino e isso poderá ter motivado então, de acordo com a *Crónica de 1419*, o referido soberano a abrir as hostilidades contra os muçulmanos.

tres naos de françeses. Quiserom la ir e a fortuna do mar, que não guya sempre à sua vontade aqueles que nele navegação, lhes foy asy contrayro que per força ouverom de vir ter ao porto de Lixboa, e esto entendemos que foy por vontade de Deos, segundo aquelo que depois se seguyó. E el-rey, que estava em Santarem, quando ouvyo dezer que aquela frota aly era, cuidou em sua vontade que gemtes poderiom ser ou que veriom aly. E cavalgou à presa e foy-se a Lixboa e, quando aloo chegou e soube pera onde hyom, prouve-lhe muyto ende e recebê-os muy bem, segundo pertença a sua honrra, e mando-lhes dar mantymientos. E, depois, alguns dias, vendo el-rey como o vento era contrayro e que não podiom tão asynha daly partir, emtendeo que Deos os mandara em sua ajuda. E ouve conselho com eles e com os seus que fosem todos sobre alguu lugar, mas, razoando sobre elo, erom em duvida sobre qual iryom primeyramente, e, depois de muytas razões que de hua e doutra parte foram ditas, acordarom todos que fosem sobre a çidade de Sylves. E tiverom loguo conselho como a combateriom e que maneira teriom em partir o roubo dando-lhes Deos vitoria de seus inimigos, e prouve muyto àquelas jentes estranjeyras de irem amtes sobre aquele lugar que sobre outro porque deziom que aquela çidade era bem como cova e defensom dos ladrões do mar porque era asentada açerqua do porto dele, e que daly iryom os mouros a roubar a desvairadas partes do mar Oçeano e traziam muytos christãos cativos e grandes roubos de todollos reynos. E foy avemça antre el-rey e eles que, vindo a cidade a seu poder, que eles ouvesem todo roubo e cousa que em ela fose achada, e el-rey ouvese a çidade.

Esto asy firmado, como dito he, mandou el-rey ao conde dom Mendo, que era em aquela sazom ho mor senhor que em seu reyno avia, que se fose per terra com peça de gemtes, e eles em seus navios, per mar, e que emtanto ajuntaria ele suas companhas e armaria sua frota. E entonse se foy o conde per tera e eles loguo, vendo o tempo à sua vontade, alçarom suas velas e andarom pera alaa. E, quando chegarom ao porto de Silves, acharom ja hy o conde dom Mendo. E ele era muy nobre cavaleyro e muy avisado em todollos autos de guera. Tanto que eles chegarom e foram apousentados, dise: "Senhores, parece-me que he bem que sentão estes mouros pera quanto somos per nosas forças porque às vezes pequeno combate trigoso faz grande movimento nos inimiguos, pore, sem mais tardar, começemos de os combater se vos prouver". Entom se juntarom todos com tam grande vontade e trigosamente de

huns e dos outros foy a cidade combatida, que loguo todos mouros dos aravaldes que erom cerquados foram entrados. E foy o combate tam grande que, depois que os mouros começaram a desemparrar os muros, per grande ventura se podiom colher dentro na cidade e ja asy como meos mortos cayom huns sobre os outros e em fogindo e à entrada da porta, em guysa que ja hy não avia nenhum que se curase de defender nem de tornar às portas, e sem duvida a cidade fora loguo entrada, mas a maliciosa cobiça, que he raiz de todos males, fez que aquelas jentes estrangeyras não curarom de os seguir mais e lançarom-se a roubar e a buscar as casas, levando pera as naos toda cousa que lhe bem pareça. E, depois que tiveram em elas todo aquelo que lhe aprouve e não quyserom mais levar, puseram o fogo a todo al que ficou, a qual cousa os portugueses ouverom por muy grande mal, dizendo que lhes pareça cousa estranha antes pôem o fogo ao que ficava que prestar a eles.

A cabo de poucos dias, el-rey juntou suas gentes e foy-se per terra e delas mandou per mar na frota, a qual era corenta fustas, amtre galees e galeotas, e outros muytos navyos. E levou el-rey todo apostamento de guera que compria pera cerco de hua cidade e chegou hy no mes de julho, na bespora de Santa Maria Madanela, e, depois que a teve cerquada, mandou el-rey armar os engenhos e começaram de lhe atirar. Desy el-rey, com bastidas e com muytos besteyros e archeyros, começou de a combater, mais não se puderom chegar muytos aos muros porque os de dentro se defendiom tam fortemente e com tanta multidão de pedras que parecyom que nom erom lançadas de mãos de homens, mais que chovyom do çeo, em guisa que todo o chão era cuberto delas. E, vendo el-rey que não aproveytavom, arredou-se afora. E, quando os farmenguos esto virom, começaram de fazer covas per sob terra pera diribar os muros. E, avendo ja dias que estavom em aquel trabalho, endenderom os mouros de dentro o que eles faziom e atalharom-lhe aquele lugar onde eles aviom de sair e taparom aquela cova e entom eles, com despeito, começaram a cavar per outro lugar mais altamente e per grande espaço da terra, e punhom tavoas com esteos pera soste o peso de syma. Emquanto eles esto faziom, combatya el-rey a cidade com enjenhos e com gente o mais que podia, mais os mouros tinhom dentro outros engenhos coregidos per tal guisa que, pera onde quer que os christãos desvairavom os seus pera lhe tirar, loguo os de dentro tiravom aaquel, em tanto que muitas vezes lha desbaratavom,

que não podiam tirar com eles. E aquelas gentes estranjeiras que hy andavom a combater com el-rey, asy como vinhom bem armados de vomtade e com grande esforço, se chegavom a combater e feriom-se muyto de hua parte e de outra, porem poucos morerom. E, quando algum dos seus moriom, loguo o tiravom daly e o levavom, dizendo: "Ho irmão, que em bõa ora vieste aquy, que tam bem-aventuradamente moreste pola fe de Jhesu Christo!". E com grande prazer e muy ledos deziom estas cousas como se lhe avyese bõo aquecimento mundanal. E fizeram hua igreja com seu syrimiterio em que soteravom os que aly moriom, a qual sagrarom os bispos de Coimbra e do Porto, que erom em aquele çerquo com el-rey.

Eles asy estando per tres domas, nem muyto bem senom igualmente de hua parte e de outra, ouve el-rey seu acordo de lhes estroyr hua coyraça, a qual era muy bem çerquada de muro ate o ryo, com tres tores em ela. E em no cabo dela estava hum grão poço do qual tiravom muyta aguoia em grande avondança e avia hy tamta aguoia que entendiom os de demtro, e el-rey esso mesmo, que, ainda que a çidade fose çerquada per muy tempo, que sempre daly poderiom aver aguoia que lhes avondase. E porem dise el-rey a todos juntamente que por destroyr aquela coyraça se trabalhasem primeyro. Entom começaram de a combater com enjenhos e com muyta bestaria, e outros faziom covas por sob tera, e fizeram mais hua grande mamta de traves, per cyma muy bem acoyrada, pera soportar as pedras e setas que lamçasem do muro sobre aqueles que se queriom chegar a ele pera o deribar. E, ela feyta e conçertada, e juntarom-na açerqua da tore e estava em direyto do poço. E, quando os mouros virom que a eles punhom tam jumto do muro, acorerom aly muy à preça e lançarom de çima muyta lenha e palha com foguo açesa e ardeo toda a manta. E foy atam grande o ffoguo açerqua da tore que abryo por muytos lugares. E, quando el-rey vyo que a tore abrya com a fortaleza do foguo, mandou-lhe tirar com os enjenhos e, das muytas pedradas em que ela derom, foy muyto asynha tornada em poo e, tanto que el-rey vio a tore deribada, afincou-se mais por tomar a çidade e com toda sua força a fez combater, prometendo que lhe farya muytas merçes se se aficasem pera a tomar. E, porque os dões prometidos soem a espertar os priguissosos, dezia el-rey que os que mais fizesem que àqueles faria mayores merçees. Deshy os bispos que hy erom pregavom e amoestavom aquele povo que combatesem fortemente, dizendo que tal combato e peleja era de Deos e que os que

escapasem averyom por elo salvação, e os que moreçem averiom comprido perdom de seus pecados. E entom hum daquelles que cavavom por sob tera, que tinha na çidade demtro hum ffilho cativo, dise a el-rey que el queria ser o primeyro que tirase a primeyra pedra do muro da coyraça, e asy o fez. Deshy os outros, que se chegavom segumdo podiom caber no lugar, e os que se chegaram a tirar as pedras, meterom-se demtro no muro pera lhes nom empeçerem alguma cousa de syma. E eles, que virom que se dirabaria, puserom-lhe o foguo demtro e começaram a tirar com os enjenhos aaquela parte e loguo a poucas oras cayo hua peça daquele muro contra onde estava o arrayal, pela qual cousa os christãos levamtarom ao çeo grandes brados, dando muytas graças a Deos, que os ajudava. E el-rey, como vyo o muro em tera, mandou loguo a grão presa que pusesem a escada e, pela gram trigança, como se soe fazer em taes feytos, nom a puserom e asentarom bem e, indo a escada chea de gemte, trabalhando cada hum por ser o primeyro, descomçertou-se o asentamento e cayo com eles e vyerom todos a tera, e prouve a Deos que nam morerom deles mais que dous, a qual cousa os mouros, vendo, tomarom grande prazer, dando grandes brados e alaridos e batendo as palmas, fazendo grande escarneo deles. Os christãos, quando esto ouvym, foram mui tristes e com grande dor e gemido fizeram oração a Deos, dizendo: "Ó senhor, samto dos santos, todo poderoso, perduravel Deos, muytas graças te damos que te prouve de nos gardar de tão grão periguo, porem rogamos à tua infinda piadade que, asy como, por teu mandado, às vozes das trombas dos çaçerdotes os muros de Geriquo cayrom e vierom todos a terra, asy tu nos queyras oje ajudar contra estes inimguos da fee, em guisa que, nós mostrando nosas forças comtra eles, ajam em sy tal espanto que não posom durar ante a nosa façee". Emtom tornarom outra vez a coreger a escada e asentarom-na melhor e comesarom de sobir por ela com grande vontade, que por feridas nem pedradas que os mouros deitasem, nom os puderom embargar de sobir asyma e o que ya diante levava a espada na mão pera ferir ao primeyro que achase, e asy cada hum dos outros. E, como chegou asyma, loguo matou o primeyro que veyo a ele e saltou demtro no muro e os outros apos ele, e de tal guisa feriom em eles que, per força nem syso que os mouros ouvesem, nom os podiom sofrer e tornarom costas aos christãos, e, perseguindo-os, cobrarom indo grande parte do muro. Quando os mouros que estavam sobre a tore da çidade virom que ja os christãos

entravom no muro da coyraça e vinhom pera tomar as portas da çidade, e enviaram dous que estavom no muro em ajuda daqueles que fogiom, mais em fim não lhes prestou nada, qua per força os fizeram os christãos tornar e derom com eles junto com a porta. E aly se começou mui grande peleja d'anbalas partes, a qual durou ate noyte, que os partyo, e fecharom os mouros as portas e colherom-se demtro e ficou a coyraça tomada dos christãos.

Depois que os christãos tiveram a coyraça em seu poder foram muyto alegres, pois que lhe Deos dera aquelo por que trabalharam e em todo esto nom quedavom outros de cavar por sob terra, pera chegar aos muros da cidade. Esperavom os do arrayal se sayryom os mouros a torvar os que cavavom ou pera escaramuçar com eles como soyão. Eles vinhom poucas vezes e, como erom fora, loguo os christãos triguosamente yam a eles e per grão força se podião os mouros aver recolhydos na cidade. E os mais deles yão feridos pera morte, e asy, aas vezes mais afimcadamente e outras mais de ligeyro, escaramuçavom com eles. E, porque o prelongado çerquo soe fazer enfadamento àqueles que em ele estom, por tanto os farmenguos se aficavom per a çidade se tomar mais çedo e alta menhã se alçaram e foram-se loguo às tendas dos seus çaçerdotes a falar com eles porque cada hua nao trazia hao menos hum cleriguo de misa, asy que erom xxxbi çacerdotes primçipaes, os quaes cada dia faziom seu ofiçyo e os aconselhavom e amoestavom que acabasem o que comesarom. E eles dyserom-lhes como ja se enfadavom de jazer mais sobre aquela çidade. E os cleriguos responderom que tam santa cousa e de tanto merito como aquela que aviom comesada, que a não leyxasem por acabar. E esto souberom os portugueses per alguns dos seus que os entendyom e conversavom com eles. E entom eles, firmados e ensynados na ffee, armaram-se todos e comemsarom pela manhã seu trabalho. Dos da outra lingua sempre mesturavom dos seus com eles por que os da vila os não corrompessem por dinheyro ou por alguma outra guisa pera tomarem auguo. Em esto sayo hum mouro de demtro da çidade escondidamente e trouxe dous pendões a el-rey, com os quaes ele tomou gram prazer e teve-o a bom synal. E depois desto, a cabo de quatro dias, sayrom dous moços mouros por hum lugar escondido e vyerom-se pera el-rey e ele os recebeo beninamente e disserom-lhe da grande çede que os de demtro da çidade padeçiam. E os framenguos tomarom muy grande prazer e esto andarom contando em sua linguaajem pelo arrayal, e conselho de todos

era que os leyxasem morer de çede e que, como visem que era tempo pera os combater, que todos à hua não lhe dessem vagar ata que fosem entrados. Avendo ja seis somanas que el-rey jazia sobre o lugar, alguns dos grandes se queyxavom e murmuravom caladamente, dizendo que o lugar era muy bem çercado e forte pera combater, em guisa que não podiom nele aver entrada e que nunca avyom d'acabar aquilo que começaram e que seria bem de se partirem. E, quando os farmenguos esto ouvirom, os quaes, per ventura, com desejo de se acabar, pero he de presumir que o faziam por livrar o lugar dos infieyes, foram-se a el-rey e diserom-lhe que lhe lembrase o que com eles falara e vise quanto tempo avia que aly estavom e não faziom tanto como nada. "Amiguos", dise el-rey, "vós sabês bem como eu party de minha terra com tanta custa e trabalho e ora, que som posto em terra d'enmiguos, não devês de cuidar que vos trazia enganados, de mais que vedes bem que se não pode mais fazer". Entom el-rey, como homem avisado, vendo que se podia recreçer em se eles irem algum dano, e semtindo que o falamento que eles faziom era por seu proveito, tratou com eles e firmou que estivesem com ele ata çerto tempo, prometendo-lhe por sua ffee real que ele faria em elo todo seu poder. E aqueles cavaleyros mayores e todos los outros das naos, des que virom a tenção del-rey, foram desto mui ledos e, louvando muito a bondade dele e dizendo que eles com mayor desejo fortemente se aficariom de ir ao diamte e de acabar sua obra, e logo cuidarom como se mais toste pudesse fazer. E, avisado, el-rey tomou conselho com os maiores da oste e dise que todos los enfermos e religiosos que com ele vyerom que se fosem do arrayal. E, ouvindo esto, os que erom enfermos e religyosos e os que ja erom proves e não tinhom o que lhe fazia mister partirom-se daly. Quando os mouros virom isto, segundo depois diserom, cuidarom que se movia o arrayal. Depois, er que virom que se não partirom, pensarom que, pois se tamtos yom, que era pera trazer mantimentos aos da oste e que el-rey querya jazer muito tempo sobre eles. E, enquanto se estas cousas asy pasavom, foy a çede tam grande nos de dentro da çidade que os mouros traziam os papos e as tripas sequas e gram parte deles desfaleçyom por mingua de aguoa. E tamtos erom os que moriom que os nom podiom lançar fora das casas nem os soterar. E, vendo que padecyom cada dia pelo afimcamento que lhe faziom os christãos e como moriom contynuamente, desesperarom de se poderem mais ter e sobre esto aviom cada dia conselho que faryam, ata que vierom a dizer amtre sy que em

tão grande mal como aquele deviom escolher o mais pequeno. E entom, costringidos per neçesidade de sede, sayo o alcayde da çidade e outros dous dos mayores do lugar e vierom-se a el-rey e falarom com ele, dizendo que lhe dariam a çidade e que os leixassem ir com todas suas cousas. E el-rey chamou os farmenguos, sem os quaes não podya fazer nehua pretezia, e dise-lhes todo o que lhe mandavom dizer os da cidade e eles diserom que não consemtyom em elo, mais que não era bem ficar nehum vivo. E el-rey entom, avendo piadade dos mouros, ouve de fazer com os farmenguos que os leyxassem hir e lhes dessem a vida sem outra nehua cousa que levassem, e eles diserom a el-rey que, pois lhe a ele aprazia asy, que saysem com as mais vis vesteduras que tivessem, e asy foy feyto. E ouve el-rey entom a çidade e fez hy hua igreja cathedral e as outras gentes estranjeyras forom-se cada huas pera suas terras (...)."

Doc. 10

D.D.-[1419];

D.A.- 1217.07.[10 ou 15] - 1217.10.18

Sumário: Crónica "portuguesa" anónima que procede à narração da tomada de Alcácer do Sal (1217), alcançada através da colaboração mútua entre as forças portuguesas e os cruzados flamengos e germânicos.

Relato retirado a partir de: *Crónica de Portugal de 1419*, Caps. 58-62, p. 106-113.

Andados seis anos do reynado deste rey dom Afonso, convem a saber, na era de mill ii (c) lb anos, aviom grande guera os christãos com os mouros em Jerusalem. Ouvyndo esto, as nações dos alemães e farmenguos e outras gemtes da parte do aguião ajumtarom-se todos em grão frota, çemto e çinco naos, pera lhe irem ajudar a tomar a Casa Santa, da qual erom capitães llinquino, conde de Olanda, e Jorge, conde de Frysysa, e outros muytos senhores e riquos homens que em ela erom. E, indo eles per ala, foy o vemto tanto, e tão grande tormenta que fez perder algumas das naos e as outras corerom com ele ao cabo de Sam Viçemte ataa hum lugar que chamom Farom, a qual vila e toda outra terra e comarqua era ainda estomçes de mouros. E, eles em aquele porto, mudou-se o tempo muy em contrayro. Vendo que não estavom aly bem seguros, e deshy por coregimento dalguas naos e cousas que lhes compriom, alçarom suas velas pera se yrem a Lixboa. E, vindo pelo mar, deu em elas muyto mor tormenta da que primeyro ouverom, na qual perderom algumas das naos, e toda a companhia que em elas vinhom corerom grande risco e deshy prouve a Deos que, çesando aquela tempestade, veyo loguo vemto de viagem e entraron ante o porto da çidade muyto nogosos por grande perda que ouverom e, tanto que as naaos puserom no porto e sayrom fora eses capitães, o bispo da cidade os recebeo muy bem e lhes fez grande gasalhado e muyta honra e soube deles como partirom de sua terra e com que temçom, e loguo, a pouquos dias, os fez chamar e, falando com eles, lhes disse: "Vós vedes bem quanto vos he o tempo aguora contrario e nam podês hyr tam çedo hu vós desejais e esto sabê vós dos

vossos marinheyros e dizer-vos-am que he asy. E porque aquy á hum castelo que chamom Alcaçere, de que esta terra regebe muyto dano, e se vos, irmãos, aprouver nos ajudardes a destroyr, sem duvida Deos vos dara per tempo bõo galardão, e porem sede regidos per syso e não por vontade nas cousas que comprem à vosa salvação, que vergonhosa cousa he dizer que tendes bõo desejo e não o pordes em obra. Enquamto vos hy o tempo dá lugar fazê hum bõo feyto, que Satanas nom vos ache ouçiosos, porque a oçiosydade he materia de todollos pecados e sepultura de homem vivo, e corompe os bõos costumes e bom preposyto. E, pois vós sois servidores da †, sede inimiguos aos inimiguos dela e aquy seja a vosa mão forte e servisosa a Deos e nós seremos vossos companheyros pera Alcaçer ser tomado, dando-nos vosa frota em ajuda e muita gemte per terra". Sobre estas razões e outras muitas que lhe ho bispo dixe pera os demover a esto ouverom eles depois seu conselho e deles deziom que lhe aprazia e outros não quiserom consentir em elo e foram-se. Mas que jemtes se partirom ou quantas erom as naoos que ficaram e per que guisa, do que esto espreveo o nom sabemos nem achamos em esprito. E, indo os portugueses d'acordo com aquelas gemtes, guisarom sua frota pelo mar e muytas companhas per terra, das quaes erom capitães dom Pedro, mestre da cavalaria do Temple, e dom mestre Gonçalo, prior do Esprital, e Martim Baregom, comendador de Palmella, e dom Martim Pirez. Estes levavom consyguo per tera, de Lixboa e de Evora e de seus termos, xx mil⁵⁰⁶ homens de pee e alguns de cavallo e foram-se todos sobre o dito lugar. E, quando a frota chegou aquem dele hum pouquo, sayrom alguns dela em terra a tomar uvas e vyerom os mouros pera lhes defenderem e escaramuçarom com eles e ficou hy um mouro morto e os outros se acolherom ao castelo. Entom foram mais adiante, e posta, prancha fora, sayrom todos em tera e puserom seu arrayal acerqua do castelo e cercarom-no de tal guisa que os mouros não podyom sayr nem entrar nele seguramente. Mas os mouros não temerom nada os de fora porque o castelo era muy forte de muro e de tores e de grande barbacam, com muy alta cava em redor dela, e o lugar estava muy açalmado d'armas de muytas maneyras e asaz de muytas gemtes demtro nele, e mostravom que não temiom nada os de fora e puserom muytas bandeiras

506 Neste caso, cada um dos dois X's levava um traço em cima, totalizando então 20 000. Mas como não conseguimos inserir uma barra por cima de cada uma destas letras após inúmeras tentativas, optamos então por acrescentar em seguida e por extenso, o vocábulo **mil**. Este estratagema será utilizado sempre que este tipo de situações se repita.

pelos muros e davom grandes vozes e escarneçom como que os prezavom pouquo. Os christãoos puserom guarda na frota e leyxarom-na segura com bons homens e quyserom combater o castello e, porque se não podiam chegar ao muro pela cava, que era alta, cortarom muitas figeyras e oliveiras e outra muita lenha e deytarom-na em ela e taparom-na per tal guisa que bem podiom chegar a ele, se não fora que lançavom os mouros de syma da lenha foguo e ardia toda e não lhe podiom fazer nojo e leyxarom de o combater. E despois desto fizeram os christãos hum enjenho pera destroyr o muro, mais ele era forte, em guisa que lhe não empeçom as pedras nem nehua cousa. E entom cortarom muyta lenha e encherom a cava outra vez e defenderom-na, que lhe não pusesem os mouros outra vez foguo como ante, e chegarom-se ao muro e começaram de o combater mui de vomtade e os mouros defenderom-no mui bem e foy hy gemte morta de hua parte e da outra. E, vendo que lhe não podiam empeçer, arredarom-se afora.

Temdo os christãoos çerquado o dito castelo d'Alcacer e jazendo sobre ele, como disemos, souberom-no quatro reys mouros da Espanha, convem a saber, rey de Sevilha e rey de Cordova e rey de Jaen e rey de Badalhouse, e ajumtaron-se todos com muyta gente de pee e de cavallo pera virem desçerquar Alcaçer e chegarom hy no mes de setenbro e puserom seu arrayal hua legua de delle, em hum lugar que chamom Sytimos. Quando os christãos souberom fama de sua vinda foram muy abalados com medo, e não era sem razom, qua os mouros traziom consigo xb mil de cavallo e lxxx mil de pee e doze guales por mar, mas aquele que governava todolas cousas envyou aos christãos, em sua ajuda, xxxbi naos de hua cidade que chamom Tageito, os quaes traziom em suas bandeiras synaes de Sam Martinho porque a jurdição daquella tera era do bispo daquela çidade, da qual frota era capitão dom Amrrique de Miehusan, e entam puserom os christãos guarda sobre sy e trabalharom-se de valar de cava todo ho arrayal e puserom atalayas em ele e na frota, e gemtes que o defendesem. E, em esto, alguns daqueles estranjeyros dos que vyerom na primeira frota deziom contra os outros que se fosem e não agardasem a batalha, caa eles não foram mandados, quando de sua terra partirom, que ouvesem de pelejar senão com os que tinham a terra do santo sepulcro e muytos dos portugueses outorgavam com eles e deziom que era bem de se partirem e desçercarem o lugar e outros her deziom que nom, asy que seus dizeres erom desacordados. E em outro dia fizeram alardo

e acharom muitos homens de pe armados e forçosos, e a gram pena e adur puderom achar iii (c) de cavallo. Os mouros ouverom seu acordo que vyesem ferir no arrayal dos christãos e que, enquanto pelejassem com eles, as suas gales que jaziom na amgra do ryo lhe queimasem a sua frota, as quaaes pouquo avya ainda que tomarom hua naoo de Portugal em que yom duzentos homens. Os christãos souberom esto e puserom bõa guarda em sua frota. E na noyte seguinte, contra a manhã, hua segunda feyra, vyerom b (c)⁵⁰⁷ mouros coredores ao arayal dos christãos como estavom dessegurados, derom volta pera os seus e entom vyerom todos juntos e erom tantos que escondiom a terra, com tantos brados e alaridos e arroydo de tronbetas que não avya coração de homem que não fose torvado e fizesem aver medo. E sayrom os christãos a eles e foy a peleja mui grande e morta muita gente de hua parte e da outra, e levarom os mouros a melhor deles daquela vez e tornarom-se cada huns pera seu arrayal, avendo os christãoos tanto temor que ja duvidavom de os mais atender, dizendo que longo afam lhes parecya de ganhar aquele lugar. E, quando veo a noyte seguinte, sentyo o bispo o grande mermurar que era antre eles e vyo a oste toda torvada e chea de temor, e dise-lhes: "Eu ouvvy bem esta desavemtura e her grande mal que sobre nós veyo, a qual fez a grande perseguição que ouvestes quando chegamos e, confiando das vosas forças e multidões, esquecendo-vos do ajudadoyro de Deos, que ora foy comtrario pera o nós conhecermos. E, pois asy he que ja aqui viemos e somos forneçidos de gentes e d'armas e de mantimentos, não queiramos desconfiar, mes brademos em ho coração ao Senhor Deos e roguemos-lhe aficadamente que converta sua ira, se a contra nós tem, e a torne pera nossos inimiguos". E orou o bispo com grande devação, dizendo em esta guisa: "Senhor, padre das misericordyas, ajudador na tribulação, ex as nações dos infieys vyerom pera nos destroyr, pois como poderemos durar amte a face deles se nos tu, Deos, não ajudares? E nom te queiras erguo, Senhor, lembrar dos nossos males nem tomes aqui de nós vingança, mas dá-a a estes inimiguos de tua ffee em nas mãos dos teus servos, por tal que todolos que em ti crem louvem teu nome". E entom ho Senhor, pera os consolar, apareçeo em vysom no séo, convem a saber, hum homem esprandeçentee como ho sol e asy alvo como a neve, e no peyto trazia hum sinal de † vermelho mais luzente que as estrelas. Quando os

507 b (c) = 500.

christãos esto virom, foram muy alegres, entendendo que Deos era em sua ajuda, e com grande prazer e alegria dormirom asy aquela noyte.

E em o outro dia na manhã, sem mais tardança ou perlongamento do tempo, falou o bispo àquelas gentes e dise asy: "Amiguos bem vistes os synais maravilhosos que nos Deos quis mostrar pera nos esforçarmos, pois não avemos por que mais tardar, mas loguo em esforço de Deos e de todos seus martyres, per tal dia como oje he, vamos ferir em nos inimigos e aguora os acharemos menos perçebydos que amte, pela vitoria que de nós ouverom". E entom os christãoos, com grande esforço e sem nehum medo, foram dar no arrayal dos mouros e cruelmente os destroyrom e matarom, e tal temor deu Deos em eles e asy foram contorvados que huns feryom os outros e hum parçeyro matava o outro e muitos erom talhados dos pees dos cavalos e deles se lançarom no ryo, e, vendo-se asy perseguidos, temerom muy fortemente e começaram a fogir. E foy tão grande a matança da ajuda de syma e das feridas dos seus que os christãos fizeram, que foy çerto que ficaram hy xxx mil mouros mortos e dous reys deles. Esta vitoria lhe deu Deos xii dias do mes de setembro em dia dos santos marteres⁵⁰⁸, a fama do qual deu muito temor aos outros, em tal guisa que a sua frota que vinha em ajuda deles foy contorvada em no mar e pereção parte dela. E os christãos, com grande prazer e alegria, dando muitas graças a Deos, tornarom-se pera seu arrayal que tinhom a redor do castelo.

E visto esto por eles, loguo a pouquos dias fizeram os christãos duas fortes mantas pera ajumtar com ho muro e o desfazer, e chegarom-nas a ele e commeçarom de o combater. E os mouros, quando este virom, lançavom pedras tamtas e traves e foguo sobre elas que por força os fizeram arredar fora, lomje do muro, que das bestas, no combate, foram mortos dhua parte e da outra. E os christãos, vendo que não podiom nem lhe prestava aquelo, fizeram covas sob a terra pera deribar o muro e souberom-no os mouros e cavarom-lhe em direito e chegarom huns aos outros e começaram de pelejar e foy hy muito sangue espargido de huns e de outros. E lançarom os mouros ffoguo que fazia muito fumo que os fizeram dahy partir e, quando os christãos virom aquello e que nehua cousa prestava que contra eles cometyom, por

508 A *Crónica de 1419* refere que a batalha ocorrera a 12 de Setembro. Todavia não sabemos se poderá ser mesmo um lapso do autor anónimo ou do editor da crónica, até porque as outras fontes e bibliografia utilizadas assinalam que as hostilidades se travaram no dia 11 do referido mês. (Vejam-se BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*. Parte IV, p. 92; VILAR, Hermínia - *D. Afonso II*, p. 139).

conselho do capitão da frota fizeram duas bastidas muy altas tanto como as tores do castello, tanto que os que yom demtro não temyom nada os que estavom de demtro e puserom dous engenhos e muita bestaria da outra parte e começaram de combater mui fortemente, em tall maneira que, do lugar onde tyravom os engenhos e os besteyros, não ousavom de apparecer nehuns mouros pelo muro e outrosy os das bastidas os afincavom em tanto que, depois que os mouros perderom a esperança de se mais poderem ter, fizeram synal que se queriom render e preytejarom-se que os leixasem sair com suas fazendas e os christãos não no quiserom consentyr senão que se fosem sem nada. E então abrirom as portas do castello e leyxaram-no e foram-se. E o alcaide do lugar, depois tres dias da tomada dele, foy baptisado e feyto christão e outros das aldeas de redor andarom todos à espada. E entam partirom todos amtre sy igualmente o esbulho que hy foy achado, não dando a hum mais que a outro, salvo que leyxarom ao senhor da frota, porque por seu conselho e sabedoria foram regidos em aquele çerquo, dez prisyoneiros que ele tomara, a qual cousa aqueles estrangeyros não ouverom por bem, porque ao bispo de Lixboa nom foi dada algua. E dise o capitam: "Bispo, pois que tu reçebes por bem mal, pola bondade malícia, rogo-te que sejas paciente a estes homens de mao conhecer, pero por esto que tu fizeste averas bõo galardão". E foy o lugar entrado em dia de Sam Lucas Avangelista, a xbiiiº dias do mes d'oytubro da era de mill ii (c) lb⁵⁰⁹ anos. (...)"

509 O editor desta fonte parece confundir os investigadores no que diz respeito à datação sugerindo, de forma equívoca, a conquista de Alcácer do Sal na *era de mill ii (c) lxbi* (1266 na era de César, 1228 na era de Cristo), o que não faz qualquer sentido. Em nota de rodapé, dá a entender que optou por efectuar esta datação romana, em vez de ter colocado por extenso *cinquenta e cinco*. Com o intuito de corrigirmos esta pequena falha, que não retira qualquer credibilidade ao esforço brilhante de Adelino de Almeida Calado, indicamos já em texto, a datação correcta. Esta já havia sido apontada no início do documento (desta feita, sem qualquer falha). Por isso, em vez de lxbi (66), deverá ser lb (55). Neste caso, tínhamos então a era de 1255. Mas se actualizarmos os dados para a era de Cristo, a tomada desta praça ocorreu a 18 de Outubro do ano de 1217 (retiram-se 38 anos!).

2. Documentos sobre a participação portuguesa no Oriente, principal foco do conflito.

Doc. 1 - A Biografia encontrada sobre Paio Galvão na *Historia Ecclesiae Lusitanae* (com tradução latim - português).

Doc. 2- A carta pontifícia enviada a D. Sancho I, apelando à sua participação na recuperação da Terra Santa.

Doc. 3- Os extractos da resposta concedida pelo Soberano Mongol Kuyuk (1246-1248) às cartas enviadas pelo Papa em meados do século XIII.

Doc. 1

D.D.- [1762];

D.A. - ...

Sumário: Biografia sobre Paio Galvão, realizada por Thomas de Incarnatione que não ignora as raízes, a formação intelectual, os títulos recebidos e a aventura no Egito desta célebre personagem.

Biografia retirada a partir de: INCARNATIONE, Thomas de - *Historia Ecclesiae Lusitanae. Per singula saecula ab Evangelio promulgato*. Tomo III, p. 275-277.

"Cardinalitia igitur dignitate floruit Domnus Pelagius Galvanus patria Lusitanus Interamnensis Canonicus Regularis Monasterii da Costa filius Petri Galvani, cujus memoria erat in ejusdem Monasterii Neucrologio: "Pridie Idus Augusti obiit Petrus Galvanus Pater Pelagii Cardinalis Canonici [hujus] Monasterii da Costa in Era M.CCXVII". Anno 1178. in eodem Monasterio Canonicam Magni P. Augustini regulam professus est. Inde studiorum causa Parisios profectus sub Magistro Lothario, postea Romano Pontifice Innocentio III. sacras literas didicit, quibus optime excultus in patriam rediit. Anno 1198. cum Lotharius Papa Innocentii III. nomine eligeretur, Sanctius Lusitaniae Rex Pelagium Romam misit suo nomine novo Pontifici congratulatum. Pelagii, quem scierat, meritis, ac doctrina commotus Innocentius eum Cardinalium Collegio adscripsit, primum titulo S. Mariae "in septisolio", deinde S. Caeciliae; Episcopus tandem Albanensis creatus est.

Ab Honorio III. illius celeberrimae expeditionis, qua capta est Damietta Aegypti urbs, legatus factus toti illi praelio, & Christianorum denique desolationi interfuit: exitiali quippe inter ipsum, & Joannem Hierosolymorum Regem orto dissidio urbem illam, quam inter tot discrimina Christiani ceperant, vix anno elapso, perdiderunt; & cuncti rebus infectis Europam reversi sunt. Pelagio, dum in hac erat legatione, Honorius jussit, ut Rupinum Principem Antiochenum Armeniae Regem coronaret; quod regnum ei jure competere haereditario; ejusdem Pontificis nomine, pacta, & conventiones inter Reginam Cypri, & Episcopos, regnique procures confirmavit; Metropolitam unum, & tres Episcopos Latinos

constituit. In Italiam redeunti Honorius per literas mandavit, ut Veronam accederet quo Pontifex, Imperator Fredericus, Hierosolymorum Rex, & alii Principes Christiani conventuri essent pro terrae sanctae subsidio, quos omnes Imperator statuto tempore non accedens elusit. Sub Gregorio IX. Papa Pelagius cum Granfredo tituli S. Marci legatus in Siciliae regnum missus Cassini Imperatorem Fredericum adiit, & iuramentum ab eo accepit, ut in terrae sanctae auxilium quantocius transfretaret, quod cum Caesar non observasset Gregorio Papae dedit occasionem, ut excommunicaret. Haec ex Domno Nicolao à S. Maria in Canonico Chronico, & Ciaconio in vita, & rebus gestis Innocentii III".

A nossa tradução⁵¹⁰:

Na dignidade cardinalícia floresceu D. Paio Galvão, interamnense⁵¹¹ da pátria lusitana, cónego regular do Mosteiro da Costa⁵¹², filho de Pedro Galvão⁵¹³, cuja memória está no obituário do mesmo Mosteiro: "Um dia antes do mês de Agosto faleceu Pedro Galvão, o pai de Paio, cardeal e cónego do presente Mosteiro da Costa na era M.CCXVII". Ano 1178.

510 Não foi tarefa fácil proceder à tradução dum texto redigido em latim e por isso, não descartamos a possibilidade de termos cometido alguns erros. Contudo, o nosso principal objectivo não passa por efectuar uma tradução em moldes exactos, mas sim ser fiel ao conteúdo apresentado. Apresentaremos algumas notas de rodapé que possibilitem uma melhor compreensão do documento.

511 António de Moraes Silva apresenta a seguinte definição de interamnense: *Que vive entre rios. Relativo à região de entre Douro e Minho. Natural ou habitante dessa região.* (SILVA, António de Moraes - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. 4. Matosinhos: QN-Novas Tecnologias, 2002, p. 197).

512 Seguramente que se trata do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, localizado nos arredores de Guimarães e possivelmente fundado em 1154, sob o patrocínio da rainha Mafalda. ([http://www.infopedia.pt/\\$mosteiro-de-santa-marinha-da-costa](http://www.infopedia.pt/$mosteiro-de-santa-marinha-da-costa), 02-06-2011). António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, e António José Ferreira Caldas, numa monografia elaborada sobre Guimarães, defendem também a presença de Paio Galvão nesse mosteiro por volta do ano de 1178. (Vejam-se: COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, e lugares, que contém (...)*. Tomo I. Livro I. Tratado I. Cap. XVIII. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 90; <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/pcaldas/PCaldas053.pdf>, 02-06-2011 - este endereço electrónico contém então um importante extracto do estudo efectuado por António José Ferreira Caldas, o qual passamos a citar - CALDAS, António José Ferreira - *Guimarães. Apontamentos para a sua História*. 2º ed. Parte I. Guimarães: CMG/SMS, 1996, p. 152-157, o mesmo é disponibilizado pela Sociedade Martins Sarmento).

513 Pedro Galvão foi um nobre abastado que vivera em Guimarães pelos anos de 1170. Esta personalidade bem como a sua mulher (D. Maria Pais) foram sepultados no Mosteiro de Santa Marinha da Costa, mais concretamente diante do altar da sala do capítulo. Ambos deixaram herdades e alfaías àquele convento. Seriam então estes os progenitores de D. Paio Galvão. (ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, António Machado de - *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda/Representações Zairol Lda, 1961, p. 236-237).

No mesmo mosteiro era professada a regra canónica de Santo Agostinho. A partir de aí, ele partiu para efectuar os seus estudos em Paris, sendo orientado pelo mestre Lotário, futuro romano pontífice Inocêncio III. Aprendeu a Sagrada Escritura⁵¹⁴, recebendo a melhor formação, e retornou à pátria. Ano 1198. Com Lotário, papa Inocêncio III - O rei lusitano nomeia-o como seu representante (ou embaixador) em Roma, sendo muito estimado pelo Papa Inocêncio III⁵¹⁵. Paio [...] seria inscrito no Colégio Cardinalício, receberia o primeiro título de Santa Maria "in Septisolio" e, em seguida, o de Santa Cecília. Torna-se ainda bispo albanense⁵¹⁶.

[No pontificado de] Honório III, fora o mais famoso da expedição que capturou Damietta, cidade do Egipto. Foi feito legado para a batalha inteira e finalmente, presente na desolação dos cristãos. Para a destruição de entre ele e João, rei de Jerusalém, [as dissensões apoderaram-se dos cristãos] [...] e eles perderam⁵¹⁷. E infectados com todas as coisas, voltaram para a Europa. Paio esteve presente na embaixada enviada por Honório que assistiu à coroação de "Rupinum"⁵¹⁸, príncipe de Antioquia e rei da Arménia⁵¹⁹ [...].

514 Por isso, não é de estranhar que tenha obtido o grau de mestre no curso de Teologia pela universidade mencionada. (Veja-se: ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1, p. 256).

515 Algumas dificuldades inerentes à tradução. Para além desta que propusemos em texto, outra tradução poderia ser feita, onde em termos de conteúdo, Paio Galvão seria enviado, pelo rei português, numa embaixada de obediência à Santa Sé.

516 Paio Galvão fora cardeal-bispo de Albano. Esta diocese italiana fica situada nas proximidades de Roma. (Vejam-se os seguintes sites - <http://www.gcatholic.com/dioceses/diocese/alba0.htm>, 02-06-2011; http://www.webdiocesi.chiesacattolica.it/cc_i_new/s2magazine/index1.jsp?idPagina=22753, 02-06-2011).

517 Encontramos sérias dificuldades de tradução no que diz respeito à decifração desta última frase. A *Corografia Portuguesa*, embora não relate directamente as incidências que rodearam a Quinta Cruzada, assinala o seguinte: *Huma das cousas principaes, que o novo Papa Honorio Terceiro intentou fazer no principio de seu governo, foy a conquista da Terra Santa de Jerusalem, escrevendo para isso a todos os Reys, e Principes Christãos cartas, em que os exortava para esta empreza (...) de todas as partes da Christandade se ajuntou hum poderoso exercito por mar, e terra, de que o Summo Pontifice fez General a João Breno, que estava eleito Rey de Jerusalem, por ser na guerra muy experimentado capitão, e para esta empreza nomeou por seu Legado Apostolico ao nosso Cardeal Dom Payo, por conhecer nelle hum desejo ardente de recuperar aquella santa Cidade.* (Observe-se então: COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portuguesa, eDescripçam Topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, e lugares, que contém (...)*. Tomo I. Livro I. Tratado I. Cap. XVIII. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 91).

518 Acreditamos que se trata de Raymond-Rupen (1196-1222), filho de Raymond (que, por sua vez, era o filho mais velho do príncipe Boemundo III de Antioquia) e de Alice (sobrinha de Leon I, rei da Cilícia - Arménia menor). Raymond-Rupen (ou Raymond-Roupen, como também poderemos observar na nota de rodapé seguinte) foi príncipe de Antioquia entre 1216-1219. Este perderá o domínio sobre Antioquia para Boemundo IV que reconquista a cidade. Com a morte de Leon I, em 1219, Raymond-Rupen tentará reclamar o trono arménio, alegando os direitos que tinha da parte de sua mãe. Em 1221, invade então a Cilícia mas é derrotado, terminando os seus últimos dias na prisão. (MACEVITT, Christopher - *Raymond-Rupen of Antioch [d. 1222]* in *The Crusades: an Encyclopedia*. Vol. IV, p. 1011).

519 Não podemos assegurar a veracidade relativa à sua alegada presença na referida cerimónia. Após uma extensiva procura, as referências encontradas pecam pela sua escassez. Todavia encontramos dois

Quando retorna a Itália, cumprindo então as ordens estipuladas nas cartas enviadas por Honório, aproxima-se de Verona, local onde o Papa, o imperador Frederico, o rei de Jerusalém e os outros governantes se reuniram em favor do auxílio à Terra Santa. O imperador não chegara à hora marcada e tentara escapar.

Sob o pontificado de Gregório IX, Paio juntamente com Granfredo⁵²⁰, detentor do título de São Marcos [e legado no reino da Sicília], foram enviados a Cassino, ao encontro do Imperador Frederico. E ele fez o seu juramento, ora prometendo fornecer ajuda à Terra Santa ora procurando atravessar o mar, o mais rapidamente possível. [...]. Tudo isso está na Crónica de D. Nicolau de Santa Maria, na "Vida" de Ciaconio e no "rebus gestis Inocentii III".

ou três elementos que atestam a existência de contactos entre Paio Galvão e Raymond-Roupen. Após ter sido deposto do Principado de Antioquia, em 1219, Raymond-Roupen terá estado com Paio Galvão em Damietta, no Verão de 1220. O Papa, possivelmente através do legado português, terá apoiado as suas pretensões. Jaroslav Folda não esclarece com precisão quais seriam as intenções de Raymond, todavia cremos que teriam já em conta o trono arménio. Como já o afirmamos, Raymond-Roupen não alcançaria os seus objectivos, sendo alegadamente capturado em Tarsus e colocado na prisão, onde viria a falecer. Para além deste contributo de Jaroslav Folda, também temos outro fornecido por Christopher Marshall que não é menos importante. Segundo este erudito, após a reconquista de Antioquia por Boemundo IV em 1219, os hospitalários, que tinham tomado o partido de Raymond-Roupen (que rapidamente se colocou em fuga), continuaram com a resistência. Nesse preciso contexto, Paio Galvão terá supostamente confirmado o direito dos hospitalários ao domínio da referida cidadela. Contudo, a Ordem acabaria por capitular face a Boemundo IV, possivelmente em meados da década de 1220. Estas acções, caso correspondam de facto à realidade dos factos (pois não encontramos mais informações que corroborem estes dados), terão ocorrido após o fim da Quinta Cruzada. (Veja-se: FOLDA, Jaroslav - *Crusader Art in Holy Land, from the Third Crusade to the fall of Acre, 1187-1291*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 117; MARSHALL, Christopher - *Warfare in the Latin East, 1192-1291*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 42-43).

⁵²⁰ Estamos a falar de Goffredo da Castiglione que ostentou o referido título de São Marcos, entre 1227-1239. Trata-se do futuro papa Celestino IV. (<http://www.gcatholic.com/churches/cardinal/197.htm>, 03-06-2011).

Doc. 2

D.D.- 1200;

D.A. - ...

Sumário: Inocêncio III, Sumo Pontífice, pede a D. Sancho I (rei de Portugal) para que este participe na Cruzada a Oriente, contribuindo para a recuperação ambicionada de Jerusalém que estava então nas mãos muçulmanas desde 1187.

Carta retirada a partir de: *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 46, p. 85-89.

Inoçemçyo, bispo, servo dos servos de Deos, ao muyto amado filho dom Sancho, muy nobre e rey de Portugal, saude e apostoliqua bençom. A samta e bem aventurada terra em que estiverom os pees do Senhor e onde foy espargido seu preçioso sangue, depois dos grandes dapnos e desemparo e continuados choros pela destroyçom dos infieys, per muitas vezes, e ora mais gravemente, semte as feridas dos maos amiguos, aguora chora mais amarguosamente e amostra o afimcamento de sua dor com voz de mais alto pranto e nós, afflicto com suas tristes lagrymas e forçados brados, somos quebrantados com sua persegysão, chorando com ela em sembra os seus e nossos mesquynhos aqueçimentos. Ho quanto he muyto de doer a todos fieys christãos que o lugar per Christo santificado he devasso pola presemisa de seus arrenegadores! Ho quanto he de gemer aquela terra em que a umanal linhagem foy livre do juguo do velho cativeyro e aguora he acupada por força e tornada em mesquinha servidão que he grande doesto de todos christãos, que aly domde o Senhor livrou de morte espirital na †, de gramde e perduravel tromento, aly he ele atromemtado per arrenegados em maldades! E que dapno sem estimação que, como quer que todo cuidado e estado de vossos amteçesores nom desfalecesem, a dita terra do seu suor foy molhada, e em que per muytas vezes seu sangue foy espargido. E aguora se mostra todo seu trabalho e despesas serem tornadas em nada. Ex aguora a estroyda gemte dos chroresminos vierom d'arevato de sua terra e, com fortaleza de grão companhia de crueldade, perseguyo eses christãos que achou, que

forom dos que hy morarom em a cidade de Jerusalem e das cidades que os ajudavom, com muy duros e agros padeçimentos asy espantosamente com pesonha de crueldade e com grande temor na boqua de seu cuidado, com cuitelo encheo os campos de sangue deles, atroçoando-os com ele. E aquelo que nos ainda mais fere e deve ser grande tristeza a todo fiel christão, que diz que ele estendeo sua mão escomunguada desomrando o samto sepulcro de Jhesu Christo e o quebrantou quanto pôde, não leyxando por esso os outros lugares em que ele corporalmente foy presente que não desomrrase, por tal que, em os destroyndo, tirasse da vontade dos fieys christãos todo bõo desejo e devação. E afora esto, chegando ele com sua maldade ao templo do Senhor, tanto mais desordenadamente o começou a destroyr quanto mais era sua temçom de derribar o edefiçyo da relegiom christam. Outras cousas muytas feas d'ouvir e de maravilhar muyto se affirmom que aquela gente fez naquela terra com avoreçada crueza, que, nom avendo nós delo comprida çertidom, te leyxamos d'esprever. E ora asy fose que elas não fosem verdade, por tal que não fose necessaryo de per nós serem recomtadas. Ex nosa madre Jerusalem mostra suas grandes tribulações e tão desomrado deribamento, e se per ventura achará, de quantos filhos gerou, que lhe dee remedio à sua tryste dor. Qual, erguo, o fiel christão que por taes novas não seja atormentado, cujo coraçam não seja movido por tão descumunaes injurias? Per vemtura a crueldade daquela gemte pasará sem pena e leyxá-los-am asy usar de seu livre cutelo? E per vemtura não se asenderá a vontade de qualquer christão comtra ela com zelo de devação e se guardará e guarneçerá d'escudo de fortaleza e a sua destra se armará de cuitelo de vingança? Sertamente asy devia de ser, qua convem que o poderio daquela gente aja triguoso contradimento por eles não averem desembarguada entrada as outras gemtes arrenegadas. Porem rogamos e requeremos à tua nobreza em Noso Senhor Jhesu Christo per estes apostoliquos espiritos que, consirando tu sagesmente que, quanto mais reçebeste do Senhor, quanto mais hes obrigado a seu serviço e teudo com mayor coração e firmeza a defensar a sua fee, que te levantes com todo fervor em seu acorimento contra a perfia da sobredita jemte, e asy triguosamente trabalhes de acorer à dita terra em tanta neçesidade posta, que, per tua ajuda e dos outros, ela seja livre das mãos dos infieys e restetuyda de toda onrra da ffee christaam. E porque nós, confiando da misericordia de todo poderoso Deos e na autoridade dos bem-aventurados

Sam Pedro e Sam Paulo apostolos, pelo poderio que nos Deos deu, ainda que não sejam dinos de ligar e de soltar, outorgamos compridamente perdoança de todos los pecados seus a todos aqueles que este trabalho cometerem per sy ou às suas despenças, se verdadeiramente deles forem contrytos e confesados, e asy lhe prometemos acreçentamento de perduravel saude em no galardom dos justos e àqueles que nom em propia pessoa mas segundo seu poderio enviarem algumas outras aas suas despesas. E aqueles que forem por elo e a elo chegarem, comprado perdom de seus pecados, qeremos que em este perdom se comprendom os princepes segundo cantidade de sua ajuda, desejo de sua devação, e trabalharem por acorimento da dita terra ou derem conselho e favor pera o que dito he. Confirmamos que ajam aquela merçe e privilegio em liberdade que no jeral conselho he conteudo e nós ainda poremos todo estudo e trabalho que pudermos. Dante terço qualendas de fevereiro, ano secundo de nosso papado.

Doc. 3

D.D. - [1246-1248];

D.A. - ...

Sumário: Kuyuk, soberano mongol, responde às cartas pontifícias datadas dos meados do século XIII, exigindo ao Papa e aos monarcas cristãos que se submetam ao seu poder.

Excerto retirado a partir de: PHILLIPS, E.D. - *Os Mongóis*, p. 90-93.

" (...) Além disso, dizeis que seria bom para nós recebermos o baptismo. Escreveis-me em pessoa sobre o assunto e fazeis-me esse pedido. O vosso pedido não o posso eu compreender. Além disso, escreveis-me as seguintes palavras: «Atacastes os territórios dos Magiares e dos cristãos, com o que me indigno. Dizei-me, qual o seu crime?».

Tais palavras não as podemos igualmente compreender. Gengiscão e Ogotai Cã levaram ambos a ordem do Céu para torná-la conhecida. Mas esses que citais não quiseram acreditar na ordem do Céu. Esses de quem falais formaram um grande plano: mostraram-se presunçosos e mataram os nossos enviados. Portanto, nos seus territórios foi o Céu eterno que aniquilou esses homens. Se não em obediência à ordem do Céu, como pode alguém vencer ou chacinar pelo seu próprio esforço?

E quando dizeis: «Eu sou cristão, rezo a Deus. Acuso e desprezo os outros», como sabeis vós a quem Deus absolve e a quem concede Sua graça? Como podeis sabê-lo se dizeis tais palavras?

Graças ao poder do Céu eterno, todas as terras nos foram destinadas do nascer ao pôr do Sol. Como poderia alguém agir de outro modo que não de acordo com a ordem do Céu? Assim, deveis dizer com um coração sincero: Seremos vossos súbditos e poremos os nossos poderes à vossa disposição. Vós em pessoa, à frente dos outros monarcas, todos vós sem excepção, deveis vir prestar-nos serviço e homenagem; só então reconheceremos a vossa submissão. Mas, se não obedecdes à ordem do Céu e agirdes contra as nossas ordens, saberemos que sois nossos inimigos. É isto o que temos a

dizer-vos. Se não actuades de acordo com isto, como poderemos prever o que vos acontecerá? Só o Céu o sabe".

2- GALERIA DE IMAGENS

Crêterios adoptados

A apresentação duma galeria de imagens foi um procedimento que consideramos esclarecedor de alguns aspectos da nossa dissertação. Assim, tanto seleccionamos imagens, de algum modo, ligadas ao impacto das Cruzadas destinadas ao Oriente na formação do reino português, como representações decorativas conectadas com a presença portuguesa no Levante.

Por fim, optamos por citar sempre os endereços electrónicos, dos quais retiramos as referidas imagens, e procuramos, nessa mesma consulta, descobrir os artistas responsáveis pelas pinturas, estátuas, retratos, tarefa que nem sempre conseguimos cumprir, dada a escassez de informação.

1- IMAGENS RELACIONADAS COM O IMPACTO DAS CRUZADAS DO ORIENTE NA
FORMAÇÃO DO REINO PORTUGUÊS



Figura 1- Estátua de D. Afonso Henriques (em Guimarães) que conquistara Lisboa em 1147.
Fonte: <http://pontesluso-galaicas.blogspot.com/2009/06/afonso-henriques.html>, (19-03-2011;
escultura da autoria de Soares dos Reis).



Figura 2- O cerco a Lisboa, com o avanço das máquinas de guerra (veja-se a imponência da
torre móvel).
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Siege_of_Lisbon_by_Roque_Gameiro.jpg, (19-03-2011;
quadro elaborado por Roque Gameiro).



Figura 3 - A rendição muçulmana no cerco de Lisboa.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Siege_of_Lisbon_-_Muslim_surrender.jpg, (19-03-2011;
gravura de Joaquim Rodrigues Braga).



Figura 4 - Estátua de D. Sancho I no castelo de Silves.
Fonte: <http://castelosdeportugal.com.sapo.pt/castelos/silves.htm>, (21-03-2011).



Figura 5 - Retrato do Conde William I (ou Guilherme) da Holanda - um dos comandantes estrangeiros durante o cerco de Alcácer do Sal.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/William_I,_Count_of_Holland, (22-03-2011).

2 - IMAGENS ASSOCIADAS À PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PLENO ORIENTE:

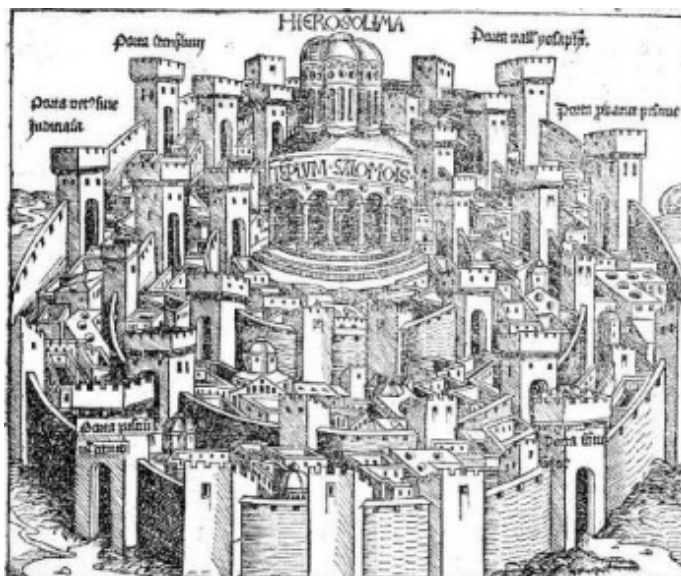


Figura 6- Representação da Cidade Santa (na Idade Média) que atraía diversos peregrinos portugueses.

Fonte: http://www.cinelegende.fr/archive/programme2011/film01_11.html, (16-03-2011); <http://lewisgropp.wordpress.com/2010/03/11/jordi-savall-jerusalem-city-of-the-two-peaces/>, (16-03-2011); Imagem proveniente do *Liber Chronicarum Mundi*, Nuremberga, 1493.



Figura 7- O antipapa Gregório VIII (Maurício Burdino) submete-se a Calisto II. Fora também peregrino na Terra Santa, entre 1104-1108.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Gregorio_VIII_\(antipapa\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Gregorio_VIII_(antipapa)), (16-03-2011); Ilustração proveniente da Crónica de Nuremberga de Hartmann Schedel⁵²¹.

⁵²¹ Informação retirada a partir de: [http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Nuremberg_chronicles_-_Burdinus,_Antipope_under_Pope_Calixtus_II_\(CXCvIIv\).jpg](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Nuremberg_chronicles_-_Burdinus,_Antipope_under_Pope_Calixtus_II_(CXCvIIv).jpg), (16-03-2011).



Figura 8 - Retrato de São Teotónio, peregrino na Terra Santa (1121-1127).
 Fonte: http://cpeboanova.blogspot.com/2011/02/santo-da-semana_13.html, (16-03-2011).



Figura 9 - Imagens da estátua de Gualdim Pais, em Tomar.
 Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhistrria.blogspot.com/2009/05/rua-gualdim-pais-vii.html>, (16-03-2011; esta imagem é proveniente do Geocities).



Figura 10- Representação do assédio a Ascalona (1153) que, como observáramos, contou com a participação de Gualdim Pais.
 Fonte: <http://www.cartantica.it/pages/collaborazionitemplari.asp>, (16-03-2011).



Figura 11 : Retrato de Afonso de Portugal, grão-mestre da Ordem do Hospital (1202/03-1206)
 Fonte: http://pedraformosa.blogspot.com/2007_03_01_archive.html, (18-03-2011; trata-se duma gravura a buril de José Mariad e Barros; Sociedade Martins Sarmento).



Figura 12- Retrato do Cardeal Paio Galvão (Pelagius Galvani).
 Fonte: http://www.araldicavaticana.com/cardgalvani_fra_pelagio.htm, (16-03-2011).



Figura 13- Retrato de Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago que fora atraído por diversos planos cruzadísticos.
 Fonte: http://purl.pt/5657/1/e-318-v_JPG/e-318-v_JPG_24-C-R0072/e-318-v_0001_1_p24-C-R0072.jpg, (18-03-2011; Imagem da autoria de João Maria Caggiani).

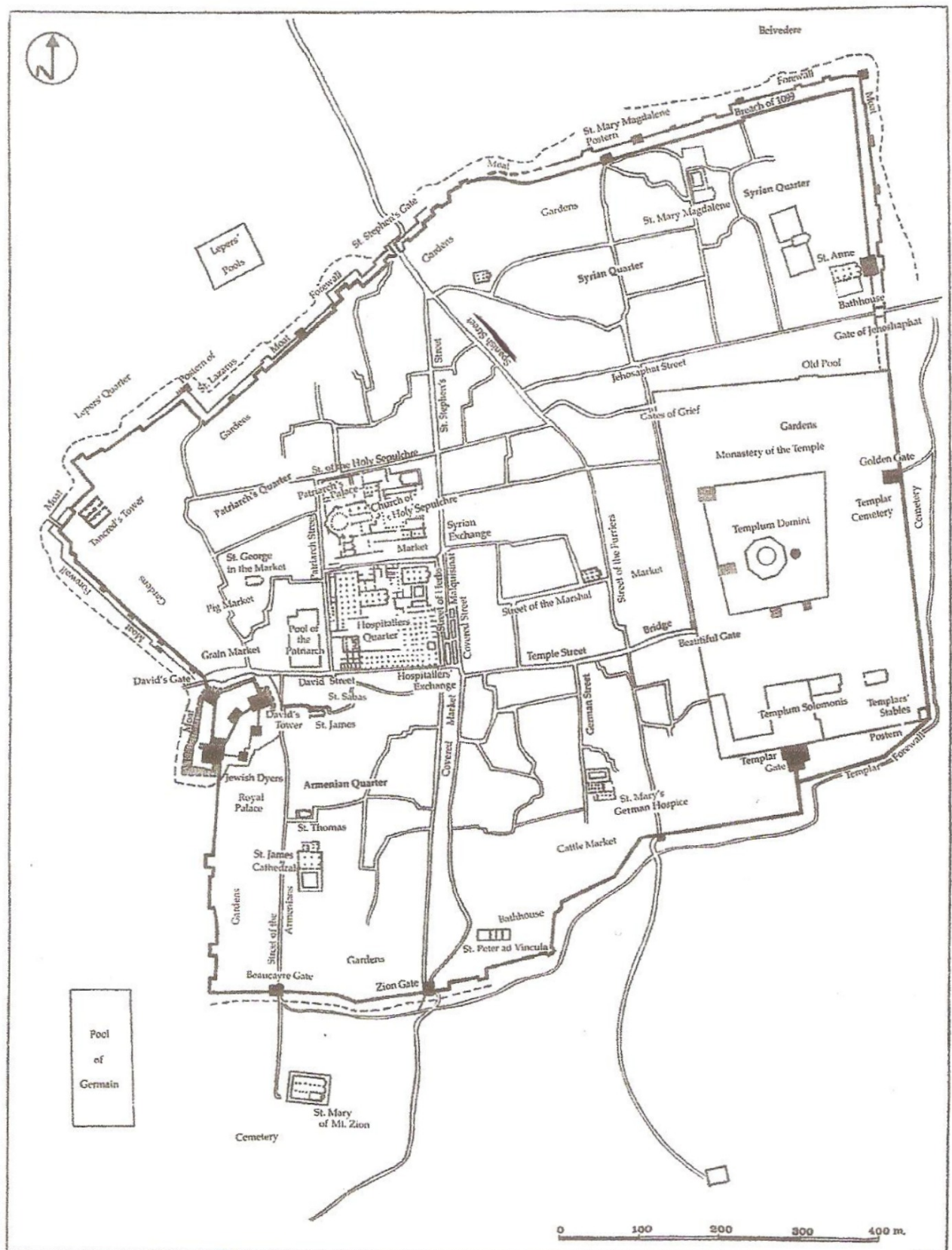


Figura 14 - Retrato possível do papa João XXI (Pedro Hispano).
Fonte: <http://correiodaeducacao.asa.pt/60418.html>, (20-03-2011)

3- MAPAS

Crêterios adoptados na apresentação dos mapas

Nesta última parte do apêndice, decidimos disponibilizar alguns mapas, elaborados por outros autores, os quais são de extrema importância para a compreensão do fenómeno cruzadístico. Quase todos eles se restringem geograficamente ao Levante, principal foco de conflito das Cruzadas. Podemos então visualizar mapas que dizem respeito aos quatro estados cruzados do Oriente (reino de Jerusalém, principado de Antioquia, condados de Tripoli e Edessa) e às rotas seguidas pelos cruzados que se deslocaram ao Oriente.



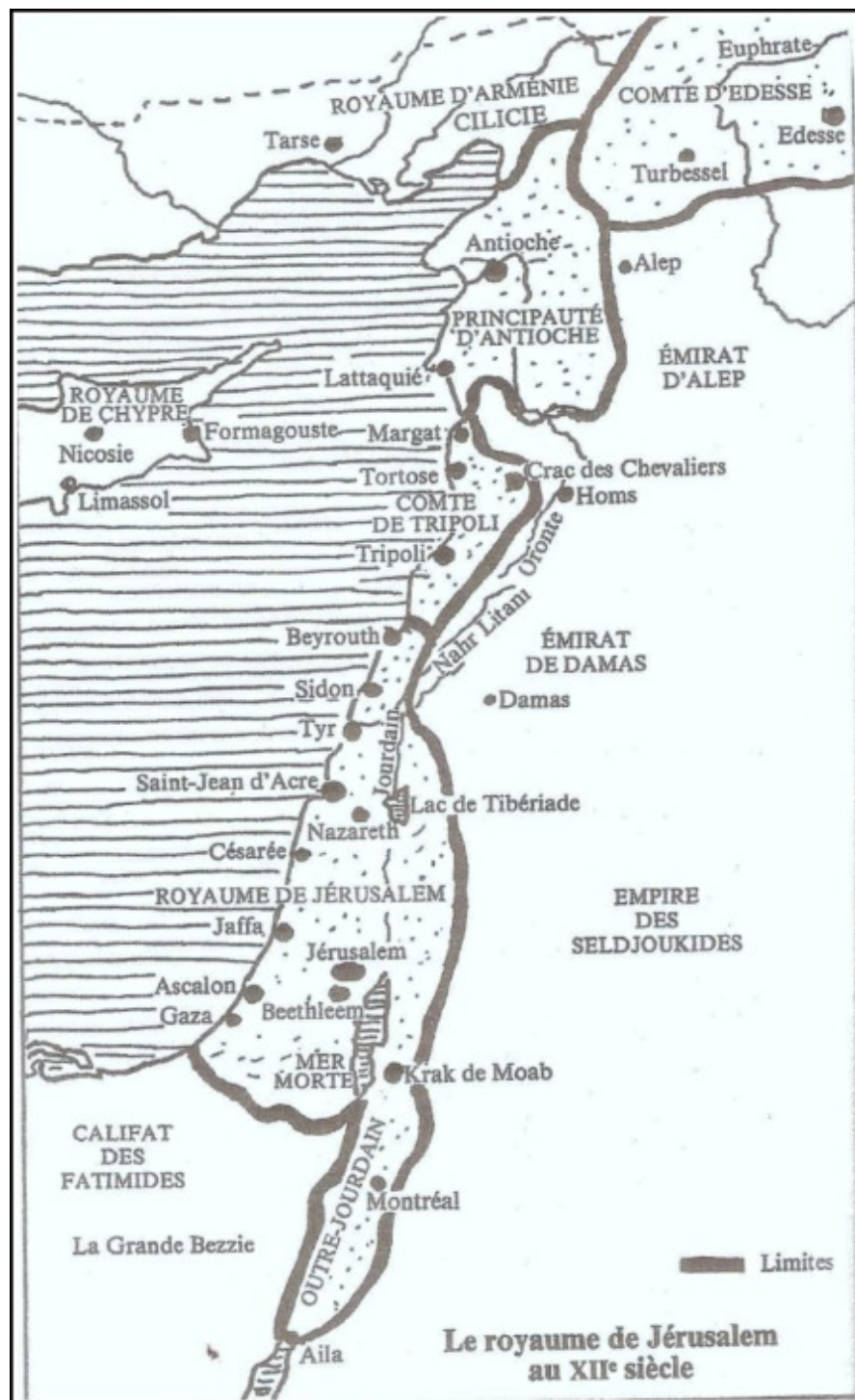
Mapa 1- Planta da cidade de Jerusalém, no Período das Cruzadas (a sublinhado pode observar-se a presença da rua de Espanha)⁵²².

522 Retirado de: BOAS, Adrian J. - *Jerusalem in the time of the Crusades: society, landscape and art in the Holy City under Frankish rule*, p. xvi.



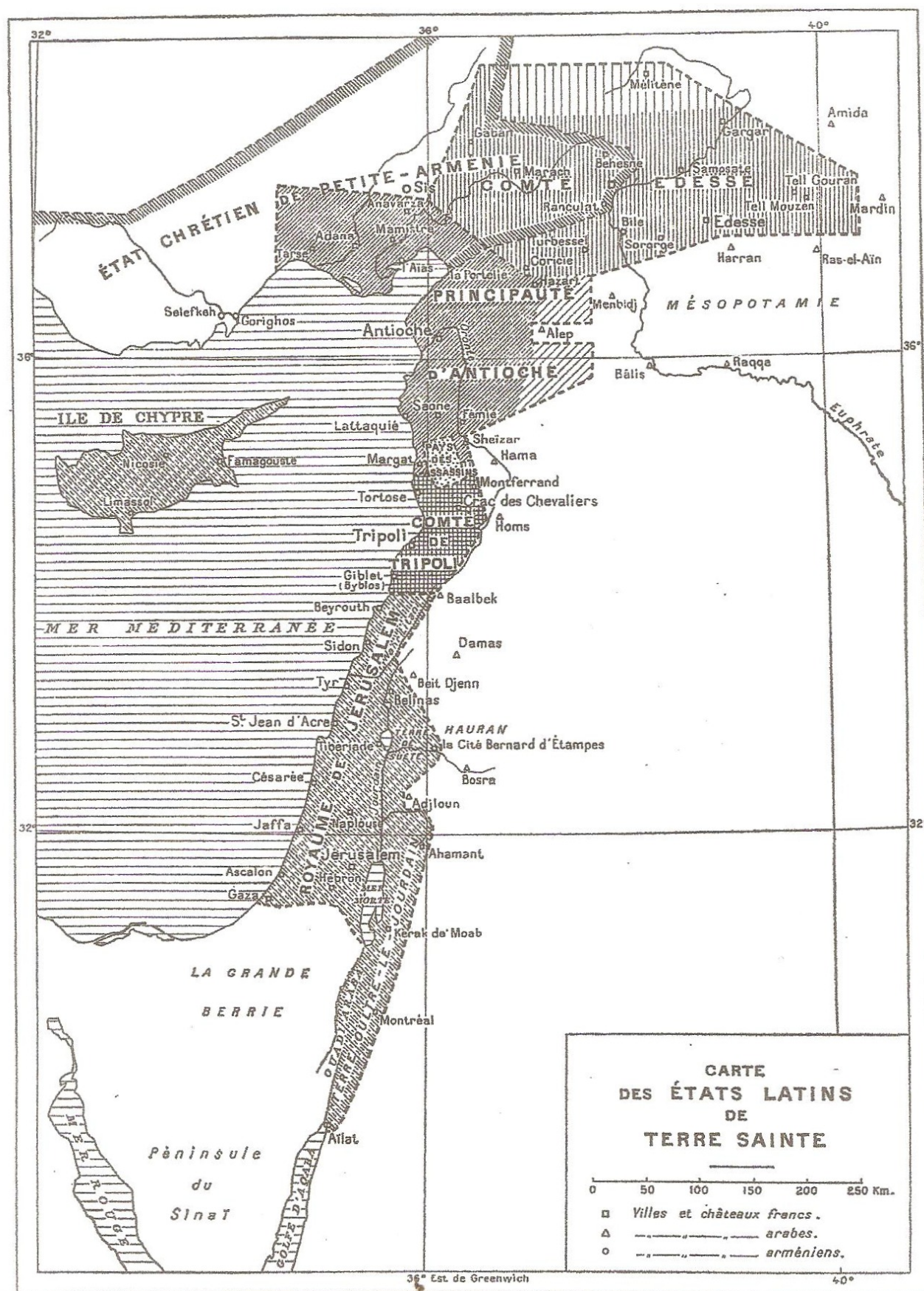
Mapa 2 - A extensão territorial do reino de Jerusalém, no século XII⁵²³.

523 Retirado de: BORDONOVE, Georges - *Les croisades et le royaume de Jérusalem*. Paris: Éditions Pygmalion, 1992, p. 166.



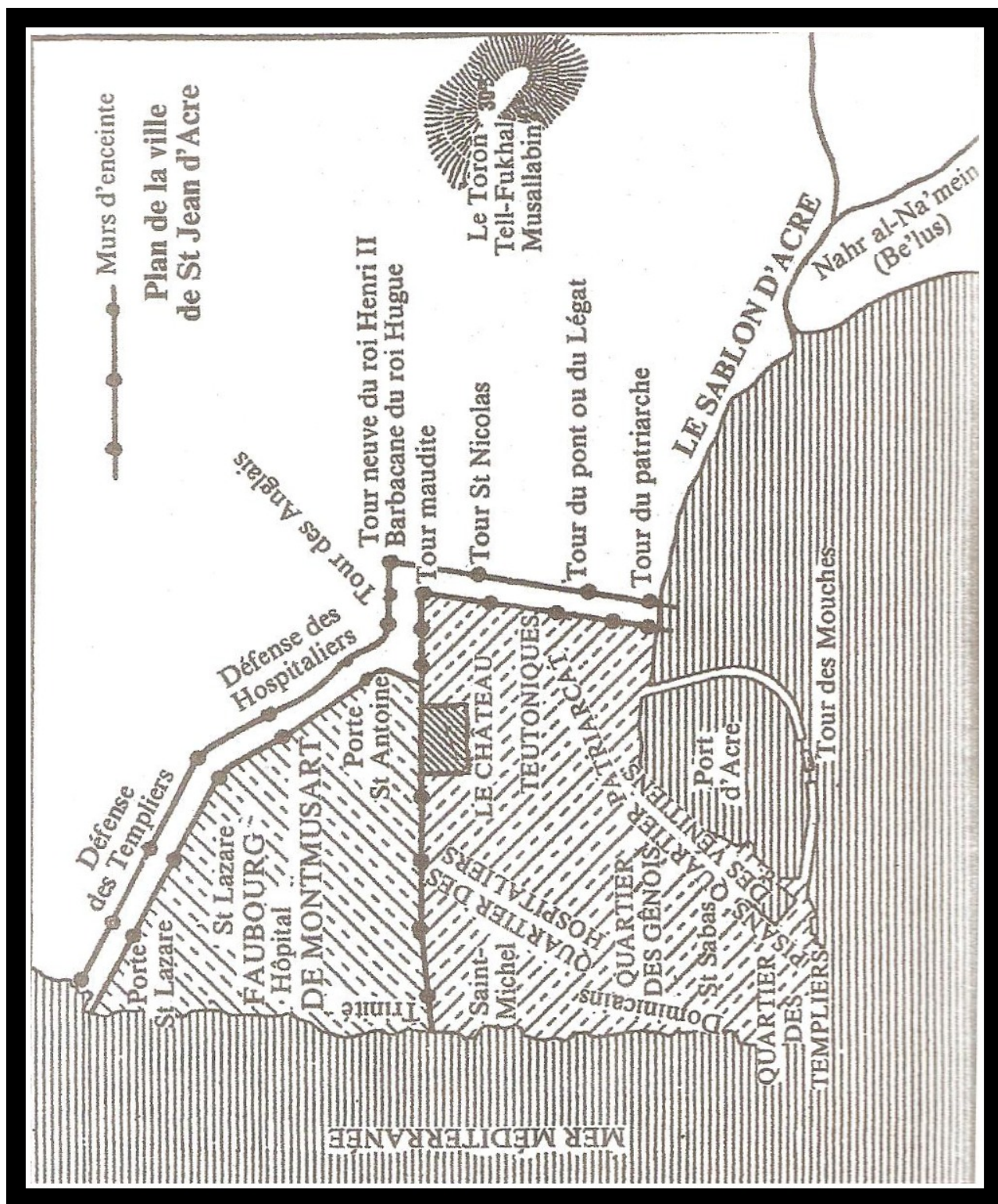
Mapa 3 - Os quatro estados cruzados no século XII⁵²⁴.

524 Retirado de: BORDONOVE, Georges - *Les croisades et le royaume de Jérusalem*, p. 150.



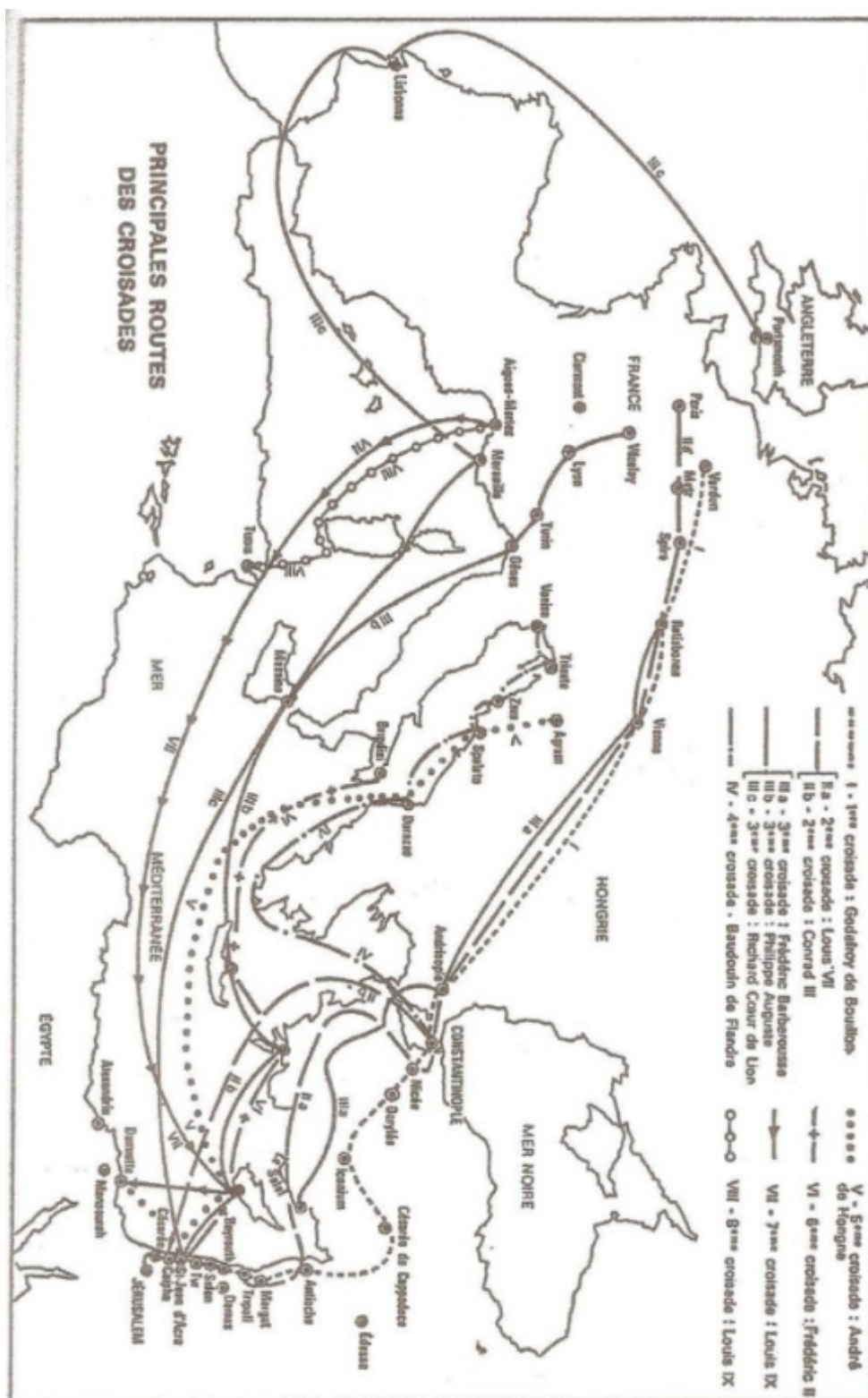
Mapa 4 - Mapa dos quatro estados cruzados com maior detalhe (através deste mapa, podemos então constatar que Margat ficava normalmente incorporada no principado de Antioquia)⁵²⁵.

525 Retirado de: DESCHAMPS, Paul - *La défense du comté de Tripoli et de la Principauté d'Antioche*, p. xi.



Mapa 5 - Detalhes sobre São João de Acre⁵²⁶.

526 Retirado de: BORDONOVE, Georges - *Les croisades et le royaume de Jérusalem*, p. 330.



Mapa 6 - Distintos trajectos seguidos pelas oito cruzadas⁵²⁷.

527 Retirado de: BORDONOVE, Georges - *Les croisades et le royaume de Jérusalem*, p. 16.

Nome do Candidato: Pedro Nuno Medeiros de Henriques

Título da Dissertação: *Os Portugueses e as Cruzadas. Séculos XII-XIV.*

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Mestrado em: História Medieval e do Renascimento (FLUP, 2011)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado procura alcançar duas metas essenciais. Por um lado, observar a influência das Cruzadas na formação do reino de Portugal, e por outro, revelar a participação de portugueses no Ultramar.

Todavia e antes de concretizarmos esses objectivos, devemos contextualizar o fenómeno da Cruzada nos âmbitos da Reforma da Igreja Romana e da aceitação da actividade bélica por parte da Igreja Medieval.

O surgimento deste fenómeno em Clermont (1095), a partir do discurso do Papa Urbano II, fará com que diversas embarcações, oriundas maioritariamente do Norte da *Europa* e carregadas de cruzados, aportassem em território português, prosseguindo posteriormente para a Terra Santa. Dentro deste cenário, algumas destas frotas conhecerão uma paragem mais prolongada no reino lusitano, contribuindo para o avanço da Reconquista Portuguesa com as vitórias diante de Lisboa e Almada (1147), Alvor e Silves (1189), e Alcácer do Sal (1217).

Por fim, daremos destaque aos portugueses, com estatutos sociais variados, que optaram por rumar ao Oriente, tomando então a Cruz. A sua participação neste espaço longínquo pode revestir-se de múltiplas formas. Assim sendo, encontraremos combatentes, legados ou embaixadores da Santa Sé, peregrinos, doadores de bens destinados à Terra Santa (estes últimos não necessitavam obrigatoriamente de rumar à Ásia Menor) e detentores de importantes cargos levantinos.

Errata

Nome do Candidato: Pedro Nuno Medeiros de Henriques

Título da Dissertação: *Os Portugueses e as Cruzadas. Séculos XII-XIV.*

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Mestrado em: História Medieval e do Renascimento (FLUP, 2011)

Decidimos colocar esta página à parte de forma a garantir a correcção de pequenos erros/lapsos que, infelizmente, não foram detectados a tempo:

Folha/Página	Linha	Aonde se lê:	Leia-se:
14	17	fenómenos	fenómeno
21	linha 3 da nota de rodapé nr. 66	o resto do clero romano e do povo de Roma.	o resto do clero romano e o povo de Roma.
76	linhas 6 e 7 da nota de rodapé nr. 321	No seu retorno à pátria. D. Telo e João Peculiar...	No seu retorno à pátria, D. Telo e João Peculiar...
86	linha 8 da nota de rodapé nr. 368	oposição de destaque	posição de destaque
111	22	De acordo com Pierre-Vincent Claverie,	De acordo com Anthony Luttrell,
113	6	De acordo com Pierre-Vincent Claverie,	De acordo com Anthony Luttrell,
122	4	Reforma Gregoriana	Reforma da Igreja Romana
192	linha 1 da legenda 9	Imagens	Imagem

Após enunciadas estas falhas, descobrimos ainda mais duas ou três pequenas imprecisões. Em vez de termos utilizado a abreviatura *insc.* (inscrição nr.) nas notas de rodapé que incluem as citações inerentes à dissertação de doutoramento do Prof. Dr. Mário Barroca (*Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*), cometemos o lapso de utilizar a sigla *doc.* (documento nr.). Com o intuito de garantir uma melhor compreensão da dissertação, fazemos questão de reforçar a ideia de que Paio Galvão, uma das personalidades presentes no Oriente Latino, era sobejamente conhecido pelo nome de Pelágio. E como tal, poderíamos ter uniformizado a sua identificação ao longo do nosso estudo, mas como não o fizemos (embora tenhamos alertado para as duas designações), decidimos de novo ressaltar esta situação. Por fim, a primeira imagem (presente na capa e depois copiada na folha de rosto) encontra-se citada na página 2.